

RELATÓRIO E CONTAS 2022

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS



ÁGUAS DA REGIÃO
DE AVEIRO
Grupo Águas de Portugal

"FAZEMOS A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS"

GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE | 04

A EMPRESA

- 1. MISSÃO, VISÃO E VALORES | 10
- 2. CADEIA DE VALOR | 12
- 3. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO | 12
- 4. 4. ESTRUTURA ACIONISTA | 20
- 5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL | 20
- 6. ÓRGÃOS SOCIAIS | 21

7. RELAÇÃO COM OS *STAKEHOLDERS* | 22

8. SÍNTESE DE INDICADORES | 26

9. PRÉMIOS/CERTIFICAÇÕES | 29

10. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS | 29

RELATÓRIO DE GESTÃO

- 1. A ENVOLVENTE | 38
- 2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS | 52
- 3. O NEGÓCIO | 56

4. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE | 83

5. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E CONTROLO DO RISCO | 85

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA | 90

7. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO | 94

8. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS | 94

9. PERSPETIVAS FUTURAS | 117

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS | 120

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS | 120

12. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS | 121

13. ANEXO AO RELATÓRIO – ESTRUTURA ACIONISTA | 122

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2022

- 1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA | 127
- 2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL | 129
- 3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO | 130
- 4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 131
- 5. DEMONSTRAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES | 132
- 6. ANEXO | 133
- RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 182
- CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS | 188

"FAZEMOS A DIFERENÇA NA VIDA DOS NOSSOS CLIENTES E DA NOSSA REGIÃO"

FERNANDO VASCONCELOS, PRESIDENTE DA AdRA – ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A.

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Caros Clientes, Acionistas e Parceiros,

Em dezembro de 2022 recebíamos os resultados do nosso estudo de satisfação dos clientes. Tem sido assim a cada dois anos, desde o início da AdRA, como decidimos para o nosso sistema de gestão. Prestamos um serviço público essencial, e a **AdRA é uma entidade que se importa**, que quer conhecer o que pensam e o que esperam os seus clientes.

São os nossos melhores resultados de sempre. Os índices de Satisfação e de Lealdade dos nossos clientes são superiores ao conjunto dos índices das entidades gestoras do setor dos serviços de água que participam neste tipo de estudo e estão entre os melhores quando comparados com outras *utilities*, abrangendo a eletricidade, os serviços de televisão, comunicações e outros. São resultados que compensam o trabalho da equipa da AdRA e que entregamos aos nossos Acionistas e outros *Stackholders*. Temos todo um conjunto de indicadores quantitativos que analisamos diariamente (no *Kaizen* diário), mensalmente e anualmente. Sabemos os resultados do caminho que temos percorrido de melhoria continua na qualidade de serviço que prestamos aos nossos clientes. A forma como somos avaliados está diretamente relacionada com o serviço de que somos responsáveis, mas resulta de inúmeros fatores, muitos de carácter qualitativo e até de conceitos alargados na sociedade e que ultrapassam o nosso domínio de intervenção. Os resultados alcançados mostram que é possível melhorar de forma sustentável a satisfação do cliente, mesmo em contextos menos favoráveis (preços, pandemia, inflação, guerra).

A AdRA é uma entidade que investe, e superamos em 2022 todos os anos anteriores, com 20,6 milhões de euros realizados, cumprindo o planeado, com uma execução próxima dos 100%, apesar de também assistirmos às dificuldades das empresas que conosco trabalharam, quer nas cadeias de fornecimento de materiais, quer na carência de mão de obra. A maioria destes fornecimentos, incluindo nos serviços associados, é efetuada por empresas da nossa Região, contribuindo a AdRA para a sua economia e desenvolvimento. O investimento acumulado é já superior a 160 milhões de euros, dos quais 136 milhões de euros dizem respeito a empreitadas. Melhoramos também o nosso centro de despacho e o sistema de telegestão, passo essencial para a melhoria do nosso serviço.

Porque investimos na resiliência das infraestruturas e na eficiência hídrica, e os nossos Parceiros investiram também no aumento de capacidade dos seus sistemas, atravessámos um ano de seca extrema, com graves problemas de abastecimento de água em muitas zonas do país, mantendo sem restrições o serviço e fornecemos mesmo mais meio milhão de m3 (concentrados sobretudo nos meses de maior escassez hídrica) aos nossos clientes, famílias e empresas.

Investimos na nossa equipa, retomando iniciativas de encontros interrompidas na pandemia, promovendo hábitos saudáveis (iniciativas associadas a projetos de *team building*) e melhorando as condições das nossas instalações. Terminamos o ano com 282 colaboradores, um aumento de 9 colaboradores essenciais para fazer face ao aumento contínuo da atividade (mais clientes, mais investimento, mais infraestruturas). Estamos empenhados em manter o clima organizacional positivo num ambiente em que os desafios se sucedem, passando do difícil período de pandemia, para o atual período de guerra na Europa e todas as suas crescentes consequências.

A AdRA é uma entidade que inova. Marcamos presença no maior congresso mundial do nosso setor; o IWA (World Water Congress), com cinco projetos selecionados por equipas internacionais, na área da eficiência energética, da eficiência hídrica, da transição para serviços digitais na área dos clientes e na área operacional. A inovação na AdRA é focada na qualidade e sustentabilidade do nosso serviço e com retorno para os nossos clientes.

Na eficiência hídrica melhorámos de novo a nossa performance atingindo um valor de 18,52% de água não faturada, traduzindo esta melhoria em 2022 com o fornecimento aos clientes de aproximadamente mais 500 000 m3 com um acréscimo marginal do volume de água colocado nas redes de 35 000 m3. A nossa experiência é inovadora no processo de gestão consagrado no nosso Plano de Perdas 2022/2026, que inclui a gestão do primeiro *performance based contract* do setor no nosso país.

No atendimento aos nossos clientes renovamos a certificação LAC, pelo nono ano consecutivo, incluindo os vários canais de contacto, tendo a AdRA inovado nesta área, servindo no nosso setor de referência a muitas entidades gestoras. Aumentámos 13 % o número de faturas emitidas em formato digital, crescemos 6 % o número de adesões ao

serviço AdRANet e emitimos quase meio milhão de avisos em SMS gratuitos para os clientes.

Renovámos os Sistemas de Gestão de Qualidade e Gestão Ambiental e mantivemos o Sistema de Gestão de Energia. Na qualidade da água atingimos o valor da taxa de qualidade da água fornecida de 99,98%, o melhor resultado de sempre, com cerca de 8 500 análises efetuadas e mais de 620 pontos de amostragem. Os sistemas de tratamento de águas residuais que nós gerimos tiveram uma taxa de qualidade da água residual tratada de 100% em 2022, em resultado do investimento efetuado e do trabalho realizado no âmbito da prestação de serviços de operação e manutenção das nossas ETARs.

A AdRA é uma entidade que intervém, gerindo já quase 7 000 km de redes de água e saneamento na Região, mais de 600 estações elevatórias e servindo 167 764 clientes. Servimos mais 2 333 clientes de água e mais 3 441 de saneamento.

Aumentámos o volume de negócios relativamente ao ano anterior em 4,8%, atingindo 58 milhões de euros, aumentámos o EBITDA em 5,5% e melhoramos o rácio Dívida Líquida/EBITDA para 4,5. Encerramos o exercício com um *superavit* tarifário de 3,3 milhões de euros, 18 % superior ao valor do ano anterior.

O nosso compromisso é uma relação de longo prazo, confiável e leal com os nossos clientes, **#a AdRAresolve**; é um compromisso com a nossa Região e o ambiente **#daÁguatratamosNós** **#doambienteCuidamosNós**.

Um agradecimento a todos os fornecedores que contribuíram para o serviço que prestamos, ao Conselho Fiscal e Auditores no acompanhamento e fiscalização constantes, e aos demais *Stackholders*. O sucesso da AdRA, ao longo deste período alargado de difíceis desafios deve-se à equipa, aos/as colaboradores/as, cabendo um justo agradecimento a todos/as pelo seu esforço, dedicação e espírito de missão. É também essencial para o bom resultado que apresentamos o apoio do nosso acionista AdP e dos nossos acionistas Municípios, os Parceiros da AdRA e a Comissão de Parceria, a todos manifestamos o nosso agradecimento.

RESULTADOS DO QUE TEMOS VINDO A FAZER EM 2022



160M€
INVESTIMENTO



2 907
KM REDE SANEAMENTO



6 981
KM REDE CONSTRUÍDA



AA 84 | AR 613
N.º ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS



4 075
KM REDE ÁGUA

A EMPRESA

A AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. é uma sociedade anónima de capitais públicos criada no âmbito do Decreto-Lei nº 90/2009 de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Autarquias Locais.

Este novo modelo de gestão possibilita uma integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.



O Contrato de parceria foi assinado em 29 de julho de 2009, entre o estado português e os municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos, e a 23 de setembro é criada a Águas da Região de Aveiro, S.A., e aprovados os seus estatutos e o acordo parassocial, entre os seus acionistas, a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e os municípios.



Figura 1 – Área de atuação da AdRA

A Empresa foi constituída com um capital social de 15.000.000 euros, já integralmente realizado, detido em 51% pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. e em 49% pelos municípios aderentes. Em 2016 a AdRA efetuou um aumento de capital de 2.500.000 euros, cuja realização foi efetuada de acordo com a distribuição por acionista existente à data, perfazendo um total de 17,5 milhões de euros.

A Águas da Região de Aveiro, S.A. iniciou a sua atividade em 1 de maio de 2010 e durante o ano foi também concretizada, a 30 de junho, a adesão à Parceria do Município de Ovar.

Com a integração do município de Ovar a 1 de janeiro de 2011, a AdRA, S.A. passou a gerir os serviços de água e saneamento de 10 municípios, Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos numa área geográfica de 1.500 km² e cobrindo uma população de cerca de 350 mil habitantes.

1. MISSÃO, VISÃO E VALORES

A Empresa tem definido de forma clara a sua missão e a sua visão.

MISSÃO DA ADRA

Prestar o serviço de abastecimento de água e saneamento de forma sustentável, visando a satisfação dos clientes, e das partes interessadas, com qualidade, segurança e continuidade, contribuindo para a requalificação ambiental da Região.

VISÃO DA ADRA

Consolidação como a empresa de referência do setor, de reconhecida eficiência e garantida fiabilidade do serviço prestado, a preços socialmente aceites.

A AdRA tem como Valores Centrais:

- Espírito de Servir
- Excelência
- Integridade
- Responsabilidade
- Rigor

OBJETIVOS DA ADRA

Garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, no sentido de proteção da saúde pública, bem-estar das populações, proteção do ambiente e sustentabilidade económico-financeira do setor, contribuindo ainda, para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

POLÍTICA DE GESTÃO

No contexto da implementação da Missão, Visão e Valores, a Águas da Região de Aveiro, S.A., assume uma postura de Ética, Integridade e Sustentabilidade Empresarial, certa das suas responsabilidades na contribuição para a saúde pública e uma melhor qualidade de vida da sociedade em que está inserida, na senda do reconhecimento como a referência na Gestão do Abastecimento de água para Consumo Humano e do Saneamento das Águas Residuais.

Assim, num quadro de respeito integral das obrigações de conformidade aplicáveis ao serviço e produto, ao ambiente, à energia, aos ativos e segurança e saúde ocupacional, segurança da informação e igualdade de géneros, e numa perspetiva de desenvolvimento sustentável, assume os seguintes compromissos de gestão, como forma de assegurar a satisfação dos seus/suas clientes, colaboradores/ as e restantes partes interessadas:

SERVIÇO

- Satisfação dos/das clientes, através de um elevado nível de exigência e qualidade de serviço, potenciadas por uma busca permanente de eficácia e eficiência.
- Produção e fornecimento de um produto seguro, garantindo uma gestão e vigilância do sistema de abastecimento de água proactiva, sistemática e eficaz, baseada numa abordagem preventiva do risco.
- Comunicação externa no segmento da cadeia alimentar incluindo fornecedores, clientes e/ou consumidores/as e entidades estatutárias e regulamentares.

SOCIAL

- Desenvolvimento de uma cultura de rigor, exigente e inovadora, assente no desenvolvimento e valorização das competências dos colaboradores/as, assegurando a sensibilização, formação e consciencialização pelo cumprimento dos compromissos desta política.
- Motivação e alinhamento dos colaboradores/as, promovendo um clima social que contribua para a sua valorização pessoal e profissional.
- Proporcionar condições de trabalho seguras e saudáveis, prevenindo lesões e danos na saúde e implementando ações para a avaliação e minimização dos perigos e redução do risco para a segurança e saúde dos colaboradores/as.
- Promoção da consulta aos/as colaboradores/as e/ou seus representantes por forma a potenciar o seu envolvimento e participação.
- Contribuir ativamente para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar.
- Pautar por uma igualdade de género assente em pilares como: o princípio de igualdade de tratamento e de oportunidades através da inclusão na estratégia e na gestão da empresa; uma avaliação neutra, inclusiva e não discriminatória em processos de recrutamento e seleção e gestão de carreiras; a implementação de práticas de recursos humanos consistentes, tendo como propósito a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional bem como na proteção da maternidade e da paternidade.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- Avaliação dos riscos suscetíveis de afetar a continuidade da atividade da empresa, bem como, a sua imagem e reputação, implementando medidas de gestão, controlo e mitigação do risco, que assegurem a segurança da informação.
- Assegurar uma eficaz e adequada proteção da informação através de meios e tecnologias garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação, necessária ao funcionamento da empresa e sua relação com as partes interessadas.
- Garantia da proteção dos dados pessoais, com respeito pelos princípios da licitude, lealdade, proporcionalidade e transparência, de acordo com os direitos, liberdades e garantias das pessoas.
- Assegurar o cumprimento do princípio da privacidade por defeito nos desenvolvimentos, projetos e atividades. O tratamento de dados pessoais cumpre com os procedimentos que assegurem o controlo, tratamento, conservação, disponibilização e acessibilidade por forma a garantir a proteção e privacidade da informação.

AMBIENTE E ENERGIA

- Avaliação dos aspetos e impactes ambientais das atividades, levando em conta o ciclo de vida, com o objetivo da proteção do ambiente, adotando praticas que potenciem a prevenção da poluição, numa perspetiva de melhoria do desempenho ambiental.
- Conceção, aquisição e utilização de tecnologias limpas, produtos e serviços energeticamente eficientes, sempre que economicamente viável, como forma de maximização da eficiência no uso e consumo de energia, na prevenção da poluição, contribuindo para a proteção do ambiente.

ATIVOS

- Avaliação do risco dos ativos operacionais para a continuidade do serviço, qualidade e segurança do produto, por forma a otimizar a sua utilização e ciclo de vida.
- Investimento em ações e meios nas fases de conceção, aquisição, utilização, manutenção, reabilitação ou abate, com base no plano estratégico de gestão de ativos, acrescentando valor ao ativo para a organização.

O Conselho de Administração assume esta política como base para implementação da sua estratégia, assim como a melhoria contínua do desempenho da empresa, disponibilizando a informação e os recursos necessários à prossecução dos objetivos e metas de gestão.

2. CADEIA DE VALOR

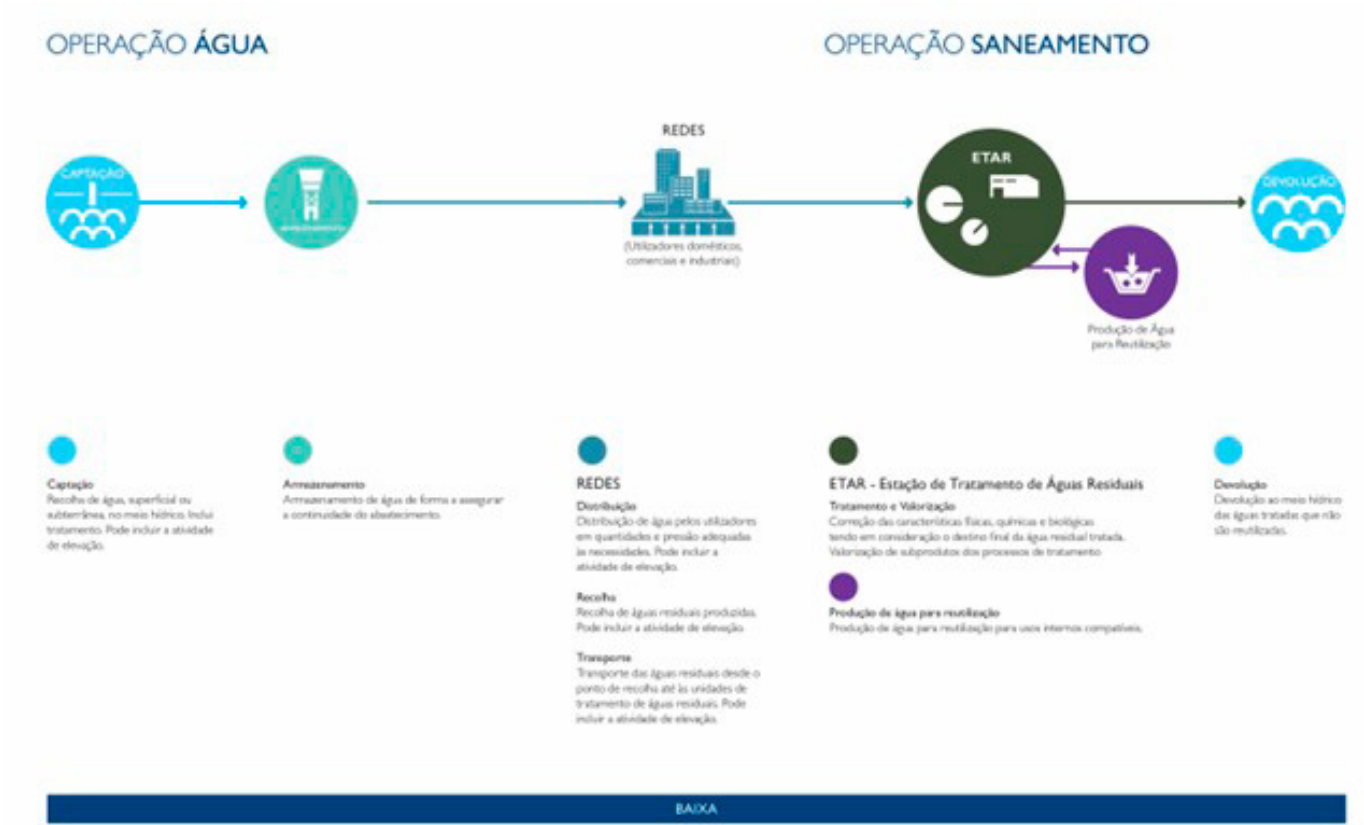


Figura 2 – Cadeia de Valor

3. GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

A política social e de gestão do capital humano da AdRA assenta numa cultura de rigor, exigência e inovação, permitindo o desenvolvimento e valorização das competências das suas e dos seus Colaboradores/as, proporcionando igualmente condições de trabalho seguras e saudáveis, com especial incidência na prevenção de danos para a saúde.

A AdRA contribui sistematicamente para a implementação das melhoras práticas de igualdade de género e pauta-se por princípios rigorosos de igualdade de tratamento e de oportunidades, mantendo uma avaliação neutra, inclusiva e não discriminatória em processos de recrutamento e seleção e de gestão de carreiras. As práticas de recursos humanos implementadas são consistentes e visam a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional, bem como a proteção na parentalidade.

No final do ano 2022, a equipa de trabalho da AdRA era constituída por 282 colaboradores/as, em resultado das seguintes movimentações durante o ano:

- Cessações: 15
- Admissões: 24

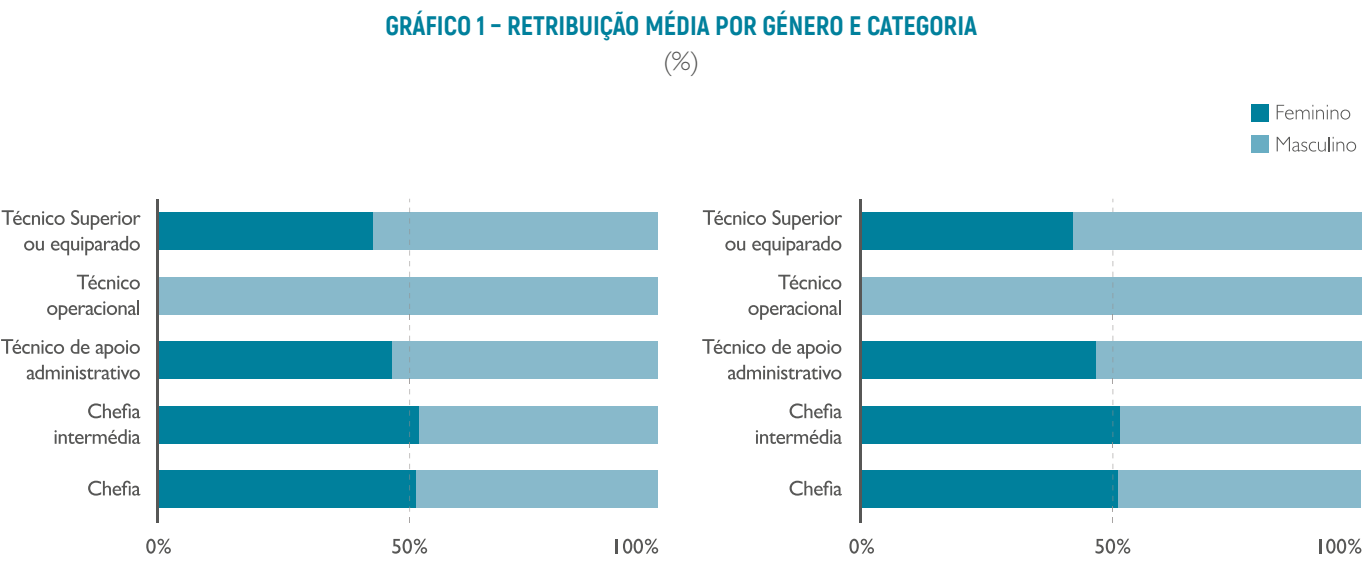
As cessações devem-se essencialmente à aprovação de regime de aposentação e saídas por iniciativa própria.

As admissões do ano foram justificadas pela substituição de colaboradores/as que saíram no decorrer do ano 2022, autorizadas no âmbito do disposto no artigo 142.º do Decreto-lei n.º 53/2022, de 12 de agosto (substituição de trabalhadores em empresas do setor público empresarial) e admissões aprovadas no âmbito do Plano de Atividades e Orçamento do ano 2022.

3.1 CARACTERIZAÇÃO

A distribuição por género demonstra uma preponderância do sexo masculino com 70% dos colaboradores, enquanto o sexo feminino tem uma representação de 30%. Este resultado mantém a representatividade masculina versus feminina dos anos anteriores.

Em todos os processos de seleção desenvolvidos, a AdRA empenha-se em garantir igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.



3.2 VÍNCULO CONTRATUAL

Decorrente do contexto estabelecido para integração dos trabalhadores com proveniência dos Municípios na AdRA, o regime de cedência de interesse público continua a ser o vínculo contratual com maior expressão na equipa de recursos humanos da AdRA, dividindo-se em duas modalidades distintas:

- Com suspensão do estatuto de origem: adequação do contexto remuneratório e contratual do colaborador a uma relação privada de emprego;
- Sem suspensão do estatuto de origem: não alteração do contexto remuneratório e contratual vigente na autarquia, nomeadamente a continuação de um regime horário semanal de 35 horas e a não alteração do vencimento de origem e modo de apuramento do período anual de férias.

Tabela 1 - Vínculo Contratual

	2020			2021			2022		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Contrato sem termo	56	59	115	58	64	122	64	73	137
Contrato termo certo	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Cedência de interesse público	22	135	157	22	128	150	22	123	145
Cedência Grupo AdP	0	1	1	0	0	0	0	0	0
Total	78	195	273	80	193	273	86	196	282

(Unidade: nº)

3.3 IDADES

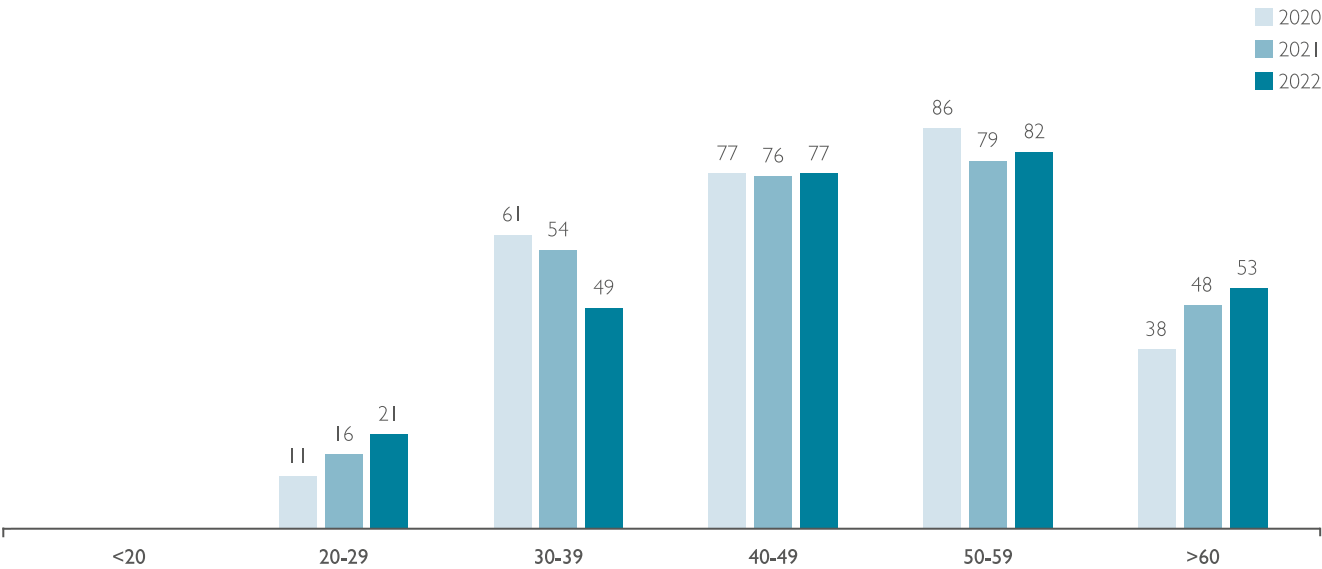
A média de idades na AdRA, a 31 de dezembro de 2022 era de 48 anos (média de idade dos homens: 50 anos e média de idades das mulheres: 43 anos), distribuída pelos seguintes níveis etários:

Tabela 2 - Idade dos colaboradores

(Unidade: n°)

Escalões Etários	2020			2021			2022		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
<20	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0-29	4	7	11	6	10	16	8	13	21
30-39	31	30	61	28	26	54	22	27	49
40-49	24	53	77	25	51	76	30	47	77
50-59	16	70	86	16	63	79	20	62	82
>60	3	35	38	5	43	48	6	47	53
Total	78	195	273	80	193	273	86	196	282

GRÁFICO 2 - ESCALÕES ETÁRIOS

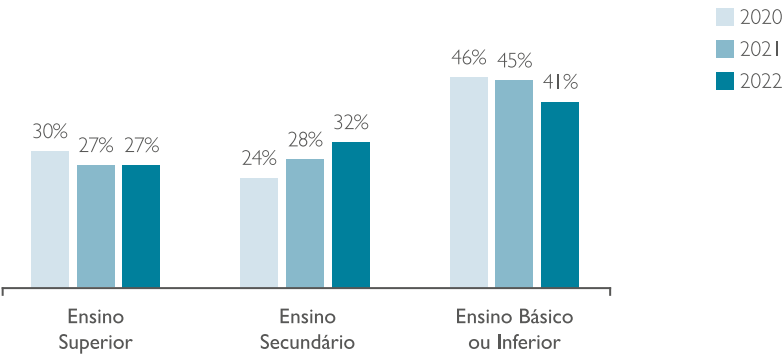


A AdRA não efetua qualquer tipo de discriminação pela idade, fomentando uma organização do trabalho e mecanismos de constituição das equipas que permitem e valorizam o saber adquirido pelas colaboradoras e pelos colaboradores, de forma a garantir elevados níveis de eficiência na atuação e fortalecer canais de transferência de conhecimentos para os mais jovens.

3.4 HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

No final do ano 2022, as habilitações literárias na AdRA estavam distribuídas da seguinte forma:

GRÁFICO 3 - HABILITAÇÕES LITERÁRIAS – EVOLUÇÃO



3.5 FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL

A formação profissional, enquanto instrumento de valorização das competências técnicas, sociais e de gestão dos colaboradores é um dos pilares da política de gestão de recursos humanos da AdRA, assente no binómio envolvimento e desenvolvimento.

Neste âmbito, encontram-se consolidadas as rotinas de formação e desenvolvimento dos colaboradores, cujos conteúdos se encontram alinhados com o objetivo A2 do Mapa da Estratégia da AdRA: Desenvolver as competências e motivação dos/as colaboradores/as.

Em 2022, a AdRA realizou 73 ações de formação, gerando um volume total de formação de 4801 horas.

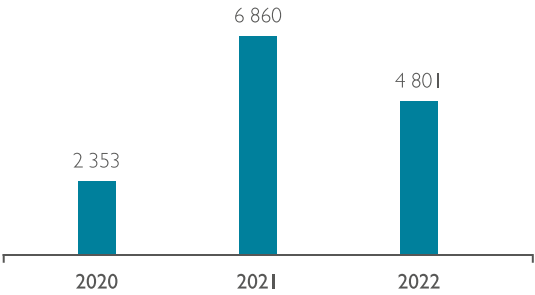
A distribuição por área de formação é a seguinte:

Tabela 3 - Formação por área

(Unidade: n° horas)

Área	2022
Qualidade/Segurança/Saúde	963
Gestão	361
Jurídica	580
Compras / Aprovisionamento / Logística	53
Tecnologias da Informação	1 681
Produção/Operação/Manutenção	469
Comportamental	240
Engenharia / Ambiente	299
Recursos Humanos	123
Finanças	32
Total	4 801

GRÁFICO 4 - N.º TOTAL DE HORAS DE FORMAÇÃO
(2020-2022)



3.6 ESTÁGIOS

O acolhimento de estagiários é uma prática que a AdRA continua a fomentar, de forma a possibilitar a partilha das boas práticas da Empresa com a comunidade envolvente, assumindo-se como um agente de formação em contexto profissional de referência para a comunidade escolar envolvente.

A AdRA mantém rotinas permanentes de realização de estágios curriculares e, em número já significativo, procedeu à admissão de alguns estagiários para enriquecer a equipa da Empresa. A qualidade global dos estagiários é muito satisfatória, encontram-se bem preparados para trabalhar e para continuar a aprender. Trazem energia para enfrentar com entusiasmo os desafios diários e para contagiar positivamente os colaboradores da AdRA.

3.7 GESTÃO DE TEMPOS

A AdRA tem implementado um sistema de gestão de assiduidade de modo a assegurar o cumprimento da legislação em vigor quanto ao registo dos tempos de entrada e saída de todos os colaboradores, bem como para disponibilizar à gestão informação útil e importante quanto à organização de trabalho da empresa e assiduidade das suas e dos seus colaboradores.

Neste âmbito, destaca-se a possibilidade de um grupo significativo de colaboradoras/es usufruírem do regime de horário flexível (cerca de 45%), permitindo uma melhor conciliação das responsabilidades profissionais com as conveniências pessoais e familiares.

3.8 ABSENTISMO

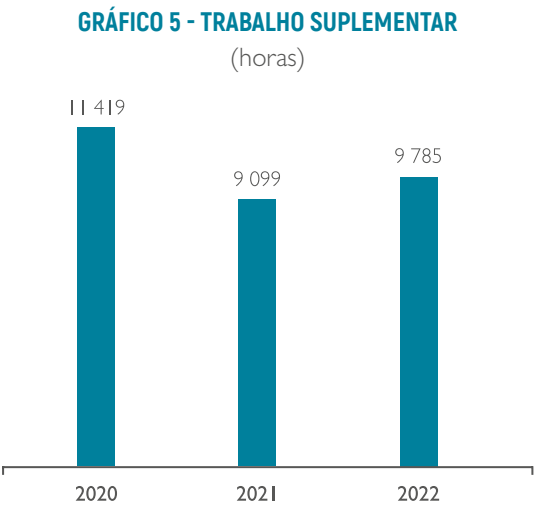
A taxa de absentismo global em 2022 aumentou face ao valor registado nos dois anos anteriores, como se pode verificar na tabela seguinte. O aumento da taxa deve-se essencialmente a situações de baixa médica prolongada.

Tabela 4 - Absentismo

(Unidade: %)			
Tipos de Ausência	2020	2021	2022
Total/ano	5,6%	7,0%	10,2%
Doença	3,0%	3,0%	5,4%
Acidentes de Trabalho	0,2%	0,5%	1,1%
Outras Ausências	0,7%	1,1%	1,2%
Parentalidade	1,1%	1,7%	2,0%
Atividade Sindical	0,4%	0,4%	0,4%
Trabalhador-Estudante	0,1%	0,2%	0,1%

3.9 TRABALHO SUPLEMENTAR

O volume de trabalho suplementar do ano 2022 aumentou ligeiramente face ao ano anterior, como se pode verificar no gráfico infra.



3.10 MEDICINA DO TRABALHO

Para promoção da saúde e segurança dos/as colaboradores/as, a AdRA assegura serviços de Medicina no Trabalho, incluindo as seguintes atividades principais:

- Realização de exames de admissão;
- Realização de exames periódicos;
- Realização de exames ocasionais após acidentes de trabalho, doença e outras ausências prolongadas;
- Consultas de enfermagem;
- Análise de acidentes de trabalho;
- Visitas regulares aos postos de trabalho;
- Vacinação contra a gripe.

É propósito da AdRA que a Medicina do Trabalho se assuma como um agente ativo ao serviço da valorização das condições de trabalho proporcionadas aos colaboradores.

Durante o ano 2022, realizaram-se 219 exames, distribuídos da seguinte forma:

- Exames periódicos 82%;
- Exames ocasionais 11%;
- Exames de admissão 8%.

3.11 SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO

Após 2 anos de constrangimentos devido à pandemia da COVID 19, que obrigou à elaboração e implementação de um Plano de Contingência que permitiu à Empresa continuar a servir, sem interrupções e com qualidade e segurança, os seus clientes, o ano de 2022 foi o regresso à normalidade.

A melhoria contínua, e a eficácia da política de Segurança no Trabalho, continuam a ser os principais focos da estratégia da AdRA e dos serviços de segurança, na salvaguarda dos valores fundamentais de garantir a segurança de pessoas e instalações.

Com o contributo e envolvimento de todos os níveis de gestão, colaboradores, e partes interessadas, e com todos os desafios pós-pandemia, em 2022 foi possível continuar as estratégias de proximidade e colaboração, que nos permitiram contribuir para a diminuição dos acidentes de trabalho, prosseguir a com as ações do programa de segurança no trabalho, monitorizar os serviços de segurança no trabalho, e desta forma, garantir locais de trabalho mais seguros e saudáveis, das quais de destacam:

- Vinte dias Abertos da Sustentabilidade “*Para estarmos mais próximos, porque a segurança começa com cada um de nós!*”. Garantindo a proximidade, a comunicação e o envolvimento das equipas no reforço de competências em prevenção e segurança.
- Identificação de perigos e avaliação de risco associado às infraestruturas e tarefas, com verificação/implementação de medidas preventivas e corretivas, ações de formação/sensibilização *on-the-job* e recolha de propostas de melhoria e sugestões dos colaboradores;
- Sete ações de Promoção da Segurança e Saúde no Trabalho, em contexto de trabalho, em equipa multidisciplinar, da saúde e da segurança, incluindo o médico de trabalho e os representantes dos trabalhadores;
- Três Visitas de Sustentabilidade para verificação do cumprimento das regras e procedimentos de trabalho;
- Trinta e cinco simulacros internos e nos prestadores de serviços, para testar os planos de emergência desenvolvidos e avaliar a resposta em caso de emergência;
- Elaboração das Medidas de Autoproteção para as novas instalações das lojas de Aveiro e Sever do Vouga, e infraestruturas do Complexo de Cacia.
- Ações de investigação de incidentes de trabalho, incluindo a definição e implementação de medidas preventivas e corretivas;
- Operacionalização do Programa de Monitorização de Agentes em Ambiente Ocupacional;
- Gestão de produtos químicos, com especial atenção aos CMR;
- Formação na área da Segurança e Saúde no Trabalho;
- Realização de trinta e uma sessões de acolhimento aos novos colaboradores, com o intuito de dar a conhecer a empresa. Inclui ações de formação acerca dos riscos associados às tarefas a desempenhar e a entrega do fardamento e EPI's adequados à função;
- Três consultas escritas aos Representantes de Trabalhadores e envolvimento nas temáticas da segurança;
- Acompanhamento das práticas e procedimentos estabelecidos no âmbito da prestação de serviços externos de segurança no trabalho;
- Auditoria de avaliação dos requisitos legais e verificação do cumprimento das normas legais em vigor;
- Auditoria interna ao Sistema de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional (de acordo com a norma 45001);
- Análise de projetos de infraestruturas de água e saneamento, no âmbito da segurança no trabalho.

Em 2022, o número de acidentes de trabalho diminuiu face ao período homólogo de 2021, resultado do trabalho desenvolvido na área da segurança e saúde no trabalho e, entre outros, numa maior consciencialização/perceção e alerta dos colaboradores para os riscos profissionais.

Em matéria de sinistralidade, em 2022 registaram-se 24 incidentes, dos quais:

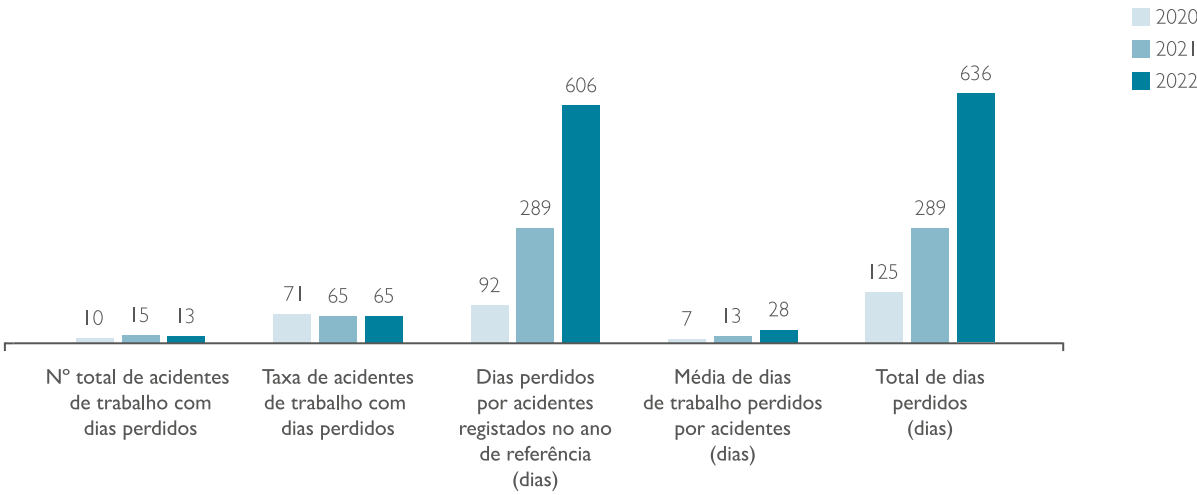
- 20 classificados como acidentes de trabalho, reconhecidos pela sua génese, 6 dos quais acidente *in itinere*;
- 4 quase acidentes;
- Dos 20 acidentes, 13 resultaram em Incapacidade Temporária Absoluta (ITA) para o trabalho;
- Perderam-se 636 dias de trabalho, dos quais, 606 dias referente aos acidentes registados em 2022;
- Os 6 acidentes *in itinere* tiveram uma grande contribuição para os indicadores de gravidade dos acidentes, com 273 dias de trabalho perdidos;
- A maioria dos incidentes ocorridos resultaram da interação com viaturas, aparecendo em segundo lugar os movimentos em falso;
- As lesões com mais representatividade foram “feridas e lesões superficiais”, seguidas das “fraturas”;
- As partes do corpo mais afetadas foram os membros, em primeiro lugar os inferiores (30%), seguido dos superiores (25%);
- A causa raiz em 46% dos acidentes são atos inseguros ou a sua contribuição.

Acontecimentos como a COVID 19, nos últimos anos, ou outros, como a atual conjuntura económico-financeira, constituem fatores que podem alterar a perceção do risco, e consequentemente dos comportamentos, apresentando novos desafios aos serviços de segurança e saúde no trabalho.

Tabela 5 – Acidentes de Trabalho

	2020	2021	2022
Total de Acidentes de Trabalho (n.º)	14	23	20
Acidentes em trajeto (n.º)	1	3	6
Média de Acidentes/mês	1,2	1,9	1,7

GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DIAS PERDIDOS POR ACIDENTES DE TRABALHO



Em 2022, perderam-se 636 dias de trabalho, dos quais 273 correspondem a acidentes *in itinere* (casa-trabalho), e 30 correspondem a acidentes transitados do ano anterior.

O 2º semestre de 2022 regista mais 124 dias de trabalho perdidos, já a contar com os 30 dias transitados de 2021. Desde 2020, que no segundo semestre se registam mais acidentes face ao primeiro.

No que concerne aos indicadores de sinistralidade, em 2022 o índice de frequência diminuiu 10,5% face ao período homologado de 2021 (28,98 acidentes por milhão de horas trabalhadas), cumprindo as metas estabelecidas e mantendo-se na classificação aceitável.

Já o índice de gravidade ficou aquém da meta definida devido ao aumento de 116% dos acidentes com baixa, para o qual muito contribuíram os acidentes *in itinere*, tendo passado do nível bom para aceitável.

Indicadores	2020	2021	2022
Índice de Frequência	21,41	32,39	29,98
Índice de Gravidade	196,97	623,95	1351,14

Tabela Classificativa da Organização Internacional de Trabalho

Classificação	IF	IG
Bom	< 20	<500
Aceitável	20 a 50	500 a 1000
Insuficiente	50 a 80	1000 a 2000
Mau	> 80	> 2000

3.12 SATISFAÇÃO DOS COLABORADORES NAS ATIVIDADES SOCIAIS E DE ENVOLVIMENTO

O Mapa da Estratégia da AdRA tem como objetivo estratégico desenvolver as competências e a motivação dos colaboradores através:

- Promoção de um clima social que valorize pessoal e coletivamente os colaboradores
- Desenvolvimento e valorização das competências e expectativas profissionais dos colaboradores

Promover a satisfação dos colaboradores, de forma a potenciar o seu compromisso e envolvimento para com a atividade desenvolvida pela AdRA é igualmente um dos objetivos da política de recursos humanos da AdRA.

Nesse sentido, existem várias medidas e são promovidas várias iniciativas, agregadas sob a marca interna “*Espírito AdRA*”, focalizadas no envolvimento das pessoas e no fortalecimento do espírito de equipa.

O *Espírito AdRA* pretende posicionar a empresa como merecedora do melhor que as pessoas têm para oferecer, os seus maiores talentos e as suas maiores motivações.

Destacam-se as medidas e iniciativas mais significativas em vigor na AdRA:

- **SEGURO DE VIDA:** seguro de vida em caso de morte ou incapacidade.
- **SEGURO DE SAÚDE:** apólice com coberturas muito vantajosas que abrangem o(a) colaborador(a) e o agregado familiar, constituindo um benefício extremamente valorizado.
- **VALES EDUCAÇÃO (“*Aprender com a AdRA*”):** Esta medida consiste na atribuição de vales educação às colaboradoras e aos colaboradores elegíveis no âmbito desta iniciativa, com o objetivo de compartilhar as despesas relacionadas com a aquisição de material escolar dos seus filhos estudantes, do nível pré-escolar até ao ensino superior.
- **BOLSAS DE ESTUDO:** No âmbito da estratégia de Responsabilidade Social do Grupo Águas de Portugal, são atribuídas bolsas de estudo às filhas e filhos de trabalhadoras/es, elegíveis no âmbito desta medida, que se encontrem a frequentar o ensino superior ou que integram o ensino especial.
- **CABAZ NASCIMENTO (“*Nascer com a AdRA*”):** Com o objetivo de promover o bem-estar e a satisfação das colaboradoras e dos colaboradores e apoiar a natalidade, é atribuído um cabaz aquando do nascimento de um novo *bebé AdRA*.
- **DIA DE ANIVERSÁRIO (“*Parabéns, o dia é teu!*”):** No âmbito da política de gestão de recursos humanos, pautada pela promoção do equilíbrio entre a vida pessoal e a vida profissional, na AdRA é atribuída dispensa no dia de aniversário a todos/as os/as Colaboradores/as.
- **DIA DO ESPÍRITO ADRA:** Dia anual de convívio entre os colaboradores para fortalecer o espírito de equipa e a coesão entre os colaboradores. Decorre na área geográfica de intervenção da AdRA, como modo de dinamização cultural da região e de aumento da proximidade entre os colaboradores e clientes da AdRA. É um dia de vivências conjuntas e boa disposição.
- **QUADRA NATALÍCIA:** Realização de 3 momentos complementares para vivência interna da quadra natalícia:
 - **NATAL DA CRIANÇAADRA:** festa para os filhos dos colaboradores com oferta de presente e participação em atividades lúdicas, com lanche oferecido aos colaboradores e famílias;
 - **CABAZ DE NATAL:** O cabaz de natal é harmonizado no universo de colaboradores do Grupo AdP. A Administração da AdRA tomou a decisão de integrar o *Espírito AdRA* no cabaz, com 3 produtos adicionais que incluem por um lado, o valor da solidariedade, com a inclusão de um produto exclusivamente confeccionado pelas mãos extraordinárias das crianças e jovens do CASCI de Ílhavo, por outro lado complementando com dois produtos produzidos na região de forma a apoiar e estimular a economia regional, da sua zona de atuação.
 - **CONSOADRA:** jantar de convívio entre os colaboradores fomentando a informalidade e reforçando laços de proximidade e pertença à empresa.

A AdRA estabelece ainda protocolos com diversas entidades – farmácias, clínicas, ginásios, combustível, comunicações, livrarias, bancos – com vantagens para todos/as os/as colaboradores/as.

3.13 REPRESENTAÇÃO E COMUNICAÇÃO INTERNA

Considerando a dimensão da empresa e a sua considerável dispersão geográfica, torna-se fundamental garantir mecanismos eficientes de comunicação interna, quer para alinhamento de comportamentos profissionais, quer para estabelecimento de níveis transversais de envolvimento e compromisso com a AdRA.

Nesse sentido, são dinamizadas algumas iniciativas, priorizando o formato digital, com vista a melhorar o processo de comunicação interna, nomeadamente:

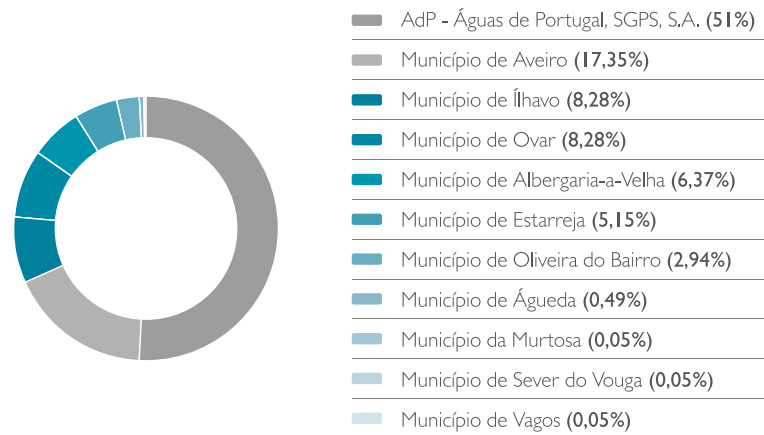
- Divulgações internas: partilha de informação aos/as colaboradores/as, permitindo a constante atualização;
- Reuniões de Colaboradores/as: Dinamização de várias reuniões para identificação de oportunidades de melhoria sobre o funcionamento da empresa, ora centradas na resolução de problema específico (*brainstorming*), ora para acompanhamento permanente de equipas, processos e desenvolvimentos no Grupo.

Regularmente, realizam-se reuniões com os representantes das trabalhadoras e dos trabalhadores, com o objetivo de alinhar os interesses estratégicos da empresa com os diferentes interesses no campo laboral, bem como identificar e definir situações específicas merecedoras de atenção e desenvolvimento.

4. ESTRUTURA ACIONISTA

Detentora de um capital social de 17.500.000 euros totalmente realizado, a AdRA é participada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelos municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Ovar, Sever do Vouga e Vagos, de acordo com a seguinte estrutura acionista.

GRÁFICO 7 - ESTRUTURA ACIONISTA - ADRA



5. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

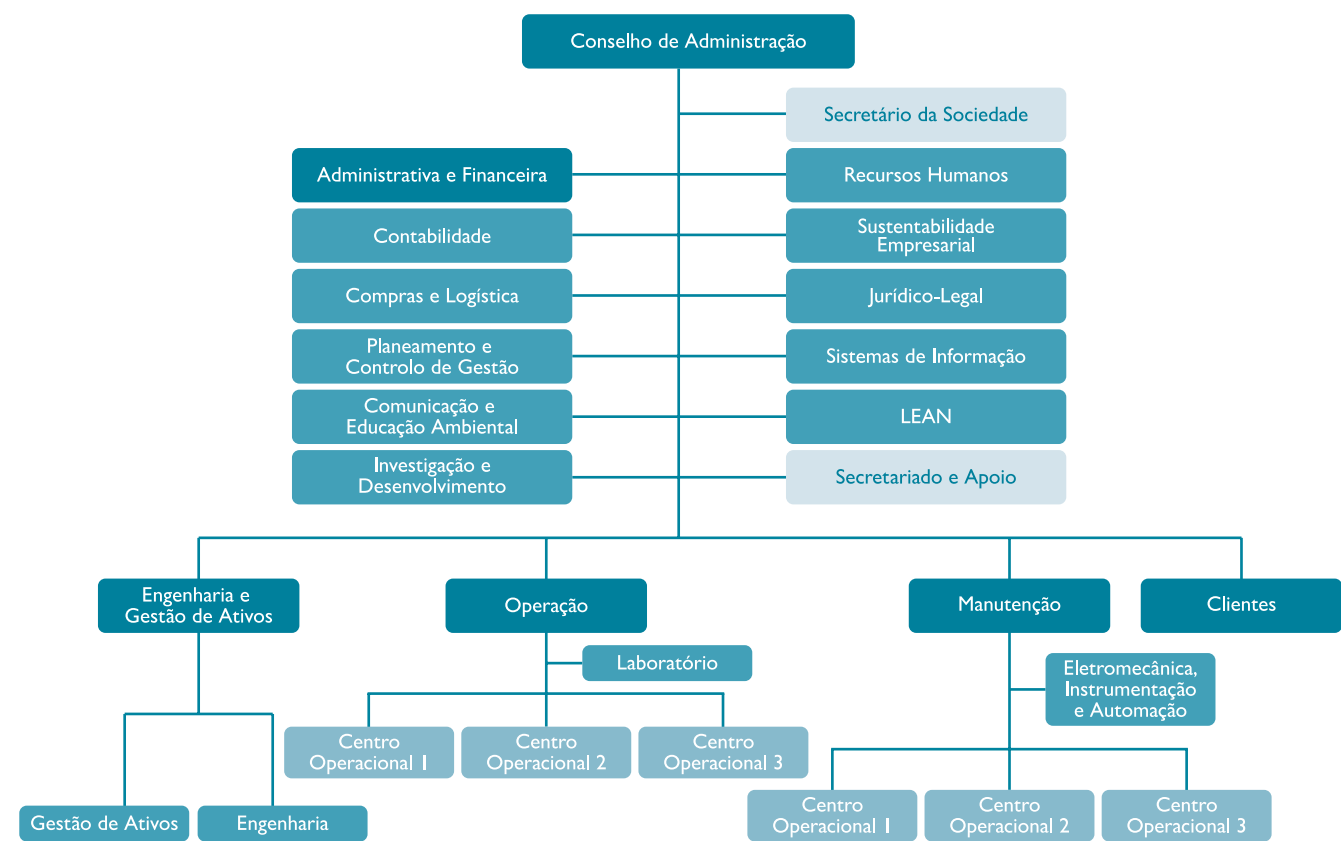


Figura 3 – Organigrama

6. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os órgãos sociais para o mandato 2020/2022 (Conselho Fiscal e ROC para o mandato 2019/2021, continuando em funções durante o ano de 2022), foram eleitos em Assembleia Geral, de acordo com o artigo 17º, n.º 2, al. e), dos Estatutos da sociedade, e são constituídos pela mesa de Assembleia Geral, conselho de administração e conselho fiscal. A Sociedade dispõe de um secretário da sociedade (designado pelo conselho de administração, nos termos do disposto no art. 446º-D do CSC) e uma comissão de vencimentos, nos termos do disposto no art. 17.º, n.º 2, al. h), dos Estatutos da sociedade, e uma sociedade de revisores oficiais de contas.

ASSEMBLEIA GERAL

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 14º dos Estatutos da sociedade, a mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A Assembleia Geral é convocada e dirigida pelo presidente da mesa ou, na sua ausência ou impedimentos, pelo vice-presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em Assembleia Geral.

Compete, nomeadamente, à Assembleia Geral:

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício apresentados pelo conselho de administração;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Apreciar a gestão e fiscalização da sociedade;
- Aprovar os planos de atividade e financeiros quinquenais e as suas eventuais alterações;
- Eleger os membros dos órgãos sociais e, de entre os membros do conselho de administração, eleger o seu presidente;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- Deliberar sobre o aumento de capital;
- Fixar as remunerações dos órgãos da sociedade, podendo esta competência ser delegada em comissão de fixação de remunerações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nos termos do n.º 1, do artigo 18º, dos Estatutos da sociedade, o conselho de administração é composto por três a cinco administradores, sendo que foram eleitos cinco membros, sendo um, o presidente, e os restantes, vogais.

Nos termos do artigo 19º dos Estatutos da sociedade, o conselho de administração tem poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos Estatutos e pelas deliberações dos acionistas.

Nos termos do artigo 20º dos Estatutos, o conselho de administração pode ainda deliberar delegar num administrador ou numa comissão executiva composta por dois a três administradores, consoante o número de membros que componham o conselho de administração, a gestão corrente da sociedade, devendo a deliberação da delegação fixar os limites da mesma.

CONSELHO FISCAL

Nos termos do n.º 1 do artigo 24º dos Estatutos da sociedade, a fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal composto por três membros efetivos e um suplente, e um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro desse conselho fiscal.

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Tal como previsto no art.º 17, n.º 2, al. h), dos Estatutos da sociedade, foi delegada a competência para fixar a remuneração dos órgãos sociais numa comissão de vencimentos.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A composição dos Órgãos Sociais no final de 2022 era a seguinte:

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Município de Albergaria-a-Velha, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, António Augusto Amaral Loureiro e Santos

Vice-Presidente: Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário: Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo: Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos
Vogal não Executiva: Célia Maria Pereira Cardoso André
Vogal não Executiva: Fernanda da Conceição Abreu Lacerda
Vogal não Executivo: Município da Murtosa, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Joaquim Manuel dos Santos Baptista
Vogal não Executivo: Município de Ovar, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Salvador Malheiro Ferreira da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Município de Vagos, representado pelo Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado
Vogal: Saskia Márcia Ferreira Lopes
Vogal: Armando José de Sousa Resende
Vogal Suplente: Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes
Revisor Oficial de Contas Efetivo: “PricewaterhouseCoopers & Associados SROC, Lda.”, representada por por José Alves Bizarro Duarte, ROC
Revisor Oficial de Contas Suplente: Carlos José Figueiredo Rodrigues, ROC

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente: Carla da Conceição Afonso Correia
Vogal: AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A.
Vogal: Município de Sever do Vouga.

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE (ART.º 446º-D DO CSC)

Secretário da sociedade: Sílvia Maria Lopes Pires Diogo
Suplente: Maria Margarida André Canha Santos

7. RELAÇÃO COM OS STAKEHOLDERS

A AdRA está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade, como por exemplo, os Municípios, Fornecedores e Prestadores de Serviços, Clientes, Colaboradores, entre outros.

A AdRA identificou como principais stakeholders os grupos presentes na figura 5, para o cumprimento da sua estratégia e na execução das atividades necessárias para a obtenção dos objetivos definidos, nas diferentes vertentes que caracterizam as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.



Figura 4 - Stakeholders

A AdRA possui um conjunto de interfaces, relativamente aos quais procura responder, de forma eficiente, quer sejam técnicos, económicos, sociais ou ambientais, privilegiando um relacionamento sério e virtuoso, suportado em valores de ética e justiça social.

DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A AdRA cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de stakeholders.

No ano de 2022 foram várias as ações e iniciativas organizadas pela empresa no âmbito da sua relação com os principais stakeholders da empresa, designadamente:

RELAÇÃO COM ENTIDADES OFICIAIS

A AdRA cumpriu com as suas obrigações legais, facultando os reportes e informações legalmente obrigatórias à entidade reguladora (ERSAR), disponibilizando ao público em geral as informações e relatórios na forma e nos meios legalmente definidos (como as análises à qualidade da água), comunicando incidentes (como descargas de águas residuais no ambiente) às autoridades e entidades competentes, bem como outras informações de acordo com as solicitações recebidas das várias entidades.

RELAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Sempre que interpelada, a AdRA satisfaz, de acordo com os deveres de transparência e verdade, que são os valores que pautam toda a comunicação interna e externa da empresa, os pedidos de esclarecimento e de informação pedidos por parte dos órgãos de comunicação social.

RELAÇÃO COM OS CLIENTES, POPULAÇÃO E STAKEHOLDERS EM GERAL

O ano de 2022 foi um ano de consolidação da estratégia e da operacionalização da comunicação da AdRA e da sua relação com os seus Stakeholders. Toda a comunicação da AdRA, independentemente do seu papel (seja no atendimento, fornecedor de serviços essenciais, nas ações e eventos que organiza e participa, nos investimentos em pessoas, em redes, etc.), assenta em 3 princípios base: é uma entidade que inova, que investe, que se importa, que importa ao Stakeholder enquanto membro da sociedade, do ecossistema e que é importante. “Consumir” AdRA é Inteligente.

O progressivo desconfinamento relacionado com o diminuir do impacto da COVID-19 e o consequente gradual aliviar das regras de distanciamento e comportamento social, foram o cenário macro mais marcante na relação com os nossos Stakeholders e Clientes em particular. Neste período pós-pandemia, o acerto da estratégia e ações de comunicação executadas durante os anos anteriores, revelou-se mais claramente nos resultados do inquérito de satisfação do cliente de 2022, em que obtivemos os mais elevados índices de satisfação de sempre e, pela primeira vez, suplantamos nitidamente os valores de referência do setor. Assim, a consolidação estratégica, a adaptação ao pós-desconfinamento e o consequente avolumar de necessidade de mais ações, foram os principais desafios que se nos colocaram no que concerne à relação da AdRA com os seus Stakeholders.

Atendimento Remoto – A organização, fruto da experiência acumulada durante o surto pandémico nos anos anteriores, ganhou e cresceu em experiência, em capacidade tecnológica, humana e processual tornando-se mais competente para responder remotamente às necessidades dos Clientes com soluções fáceis e cómodas. O capital da promessa #aAdRAresolve foi refinado e mais finamente apontado às “dores” dos nossos clientes. Sejam essas “dores” de foro pessoal ou decorrentes da própria relação comercial com a AdRA. Assim foram lançadas 2 campanhas no sentido de responder a essas necessidades:

1. Campanha “A AdRA resolve 2” – identificamos as “personas”, as questões, necessidades e as “forças” das nossas soluções remotas disponíveis. Afinamos a campanha pré-existente baseada na promessa “A AdRA resolve”. Utilizamos as redes sociais, imprensa, site e folhetos para chegar às pessoas. Exemplo da promoção para Comunicar Leituras: Persona - homem de negócios maduro e educado “Não negoceio com incertezas. Só trabalho com contas certas. Comunique a leitura do seu contador (...)”. Exemplo para obter novas referências de pagamento. Persona - Mãe jovem, afetuosa, desfrutando de tempo de qualidade com o recém-nascido: “O meu tempo em família não troco por nada. Dores de cabeça resolvem-se com boas soluções. Deixou passar o prazo de pagamento? Ligue (...)”.
2. Campanha “Quick FAQs” – Através da tipologia das reclamações, identificamos as questões e dificuldades dos nossos clientes que degeneram em insatisfação. Utilizamos as redes sociais e geramos vídeos e imagens que simulam um cliente real a utilizar um chat para passo-a-passo, encaminhar o cliente para a solução e prevenir a reclamação. Exemplo Não Deixe as Contas Acumular: “Cliente – Deixei Passar umas faturas. Posso falar com alguém? AdRA - Não deixe as contas acumular, dirija-se a um dos nossos balcões (...)”
Ainda no atendimento remoto/comunicação à distância, foram desenvolvidos suportes para serem colocados na caixa de correio dos clientes, estandardizando a forma como o cliente recebe comunicações da AdRA, seja da Direção de Clientes (falta de acesso ao contador para efetuar leitura), seja da Direção de Operação (troca de contador). O suporte tem a particularidade de ficar com uma parte visível do lado de fora da caixa do correio com o texto “A AdRA tem uma mensagem para si”.

Atendimento presencial – 2022, foi o ano da retoma da normalidade pós-surto pandémico de 2020. Mas, essa retoma deu-se de forma progressiva. Assim, as informações online sobre horários e disponibilidades do atendimento presencial (*site*, redes sociais). Também nas lojas, as informações expostas (publicidade, normas de distanciamento, TV corporativa) tiveram de ser alteradas à medida que as restrições acabaram.

A mudança de localização das lojas de Aveiro e Sever do Vouga abriu a possibilidade de comunicar os valores que regem a nossa relação com o cliente: proximidade e disponibilidade. As redes sociais e os órgãos de comunicação social foram os nossos meios privilegiados. O facto de os balcões de atendimento estarem disponíveis permitiu também potenciar ainda mais a nossa promessa: #aAdRAresolve. Assim, as mesmas campanhas que foram desenvolvidas para as soluções remotas aplicaram-se nas lojas (oferecendo alternativas remotas aos clientes que se dirigem às lojas) e, as próprias lojas também se apresentaram como solução, pelo que foram alvo de publicitação nas campanhas “A AdRA Resolve 2” e “*Quick FAQs*”.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL

No último ano a interdependência e coerência dos valores da AdRA nas esferas comercial e institucional reforçou-se e complementou-se. Os mesmos 3 princípios base da estratégia de comunicação aplicam-se aos serviços nucleares que fornecemos, aos serviços de apoio ao cliente e às nossas ações e projetos de responsabilidade social e educação ambiental: é uma entidade que inova, que investe, que se importa, que importa ao *Stakeholder* enquanto membro da sociedade, do ecossistema e que é importante. “Consumir” AdRA é Inteligente.

Assim, a AdRA é sempre a mesma. A mesma AdRA que Resolve (para o cliente) é a mesma que não pára. Porque é a responsável máxima pelo serviço público de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Assim, articulando: #a AdRA não pára porque #da Água tratamos nós e #do Ambiente cuidamos nós.

Ou seja, a promessa, em termos de abrangência, é alargada à comunidade, ao ambiente no seu todo. Somos fornecedores de futuro, qualidade de vida, defensores do ambiente e servimos as pessoas com o abastecimento publico de água e o saneamento publico de águas residuais. A nossa fatura inclui tudo isso. Para que seja valorizado esse serviço alargado que prestamos, foram desenvolvidas campanhas e ações para promover os valores que defendemos, consciencializando, pela assunção das nossas responsabilidades enquanto entidade gestora, para a importância que temos para a comunidade, ambiente e futuro do planeta, e envolvendo os *Stakeholders* nesse processo. Tal como o ambiente, a AdRA também é de todos, e de todos também depende.

Nesse sentido, foram desenvolvidas algumas novas campanhas que valorizam o serviço (água e saneamento), e o bem que defendemos (qualidade de vida da comunidade, o ambiente e o futuro).

CAMPANHAS DE COMUNICAÇÃO

Fonte de Vida: nesta iniciativa, com grandes números, factos e mensagens cabais, chamamos a atenção para o acesso à água potável como: Fonte de Prosperidade (economia), Fonte de Paz (o não acesso a este bem é um catalisador de conflitos), Fonte de Igualdade de Género e Oportunidade (o não acesso a uma rede publica obriga a dedicar tempo para ir buscar a água onde ela está disponível), Fonte de Alimento e Fonte de Vida. Foi operacionalizada nas redes sociais e em paragens de autocarro em Albergaria-a-Velha.

Cada Macaco no seu galho: esta iniciativa tem como fim promover a correta utilização da RDAR. Lixo é no lixo e não na rede de saneamento. Foram criados suportes informativos e de intervenção (autocolantes) que são colocados nas casas de banho, por cima das pias, dos lavatórios etc. apelando à correta utilização desses equipamentos. Num primeiro momento, para veicular esta campanha, foram utilizadas as redes sociais e as instalações da AdRA. No futuro próximo, já está em carteira a ampliação para instalações de edifícios públicos (Instalações como Câmaras Municipais, escolas, casas de banho publicas etc.).

O custo das coisas em água: a preservação do recurso água depende mais do que consumimos em produtos alimentares, têxteis e tecnológicos do nosso consumo individual e direto de água. Ao colocar em litros de água necessária para produzir uns jeans ou um telemóvel e dando conselhos/soluções, promovemos um consumo mais sustentável e defendemos a água. Meios utilizados: redes sociais.

Água da Torneira: Boa para ti, Boa para o Ambiente, Boa para todos: esta iniciativa, através de “*facts and figures*”, sustenta as vantagens da água da torneira: Como uma boa opção económica (boa para ti); boa opção ecológica (boa para o ambiente); boa opção social e para o planeta (Boa para Todos). Foi colocada em prática nas redes sociais.

Campanha de adesão à fatura eletrónica e AdRAnet I: “Vamos multiplicar esta ideia” – Campanha de adesão à fatura eletrónica e AdRAnet – Banco Alimentar contra a Fome Aveiro - iniciada a 1 de outubro de 2021 e que decorreu até 31 de maio de 2022. Por cada adesão à fatura eletrónica e/ou à AdRAnet a AdRA doa 50 cêntimos ao Banco Alimentar de Aveiro. Com esta campanha promove-se a diminuição do consumo do papel e apela-se à solidariedade e coesão social. Foram utilizadas as respetivas redes sociais, *sites*, publicidade em imprensa regional marketing direto por correio eletrónico ou carta, notas à imprensa e o próprio Banco Alimentar. Mais de 7.000 clientes aderiram e participaram ativamente na concretização desta ideia.

Campanha de adesão à fatura eletrónica e AdRAnet II: “2 Cliques: é quanto custa uma árvore” – Campanha de adesão à fatura eletrónica e AdRAnet – *Bioliving* - em curso. Iniciada a 1 de outubro de 2022 e que decorrerá até junho de 2023. Por cada 2 adesões à fatura eletrónica e/ou à AdRAnet a AdRA doa uma árvore à *Bioliving* para ações de reflorestação e recuperação da floresta na região de Aveiro. Com esta campanha promove-se a diminuição do consumo do papel e apela-se à solidariedade e coesão social. Foram utilizadas as respetivas redes sociais, *sites*, publicidade em imprensa regional marketing direto por correio eletrónico ou carta, notas à imprensa e a própria *Bioliving*.

INICIATIVAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Com o regresso à normalidade, as ações de educação ambiental voltaram em força. Para além das atividades Importância da Água e Água é Vida (publico escolar 3º e 4ºs anos, desenvolvidas mais abaixo), durante 2022 alargamos o nosso leque de oferta de atividades em termos de publico e geograficamente. Privilegiamos atividades em que se promove uma maior permeabilidade entre a comunidade escolar e a sociedade em geral:

H2O: concurso fotografia para o ensino secundário - Uma fórmula – infinitos olhares. Os alunos concorrem com a sua perspetiva fotográfica da água, artística, política, etc. Os seus trabalhos são agrupados e votados por município numa votação aberta à comunidade na nossa página do *facebook*. A escola de pertença recebe um Cheque Biblioteca ou Cheque Multimédia, prémio este escolhido pelos alunos participantes que, por sua vez recebem um *kit* AdRA (Garrafa de vidro e cantil).

Desta água beberei: concurso de curtas metragens para o ensino secundário - Desafiou-se os alunos a produzirem um vídeo sob o mote: “A mesma água que beberam os dinossauros, faz hoje parte do nosso corpo, dos nossos rios e será desta água que beberão os nossos filhos e netos”. Os trabalhos são agrupados e votados por município numa votação aberta à comunidade na nossa página do *facebook*. A escola de pertença recebe um Cheque Biblioteca ou Cheque Multimédia, prémio este escolhido pelos alunos participantes que, por sua vez recebem um *kit* AdRA (Garrafa de vidro e cantil).

Projeto Escola sem plástico: através da colocação de dispensadores de água da rede publica junto aos bares das escolas secundárias, com uma comunicação atraente e adequada à faixa etária, adaptou-se a campanha “Água da Torneira: Boa para ti, Boa para o Ambiente, Boa para todos. Os objetivos são: promover o consumo amigo do ambiente (sem plástico); erradicar as garrafas de plástico; valorizar a água da torneira; promover o consumo da água da torneira. Esta faixa etária é particularmente recetiva a estas iniciativas que também é muito bem recebida pelos conselhos pedagógicos e docentes em geral.

A juntar a estas novas atividades de educação ambiental, foram levadas a cabo as iniciativas que já desenvolvíamos sistematicamente com os municípios: Água é Vida, A Importância da Água e Roteiro da Água.

Ação de educação ambiental “Água é Vida”: Ação de Educação Ambiental, dedicada a alunos do 4º ano do 1º ciclo escolar do Ensino Básico - presencial. Durante 1,5 horas, através de atividades e conteúdos desenvolvidos por uma equipa multidisciplinar da AdRA (CEA, LAB e SE), educamos e sensibilizamos os alunos para a importância da água e do setor de atividade das águas: a) Iniciamos com uma pequena aula sobre a água perfeitamente enquadrada com o conteúdo programático do ano escolar em causa ao qual acrescentamos o ciclo urbano da água. b) Jogo didático onde os conhecimentos adquiridos na aula são postos à prova. c) Atividades de laboratório onde os conhecimentos ministrados na aula são colocados em prática e podem ser observados, cultivando ainda a curiosidade, o gosto pela experimentação e pela ciência nos mais novos. Abrangidos os municípios de Ovar, Sever do Vouga e Albergaria-a-Velha.

Ação de educação ambiental “A importância da Água”: Ação de Educação Ambiental, dirigida a alunos do 3º ano do 1º ciclo escolar do Ensino Básico, com a qual se pretende que estes reflitam e expressem plasticamente a importância da água no seu município de residência: a) a cada turma do 3º ano do município participante é disponibilizada uma tela e material de pintura; b) os trabalhos são colocados no *facebook* para serem sujeitos a votação; c) o agrupamento de pertença da turma da tela vencedora recebe 300 €. A divulgação é feita nas redes sociais, *site* da AdRA, Câmaras Municipais, pelos agrupamentos escolares, respetivos círculos familiares e próximos e com notas à imprensa. Esta ação gera grande envolvimento das comunidades dos municípios que a ela aderem.

Ação de educação ambiental “Roteiro da água”: Ação de Educação Ambiental, dirigida a alunos do 1º ano de escolaridade. A viagem da água da torneira - da origem até às nossas casas e de volta à natureza. Ação de educação ambiental onde se pretende dar a conhecer e valorizar no local o nosso setor de atividade. Nesta ação percorremos o ciclo urbano da água, desde a origem (captação), passando pelo tratamento da água para consumo (ETA) e acabando no tratamento nas águas residuais (ETAR). Esta ação enquadra-se nos conteúdos programáticos e dá a conhecer o incessante trabalho que garante a excelente qualidade da água que fornecemos e salvaguarda o ambiente e recursos para as gerações vindouras.

EVENTOS

Dia Mundial da Água e Dia mundial do Ambiente: Os alunos do 3º ano participantes na atividade “A Importância da Água” são convidados a assistir à peça de teatro “Viagem pelo Mundo da Água da Torneira”. Esta dramatização tem como cenário uma situação de seca, levando o publico infantil numa viagem à descoberta da água: desde a torneira (muitas vezes dada por garantida) que já não deita água, passando pelos processos e infraestruturas que garantem que a água chega a essa torneira e acabando na origem da água, onde a vamos buscar na natureza. É uma ação de forte impacto educativo e de consciencialização, muito para além da atividade da AdRA.

Dá o Litro – atividade para feiras e exposições: Para marcar presenças em feiras, eventos e exposições organizados pelos municípios acionistas da AdRA, foi desenvolvido este conceito que consiste num concurso no local (simulacro de cenário televisivo) que pode ser jogado em grupo ou em competição (famílias, amigos, conhecidos). O concurso consiste na resposta a uma série de 3 perguntas. Uma ligada à água, outra ligada ao município onde se está e, uma terceira, de cultura geral. O primeiro concorrente a responder certo (porque deu o máximo, deu “o litro”) fica habilitado a jogar uma espécie de roda da sorte, ganhando um dos vários prémios disponíveis, todos relacionados com a água da torneira e boas práticas ambientais. A diversão, o conhecimento cultural e sobre o setor, estão de mãos dadas nesta atividade sempre com grande adesão. Implementou-se esta atividade na Feira do Pão (Albergaria-a-Velha) e na ExpoBairrada (Oliveira do Bairro).

A Conta gotas: atividade para parques e celebrações relacionadas com o ambiente: A conta gotas é um projeto que engloba várias atividades, entre as quais uma peça de teatro, “um desejo ao preço da chuva” para toda a família. A atividade é complementada com uma série de tarefas relaxantes de contemplação sempre disponíveis, como a observação e registo do céu, nuvens e pássaros através de espelhos de água, o vislumbre de seres vivos aquáticos por entre as nuvens do espelho de água. Aplicado na Eco Aventura organizado pela Câmara Municipal de Aveiro.

H2Golf: Jogo de minigolfe para disponibilizar. O jogo reflete as etapas do ciclo urbano da água, que correspondem aos “buracos de golf”. 7 etapas, 7 buracos. Aprender, competir, jogar. Num só jogo. Disponibilizado à Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré e no Eco Aventura organizado pela Câmara Municipal de Aveiro.

Regata Solidária: *Rotary Club Aveiro* - A AdRA apoiou a realização desta regata, numa associação cuja intervenção na sociedade da Região de Aveiro passa muito por ações de intervenção e beneficência de cariz social, permitindo-lhes não só praticar desporto como também adquirir valores nobres associados ao *fair-play*. Aproveitámos a afluência de público para valorizar a água da torneira e o contributo positivo (Ambiental, social e económico) que a sua atividade traz para a região de Aveiro: Colocação de suportes informativos (no evento principal) valorizando a água da torneira sob os pontos de vista ecológico, económico, de conveniência e da qualidade.

8. SÍNTESE DE INDICADORES

Tabela 6 – Dados gerais da atividade da AdRA

	2020	2021	2022
N.º de clientes de abastecimento	161 142	163 913	166 246
N.º de clientes de saneamento	137 078	141 333	144 774
N.º de clientes AdRA	162 667	165 449	167 764
Volume de água captada ⁽¹⁾	4 536	4 142	4 136
Volume de água adquirida ⁽¹⁾	17 272	17 304	17 346
Volume de água distribuída ⁽¹⁾	21 808	21 446	21 481
Volume de água faturada (inclui consumos próprios) ⁽¹⁾	16 966	17 025	17 504
Volume de efluente tratado nas ETAR's próprias ⁽¹⁾	1 124	1 339	1 012
Volume de efluente entregue à AdCL ⁽¹⁾	23 269	23 207	22 038
Volume de efluente tratado/rejeitado ⁽¹⁾	24 392	24 546	23 049
Volume de efluente faturado ⁽¹⁾	13 695	14 030	14 483
N.º colaboradores a 31 de dezembro	273	273	282

(1) milhares de m³/ano

Tabela 7 – Elementos económico e financeiros I

	2020	2021	2022
Vendas e Prestação de Serviços (não inclui IFRIC 12 e inclui DRG)	49 931	52 581	54 697
Desvios recuperação de gastos	(5 098)	(2 797)	(3 336)
Resultado operacional sem desvio recuperação de gastos ⁽¹⁾ (Ebit)	5 914	3 799	4 567
Resultado operacional com desvios recuperação de gastos ⁽¹⁾ (Ebit)	816	1 001	1 230
EBITDA Ajustado ⁽²⁾	15 740	13 877	14 645
Resultado líquido do exercício	619	600	944

⁽¹⁾ Resultados antes de juros e impostos

⁽²⁾ EBITDA Ajust. = (RO + Amortizações + Perdas por imparidade + Provisões - Desvios Recuperação de Gastos - Subsídios ao investimento - O.Rend. Ganhos DUI)

O valor das Vendas não inclui o rendimento referente aos serviços de construção contabilizados de acordo com a IFRIC 12. Este rendimento constitui um serviço prestado, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta ser remunerado. Os réditos e gastos apurados correspondem ao montante de investimento realizado, pelo facto de os serviços de construção serem subcontratados externamente e daí não resultar qualquer margem de construção (os riscos e retornos são transferidos para terceiros).

Tabela 8 – Elementos económico e financeiros (continuação)

	2020	2021	2022
Investimento	13 909	14 408	20 560
Dívida de clientes	7 063	6 681	6 707
Total do ativo	303 138	309 535	325 194
Financiamentos Correntes	5 409	6 075	5 347
Financiamentos Não Correntes	57 409	58 500	61 091
Total do passivo	284 405	290 789	306 076
Capital social	17 500	17 500	17 500
Capital próprio	18 733	18 745	19 119

Tabela 9 – Indicadores económicos e financeiros

	2020	2021	2022
Margem EBITDA	32,0%	28,6%	29,7%
Autonomia financeira	0,06	0,06	0,06
Solvabilidade	0,49	0,47	0,45
EBITDA Ajustado/Serviço Dívida	8,2	7,2	6,8
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado	4,0	4,6	4,5
Rentabilidade dos capitais próprios	3,3%	3,2%	4,9%
Cash-Cost	1,12	1,18	1,27
Gastos Operacionais/Volume Negócios	1,03	1,03	1,04
ROCE	9,4%	5,9%	6,9%
PMR (dias)	31	28	29
PMP (dias)	41	34	35

Margem EBITDA = (RO+Amort.+Prov.+Imparidades)/Volume de Negócios

Autonomia financeira = Capital próprio / Ativo

Solvabilidade = (Capital próprio + subsídios ao investimento) / Passivo

Rentabilidade dos capitais próprios = Resultado líquido/Capital próprio

Cash-Cost = Gastos Operacionais/(AA fornecida+AR tratada)

ROCE = Resultados Operacionais s/DRG / Passivo Remunerado

GRÁFICO 8 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES DE ÁGUA

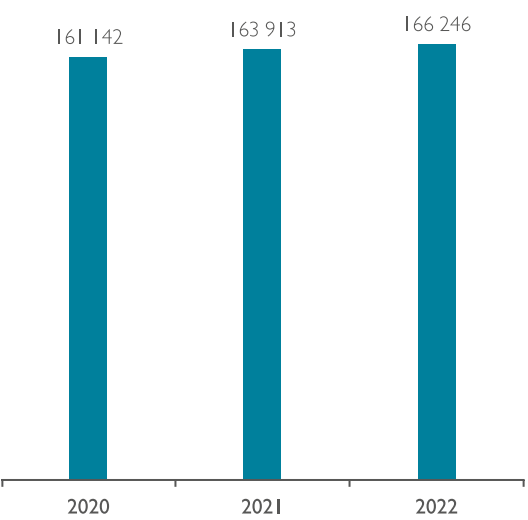


GRÁFICO 9 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES DE SANEAMENTO

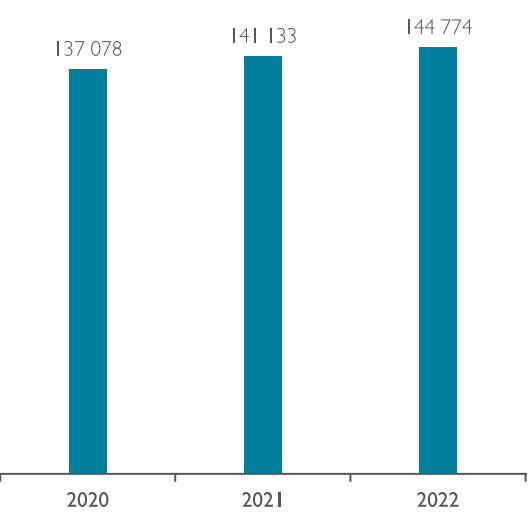


GRÁFICO 10 – OPERAÇÕES DE ABASTECIMENTO EM 2022
(milhares de m³)

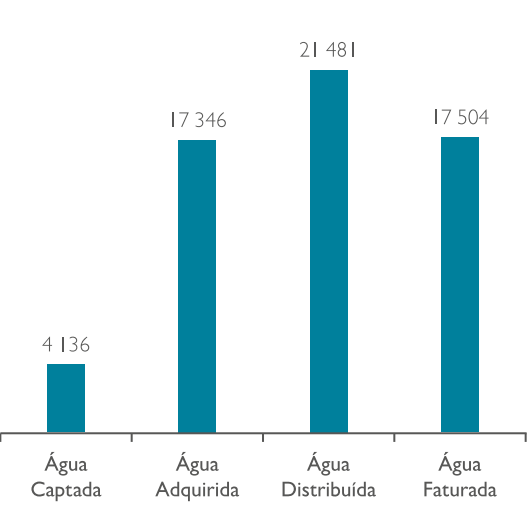


GRÁFICO 11 – OPERAÇÕES DE SANEAMENTO EM 2022
(milhares de m³)

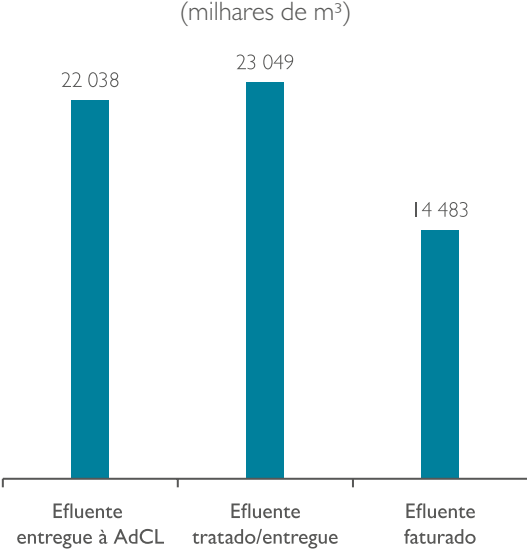


GRÁFICO 12 – EVOLUÇÃO DOS DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS 2020-2022 (SUPERAVIT)
(milhares de euros)

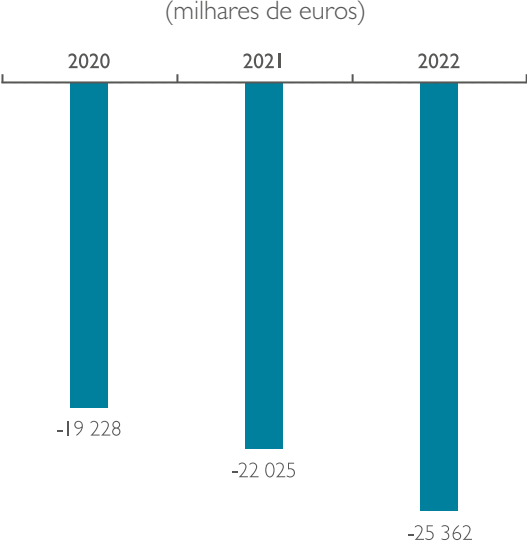


GRÁFICO 13 – EBIT SEM DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS DE 2020-2022
(milhares de euros)

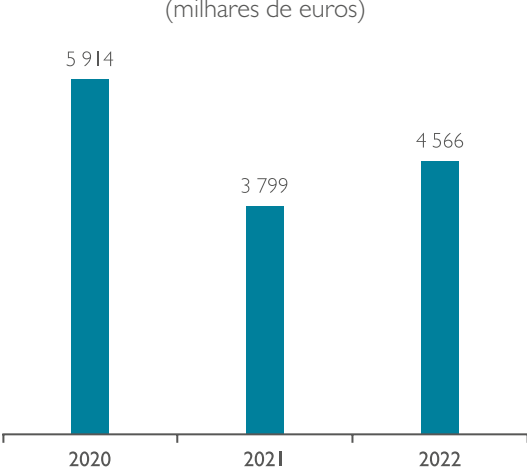


GRÁFICO 14 – FINANCIAMENTOS 2020-2022
(milhares de euros)

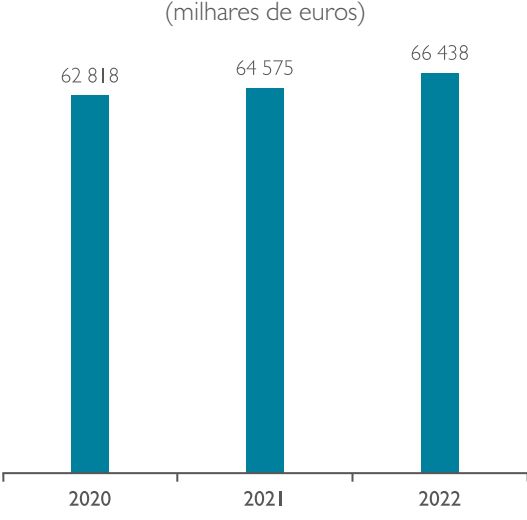
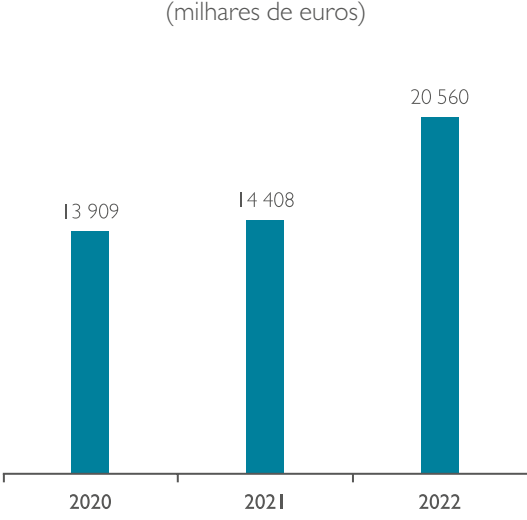


GRÁFICO 15 – INVESTIMENTO 2020-2022
(milhares de euros)



9. PRÉMIOS/CERTIFICAÇÕES

ATENDIMENTO CERTIFICADO

O selo LAC – Líder no Atendimento ao Cliente (LAC) é uma certificação que garante a qualidade no atendimento ao cliente. A entidade certificadora é o Instituto Português de Relações com o Cliente (IPRC). Trata-se de um programa de âmbito internacional, que analisa e certifica os estabelecimentos que estejam em conformidade com os parâmetros básicos de atendimento, e que respeitem a Lei de Defesa do Consumidor. É uma certificação que obriga a uma renovação anual.

Esta certificação promove a excelência do serviço ao cliente como o pilar central de toda a atuação organizacional.

A AdRA continua a investir para que o cliente tenha o melhor serviço, e que a sua prestação seja efetuada de modo exemplar no atendimento presencial nos seus 10 balcões de atendimento, no atendimento telefónico através da Linha de Apoio ao Cliente e no tratamento de reclamações escritas.

A certificação LAC é uma realidade na AdRA desde 2014, continuando a ser uma aposta na melhoria do serviço prestado.

Em 2022 a AdRA foi reconhecida, pelo 9.º ano consecutivo, pela qualidade do Atendimento, com a renovação do selo LAC – Líder no Atendimento ao Cliente.

Em 2022 todos os Colaboradores do atendimento presencial, telefónico, digital e *backoffice* tiveram reforço de formação na “arte de encantar o Cliente”. Como suporte à formação, o Instituto Português de Relações com o Cliente (IPRC) criou o “Manual de Atendimento Empático” que auxilia os profissionais do atendimento a adotarem uma comunicação positiva e empática, com vista a encantar o Cliente.

10. PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

O ano de 2022 foi um ano marcado pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa, com impacto significativo no custo da eletricidade e combustíveis, bem como ainda ao nível do custo de matérias-primas e materiais.

Em termos financeiros os principais impactos foram registados na taxa de inflação e nas taxas de referência Euribor, verificando-se um aumento significativo das mesmas.

Os principais impactos na atividade da empresa foram ao nível dos gastos operacionais, nomeadamente, nas rubricas de combustíveis e conservação e reparação das infraestruturas, tendo o investimento em curso sofrido um aumento decorrente das revisões de preços, pelo aumento dos gastos dos materiais aplicados em obra. O custo do endividamento da empresa também aumentou significativamente, apesar do aumento do financiamento utilizado não ter apresentado um acréscimo muito significativo.

Em jeito de balanço do ano, e apesar do referido, podemos afirmar que o mesmo foi positivo, quer ao nível económico e financeiro, quer ao nível da qualidade do serviço prestado, assumindo a AdRA a responsabilidade de corresponder às expetativas dos seus *Stakeholders*.

Os resultados alcançados quer ao nível financeiro (*superavit*), quer ao nível da qualidade do serviço (diminuição das perdas de água, manutenção da qualidade da água e aumento dos níveis do investimento) são consequência do conhecimento, profissionalismo e dedicação de todos, colaboradores e gestão, o que faz com que a AdRA se apresente como uma das maiores empresas do setor em Portugal.

ESTRATÉGIA DA EMPRESA

A AdRA, desde a sua constituição, tem vindo a apostar na implementação de um sistema de gestão estratégico e de medição do desempenho organizacional suportado no conceito do *Balanced Scorecard* (BSC). Através deste sistema foram sistematizados, de uma forma coerente e articulada, os objetivos e iniciativas estratégicas da empresa. Em 2013, e de modo a permitir o desdobramento da estratégia da empresa por toda a organização, foi utilizada a ferramenta *Lean, Hoshin Kanri*.

O desdobramento da estratégia através da metodologia *Hoshin Kanri* permite o alinhamento de todos os colaboradores, garantindo o compromisso na concretização da estratégia da empresa.

Para o efeito, o método promove a negociação (processo *catchball*) de objetivos entre níveis hierárquicos, levando à definição de iniciativas estratégicas e correspondentes métricas que, embora específicas de cada nível, são devidamente coordenadas entre si. Desta forma, o método fornece uma base para o desdobramento da estratégia a todos os níveis da hierarquia, estimulando o desenvolvimento de ações de melhoria, envolvendo todas as pessoas da hierarquia, sempre numa base de negociação e compromisso, e orientando o esforço da organização nas questões que verdadeiramente têm impacto no seu sucesso.

Com o apoio desta metodologia foi possível à AdRA atingir muitos dos objetivos a que se propôs ao longo dos últimos 10 anos, nomeadamente: a) aumentar o número de clientes de água e saneamento; b) diminuir as perdas e afluências indevidas; c) aumentar os volumes faturados; d) melhorar a qualidade da água fornecida; e) diminuir o número de reclamações e o seu tempo de resposta; f) executar os investimentos nos prazos e orçamentos previstos, entre outras.

Desde o início da implementação desta metodologia que, anualmente, são realizados *workshops* com o objetivo de partilhar entre todos os colaboradores as iniciativas levadas a cabo pelas equipas. No período de 2020 a 2022 não se realizaram os workshops, mas a AdRA prevê retomar esta prática em 2023, pelos benefícios que trás à organização, quer de partilha e comunicação interna.

No final de 2020 a administração decidiu que estava na altura de fazer uma atualização ao *Hoshin Kanri* com o objetivo de potencializar as lições apreendidas ao longo dos anos de aplicação da metodologia e que seria importante um reforço de formação. Assim, iniciou-se um projeto com o Instituto *Kaizen*, designado por “*Hoshin Kanri Strat to Action*”. O que diferencia este processo de desdobramento face ao anterior é que este procura dar um maior foco aos objetivos estratégicos disruptivos (aos designados objetivos *breakthrough*), que têm o poder de, no horizonte temporal de 3 a 5 anos, nos fazer chegar àquela que é a nossa visão. É um processo de desdobramento que, tal como o anterior, potencia o alinhamento das prioridades estratégicas, a comunicação e envolvimento de todos os níveis da organização e procura a melhoria dos processos de negócio sempre orientados para os resultados.

Em 2022 foi um ano atípico e não foram realizadas formalmente as reuniões mensais das equipas operacionais, mas mantiveram-se as reuniões mensais da equipa *Hoshin*, designadas de “*Hoshin Review*”.

O *Hoshin Kanri* é, portanto, acima de tudo, uma ferramenta de comunicação, melhorada e dirigida. O princípio fundamental do *Hoshin Kanri* é que cada Colaborador da organização incorpore na sua rotina diária uma contribuição para o cumprimento dos objetivos da Empresa, cooperando para o seu sucesso.

Ainda, com o objetivo de consolidar e aprofundar o processo de desdobramento da estratégia, em 2014 a AdRA implementou um projeto de “*Kaizen Diário*” na Direção de Operação e Manutenção. O *Kaizen Diário* é uma ferramenta *Lean* que tem como principal objetivo criar líderes que desenvolvam as suas equipas para se tornarem autónomas e capazes de manter e melhorar os seus processos e áreas de trabalho de forma contínua. Deste modo, permite às organizações implementar hábitos sistematizados de melhoria contínua nas suas atividades diárias, levando a uma cultura de melhoria contínua a todos os colaboradores, com vista à concretização dos objetivos estratégicos da empresa.

Ao longo do tempo, o projeto foi alargado a novas áreas da empresa. Na Direção de Clientes, o *Kaizen Diário* está implementado nas equipas de *callcenter*, *backoffice*, faturação, área de perdas comerciais e balcões de atendimento. Nos anos de pandemia, as rotinas foram interrompidas, mas prevê-se que em 2023 tudo volte ao normal.

O *Hoshin Kanri* e o *Kaizen* são ferramentas que se complementam, porque enquanto o *Hoshin Kanri* é um método de desdobramento da estratégia, o *Kaizen Diário* é uma ferramenta de organização do trabalho e de equipas operacionais. O *Hoshin Kanri* tem o objetivo de direcionar toda a empresa para o mesmo rumo, ou seja, procura o alinhamento e a participação de todos na estratégia da empresa. Para o efeito, utiliza o conceito de equipas, hierarquizando-as em função do ciclo PDCA (melhoria contínua).

Neste momento, a AdRA considera que com a adoção da ferramenta do *Kaizen Diário* fecha o ciclo estratégico, tendo com isto percorrido, desde a base até ao topo, a pirâmide da estratégia. Ou seja, em termos de estratégia de médio e longo prazo, utiliza as ferramentas: mapa da estratégia (pilares da estratégia e objetivos estratégicos) e *Balanced Scorecard* (bateria de indicadores que permitem medir a concretização dos objetivos); em termos de curto prazo utiliza, para além do *Hoshin Kanri* (objetivos táticos e operacionais e iniciativas), o *Kaizen Diário* (organização de trabalho e equipas operacionais) de modo a desdobrar a estratégia a todos os níveis da organização.

EMPRESA CENTRADA NO CLIENTE

Para a AdRA, a gestão da relação com o cliente é crucial, e a criação de valor para este é o objetivo que nos move. O ano de 2022 continuou a caracterizar-se por um ano de grandes desafios, agora num momento de pós-pandemia e esforço em estabelecer um “novo normal”, em todas as áreas da empresa. Para a Direção de Clientes os principais desafios foram os seguintes:

1. Neste “novo normal”, continuámos a garantir a proximidade ao Cliente e a qualidade de serviço através de um modelo de atendimento integrado. Mantiveram-se 6 dos 10 balcões de atendimento abertos só no período da manhã. No período da tarde os Colaboradores dedicaram-se aos processos escritos. O *callcenter*, a partir de maio, funcionou sob a gestão de um prestador de serviços externos. Assim, em 2022 atenderam-se 80 mil clientes nos balcões de atendimento (+ 19 mil do que em 2021), 59 mil clientes (-17,6 mil; -22,9% do que em 2021) no *callcenter* e respondeu-se a 27 mil processos de correspondência no Balcão Digital (- 9 mil processos de correspondência que no ano anterior), garantido o atendimento a + de 166 mil clientes.
2. Ainda na área do atendimento, e privilegiando a relação com o cliente, a AdRA renovou o processo de certificação dos seus locais de atendimento, o que lhe permitiu manter o título LAC (Líder no Atendimento ao Cliente) pelo 9.º ano consecutivo. Prevalece o esforço da AdRA em formar todos os Colaboradores que contactam diretamente com o Cliente, na Arte de Encantar, usando uma linguagem mais empática, uma postura mais proativa e um atendimento menos burocrático com processos mais simples.
3. No último trimestre de 2022, realizou-se pela sétima vez consecutiva, o inquérito bienal sobre a “Avaliação da Qualidade Percecionada e da Satisfação do Utilizador das Águas da Região de Aveiro”. Verificou-se uma valorização média de todas as dimensões, face a 2020. As maiores variações ocorreram nas dimensões “Atendimento Telefónico”, “Atendimento no Balcão” e “Valor Apercebido”. Segundo aquela avaliação, o índice de Satisfação dos utilizadores da AdRA é de 7,5 pontos e a Lealdade é de 7,8 pontos; ambos registam 0,4 pontos acima dos valores apurados em 2020. O ano de 2022 destaca-se pelos melhores resultados desde sempre.
4. Realização de campanhas de angariação de novos clientes, resultante de obras de ampliação das novas redes de saneamento que foram concluídas no decorrer deste ano ou do ano anterior; nomeadamente, “Águas Residuais da Gafanha da Encarnação/Carmo (PAR 200)”, “Águas Residuais de Jafafe (PAR 030)”, “Águas Residuais de Fontão (PAR 013)”, “Águas Residuais de Avanca Sul (PAR 004)”, entre outras. Assim, e na sequência do término das obras, a AdRA lançou campanhas de notificação e sensibilização dos atuais clientes de água com o objetivo de efetuarem a ligação à rede de saneamento, de modo a usufruírem do novo serviço disponibilizado. Em resultado das campanhas de angariação de novos clientes, bem como dos novos contratos, registou-se um incremento em 2022 face a 2021 de 3 441 novos clientes de saneamento. Os clientes de água registaram um incremento de 2 333 novas adesões face ao ano anterior. Este incremento resultou, essencialmente, pela construção de extensões de rede que foram realizadas, da procura natural por parte das famílias e pelo aumento da atividade comercial/industrial verificada nos Municípios da Região de Aveiro.
5. Ainda com vista a aumentar a proximidade ao cliente, e no âmbito da criação de soluções de negócio para um Cliente mais consciente, mais exigente e mais digital, a AdRA continuou a disponibilizar um serviço de alertas através de SMS, com o objetivo de prevenir os clientes para a data-limite de pagamento da sua fatura ou aviso de corte. No SMS seguem ainda as referências multibanco de modo a permitir ao cliente liquidar a sua fatura no imediato. Durante 2022, foram enviados aproximadamente 440 mil SMS de alerta;
6. Um consumo não autorizado refere-se a todo o tipo de ilegalidades cometidas pelos utilizadores para obterem água sem procederem ao seu pagamento. Este tipo de ações constitui um problema social e técnico, cuja resolução requer a intervenção da engenharia, mas também, uma abordagem sociocultural que exige mudanças nos comportamentos e atitudes da comunidade em relação ao uso da água.

A deteção de ilícitos tem, para além da importância económica, um papel fulcral na mudança de cultura do Cliente. A AdRA, enquanto entidade gestora de um serviço público de abastecimento de um bem essencial como a água, pauta-se por vários princípios, dos quais se destacam a sustentabilidade económica e financeira, a sustentabilidade ambiental, mas também o tratamento equitativo de todos os clientes numa perspetiva de melhoria da sua satisfação com a qualidade do serviço. O infrator, que consome sem pagar, não controla os seus consumos, efetuando usos desregrados, muito superiores às suas reais necessidades.

Assim, com o objetivo de travar a disseminação dos usos não autorizados e, subseqüentemente, evitar o aumento das tarifas, o que se repercutiria também naqueles que são cumpridores, em 2022, a AdRA desmantelou 162 ligações diretas e identificou 476 interligações de rede, tendo ao longo do ano inspecionado e notificado esses Cliente para a separação de redes de água.

INVESTIMENTOS

Em 2022, demos continuidade ao plano de investimentos: 20,6 milhões de euros, dos quais 17,9 milhões em empreitadas, superando todos os anos anteriores, ainda que condicionados pela dificuldade na entrega de equipamentos eletromecânicos. O investimento acumulado é já superior a 160 milhões de euros, dos quais 135,6 milhões de euros dizem respeito a empreitadas. Refira-se, que o investimento nestes últimos anos foi condicionado pelos limites ao endividamento impostos pela Direção Geral de Tesouro e Finanças às empresas do setor empresarial do estado.

No âmbito do Aviso Convite n.º 05/REACT-EU/2021 de Apoio à Transição Climática “Investimentos em Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais em Baixa”, eixo VII do Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (COMPETE 2020), foi submetida e aprovada uma candidatura com investimento total de 4,4 milhões de euros, com investimento elegível de 3 milhões, dos quais já foram pagos 2,7 milhões de euros.

Ainda, no âmbito do Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (Portugal2020) e com base no Aviso POSEUR-12-2018-18, eixo prioritário III, na tipologia do ciclo urbano da água, dirigido especificamente para a eficiência hídrica, foi submetida e aprovada uma candidatura com quatro componentes, cujo investimento elegível é de 2 milhões de euros, dos quais já foram pagos 1,3 milhões de euros dos 3,2 milhões realizados. A conclusão desta candidatura está prevista para o final do 1º trimestre de 2023. O financiamento dos investimentos através dos fundos comunitários, Quadro de Referência Estratégico (QREN) e Portugal2020, com valor global de 45 milhões de euros, foi fundamental para garantir um valor da tarifa sustentável e socialmente aceite. O novo ciclo de investimentos da AdRA tem no seu plano de negócios previsto um financiamento de 17 milhões de euros através do Portugal2030.

Os investimentos decorrem na sua grande maioria nas vias rodoviárias municipais, o que requer sempre um alinhamento e articulação permanente com os municípios, tanto na priorização dos projetos de novos investimentos, como na renovação das infraestruturas de forma a racionalizá-los técnica e economicamente e minorar o impacto das obras nas populações.

A eficiência hídrica continuou a ser uma das prioridades em 2022. O objetivo principal era ficar abaixo dos 20%, o que foi efetivamente atingido. Foi fixado o valor de 18,2%, com base nas ações definidas no documento estratégico “Plano de Perdas: Diagnóstico & Medidas 2022/2026”, e o valor atingido foi de 18,52%, ligeiramente superior ao objetivo quantitativo definido, mas claramente abaixo ao objetivo qualitativo (20%), o que coloca a AdRA como empresa de referência neste indicador. Trata-se de um projeto transversal, que envolveu todas as áreas da empresa. O valor fixado para 2026 no documento estratégico, volume de água não faturada inferior a 15%, é o próximo objetivo, ainda que seja necessário monitorizar de forma contínua o custo/benefício deste projeto.

A AdRA atingiu em 2022 a extensão total de infraestruturas lineares 6.980 Km, dos quais 4.074 km de rede de abastecimento de água e 156.926 ramais e 2.907 Km de rede de drenagem de águas residuais domésticas e 122.382 ramais. É ainda de relevar o número de estações elevatórias de águas residuais domésticas, 613, e o impacto que tem nos custos operacionais da empresa.

Quanto à Monitorização e Inspeção de Ativos, depois de em 2021 termos reforçado os recursos humanos desta área, de forma a dar continuidade ao processo de inventariação das novas infraestruturas, bem como à implementação do Sistema de Gestão de Ativos, tendo como referência de curto prazo, a certificação através da norma ISO 55001:2016 no sentido de garantir a maximização do retorno dos investimentos, apoiar a tomada de decisões técnicas e financeiras sustentadas, além da avaliação do risco de falha das infraestruturas da AdRA, em 2022 perdemos um dos ativos (RH), ficando a equipa muito limitada nas suas tarefas. Apesar desta redução, ainda assim conseguimos cumprir as tarefas, nomeadamente pareceres de análise de risco, procedimentos de contratação, análise de propostas, mas também um maior suporte em obra, face ao acompanhamento das empreitadas de renovação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas.

SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

A AdRA manteve a estratégia de compromisso com a promoção de um serviço de qualidade à comunidade, assumindo a responsabilização permanente em assegurar os serviços de abastecimento público de água e saneamento, essenciais à qualidade de vida dos cidadãos, bem como, as condições de trabalho adequadas aos seus colaboradores e as inter-relações com o meio ambiente e recursos naturais e todas as partes interessadas, pautando a sua intervenção pela preocupação constante com a eficiência e a eficácia. No ano de 2022, a Empresa manteve a aposta na consolidação de uma sustentabilidade empresarial, onde a qualidade do produto e do serviço está assente em fatores sociais (as pessoas), ambientais (o meio que nos rodeia, o planeta) e económicos (saúde financeira).

Para fazer face aos desafios, 2022 foi um ano de desenvolvimento de ações concretas no âmbito: da promoção da segurança e saúde no trabalho, numa lógica de cultura de segurança consistente e enraizada em toda a estrutura organizacional da empresa, de consolidação da integração do Sistema de Gestão de Ativos para o município piloto de Albergaria-a-Velha e alargamento a todos os ativos operacionais de todos os municípios, da renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a norma NP EN ISO 9001:2015 e do Sistema de Gestão Ambiental, segundo a norma NP EN ISO 14001:2015, e da manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Energia, segundo a norma NP EN ISO 50001:2018; do *compliance* do produto água e do serviço, bem como da relação com partes interessadas.

Principais acontecimentos de 2022:

- 1. Renovação do título LAC (Líder no Atendimento ao Cliente) pelo 9º ano consecutivo;
- 2. Durante o ano de 2022 deu-se continuidade à execução do contrato do “Sistema de Abastecimento de Água da AdRA – Eficiência Hídrica” permitindo a redução da percentagem de água não faturada para 18,5% (2021 – 20,6%; 2020 – 22,2%);
- 3. Taxa de qualidade da água fornecida de 99,98%;
- 4. Taxa da qualidade da água residual tratada pela AdRA de 100%;
- 5. Renovação da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, segundo a norma NP EN ISO 9001:2015;
- 6. Renovação do Sistema de Gestão Ambiental, segundo a norma NP EN ISO 14001:2015;
- 7. Manutenção da certificação do Sistema de Gestão da Energia, segundo a norma NP EN ISO 50001:2018;
- 8. Aumento do número de clientes de água (+2.333) e de saneamento (+3.441);
- 9. Investimento total de 20,6 milhões de euros;
- 10. Recebimento de fundos comunitários para financiamento dos investimentos no total de 2,2 milhões de euros;
- 11. *Supervavit* do ano de 3,3 milhões de euros.

De seguida apresenta-se o quadro resumo do *Balanced Scorecard* de 2022:

Tabela 10 – BSC 2020, 2021 e 2022

Perspetiva	Objetivo Estratégico	Indicadores		Unidade Medida	2020	2021	2022	Meta 2022	
FINANCEIRA	F1 Assegurar a sustentabilidade económico-financeira da empresa	F1.1	desvio tarifário	euros	-5 098 116	-2 797 471	-3 336 375	-4 846 920	●
		F1.2	nível de endividamento (endividamento/EBITDA)	unid.	3,73	4,32	4,29	≤ 4,28	●
		F1.3	taxa de cobrança global	%	100%	100,4%	99,6%	99,1%	●
	F2	Aumentar a eficiência	F2.1	plano de redução de custos	%	94%	99%	99,2%	< 100%
CLIENTES	C1 Garantir a qualidade da água fornecida	C1.1	taxa de conformidade da qualidade da água	%	99,9%	99,9%	99,98%	99,8%	●
	C2 Melhorar a relação com os clientes	C2.1	n.º total de reclamações	n.º	201	214	163	201	●
	C3 Implementar Serviços Inovadores	C3.1	índice de satisfação dos clientes (bienal)	-	8,0	-	8,4	8,0	●
PROCESSOS INTERNOS	P1 Aumentar os volumes faturados e o n.º de clientes de AA e AR	P1.1	volumes de AA	m³	16 252 350	16 383 821	16 882 747	17 620 620	●
		P1.2	volumes de AR	m³	13 695 176	14 029 648	14 482 511	15 195 784	●
		P1.3	n.º clientes de AA	n.º	161 142	163 913	166 246	167 141	●
		P1.4	n.º clientes de AR	n.º	137 078	141 333	144 774	146 160	●
	P2 Diminuir as perdas de água	P2.1	% de água não faturada	%	22,2%	20,6%	18,5%	18,2%	●
		P2.2	perdas reais de água (ERSAR - AA12)	unid.	58	53	-	≤ 61	-
	P3 Otimizar a capacidade de resposta dos serviços	P3.1	n.º de reclamações referentes a serviços (DC)	n.º	756	872	707	783	●
		P3.2	n.º de reclamações referentes a serviços (DOM)	n.º	381	454	442	448	●
	P4 Reforçar a segurança de pessoas e instalações	P4.1	cumprimento do plano de "AdRASafety"	%	-	100%	100%	100%	●
		P4.2	cumprimento do plano de "AdRAsecurity"	%	-	75%	-	100%	-
	P5 Executar os investimentos previstos	P5.1	nível de execução dos investimentos	%	118%	133%	173%	100%	●
	P6 Melhorar a comunicação com as autarquias	P6.1	cumprimento do plano de comunicação AdRA - Autarquias	%	40%	96%	95%	100%	●
APRENDIZAGEM	A1 Garantir Plataforma tecnológica integrada, fiável e eficaz	A1.1	grau de integração dos sistemas	%	55%	60%	76%	100%	●
		A1.2	índice do conhecimento infraestrutural	-	177	177	-	177	-
	A2 Desenvolver as competências e motivação dos Colaboradores	A2.1	taxa de cumprimento do plano de valorização do Capital Humano	%	-	90%	85%	90%	●
	A3 Desenvolver uma cultura de melhoria contínua, exigente e inovadora	A3.1	taxa de implementação do AdRALean	%	95%	95%	80%	100%	●

● objetivo cumprido ● objetivo em risco ● objetivo não cumprido

RELATÓRIO DE GESTÃO



1. A ENVOLVENTE

1.1 CONTEXTO MACROECONÓMICO¹

A luta global contra a inflação, a guerra da Rússia na Ucrânia e o ressurgimento do COVID-19 na China pesou sobre a atividade económica global em 2022, e os dois primeiros fatores continuarão a fazê-lo em 2023.

GLOBAL

O crescimento global para o ano 2022 estima-se em 3,4% e é esperado um crescimento de 2,9% para 2023 (3,1% para 2024). A previsão de baixo crescimento em 2023 reflete o aumento das taxas dos bancos centrais para combater a inflação, especialmente nas economias avançadas, bem como a guerra na Ucrânia. A queda no crescimento em 2023 é impulsionada por economias avançadas. Espera-se que o crescimento recupere na China com a plena reabertura em 2023. A recuperação esperada em 2024 reflete a gradual recuperação dos efeitos da guerra na Ucrânia e a redução da inflação.

Em 2023, os preços do petróleo deverão cair cerca de 16%, enquanto os preços de matérias não-combustíveis deverão cair em média, 6,3%.

As taxas de juro serão revistas em alta, refletindo a política de redução da taxa de inflação.

ZONA DO EURO

O crescimento real do PIB na UE surpreendeu positivamente no primeiro semestre de 2022, com os consumidores retomando vigorosamente os gastos, principalmente em serviços, após o relaxamento das medidas de contenção da COVID-19. A expansão continuou no terceiro trimestre, embora em um ritmo consideravelmente mais fraco. A incerteza elevada, altas pressões sobre os preços da energia, erosão do poder de compra das famílias, um ambiente externo mais fraco e condições de financiamento mais restritivas devem levar a UE, a área do euro e a maioria dos Estados-Membros à recessão no último trimestre do ano. O PIB em 2022 deverá crescer em 3,3% na UE (3,2% na área do euro).

Depois de cair para 4,6% do PIB em 2021 (5,1% na zona euro), o défice da UE deverá descer ainda mais para 3,4% do PIB este ano (3,5% na zona euro). Em 2023, porém, o défice público agregado deverá voltar a aumentar ligeiramente (para 3,6% na UE e 3,7% na zona euro), à medida que a atividade económica enfraquece, as despesas com juros aumentam e os governos alargam ou introduzem novas medidas discricionárias para mitigar o impacto dos preços elevados da energia. Como resultado, o déficit é projetado em 3,2% do PIB na UE e 3,3% na área do euro em 2024. No horizonte de previsão, projeta-se uma nova redução do rácio dívida/PIB na UE, de 89,4% do PIB em 2021 para 84,1% do PIB em 2024 (e de 97,1% para 91,4% na área do euro).

Espera-se que o aumento das pressões de preços tenham movido o pico da inflação para o final do ano e elevado a projeção da taxa de inflação anual para 9,3% na UE e 8,5% na área do euro. Adicionalmente, espera-se que a inflação diminua em 2023, mas permaneça alta em 7,0% na UE e 6,1% na área do euro, antes de moderar em 2024 para 3,0% e 2,6%, respetivamente. As revisões refletem principalmente preços grossistas de gás e eletricidade significativamente mais elevados, que exercem pressão sobre os preços da energia a retalho, bem como sobre a maioria dos bens e serviços na cesta de consumo.

O mercado de trabalho continuou a apresentar um forte desempenho, com emprego e participação no nível mais alto e desemprego no nível mais baixo em décadas. A forte expansão económica atraiu um adicional líquido de dois milhões de pessoas para o emprego no primeiro semestre de 2022, elevando o número de pessoas empregadas na UE para um recorde histórico de 213,4 milhões. A taxa de desemprego manteve-se no mínimo histórico de 6,0% em setembro. Espera-se que os mercados de trabalho reajam com desfasamento face ao abrandamento da atividade económica, mas que se mantenham resilientes. O crescimento do emprego na UE está previsto em 1,8% em 2022, antes de estagnar em 2023 e subir moderadamente para 0,4% em 2024. As taxas de desemprego na UE são projetadas em 6,2% em 2022, 6,5% em 2023 e 6,4% em 2024.

Após vários anos de taxas de juro de referência em zero ou negativas, desde meados de 2022 o Conselho do BCE, de modo a controlar a inflação, tem vindo a aumentar as três taxas de juro diretoras do BCE. Em comunicado de inícios de 2023, as taxas foram novamente aumentadas em 50 pontos base. Por conseguinte, a taxa de juro aplicável às operações principais de refinanciamento e as taxas de juro aplicáveis à facilidade permanente de cedência de liquidez e à facilidade permanente de depósito serão aumentadas para, respetivamente, 3,00%, 3,25% e 2,50%, com efeitos a partir de 8 de fevereiro de 2023.

¹ Fonte: *FMI world economic outlook*; *European Commission economic outlook*; Boletim económico do Banco Portugal; Projeções macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2022 são os seguintes:

	Estimativa 2022	Ano 2021
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	6,8%	5,5%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,9%	4,7%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	8,1%	0,9%
Taxa de desemprego	5,9%	6,6%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,693%	(0,546%)
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	2,17%	0,30%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 6,8% em 2022, seguida de um crescimento de apenas 1,5% em 2023, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2024 e 2025, 2% e 1,9%, respetivamente. O crescimento será contido no primeiro semestre de 2023, projetando-se uma moderação das despesas das famílias, algum adiamento dos planos de investimento das empresas e um abrandamento das exportações. Estes desenvolvimentos ocorrem num quadro de incerteza global acentuada, manutenção de preços de energia elevados, erosão do poder de compra, aperto das condições financeiras e enfraquecimento da procura externa. Os fatores que têm suportado o consumo privado deverão perder importância. Não só se estima que a margem de ajustamento resultante da riqueza acumulada durante a pandemia se reduza, como se projeta que o aumento da perceção do risco de alteração das condições do mercado de trabalho, ainda que sem materialização na presente projeção, condicione as decisões de consumo. A partir da segunda metade de 2023, a atividade acelera, refletindo a expetativa de atenuação das tensões nos mercados energéticos, a recuperação gradual do rendimento real das famílias, a melhoria da procura externa e a normalização das cadeias de abastecimento globais. Uma maior absorção dos fundos europeus suporta também a atividade neste período.

A inflação aumenta em 2022 para 8,1%, fixando-se em 5,8% e 3,3% nos dois anos seguintes. A inflação elevada tem impacto negativo sobre a atividade e o rendimento, sobretudo para as famílias de menores recursos. A subida acentuada da inflação na área do euro e a sua persistência levaram o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) a iniciar um processo de normalização da política monetária. Os aumentos das taxas de juro de política têm-se repercutido no custo de financiamento das empresas e famílias, o que contribui para conter as pressões inflacionistas. A diminuição da inflação é essencial para a recuperação do poder de compra das famílias e para suportar uma retoma da atividade em contexto de menor incerteza.

Em 2022, o défice orçamental diminuiu e situa-se abaixo da média da área do euro. A dívida pública em percentagem do PIB, embora elevada, manteve uma trajetória descendente. Projeta-se que esta evolução favorável prossiga nos próximos anos, devendo este rácio atingir valores inferiores a 100%.

1.2 O SETOR

O SETOR A NÍVEL MUNDIAL²

Em termos globais, a água é um bem escasso e a tendência é este facto agravar-se nas próximas décadas. Tal resulta não só do continuado aumento da população mundial, com particular destaque para as economias emergentes, como também da progressiva diminuição das disponibilidades hídricas associada aos efeitos das alterações climáticas.

Simultaneamente, e para além da necessidade básica de acesso a água potável, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, nomeadamente para a produção de energia e alimentos, e também para a conservação de ecossistemas saudáveis.

Por estes motivos, a água está no centro do desenvolvimento sustentável, encontrando-se subjacente a vários dos Objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, e sendo objeto do Objetivo 6, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento.

No caso particular dos serviços de abastecimento e saneamento, ao balanço entre a oferta e a procura, acresce ainda a necessidade de assegurar resiliência nos sistemas, de forma que se consiga resistir a eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, bem como a outros eventos de origem não climática.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

Ao longo das últimas duas décadas, sobretudo nos países mais desenvolvidos, tem-se também vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos. que contribuem para responder aos desafios atrás referidos. Com efeito, estão hoje na agenda: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, consequentemente, a desacelerar as alterações climáticas; o incentivo à Inovação e Desenvolvimento para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos ao invés de estes serem considerados resíduos.

Não obstante todos estes avanços, neste novo milénio estamos ainda perante alguns factos a que não podemos ficar indiferentes:

- três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano.
- um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

e, do ponto de vista empresarial, em zonas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em e baixos níveis de investimento; e
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia é um exemplo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o *World Bank Water Global Practise*, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: **i)** a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; **ii)** o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; **iii)** o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e **iv)** o estabelecimento de instrumentos de *soft-law* (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias — já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA³

Em resposta às dificuldades e às perturbações do mercado mundial da energia suscitadas pela Crise Geopolítica resultante da invasão da Ucrânia pela Rússia, a Comissão Europeia aprovou por comunicação da Comissão Europeia o Plano REPowerEU Europeia a 18 de maio de 2022.

O plano estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da EU. Em paralelo o Plano visa: a poupança energética; a produção de energia limpa e a diversificação do nosso aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar a nova infraestrutura e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste Plano foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência para apoiar investimentos e reformas no valor de 300 mil milhões de euros e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM nº136/2022)

Em resposta à crise geopolítica foi publicado a 27 setembro de 2022 o Plano de Poupança de Energia 2022-2023 em Diário da República. O documento, elaborado pela ADENE a pedido do Governo, contém medidas de redução para as áreas da energia, eficiência hídrica e mobilidade, e abrange os setores da Administração Pública, central e local, privados como indústria, comércio e serviços, e também os cidadãos. Saliente-se que as medidas obrigatórias se destinam apenas à Administração Pública Central. À Administração Local, empresas e cidadãos são feitas recomendações de poupança energética.

Entre as medidas previstas no Plano destacam-se as seguintes: Reduzir o consumo de energia relacionado com iluminação interior e exterior; Reduzir o consumo energético na climatização de espaços; Promover práticas de gestão dos recursos humanos que permitam a redução dos consumos energéticos (teletrabalho); Promoção local de eletricidade a partir de fontes de energia renovável; Capacitar os técnicos da administração pública para a implementação, dinamização e monitorização de medidas para a eficiência de recursos.

³ Fonte: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repowereu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

O Plano de Poupança de Energia 2022-2023 surge como resposta à crise geopolítica que se faz sentir atualmente na Europa, com graves consequências para o setor da energia, sendo um dos instrumentos que responde ao repto da União Europeia com vista à redução voluntária de 15% do consumo energético. No caso de Portugal, existem derrogações que permitem reduzir a percentagem de redução obrigatória para 7%.

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL⁴

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional	
Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
• 9,8 milhões de habitantes servidos • 97% de alojamentos servidos • 184 litros: consumo médio diário de água por habitante • Tarifa média ponderada: 0,5581 EUR/m³ • Indicador de água Segura em Portugal Continental (alta): 99,59%	• 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem • 86% de alojamentos servidos • 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento • 86% de alojamentos servidos com tratamento • 1,8 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente • Tarifa média ponderada: 0,5351 EUR/m
Dados RASARP 2022	

Com a proximidade do término do Plano PENSAAR 2020, em 2020, foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que inclui no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- -Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Foi apresentada a proposta de despacho que aprova o PENSAARP-2030 que esteve em consulta pública até maio de 2022. O seu fim último é o de atingir serviços de águas de excelência para todos e com contas certas, passando pela concretização de quatro objetivos estratégicos globais.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

O GRUPO AdP EM 2022

O Grupo AdP constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes e, em alguns casos, co-acionistas, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu *know-how*, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

A gestão da energia constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, no quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

⁴ Fonte: <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.”.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em março, o Grupo em parceria com a APA - Agência Portuguesa do Ambiente desenvolveu uma campanha nacional “Campanha Poupe água hoje para ter amanhã”. Esta campanha, de âmbito nacional, pretendeu sensibilizar para a importância de pouparmos e reutilizarmos muito mais água num contexto geral de alterações climáticas, e, sobretudo, no contexto específico da seca de 2022, a terceira mais gravosa desde 1921. As medidas de adaptação à seca e à escassez já implementadas no passado, bem como o acionamento de planos de contingência, permitiram às empresas do grupo AdP superar os efeitos da seca de 2022 sem se ter verificado falhas a nível do abastecimento, não obstante o grande esforço que tal acarretou.

Tendo em vista o cumprimento das metas fixadas nos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, a 28/12/2022 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 26 de março que autoriza o Fundo Ambiental a efetuar transferências para as empresas do Grupo Águas de Portugal no âmbito do apoio para a implementação da Frota Verde

Em junho, o Grupo AdP atribuiu os 'Prémios Verdes' uma iniciativa do Grupo Águas de Portugal e da revista VISÃO, com o Alto Patrocínio da Presidência da República. Os 'Prémios Verdes' destinam-se a premiar as pessoas, empresas e organizações que, em Portugal, implementam ações e medidas com boas práticas na área do ambiente, perante a atual conjuntura de emergência climática.

Em novembro, o Grupo AdP coorganizou a Semana da Responsabilidade Social. A Semana da Responsabilidade Social foi uma iniciativa organizada anualmente pela APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do *Global Compact Network* Portugal. A edição de 2022, que decorreu entre 22 e 25 de novembro no edifício da Águas de Portugal, teve como tema central “Engenho Humano & Energia”, fundamentado na capacidade inventiva humana nas diferentes áreas da Sustentabilidade, no desenvolvimento tecnológico e no progresso das energias renováveis, com uma aposta crescente no autoconsumo e na cogeração. José Furtado, Presidente da Águas de Portugal, apresentou as ambições do Compromisso com a Sustentabilidade através das quais o Grupo procura concretizar o seu propósito de “Fazer a diferença na vida das pessoas”.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “*Business Ambition for 1.5°C*” da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em novembro, o Grupo AdP apresentou a sua Agenda de Inovação, dando cumprimento à estratégia de inovação 360º e, simultaneamente, constituiu o fundo de inovação do Grupo AdP com o VALOR de 1 M€ com vista a financiar, através de um processo competitivo, projetos de inovação no Grupo AdP. Na agenda de Inovação, encontra-se identificadas as áreas estratégicas de inovação: Neutralidade Energética e Carbónica, Eficiência e resiliência de operações e sistemas, Economia Circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento.

A estratégia de inovação 360º assenta num princípio basilar de coordenação e cooperação entre empresas do Grupo, nomeadamente os centros de competências dispersos no território, tendo a AdP VALOR promovido diversas iniciativas de projetos de inovação agregadores de centros de competências do Grupo AdP, mas também de entidades externas ao Grupo, quer do setor da água, quer de setores afins. A inovação assume um papel agregador em que o elemento comum é a água.

Ao nível da digitalização, o Grupo AdP promoveu diversas iniciativas, nomeadamente no âmbito da digitalização das operações – componentes de automação e telegestão, através do Grupo de Trabalho que elaborou diagnóstico do grau de digitalização das diversas operações dispersas pelo território e o plano de ação para se atingir uma transição em linha com as exigências da qualidade de serviço. Adicionalmente, a AdP VALOR tem focado a sua atenção na gestão de dados e na extração de informação de valor acrescentado que suporte decisões táticas e estratégicas.

Na dimensão da economia circular, destaca-se o início de desenvolvimento da estratégia de circularidade do Grupo AdP, que se pretende vir a congregar as várias dimensões da economia circular em que o Grupo está envolvido e deseja expandir a sua área de atuação. Salienta-se nesta dimensão a estratégia de Água para Reutilização, o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás ou as ações ao nível dos ecoreagentes.

No plano internacional, em 2022 deu-se continuidade a diversos trabalhos de parceria e cooperação, designadamente com o Banco Mundial, tendo-se protocolado em novembro de 2022 o alargamento das atividades de parceria entre o Grupo AdP e aquela instituição.

Ainda, em 2022, se dinamizaram um conjunto de projetos, de que se destaca o apoio à SEDAPAL - Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima no Perú tendo o trabalho sido focado no desenvolvimento de termos de referência nas áreas de gestão de ativos, eficiência hídrica / energética e resiliência e economia circular. Em adição, no âmbito do suporte à OTASS - Organismo Técnico de la Administración de los Servicios de Saneamiento (Perú), procedeu-se à revisão de termos de referência que têm como objetivo a otimização de subsídios cruzados, metodologia e estimativa de funções de custo e desenho e implementação de um sistema para calcular tarifas para serviços de saneamento no Peru.

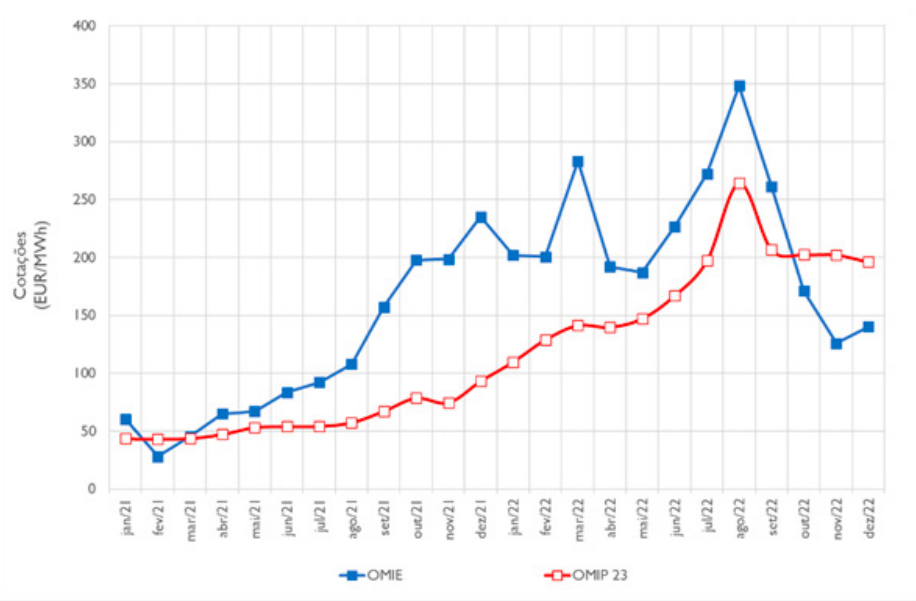
Há ainda a destacar o início dos seguintes projetos:

- Assistência Técnica ao Departamento de Obras Públicas - PWD - Eficiência Operacional Dos Sistemas de Água de Goa, a equipa multidisciplinar liderada pela AdP Internacional, realizou o levantamento, diagnóstico da situação atual e a análise das lacunas e prioridades identificadas para melhorar procedimentos da operação das ETAs de *Salaulim* e da OPA em Goa.
- No Líbano, através de um contrato de consultoria com a DAI (EUA), a AdP Internacional prestou apoio a 4 empresas regionais de água e saneamento no sentido de definir e apoiar a implementação de estratégias operacionais capazes de as tornar mais resilientes face aos desafios que o país atualmente atravessa. Em concreto, salienta-se a realização de diagnósticos operacionais nas vertentes técnicas mais críticas (produção/distribuição e financeira) bem como a elaboração de uma estratégia de emergência de médio prazo para cada uma das 4 empresas regionais.
- Em Cabo Verde, a AdP Internacional integrou um consórcio liderado pela empresa *AqualnSilico*, uma start-up portuguesa criada no seio das equipas de investigação da Universidade NOVA *School of Science and Technology*, que desenvolveram a tecnologia inovadora que está na base das soluções sustentáveis desenhadas pelas ferramentas digitais para a recuperação de nutrientes nos efluentes tratados em estações de tratamento de águas residuais que reciclam a água tratada.

1.3 A ENERGIA

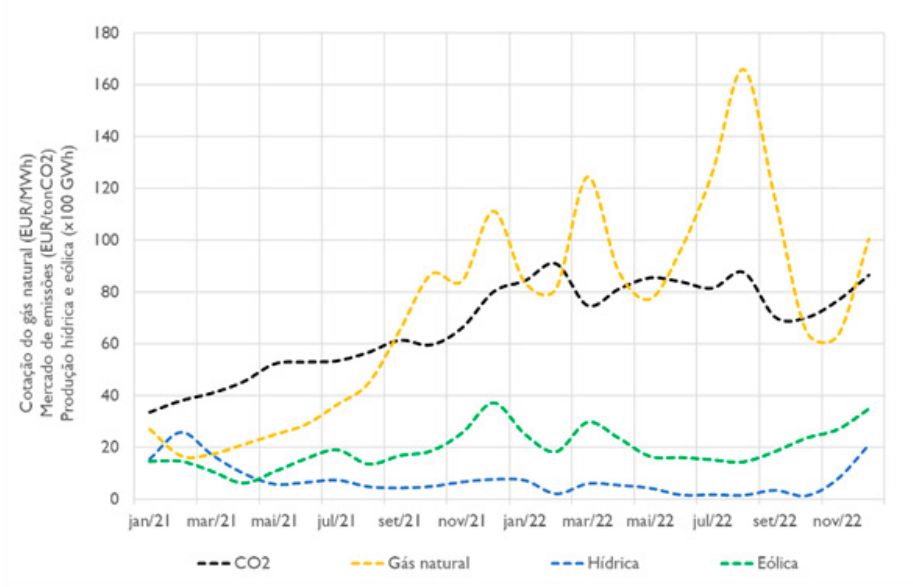
O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

O ano de 2022 foi marcado por uma grande volatilidade nos mercados elétricos, fortemente influenciada pela guerra na Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022, tal como pode ser confirmado pela observação da figura seguinte.



A cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico⁵ (OMIE) foi de 217,90 €/MWh em 2022 (tendo sido de 111,81 €/MWh em 2021). Já a cotação média em 2022 do futuro de energia ibérico para fornecimento em 2023 foi de 176,28 €/MWh, aumentando +196% face ao ano passado. As cotações nos mercados atingiram valores máximos históricos.

Devido à instabilidade dos mercados de energia e com o objetivo de controlar a subida dos preços para produção de energia, os governos português e espanhol criaram um mecanismo excecional e temporário de ajuste dos custos de produção de energia elétrica com reflexo na formação do preço de mercado da eletricidade no referencial grossista do Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Este mecanismo fixa o preço de referência do gás natural e em Portugal foi publicado no Decreto-Lei n.º 33/2022 de 14 de maio.



Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destaca-se o aumento do preço médio do gás natural (+110%) acompanhado de uma grande volatilidade, atingindo um valor máximo de 240,00 €/MWh. Também a cotação média do CO2 aumentou face ao ano anterior (+51,5%), voltando a atingir valores máximos históricos 97,77 EUR/ton CO2. A produção eólica em 2022 foi superior face ao ano anterior (+29%), já a produção hídrica foi significativamente inferior (-45%), resultado de um ano em que o país atravessou um período de seca extrema (figura anterior).

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado futuro diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	217,90	111,81	94,9%
Alemanha	235,46	96,85	143,1%
França	275,89	109,00	153,1%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2023, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado futuro diário)	Cotação média em 2022 (EUR/MWh)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	2022/ 2021
Portugal	176,28	59,46	196,5%
Alemanha	298,65	70,86	321,5%
França	368,00	69,49	429,6%

No ano de 2022, o consumo nacional foi de 50.363 GWh, superior em +1,8% face ao registado em 2021.

O consumo foi satisfeito em 50% com produção de origem renovável, ligeiramente inferior aos 59,7% verificados em 2021. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -45,2% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,63 (-32,2% face a 2021) – e a produção de energia eólica foi de +0,4%.

A produção térmica, entre 2022 e 2021, apresentou um acréscimo de +13,1% no gás natural e um decréscimo de -29,4% na cogeração. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam, espera-se que definitivamente, a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 18,4% do consumo, muito superior ao verificado em 2021 (+94,7%). Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2022 foi de 16,6° C, superior em 1,4° C relativamente ao valor normal do período 1971-2000.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os Custos de Interesse Económico Geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

O ano de 2022 foi um ano ímpar no que diz respeito às TAR, tendo ocorrido uma revisão das mesmas no 2.º semestre. No 1.º semestre de 2022, as TAR reduziram-se em todos os níveis de tensão face a 2021 (-94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN). Já no 2.º semestre e tendo como referencial os valores de 2021, as TAR voltaram a reduzir-se com significado (-126,5% em AT, -113,0% em MT, -75,1% em BTE e -68,4% em BTN).

Em 2023 as TAR terão a redução mais acentuada verificada até ao momento: -636,5% em AT, -663,2% em MT, -228,4% em BTE e -419,8% em BTN, face ao preço médio de 2022. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta de um decréscimo acentuado na tarifa de Uso Global do Sistema, suportado pela diminuição dos CIEG, os quais se traduzem em 2023 num benefício para o Sistema Elétrico Nacional.

O ano de 2022 ficou marcado pela instabilidade e complexidade dos mercados e, devido à necessidade de novos contratos de fornecimento de energia em todos os níveis de tensão, a estratégia adotada pelo Grupo consubstanciou-se em 2 eixos:

- em AT, MT e BTE lançamento de um concurso de 2 lotes, sem preço base, nos últimos meses do ano e por um período curto (6 meses), reduzindo a exposição neste período de grande incerteza nos preços de energia e de grande volatilidade dos mercados;
- em BTN, migração para o regime das tarifas transitórias ou reguladas, através da celebração de contratos com o comercializador de último recurso – SU ELETRICIDADE – sem termos, isto é, até que os mercados estejam estabilizados e voltem a ganhar a atratividade anterior.

Assim, em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado (o qual aumentou em todos os níveis de tensão, apesar de com menor expressão em BTN), contrabalançando com a redução das TAR em 2023, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo aumente mais de 100 milhões de euros face a 2022. De recordar que o preço de energia em AT, MT e BTE no ano de 2022 (também em 2021) representou um preço extraordinário, resultado da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020, altura em que o procedimento contratual foi desenvolvido.

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO AdP

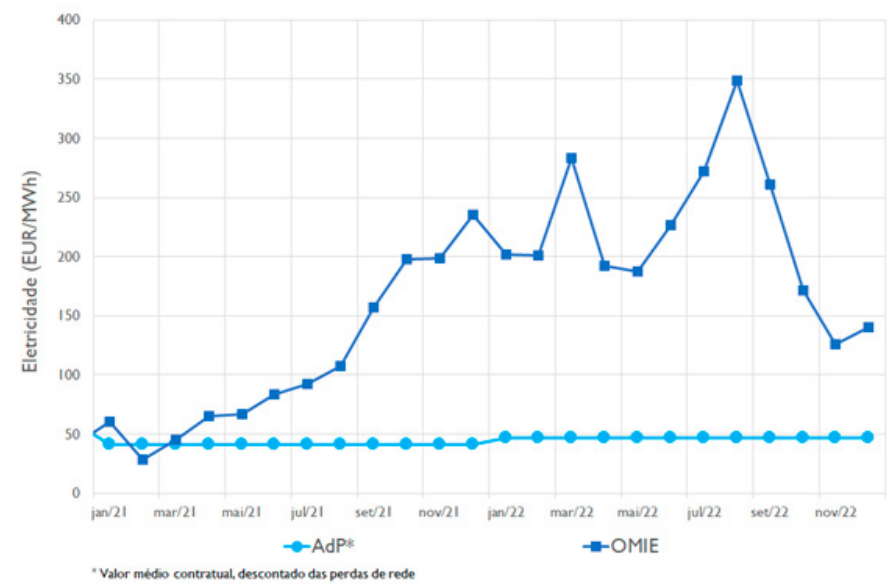
Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, representa uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento e/ou no equilíbrio económico e financeiro das concessões e parcerias constituídas.

O ano de 2022 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo em resultado da reabertura da economia após o ciclo pandémico do COVID, do qual resultou num acentuado crescimento dos preços das matérias-primas e da energia, situação potenciada pelo surgimento de uma guerra na Europa em resultado da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, fatores que conduziram ao aparecimento de fortes constrangimentos nas cadeias de abastecimento de matérias-primas e da energia, entre outros.

No conjunto do ano de 2022, o preço médio do gás natural registou um aumento de +109,6%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Este aumento deve-se sobretudo às restrições, numa primeira fase, e posteriormente ao corte total, à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa que se registavam no final do inverno. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre.

⁵ Fonte: A partir de 15/junho de 2022 ao valor do OMIE foi somado o valor do mecanismo de ajuste do gás natural publicado pela REN.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE e os preços dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP em 2021 e 2022.



Em resultado, no ano de 2022 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 217,90 €/MWh (tendo sido 111,81 €/MWh em 2021).

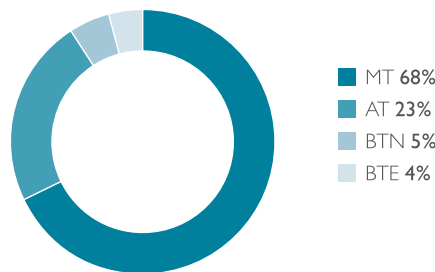
Refira-se que, com base nos dados de consumo (em apuramento e estimados em 31 de janeiro 2023) os consumos elétricos do Grupo AdP aumentaram em 2022 (+0,8% do que em 2021) cifrando-se em 747,85 GWh.

Destes, 720,54 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a +0,7% do que em 2021 e 27,31 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+3,9% do que em 2021). Este valor de 720,54 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 726,01 GWh e do fornecimento de +0,14 GWh e uma redução de -5,62 GWh, em resultado da participação no projeto piloto de Reserva de Regulação desenvolvido pela REN.

Refira-se que nos dados apresentados não se encontram refletidos os consumos em regime de outsourcing, e que no Grupo AdP têm tratamento diferenciados em função dos contratos celebrados.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2022 por nível de tensão: 22,8% em alta tensão (AT), 68,1% em média tensão (MT), 3,9% em baixa tensão especial (BTE) e 5,2% em baixa tensão normal (BTN).

CONSUMO DA RESP DO GRUPO ADP EM 2022 POR NÍVEL DE TENSÃO



No ano de 2022 merece ainda destaque a produção própria de energia – 100% renovável -, seja para autoconsumo, seja para injeção na rede elétrica. Os dados de 2022 apontam para uma produção de 38,51 GWh/ano (+5,2% face a 2021). O autoconsumo foi de 27,31 GWh (+3,8% do quem em 2021) e a energia vendida à RESP totalizou 11,20 GWh (+8,6% do que em 2021).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2022 foi de 709,34 GWh, que representa uma variação de +0,6% do que em 2021, em que o saldo foi de 705,43 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP atingiu 5,1% do seu consumo total de energia (em 2021 foi de 4,9%).

Em termos de emissões de CO2, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.319 toneladas, o que representa uma diminuição de 359 toneladas evitadas face a 2021 (-4,1%). Importa referir que o fator de emissão de 2021 foi revisto de 0,218 kg CO2/kWh para 0,237 kg CO2/kWh, com base na metodologia habitualmente aplicada.

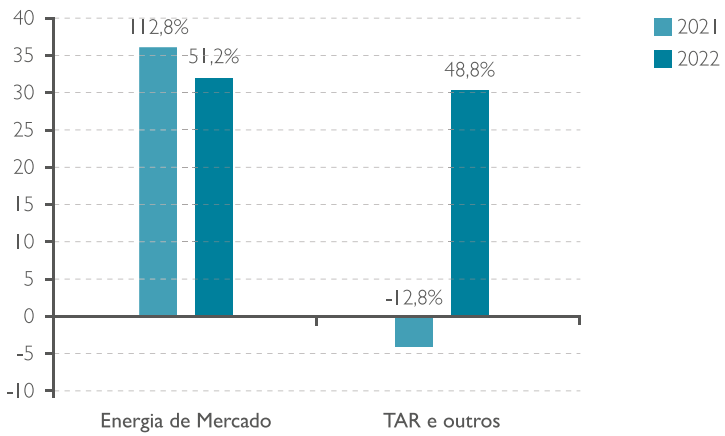
Em termos nacionais e relativamente a 2022, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2022, 6 679 pontos de ligação à RESP (9 em alta tensão, 1.041 em média tensão, 398 em baixa tensão especial e 5.231 em baixa tensão normal), o que representa um aumento de +2,5% face a 2021 (+166 pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.470 registaram consumos durante o ano de 2022, representando 96,9% dos ativos (+1,1% que em 2021).

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em consumos de energia elétrica quer em pontos de ligação.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 31 de janeiro 2023) deverá atingir em 2022 cerca de 32 milhões de euros (-48,8% do que em 2021), que corresponde a cerca de -30,3 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, em resultado da forte descida das TAR.

Os encargos do Grupo AdP associados à fatura com a energia elétrica pelos níveis de tensão distribuem-se da seguinte forma: 16,2% em AT, 54,2% em MT, 6,3% em BTE e 23,3% em BTN.



Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2022 foi cerca de 44,07 €/MWh (foi de 86,72 €/MWh em 2021). E os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 49,32 e 44,36 €/MWh, para 2022 e 2021.

Para o ano de 2023 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 30 de junho de 2023 para os abastecimentos em AT, MT, BTE, no regime liberalizado enquanto os abastecimentos em BTN foram migrados o regime regulado, com início a 1 de janeiro de 2023.

O valor médio deverá situar-se em torno dos 202,2 €/MWh (versus 57,38 €/MWh em 2022 e 86,60 €/MWh em 2021), representando um aumento face a 2022 de +252%, maioritariamente influenciado pela subida do preço da energia de mercado, ainda que contrabalançado pela descida acentuadas das TAR, estimando-se que venha a representar um aumento que representa um aumento do preço médio de energia elétrica do Grupo AdP entre 2023 e 2021 de +134%.

Os valores estimados para 2023 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que todas as alterações no perfil de carga/consumo terão efeitos, num ou noutro sentido no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2022, os 131 veículos 100% elétricos (+3 que em 2021) e que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,0 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 172 mil litros de combustíveis de origem fóssil o que representa uma redução de 582 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,5% (-84,75 tep), e o consumo elétrico foi de 291 MWh.

Em termos de emissões de CO2, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -394 toneladas (-86,2%).

No ano de 2022 a frota automóvel do Grupo AdP (1.436 veículos) consumiu cerca de 2,92 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de +4,4% face a 2021 – ano em que foram consumidos 2,80 milhões - e uma variação de +17,4% face a 2020, primeiro ano da pandemia Covid-19 (onde se consumiram 2,5 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 8.01 l/dia (em 2021 o consumo médio diário foi de 7.676 l/dia, tendo sido de 6.803 l/dia em 2020).

O consumo de combustíveis em 2022 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,9 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +27,1% face a 2021 (3,0 milhões de euros, sem IVA incluído) e de +62,4% face a 2020 (2,4 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero - e comparando os valores de dezembro de 2022 com os valores de dezembro de 2021, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 11,5 cents/l (+7,3%) para o gasóleo e uma redução de 4,5 cents/l (-2,6%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +35,4% no gasóleo e de +21,4% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2022 cerca de 38,3 milhões de km (o que representa cerca de 955 vezes o perímetro da Terra).

Apesar da relevância da frota elétrica do Grupo AdP em utilização, importa referir que a mesma será fortemente reforçada ao longo dos próximos anos, em linha com o disposto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que determina um apoio do Fundo Ambiental, no montante global de 7,52 milhões de euros, ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo AdP - processo integrado no Programa de Neutralidade Energética - com vista à implementação de uma Frota Verde, visando que a mesma seja integralmente constituída por veículos não poluentes, incluindo veículos de emissões nulas.

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que irá ocorrer ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP – Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia,
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- Constituição da Comunidade de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a energia 100% renovável produzida, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados entre 2020 e 2022 (em torno dos 5%).

Desta forma, o Grupo AdP tem em curso o desenvolvimento do Programa ZERO, que assenta na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo, com o objetivo de atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e a autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um *mix* integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (até 2025 e até 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 – Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados no plano do combate às alterações climáticas e da descarbonização, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta, a concluir até ao final do 1.º trimestre de 2023, será implementado um conjunto de medidas, por empresa, com vista à redução das emissões ao longo dos próximos anos e em linha com o objetivo de redução que vier a ser acolhido no Grupo AdP.

1.4. ENQUADRAMENTO REGULATÓRIO

Em 2022, as entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestaram serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e do saneamento de águas residuais, os quais podem incluir, para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais.

O setor onde estas entidade atuam é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

Para além da ERSAR, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente, no que diz respeito à regulação ambiental

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do carácter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

No decorrer de 2022, as entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuaram de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo do tarifário e à remuneração contratual.

A Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, trouxe alterações aos estatutos da ERSAR em matéria tarifária. Com efeito, o referido diploma, devolveu o poder de aprovação das tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicáveis, ao Concedente, no caso dos sistemas de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA) geridos por entidades de capital exclusiva ou maioritariamente públicos.

A intervenção da ERSAR para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), consiste na verificação da conformidade dos tarifários com as disposições contratuais e na conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Para 2022, nos SMM, a ERSAR definiu cenários de eficiência produtiva e aprovou o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais puderam registar nas respetivas contas do exercício.

No decorrer de 2022, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

Adicionalmente, em 2022, o Grupo AdP manteve a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destacam-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta Recomendação Tarifária dos Serviços de Águas e a consulta pública relativa à proposta de Recomendação sobre águas para reutilização.

Realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária dos SMM, trabalho esse que se perspetiva que se conclua até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 87-C/2022, de 29 de dezembro.

ADRA – ATIVIDADE EM “BAIXA”

A AdRA é um sistema municipal, e exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “baixa”, celebrado no contexto de parceria entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.os 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A AdRA está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos Municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em “baixa”, nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A AdRA é regulada por custos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção dos seus sistemas, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios. Durante o ano de 2022, as tarifas aplicadas na faturação pela AdRA, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pela Comissão de Parceria.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de concessão dos SMM.

O contrato da AdRA estabelece que tem direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2022, estavam registados mais de 25 milhões de EUR de DRG de natureza superavitária, decorrentes das atividades da AdRA.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A AdRA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

Em fevereiro de 2022, o volume I do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi disponibilizado pela ERSAR.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da *internet* da AdRA, disponível em <https://www.adra.pt/template-simples/9408079/avalia%C3%A7%C3%A3o-da-qualidade-do-servi%C3%A7o>

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A AdRA que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AdRA deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a AdRA implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes. Em 2022, no cumprimento da legislação, a AdRA implementou o PCQA, tendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos sido comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AdRA são também incluídos no RASARP.

Em setembro de 2022, o volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2021, foi divulgado pela ERSAR.

REGULAÇÃO DA INTERFACE COM O UTILIZADOR

A AdRA está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela ERSAR. Para esse efeito a AdRA dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da *internet*.

Em 2022 verificou-se uma taxa de resposta a reclamações de 100%. Este valor corresponde a manutenção face ao verificado nos últimos anos.

2. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A. enquanto empresa que gere e explora em regime de parceria pública os serviços de água e saneamento relativos ao Sistema de Águas da Região de Aveiro (SARA) tem por missão prestar um serviço de abastecimento de água e saneamento de forma sustentável, visando a satisfação dos clientes e das partes interessadas, com qualidade, segurança e continuidade, contribuindo para a requalificação ambiental da Região.

A preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida e equidade no acesso aos serviços básicos associados, a par da promoção do bem-estar, através da melhoria da qualidade de vida das pessoas e do equilíbrio ambiental, representam os valores fundamentais assumidos pelas empresas que integram o Grupo Águas de Portugal, designadamente pela AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A..

A atividade prosseguida pela empresa enquanto instrumento empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do artigo 24º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações rendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividades e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no artigo 29º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política setorial a prosseguir, com base na qual as empresas do grupo AdP, designadamente a AdRA, desenvolvem a sua atividade;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas do grupo AdP, designadamente pela AdRA no exercício da atividade operacional;
- d) Definir o serviço público a prestar pelas empresas do grupo AdP, e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo AdP. Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas da Região de Aveiro, S.A., estão sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 23 de junho de 2021, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

Sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão, o Conselho de Administração da AdRA – Águas da Região de Aveiro, S.A., deverá:

- a) Assegurar o cumprimento da missão da empresa e o exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Ser socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolver ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;
- d) Promover o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adotar metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Concretizar políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão;
- g) Desenvolver iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- h) Implementar políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando a investigação novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Adotar sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá assegurar um modelo de governo e organizativo- apropriado para que a empresa execute uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam.

- 1. Reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais, nomeadamente:
 - 1.1 Aumento da eficiência na utilização de recursos primários, resiliência e segurança dos sistemas;
 - 1.2 Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.3 Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação das origens, na flexibilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes.
- 2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1 Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2 Proporcionar modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3 Facilitar a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais;
 - 2.4 Potenciar a integração dos empreendimentos hidráulicos.
- 3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:
 - 3.1 O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2 A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais;
 - 3.3 No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
- 4. Promoção do desenvolvimento regional, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 4.1 Na integração em comités funcionais com vista à incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.2 Na dinamização de redes de competências em ambiente descentralizado e colaborativo;
 - 4.3 Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
- 5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, pontenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
 - 5.1 Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, alinhando-o com os desafios do setor e padrões da regulação;
 - 5.2 No reforço da aposta no digital, incluindo a segurança cibernética, prosseguindo objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.

6. Assegurar as boas práticas na gestão de ativos, tendo como referência a norma ISSO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:

6.1 Definição da política de gestão de infraestruturas;

6.2 Consolidação dos sistemas de informação e avaliação;

6.3 Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas;

6.4 Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis na internacionalização do grupo AdP em projetos de interesse nacional, potenciando colaborações, através de AdP internacional, de longo prazo, de valor acrescentado e com risco financeiro delimitado, para além da cooperação com entidades de referência internacional.

	Indicador	Calculo	Escala	AdRA
FINANCEIROS	Eficiência de Gestão	$PRC = [GV + FSE + GP] / VN$ Variação face ao PAO proposto	1. var > +0,10pp; 2. -0,10pp <= +0,10pp; 3. var < -0,10pp.	10%
	Evolução de Perdas	Volume Facturado/Volume Tratado face ao ano anterior	1. RP > 100%; 2. $95\% \leq RP \leq 100\%$; 3. RP < 95%.	10%
	Limite de Endividamento	$Endividamento = [Stock\ D\acute{v}ida\ (Ano\ N) / Stock\ D\acute{v}ida\ (Ano\ N-1)] - 1 * 100$	1. X > 2%; 2. $1,5\% \leq X \leq 2\%$; 3. X < 1,50%. * investimentos materialmente relevantes são excluídos do calculo, a percentagem adotada corresponde ao definido na legislação	10%
	Respeito Prazos de Pagamento	Variação do PMP face ano anterior	Quando PMP <= 60 dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008. 1. Incumpre: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior; 2. Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia; 3. Excede: quando PMP <= 60 dias. Quando PMP > 60 dias ou incumpre com RCM 34/2008. 1. Incumpre: face ao ano anterior; x > -15%; 2. Cumpre: face ao ano anterior; $-25\% < x < -15\%$.	10%
AMBIENTAIS E DE SERVIÇO	Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO	1. Var < -5%; 2. $-5\% \leq Var \leq 5\%$; 3. Var > 5%. * excluindo o efeito DRG	10%
	Plano de Manutenção	Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	1. N° Ações executadas face ao previsto < 80,00%; 2. N° Ações executadas face ao previsto $80,00\% < x < 90\%$; 3. N° Ações executadas face ao previsto	10%
	Qualidade da Água Fornecida	AQA = QA (Ano N)	1. AQA < 97,00%; 2. $97,00\% \leq AQA < 99,00\%$; 3. AQA > = 99,00%. * sem deterioração face ao ano anterior	20%
	Qualidade das Águas Residuais	AQAR = QAR (Ano N)	1. AQAR <90,00%; 2. $90,00\% \leq AQAR \leq 95,00\%$; 3. AQAR > 95,00% * sem deterioração face ao ano anterior	20%
Total				100%

Nº de indicadores: 8

Em 2022, o Conselho de Administração atuou em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos titulares da função acionista, pela Comissão de Parceria e pela Tutela Setorial e Financeira.

O Conselho de Administração da AdRA atuou em 2022 em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelo titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira designadamente:

- Melhorar a eficiência hídrica;
- Executar o plano de investimentos recorrendo sempre que possível a fundos comunitários;
- Manter um nível de gastos operacionais adequado ao volume de negócios gerado pela atividade;
- Melhorar a qualidade do serviço ao cliente, nomeadamente a qualidade da água;
- Manter níveis de endividamento adequados e cumprindo com o estabelecido na legislação;
- Aumentar a acessibilidade do serviço a mais utilizadores e ao menor custo;
- Contribuir para a melhoria ambiental da área de intervenção da AdRA.

POSICIONAMENTO ESTRATÉGICO

De acordo com o ciclo de planeamento estratégico da empresa, anualmente é efetuada a análise das diferentes perspetivas do *Balanced Scorecard*, designadamente, financeira, clientes, processos internos e aprendizagem e conhecimento, no sentido de adequar os objetivos estratégicos neles contidos aos novos desafios identificados.

O posicionamento estratégico da empresa, conforme se depreende do mapa da estratégia, continua a desenvolver-se em torno dos quatro grandes pilares: sustentabilidade, responsabilidade social, orientação para o cliente e proximidade.

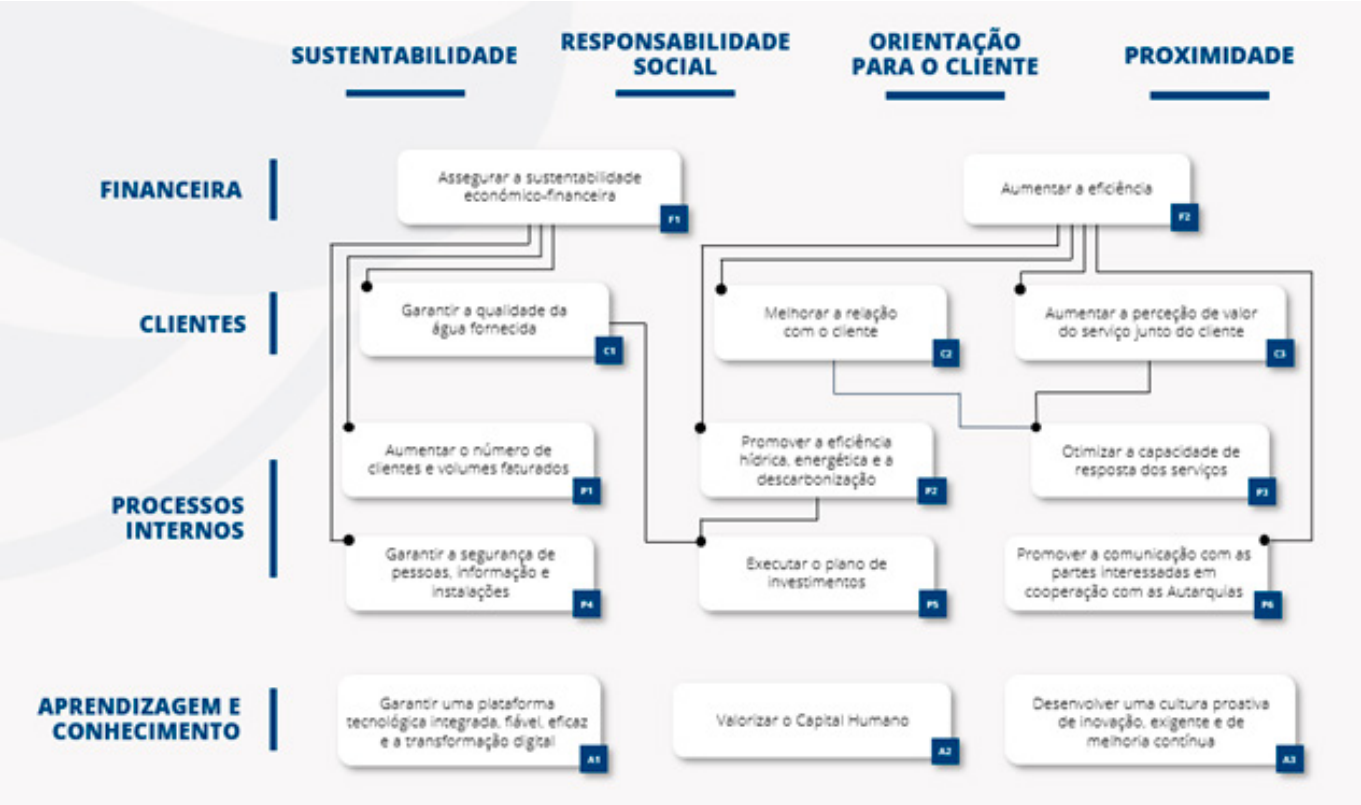


Figura 5 - Mapa da estratégia

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Destacam-se alguns dos objetivos estratégicos traçados para a empresa, com base nas obrigações decorrentes do contrato de gestão e do seu mapa da estratégia:

- Assegurar a sustentabilidade económico-financeira da empresa e a sua eficiência;
- Aumentar os volumes faturados de abastecimento de água e saneamento de águas residuais;
- Aumentar a taxa de cobertura do território e a taxa de adesão aos serviços por parte dos clientes;
- Melhorar a eficiência hídrica da empresa, reduzindo o valor das perdas de água;
- Promover a eficiência energética e adotar medidas com vista à descarbonização da sua atividade;

- Executar o plano de investimentos de acordo com o previsto, expandindo a acessibilidade do serviço e garantindo a renovação das infraestruturas;
- Garantir a qualidade da água fornecida;
- Desenvolver e valorizar as competências e expetativas profissionais dos colaboradores;
- Aumentar a satisfação dos clientes e melhorar a comunicação;
- Garantir a segurança de pessoas, instalações e informação;
- Assegurar o aumento da digitalização da empresa, através de tecnologia que permita o aumento da eficiência da atividade;
- Desenvolver uma cultura de melhoria contínua, exigente e inovadora.

3. O NEGÓCIO

3.1 ATIVIDADE OPERACIONAL

3.1.1 ABASTECIMENTO DE ÁGUA

3.1.1.1 ORIGENS

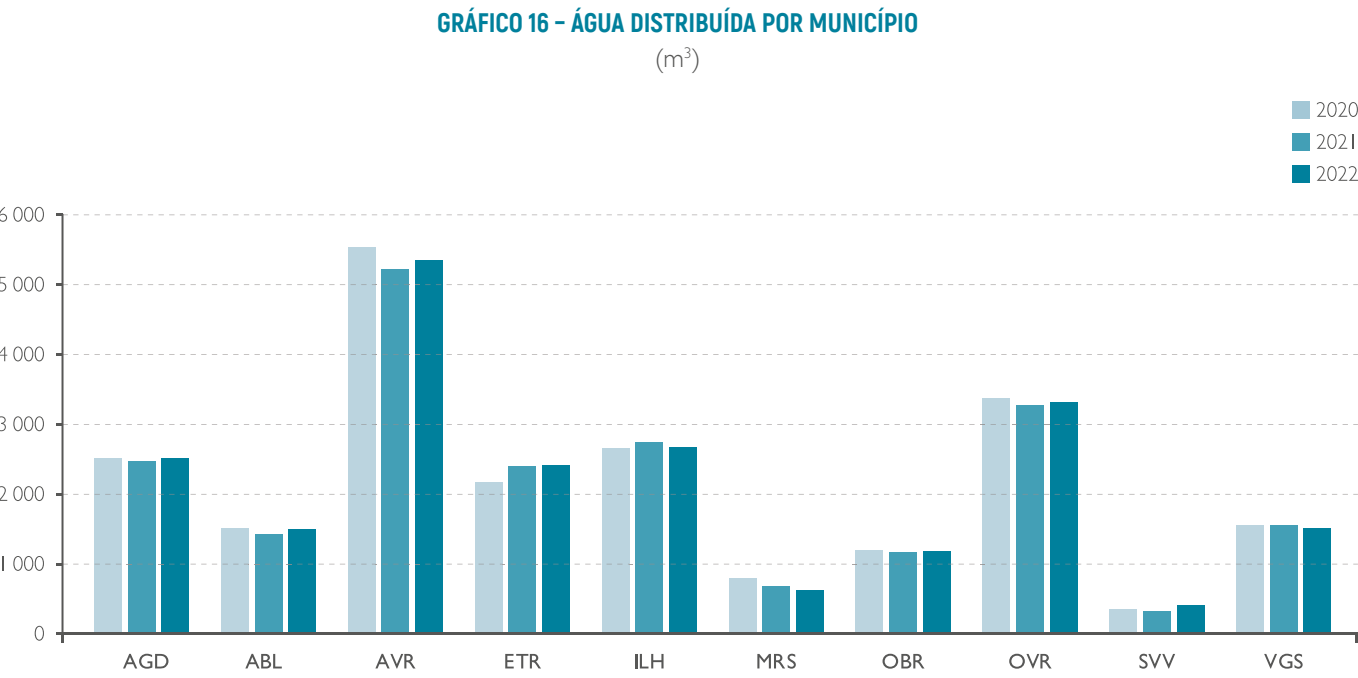
Em 2022, ao contrário do verificado no ano anterior, verificou-se um ligeiro aumento do volume de água distribuída pela AdRA. Apesar desta oscilação, a AdRA confirmou e consolidou a tendência de diminuição da percentagem de água não faturada, representando um aumento da eficiência da atividade. Face ao ano de 2021, existiram ligeiras oscilações, quer na água captada, quer na água adquirida à Associação dos Municípios do Carvoeiro e às Águas do Douro e Paiva.

Assim, 67% da água distribuída pela AdRA em 2022 teve como origem as captações da Associação de Municípios do Carvoeiro, o que representa cerca 14,4 milhões de m³. A água captada nas origens próprias exploradas diretamente pelas AdRA, continuam a representar 19% do total de água distribuída, correspondendo em 2022, a um volume de 4,1 milhões de m³. Relativamente à água fornecida pela empresa Águas do Douro e Paiva esta representa 14% do total da água distribuída (3 milhões de m³).

Tabela 11 - Volumes Comprados e Captados

(Unidade: m³)

	2020		2021		2022	
Captações Próprias	4 535 940	21%	4 142 240	19%	4 135 789	19%
Associação Municípios Do Carvoeiro (AMC)	14 239 321	65%	14 333 162	67%	14 353 780	67%
Águas do Douro e Paiva, S.A.	3 033 137	14%	2 970 724	14%	2 991 800	14%
Total	21 808 398	-	21 446 126	-	21 481 369	-
Variação com período homólogo	286 417	1%	-362 272	-2%	35 243	0%



3.1.1.2 DISTRIBUIÇÃO

Em 2022 o projeto de eficiência hídrica, continuou a ser um dos principais focos da atividade da AdRA com a consequente pesquisa ativa de fugas e de perdas de água, o que motivou a reparação de um elevado número de roturas, num total de 4.069. Este valor é inferior ao do ano transato em cerca de 8%, o que confirma a tendência verificada nos dois anos anteriores. Esta diminuição foi mais significativa no Centros Operacional Sul. Nos restantes Centros Operacionais manteve-se a tendência de decréscimo face ao ano anterior.

Com a diminuição do número de roturas reparadas, o valor médio de reparação de avarias por cada 100 km de rede também diminuiu e situou-se em 100 roturas/100km de rede. Apesar da redução, este valor continua a ser elevado e é um indicador das deficiências que a rede de distribuição de água apresenta. Este nível de roturas é ainda, potencialmente indutor de reclamações de clientes relacionadas com a fiabilidade do serviço prestado e com a qualidade da água distribuída.

Esta situação continua a ser particularmente sentida no Centro Operacional Central (COC) que continua a ser aquele que apresenta o maior número de roturas reparadas, representado cerca de 46% do total das avarias resolvidas e apresenta 136 roturas reparadas por 100 km de rede.

Tabela 12 - Roturas reparadas por centro operacional

(Unidade: n.º)

	2020		2021		2022	
Centro Operacional Norte (CON)	796	18%	760	17%	750	18%
Centro Operacional Centro (COC)	2 044	45%	1 952	44%	1 887	46%
Centro Operacional Sul (COS)	1 700	37%	1 722	39%	1 432	35%
Total	4 540	-	4 434	-	4 069	-
Variação com período	-377	-8%	-106	-2%	-365	-8%

Tabela 13 - N.º de roturas reparadas por 100 km de rede

2022	N.º Roturas	Extensão da Rede	Indicador ⁽¹⁾
Centro Operacional Norte (CON)	750	1 077	70
Centro Operacional Centro (COC)	1 887	1 390	136
Centro Operacional Sul (COS)	1 432	1 607	89
Total	4 069	4 075	100
2021	N.º Roturas	Extensão da Rede	Indicador ⁽¹⁾
Centro Operacional Norte (CON)	760	1 093	70
Centro Operacional Centro (COC)	1 952	1 365	143
Centro Operacional Sul (COS)	1 722	1 602	108
Total	4 434	4 060	109
2020	N.º Roturas	Extensão da Rede	Indicador ⁽¹⁾
Centro Operacional Norte (CON)	796	1 089	73
Centro Operacional Centro (COC)	2 044	1 361	150
Centro Operacional Sul (COS)	1 700	1 586	107
Total	4 540	4 035	113

⁽¹⁾ Número de roturas reparadas por 100 km de rede

Em 2022, aumentou-se o número de intervenções de micromedição realizadas face ao ano de 2021. Este acréscimo tem haver com o aumento do número de contadores substituídos. A variação mais significativa foi no centro operacional sul com um aumento de 100% face ao ano anterior. No entanto, o centro operacional central continuou a ser o que teve mais intervenções no ano (21.990) o que representa 48% do total de intervenções.

Os anos de 2020 e 2021 ficaram marcados pelas condicionantes na realização da atividade de micromedição impostas pelas medidas de reação à pandemia da Covid-19.

Tabela 14 - N.º de intervenções de micromedidação

(Unidade: n.º)

2022	N.º de Intervenções
Centro Operacional Norte (CON)	11 693
Centro Operacional Centro (COC)	21 990
Centro Operacional Sul (COS)	12 454
Total	46 137
2021	N.º de Intervenções
Centro Operacional Norte (CON)	6 512
Centro Operacional Centro (COC)	12 713
Centro Operacional Sul (COS)	6 209
Total	25 434
2020	N.º de Intervenções
Centro Operacional Norte (CON)	5 949
Centro Operacional Centro (COC)	11 490
Centro Operacional Sul (COS)	7 950
Total	25 389

3.1.1.3 MANUTENÇÃO

Durante o ano de 2022, os serviços de manutenção da AdRA realizaram 1.466 intervenções nas instalações de captação, tratamento e distribuição de água. Relativamente ao ano transato, verificou-se um incremento do número total de intervenções em cerca de 3%. Este aumento ficou a dever-se, essencialmente, ao aumento das intervenções preventivas.

O crescimento das intervenções de manutenção em 2022 sentiu-se nas intervenções relacionadas com trabalhos de manutenção preventiva e corretiva, que aumentaram em 2022, cerca de 11% e 2,5%, respetivamente, o que representam mais de 85% do total das intervenções.

Com o incremento das ações de melhoria no centro operacional sul (COS) passou a ser aquele que apresenta o maior número de intervenções de manutenção, o que advém diretamente da necessidade de melhorar as instalações existente e os equipamentos eletromecânicos.

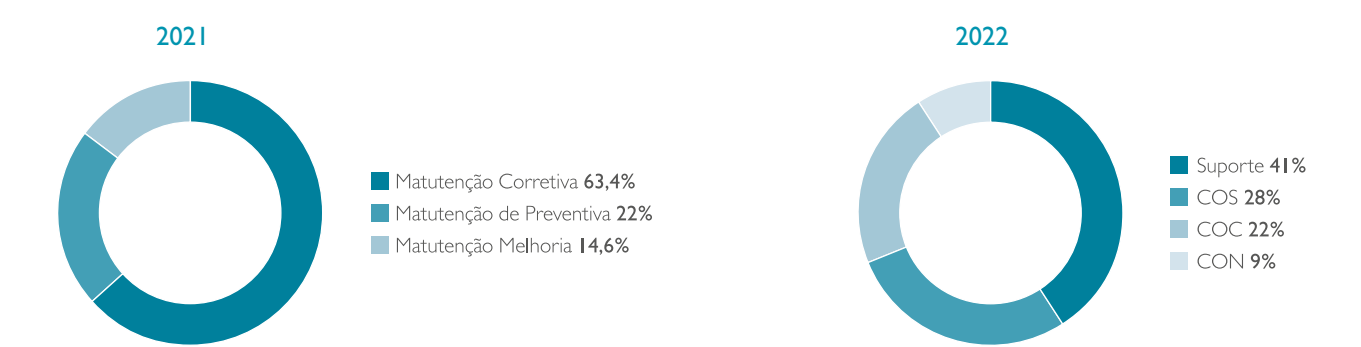
As ações de suporte, são aquelas que são estruturantes e beneficiam todas as instalações e todo o tipo de intervenções de manutenção. Em 2022, existiu um aumento do número de intervenções de suporte o que demonstra um aumento da transversalidade da manutenção na empresa.

Tabela 15 - Intervenções por tipo de manutenção

Manutenção Preventiva	2021		2022	
Centro operacional norte (CON)	8	2,7%	5	1,6%
Centro operacional centro (COC)	20	6,9%	14	4,3%
Centro operacional sul (COS)	10	3,4%	15	4,7%
Suporte	253	86,9%	288	89,4%
Total	291	20,5%	322	22,0%
Manutenção Corretiva	2021		2022	
Centro operacional norte (CON)	117	12,9%	119	12,8%
Centro operacional centro (COC)	296	32,6%	273	29,4%
Centro operacional sul (COS)	297	32,7%	323	34,7%
Suporte	197	21,7%	215	23,1%
Total	907	63,8%	930	63,4%
Manutenção de Melhoria	2021		2022	
Centro operacional norte (CON)	26	11,6%	15	7,0%
Centro operacional centro (COC)	67	29,9%	29	13,6%
Centro operacional sul (COS)	44	19,6%	77	36,0%
Suporte	87	38,8%	93	43,5%
Total	224	15,8%	214	14,6%

Em 2022, a manutenção corretiva continuou a ser a área mais significativa, representando mais de 63% da totalidade das intervenções de manutenção da AdRA. No entanto, este valor tem vindo a diminuir e durante o ano de 2022 foi possível aumentar as intervenções de manutenção preventiva, passando este tipo de manutenção a representar cerca de 22% do total.

GRÁFICO 17 – INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO NO ABASTECIMENTO



3.1.2 SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

3.1.2.1 RECOLHA E TRANSPORTE

Em 2022 foram realizadas 2.280 desobstruções na rede de saneamento, o que representa um aumento em relação ao ano anterior de 2,7%, num total de 61 obstruções. O centro operacional norte (CON) foi o principal responsável por este acréscimo (+105). Em sentido contrário, no centro operacional centro (COC) existiu uma diminuição do número de obstruções na rede (-51).

Apesar do valor total ser superior ao verificado no ano de 2021, devido ao aumento da extensão da rede em exploração, o indicador de desobstruções por cada 100 km da rede manteve-se igual sendo de 78 desobstruções por cada 100 km de rede.

Tabela 16 - Desobstruções por centro operacional 2020-2022

2022	N.º Desobstruções	Extensão da Rede	Indicador ⁽¹⁾
Centro Operacional Norte (CON)	882	831	106
Centro Operacional Centro (COC)	906	956	95
Centro Operacional Sul (COS)	492	1 120	44
Total	2 280	2 907	78
2021	N.º Desobstruções	Extensão da Rede	Indicador ⁽¹⁾
Centro Operacional Norte (CON)	777	839	93
Centro Operacional Centro (COC)	957	921	104
Centro Operacional Sul (COS)	485	1 094	44
Total	2 219	2 853	78
2020	N.º Desobstruções	Extensão da Rede	Indicador ⁽¹⁾
Centro Operacional Norte (CON)	1 005	775	130
Centro Operacional Centro (COC)	830	910	91
Centro Operacional Sul (COS)	492	1 068	46
Total	2 327	2 753	85

(1) Número de desobstruções por 100 km de rede

Durante o ano de 2022, a AdRA procedeu ao vazamento de 1.710 fossas. Este valor é inferior ao verificado no ano transato em aproximadamente 7%. Para esta diminuição contribuiu a execução de novas redes de saneamento, nomeadamente na área de intervenção do COC.

Apesar do incremento das redes de saneamento, o centro operacional central (COC) continua a ser aquele que apresenta o maior número de fossas escoadas (66%).

Tabela 17 - Escoamento de fossas por centro operacional (2020-2022)

(Unidade: nº)

2022	N.º de Intervensões
Centro Operacional Norte (CON)	53
Centro Operacional Centro (COC)	1 134
Centro Operacional Sul (COS)	523
Total	1 710
2021	N.º de Intervensões
Centro Operacional Norte (CON)	54
Centro Operacional Centro (COC)	1 317
Centro Operacional Sul (COS)	465
Total	1 836
2020	N.º de Intervensões
Centro Operacional Norte (CON)	32
Centro Operacional Centro (COC)	1 282
Centro Operacional Sul (COS)	205
Total	1 519

GRÁFICO 18 - ESCOAMENTO FOSSAS POR CENTRO OPERACIONAL
(2021/2022)



3.1.2.2 TRATAMENTO

Durante o ano de 2022 e à semelhança dos anos anteriores, a grande maioria das águas residuais drenadas pelas redes de saneamento da AdRA, foram encaminhadas para o sistema da Águas do Centro Litoral, S.A., onde são depuradas nas ETAR (estações de tratamento de águas residuais) desse sistema multimunicipal e depois lançadas no meio recetor.

Apenas 4,4% do efluente recolhido pelas redes de drenagem de águas residuais geridas pela AdRA é encaminhado para as ETAR próprias. A operação destas ETAR é realizada externamente por uma empresa que foi contratada no seguimento do procedimento concursal para a prestação de serviço de exploração das ETAR.

De referir, como nota muito importante, que durante o ano de 2022, e no decorrer do plano legal de autocontrolo, não foram detetados quaisquer incumprimentos nos efluentes descarregados pelas ETAR da empresa.

3.1.2.3 MANUTENÇÃO

Durante o ano de 2022, o setor de manutenção da AdRA realizou 1.689 intervenções de manutenção nas infraestruturas de recolha, drenagem e tratamento de águas residuais geridas pela AdRA. Este valor representa uma diminuição de 4% face a 2021. As intervenções de manutenção corretiva continuam a representar a grande fatia de ações de manutenção, com cerca de 90% do total de ações de manutenção.

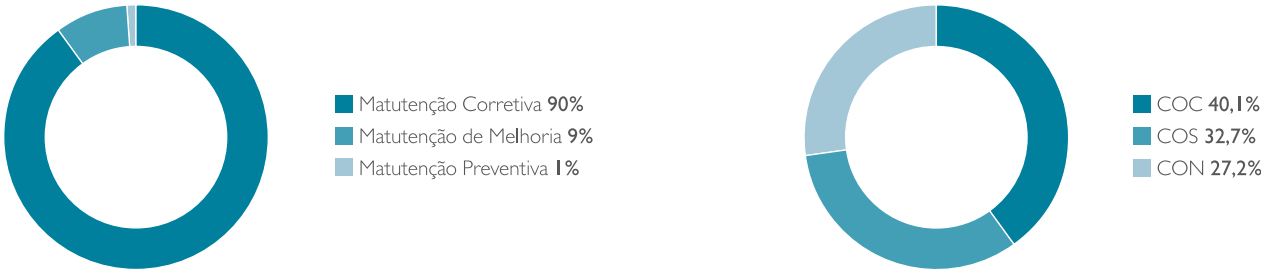
No que se refere aos restantes tipos de manutenção, verifica-se uma ligeira diminuição no que respeita às intervenções de manutenção de melhoria e a manutenção do número de ações de manutenção preventiva.

Tabela 18 - Intervenções de manutenção nos sistemas de saneamento

Manutenção Preventiva	2021		2022	
Centro operacional norte (CON)	5	33,3%	5	33,3%
Centro operacional centro (COC)	7	46,7%	7	46,7%
Centro operacional sul (COS)	3	20,0%	3	20,0%
Total	15	0,8%	15	0,9%
Manutenção Corretiva	2021		2022	
Centro operacional norte (CON)	415	26,2%	409	26,9%
Centro operacional centro (COC)	623	39,4%	607	40,0%
Centro operacional sul (COS)	545	34,4%	503	33,1%
Total	1 583	89,5%	1 519	89,9%
Manutenção de Melhoria	2021		2022	
Centro operacional norte (CON)	39	22,9%	45	29,0%
Centro operacional centro (COC)	55	32,4%	64	41,3%
Centro operacional sul (COS)	76	44,7%	46	29,7%
Total	170	9,6%	155	9,2%

Em 2022, o centro operacional centro continuou a concentrar o maior número de intervenções de manutenção (40%). Tendo o seu peso no total aumentado ligeiramente face ao ano anterior, existindo um aumento das intervenções ao nível da manutenção de melhoria.

GRÁFICO 19 - INTERVENÇÕES DE MANUTENÇÃO NO SANEAMENTO



3.1.2.4 TELEGESTÃO

Em 2021 a AdRA iniciou a implementação do seu novo projeto de telegestão de água e saneamento. No âmbito de uma prestação de serviços, ao longo do ano de 2022, foi dada continuidade aos trabalhos de migração para a nova telegestão, mais moderna e com outras funcionalidades.

Durante o ano de 2022 foram instaladas na nova telegestão 38 instalações da rede de drenagem de águas residuais. Em simultâneo, continuou-se o trabalho para as instalações dos sistemas de abastecimento de água que será implementado durante o ano de 2023 e que permitirá a migração de todas as instalações de operação de água que passarão a beneficiar das novas funcionalidades da telegestão em desenvolvimento.

Tabela 19 – N.º Instalações integradas na Telegestão

(Unidade: nº)

	2020	2021	2022
AA	3	2	1
AR	54	13	38

Em 2022 continuamos a desenvolver os nossos sistemas de telemetria e telecontagem da rede e de clientes. Assim, melhoramos a monitorização dos caudais e volumes distribuídos pelas zonas de medição e controlo (ZMC), integrando mais alguns grandes clientes nessa gestão e criando as ferramentas para melhor controlar os caudais noturnos e as perdas de água.

Durante o ano de 2022, existiu um grande incremento do número de pontos monitorizados ao nível da micromedição, foi dado seguimento à consolidação do sistema de telemetria SIGFOX, com a instalação de mais 47 pontos telemétricos.

Desta forma, será possível aumentar o conhecimento sobre o funcionamento da rede de distribuição, nomeadamente nas zonas de medição e controlo e apoiar a decisão sobre a atuação mais correta na pesquisa ativas de fugas de água numa logica de redução de perdas.

No ano de 2022, foi dada continuidade à integração dos sistemas existentes de CCTV, controlo de acessos, intrusão na plataforma.

Tabela 20 – N.º Instalações integradas na Telemetria

(Unidade: nº)

	2020	2021	2022
ZMC	39	5	23
Micromedição	451	182	47
Grandes Clientes	23	70	21
CCTV	1	9	15

3.1.3 QUALIDADE DA ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS

3.1.3.1 QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

A água para consumo humano obedece a características de qualidade que garantem a sua potabilidade. O controlo da qualidade da água distribuída, desde a sua origem até à torneira do consumidor, é uma preocupação constante da gestão da AdRA, sendo uma peça fundamental para a sustentabilidade e para a qualidade do serviço prestado.

São dois os diplomas legais em vigor para o controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano, o Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro, através da definição e operacionalização do Programa de Controlo de Qualidade da Água – PCQA, quer pelo controlo operacional, cujo objetivo fundamental é verificar o nível de qualidade da água em toda a extensão de rede e detetar possíveis anomalias, quer pelo controlo complementar, resultante do tratamento de reclamações de qualidade da água e incumprimentos de valores paramétricos de parâmetros não obrigatórios na legislação.

Ao nível do controlo legal, o cumprimento do PCQA, para cada uma das zonas de abastecimento definidas, aprovado pela Entidade Reguladora de Águas e Resíduos (ERSAR), foi realizado de acordo com o disposto nos normativos legais, que definem os controlos de rotina e inspeção, assim como as frequências mínimas de amostragem, para a análise da água destinada ao consumo humano. Também o tratamento dos resultados e a comunicação dos mesmos, tanto aos clientes como entidades competentes, decorreram conforme o estipulado nas referências legais.

A. ZONAS DE ABASTECIMENTO GERIDAS PELA ADRA

Tabela 21 - Características do PCQA em 2022

(Unidade: nº)

	2020	2021	2022
Zonas de Abastecimento	41	41	30
Pontos de Amostragem	658	669	626
Controlo de Rotina 1 realizados	900	914	858
Controlo de Rotina 2 realizados	344	328	286
Controlo de Inspeção realizados	63	62	50
Análises obrigatórias realizadas	10 118	9 710	8 489
Parâmetros analisados	64	64	65
Análises de Verificação realizadas	10	5	4
Laboratórios	1	1	1

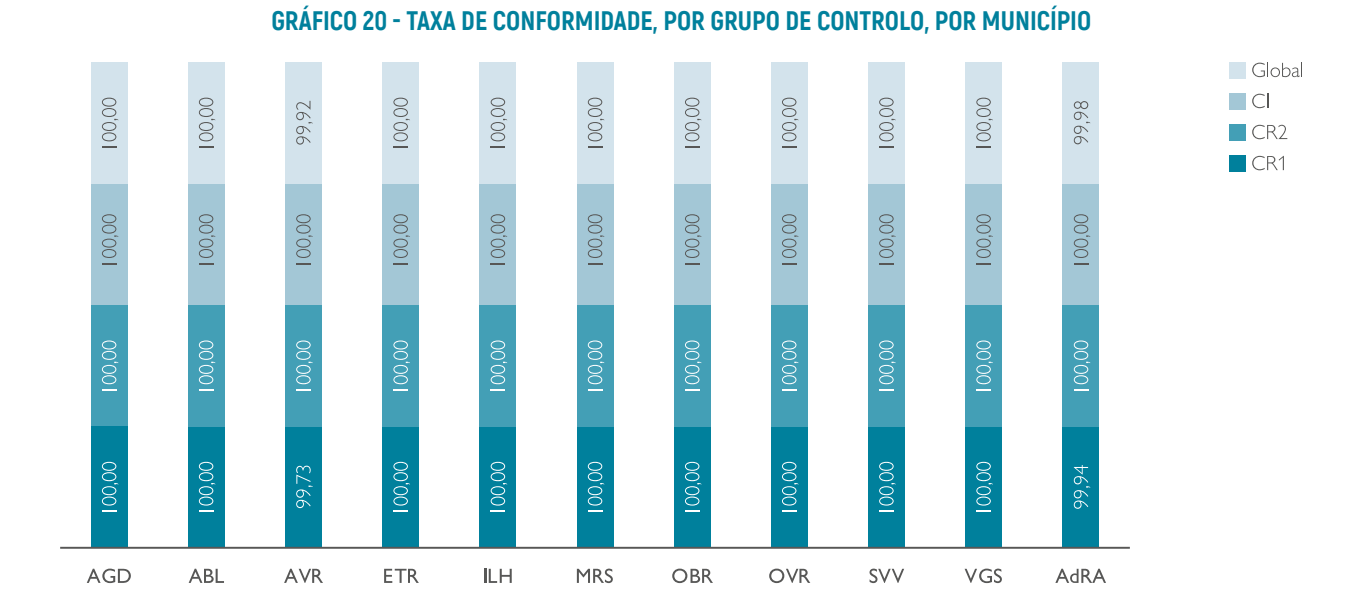
Do cumprimento do PCQA, obtiveram-se os resultados descritos no quadro seguinte, que comprovam a boa qualidade da água distribuída pela AdRA, nas zonas de abastecimento geridas por si, resultando uma taxa de conformidade de 99,98%, que constitui o melhor resultado de sempre. A taxa de conformidade reflete a estabilização dos sistemas de abastecimento de água e a otimização da operacionalização dos sistemas.

Tabela 22 - Taxa de conformidade da qualidade da água por grupo de controlo

(Unidade: %)

	2020	2021	2022
Controlo de Rotina 1 (CR1)	100,00	100,00	99,94
Controlo de Rotina 2 (CR2)	99,89	99,88	100,00
Controlo de Inspeção (CI)	99,96	100,00	100,00
Global	99,94	99,93	99,98

O gráfico descreve o comportamento ao nível da conformidade por diferentes municípios, por grupos de controlo.



Os resultados obtidos, decorrentes da operacionalização do PCQA, foram divulgados trimestralmente, através de editais, disponibilizados no site e nos postos de atendimento existentes.

B. ZONAS DE ABASTECIMENTO GERIDAS POR ENTIDADE TERCEIRA - SISTEMAS AUTÓNOMOS DE ÁGUEDA

No dia 15 de dezembro de 2020, na sequência de uma exigência da ERSAR, da qual fazia depender a aprovação do PCQA, procedeu-se à inclusão no PCQA 2021 de “todas as zonas de abastecimento existentes no Concelho de Águeda, incluindo os fontanários de origem única e os sistemas da União de Freguesias de Trofa e Segadães e Lamas do Vouga”. Os dados inseridos, designadamente as captações, respetiva natureza, tipo de tratamento e volume captado, bem como as Zonas de Abastecimento, respetivas populações servidas e volume distribuído, foram os disponibilizados pela ERSAR.

Neste conjunto de áreas a AdRA não é a Entidade Gestora. A AdRA não exerce, nem nunca exerceu, tal atividade nas referidas áreas, não conhece a localização, as características e o estado de funcionamento das infraestruturas que ali estarão a garantir os serviços, assim como, não tem qualquer registo de contratos de serviços de águas para as referidas áreas.

Das 27 Zonas de Abastecimento identificadas pela ERSAR, 12 foram eliminadas do PCQA: as Zonas de Abastecimento Fontanário de Préstimo - Cambra, Fontanário de Préstimo – Casal, Fontanário de Agadão – Guistolinha e Fontanário de Agadão – Guistola, já estavam integradas em Zonas de Abastecimento da AdRA, designadamente na Zona de Abastecimento Vouga, as duas primeiras, e as restantes na Zona de Abastecimento AGD XIV; as Zonas de Abastecimento Fontanário de Agadão - Foz, Fontanário de Agadão - Lomba, Fontanário de Agadão - Povinha e Fontanário de Agadão – Vila Mendo foram entretanto integradas na Zona de Abastecimento AGD XIV – Agadão; as Zonas de Abastecimento Fontanário de Agadão – Lázaro, Fontanário de Agadão – Lousa, Fontanário de Agadão – Sobreira e Fontanário de Castanheira do Vouga – Serra de Baixo por se tratar de zonas de abastecimentos sem população e/ou fontanário. Relativamente às restantes 15 zonas de abastecimento o PCQA aprovado pela ERSAR foi operacionalizado e cumprido.

No dia 13 de dezembro de 2021, em reunião realizada entre a ERSAR e a AdRA, a Entidade Reguladora definiu que, para aprovação do PCQA relativo ao ano 2022 a AdRA deveria voltar a incluir, à semelhança do ano anterior, os sistemas autónomos do município de Águeda, isto é, “todas as zonas de abastecimento existentes no Concelho de Águeda, incluindo os fontanários de origem única e os sistemas geridos por freguesias, nomeadamente, pela União de Freguesias de Trofa e Segadães e Lamas do Vouga”. Os dados a inserir foram, novamente, os disponibilizados pela ERSAR, através de correio eletrónico do dia 16 de dezembro de 2020, por falta de conhecimento da AdRA das zonas mencionadas.

Mais foi referido pela ERSAR que a inclusão dos sistemas autónomos do Município de Águeda, no PCQA da AdRA, tem o objetivo de assegurar, por aquela entidade, a existência do controlo e monitorização também daquelas zonas de abastecimento, ainda que não sejam infraestruturas sob a responsabilidade de gestão da AdRA.

Durante o ano de 2022, o cumprimento do PCQA, para cada uma das zonas de abastecimento definidas, foi realizado de acordo com o disposto nos normativos legais.

Tabela 23 - Características do PCQA nos Sistemas Autónomos de Águeda em 2022

(Unidade: nº)

	2021	2022
Zonas de Abastecimento	15	15
Pontos de Amostragem	31	31
Controlo de Rotina 1 realizados	102	102
Controlo de Rotina 2 realizados	34	34
Controlo de Inspeção realizados	15	15
Análises obrigatórias realizadas	1 437	1 497
Parâmetros analisados	63	63
Análises de Verificação realizadas	25	30
Laboratórios	1	1

Do cumprimento do PCQA nos Sistemas Autónomos de Águeda, obtiveram-se os resultados descritos no quadro seguinte, resultando uma taxa de conformidade de 96,78%.

Tabela 24 - Características do PCQA nos Sistemas Autónomos de Águeda em 2022

(Unidade: %)

	2021	2022
Controlo de Rotina 1 (CR1)	94,61	85,29
Controlo de Rotina 2 (CR2)	94,54	97,48
Controlo de Inspeção (CI)	99,85	100,00
Global	97,76	96,78

3.1.3.2 QUALIDADE DA ÁGUA RESIDUAL REJEITADA

As seis Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) existentes são responsáveis pelo tratamento de aproximadamente 4,6% do caudal de águas residuais produzido na área de atuação da entidade, sendo os restantes 95,4% encaminhados para a empresa Águas do Centro Litoral, S.A. para tratamento e rejeição.

Tabela 25 - Características do plano de controlo de qualidade da água residual rejeitada

(Unidade: nº)

	2020	2020	2022
Amostras recolhidas	48	60	72
Análises realizadas	317	408	490
Parâmetros analisados	8	8	8
Laboratórios	1	1	1

Durante o ano de 2022, a AdRA manteve a persecução da proteção e salvaguarda dos meios recetores das águas residuais tratadas nas ETAR, através de um controlo analítico, legal e operacional, cada vez mais adequado à realidade de cada instalação de tratamento, bem como ao reforço do investimento nesta área.

A taxa de conformidade da qualidade da água descarregada, em 2022, foi de 100%. Este resultado reflete o investimento realizado nesta área e o trabalho realizado no âmbito da prestação de serviço de operação e manutenção das ETAR.

Tabela 26 - Cargas médias mensais rejeitadas no meio recetor

(Unidade: Kg)

Designação	Município	Matéria Oxidável	Fósforo	Azoto
ETAR da Zona Industrial Sul, Aguada de Cima	Águeda	2 090	230	2 682
ETAR de Belazaima do Chão	Águeda	112	16	165
ETAR de Valmaior	Albergaria-a-Velha	651	63	261
ETAR Talhadas	Sever do Vouga	42	7	56
ETAR Sul Sever do Vouga	Sever do Vouga	413	97	863

3.1.4 ATIVIDADE COMERCIAL

Para a AdRA, a gestão da relação com o cliente é um dos pilares da sua estratégia, pelo que ao longo dos anos temos dado uma forte relevância à melhoria da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente à consistência e fiabilidade da faturação, a um atendimento de qualidade, de referência e certificado, sempre com o propósito de ampliar e melhorar o serviço prestado ao Cliente, com vista à sua satisfação.

Assim, em 2022, demos continuidade ao compromisso de eficiência sempre suportado pelo desenvolvimento de uma cultura de melhoria contínua.

O atendimento ao Cliente foi assegurado, quer pelos meios presenciais, quer pelos meios digitais. A AdRA tenta ter disponível um vasto número de meios de contacto, de modo a assegurar que todos os clientes têm ao seu alcance a forma de comunicação mais adequada para si.

3.1.4.1 ATIVIDADE DE FATURAÇÃO

Na área da Faturação e Cobranças as atividades que mereceram maior destaque em 2022 foram as seguintes:

- a) Alteração do modelo de distribuição dos giros pelos leitores ao longo do mês, passando os giros de leitura de 19 para 20 dias úteis. Esta reorganização teve como principal objetivo alcançar uma gestão mais otimizada da equipa de leitores, internos e externos, sendo que, ao mesmo tempo, permitiu diluir por mais um dia todas as operações relacionadas com o processo de faturação, desde a análise de anomalias de leitura, alarmes de erros de faturação, volumes de faturas a emitir e expedir, etc.;
- b) Contacto com clientes sem registo de leituras há mais de 4 meses. Com esta ação pretendeu-se evitar a caducidade de consumos (com mais de 6 meses). A tabela 1 reflete a evolução positiva registada.

Tabela 27 - Número contadores por ler há mais de 4 meses (2020-2022)

(Unidade: nº)

Contadores sem leitura > 4 meses	
2020	1 977
2021	1 786
2022	1 058

No final de 2022, 30% dos clientes da AdRA (49 mil) tinham aderido à fatura digital. Efetivamente, em 2022 registou-se um aumento do número de emissão de faturas em formato digital. Das cerca de 1,9 milhões de faturas emitidas, 28% foram enviadas em formato digital.

Em relação ao ano anterior, a emissão de faturas em formato digital registou um acréscimo na ordem dos 12,6% (+60 mil). Consequentemente, as faturas em papel registaram um decréscimo na ordem dos 3,1% face a 2021 (-44 mil). No entanto, e devido ao aumento do número de clientes, em 2022 emitiram-se mais 0,9% (+16 mil) faturas face ao ano anterior.

A AdRA, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 28/2019, de 15 de fevereiro, deu início à implementação da fatura eletrónica. Assim, e no decorrer de 2022, 823 contratos passaram a ser faturados desta forma, o que significa que ± 25 mil faturas não foram impressas, tendo sido automaticamente integradas nos sistemas contabilísticos de cada Cliente. Grande parte daqueles contratos têm a AdRA como titular, e outras empresas do Grupo AdP e algumas instituições.

Tabela 28 - Número de faturas emitidas por tipologia (2020-2022)

	2020	2021	2022	(Unidade: n.º, min)	Var. 22/21
Clientes atendidos nas lojas (n.º)	54 592	53 474	80 404		50,4%
Média/mês	4 549	4 456	6 700		-
Tempo médio de espera (min:seg)	08:31	12:19	09:44		-2:35

A maioria das faturas emitidas tem uma periodicidade mensal. No entanto, a AdRA disponibiliza aos seus clientes a opção da periodicidade bimestral, para os casos em que esta se considere mais favorável e conveniente. Assim, cerca de 11 mil clientes optaram por esta frequência de emissão de faturas. A vantagem principal da faturação bimestral é ser emitida sempre com leituras reais.

Ao longo de 2022, foram realizadas cerca de 1,2 milhão de leituras, das quais cerca de 80,1% foram realizadas pelos leitores. Em 2022 foram realizados 98,2% dos giros de leitura programados para o ano. E desses 98,2% a taxa de sucesso das leituras foi de 97,1%; os restantes 2,9% correspondem a locais não lidos e/ou cujos contadores não estão acessíveis para o efeito (segundas habitações, emigrantes, casas de praia, ou contadores no interior das habitações). Das faturas emitidas em 2022, cerca de 61% tiveram por base uma leitura real do contador.

Tabela 29 - Número de leituras reais em 2020-2022

	2020	2021	2022	Peso (2022)	(Unidade: nº)	Var. 22/21
Leitores	769 895	924 394	937 771	80,1%		1,4%
Cliente	174 881	160 605	146 978	12,6%		-8,5%
Telecontagem	16 308	26 420	31 265	2,7%		18,3%
Serviços	31 763	24 968	54 393	4,6%		117,9%
Total	992 847	1 136 387	1 170 407	-		3,0%

Das leituras realizadas e registadas em 2022 foram detetados 1160 erros (0,1%). Destes, cerca de 525 (0,04%, ou seja, aproximadamente 1 erro a cada 2,2 mil leituras) tiveram impacto junto do cliente, sendo que os restantes (cerca de 635) foram identificados e corrigidos pelo sistema de controlo interno antes da emissão da fatura. Daqui se conclui que o sistema de faturação da AdRA apresenta uma elevada taxa de fiabilidade.

Tabela 30 - Número de leituras reais comunicadas por Clientes, por canal de comunicação (2020-2022)

	2020	2021	2022	Peso (2022)	(Unidade: nº)	Var. 22/21
Balcão	17 030	14 023	18 177	12,4%		29,6%
Serviço Telefónico de Leituras	116 184	103 594	90 537	61,6%		-12,6%
AdRANet	39 648	39 142	37 911	25,8%		-3,1%
Carta	2 019	3 846	353	0,2%		-90,8%
Total	174 881	160 605	146 978	-		-8,5%

Os clientes comunicaram aproximadamente 147 mil leituras (-8,5% face a 2021), tendo preferido como canal de comunicação o contacto telefónico automático (61,6%), seguido do balcão digital AdRANET (25,8%), conforme se pode verificar na tabela acima. A diminuição registada face ao ano anterior deveu-se ao facto de em 2022 a atividade de leituras não ter tido períodos de interrupção e não ter sido necessário apelar ao Cliente para fornecer a leitura, conforme aconteceu em 2020 em plena pandemia, e ainda em 2021.

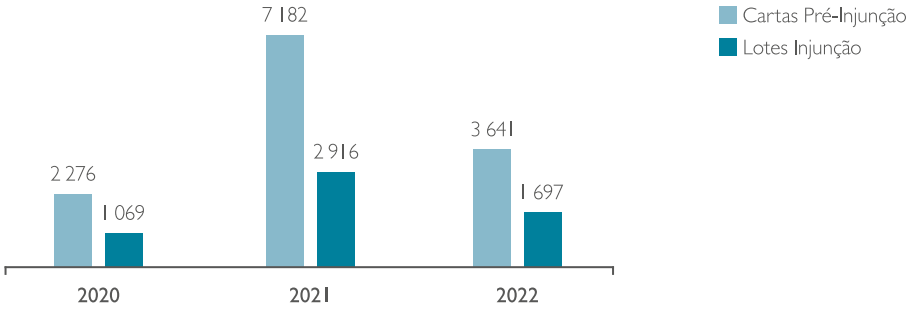
3.1.4.2 ATIVIDADES DE COBRANÇA

As atividades desenvolvidas em 2022 com vista a uma cobrança célere e eficaz, e que contribuíram para uma taxa média de cobrança de 99,59%, foram as seguintes:

- a. Envio de cartas de aviso de corte aos clientes, que incluem duas faturas vencidas. Em 2022 foram enviadas aproximadamente 40 mil cartas de avisos de corte, e foram executadas mais de 4 mil interrupções de abastecimento. Após cerca de 22 meses de restrições à suspensão do serviço, entre 2020 e 2022, a partir do 2.º trimestre de 2022, deu-se então seguimento às várias situações de incumprimento;
- b. Análise e acompanhamento de situações pendentes relacionadas com grandes dívidas;

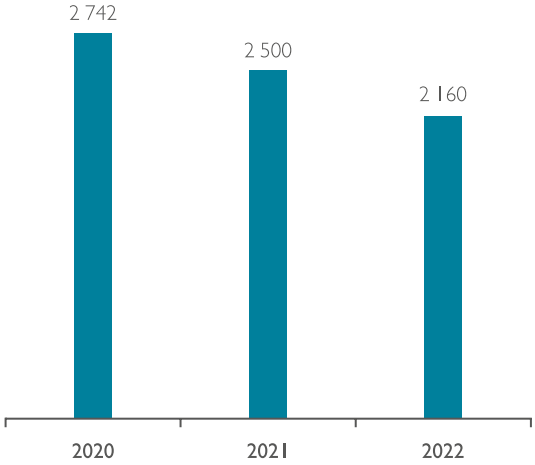
- c. Continuidade do processo de pré-injunção, com vista a reduzir o número de processos que avançaram para a injunção (ver gráfico abaixo);

GRÁFICO 21 – EVOLUÇÃO DO N.º DE CARTAS DE PRÉ-INJUNÇÃO E LOTES DE INJUNÇÃO (2020-2022)



- d. Execução de processos de injunção, que se refletiu numa maior eficiência na gestão da dívida antiga;
- e. Ênfase no contacto de proximidade com os clientes, no sentido de oferecer um serviço de melhor qualidade e evitar situações de descontentamento que pudessem dar origem à não regularização da dívida (possibilidade de pagamento em prestações). Em 2022, a AdRA continuou a desenvolver um grande esforço no sentido de viabilizar ao máximo a realização de acordos de pagamento com vista a apoiar os clientes que demonstravam dificuldades na regularização de faturas em atraso. O objetivo foi permitir que o cliente realizasse o acordo com uma prestação que fosse compatível com o pagamento cumulativo da fatura do próprio mês (ver gráfico abaixo);

GRÁFICO 22 – EVOLUÇÃO DO N.º DE PEDIDOS DE ACORDOS DE PAGAMENTO (2020-2022)



- f. Continuidade do serviço de envio de SMS como alerta da data-limite de pagamento da fatura ou do aviso de corte/aviso de débitos em atraso. Este serviço é gratuito para o cliente e só requer que este disponibilize um contacto de telemóvel à AdRA. No ano de 2022 foram enviados aproximadamente 440 mil SMS (423 mil relativos ao pagamento de faturas, e 17 mil referentes ao pagamento de avisos de corte/avisos de débitos em atraso). Este serviço prestado ao cliente tem o benefício de evitar o pagamento fora do prazo das faturas, e, por conseguinte, de aplicar juros de mora ou interromper o serviço de abastecimento de água.

3.1.4.3 ATENDIMENTO

Em 2022 decidiu-se manter nos balcões de atendimento os horários definidos no final de 2021, ou seja, os balcões de Aveiro e Ovar funcionavam o dia completo (das 09h00às 13h00 e das 14h00 às 17h00 horas), e os balcões de Ílhavo e Oliveira do Bairro cumpriam o mesmo horário das instalações dos municípios onde estão integrados. Os restantes 6 balcões de atendimento funcionavam apenas no período da manhã (das 09h00 às 13h00 horas). No restante período do dia, os Colaboradores desempenhavam funções de tratamento e resposta a processos de correspondência.

Assim, a equipa de atendimento prosseguiu no seu processo de adaptação, garantindo um atendimento omnicanal.

A tabela abaixo ilustra as movimentações do Cliente entre o atendimento presencial e o digital, e a sua evolução ao longo do tempo. Efetivamente, uma parte dos Clientes só recorrem ao atendimento digital se o atendimento presencial não estiver disponível.

Tabela 31 - Atendimento 360º - todos os meios de comunicação (2020-2022)

	2020	2021	2022	2022/2021	(Unidade: n.º; %)
Balcões	54 592	53 474	80 404	26 930	50,4%
Callcenter	85 058	76 908	59 275	-17 633	-22,9%
Meios escritos (Balcão digital, CTT, ...)	32 378	36 287	27 199	-9 088	-25,0%
Total	172 028	166 669	166 878	209	0,1%

Conforme se pode verificar no quadro acima, houve um decréscimo (-4,4%) do atendimento geral em 2022, face a 2021.

ATENDIMENTO PRESENCIAL

A AdRA tem 10 balcões de atendimento, um em cada Município da área geográfica onde opera. Para monitorizar o atendimento ao Cliente dispôs de um sistema de gestão de filas de espera. Este sistema encontra-se implementado em 8 dos 10 balcões de atendimento.

A evolução de 2020 a 2022 dos dados monitorizados são os que se apresentam na tabela abaixo.

Tabela 32 - Número de clientes atendidos nas lojas com sistema de filas de espera

	2020	2021	2022	(Unidade: n.º, min)
Clientes atendidos nas lojas (n.º)	54 592	53 474	80 404	50,4%
Média/mês	4 549	4 456	6 700	-
Tempo médio de espera (min:seg)	08:31	12:19	09:44	-2:35

Com a abertura em pleno de 2 balcões de atendimento, uma grande parte dos Cliente fez o movimento contrário ao que tinha sido “obrigado” a fazer em 2020 - do atendimento presencial para o digital - e, assim, optou novamente pelo atendimento presencial. Alguns Clientes com menos inclusão digital continuam a preferir o atendimento presencial. Deste modo, registou-se um aumento no número de Clientes atendidos presencialmente na ordem dos 31%. O tempo médio de espera no atendimento foi de 09:44m (menos 02:35m, face ao ano anterior).

Nas reuniões de *Kaizen* Diário são monitorizados diariamente os seguintes indicadores: número de clientes em loja, tempo médio e máximo de atendimento, bem como o tempo médio de espera em loja. Pretende-se, desta forma, perceber quais os principais constrangimentos do dia e identificar eventuais oportunidades de melhoria a implementar.

ATENDIMENTO TELEFÓNICO - CALLCENTER

O *callcenter* é o segundo meio de comunicação preferido pelo Cliente, depois do atendimento presencial. Em 2022 foram atendidos no *callcenter* 59 mil clientes e o tempo médio de atendimento foi de 06:15m. Este tempo médio foi superior ao dos anos anteriores porque a empresa gestora do *callcenter* rescindiu o contrato com a AdRA em finais de fevereiro, e a nova empresa só assumiu funções em maio. A equipa sofreu alterações, o número de elementos foi volátil ao longo do ano, e a entrada e saída de novos elementos com pouca experiência resultou num tempo médio de atendimento superior.

Tabela 33 - Número de clientes atendidos pelo Callcenter

	2020	2021	2022	(Unidade: n.º)
Clientes atendidos nas lojas (n.º)	85 058	76 908	59 275	-22,9%
Média/mês	7 088	6 409	4 940	-
Tempo médio de atendimento (min:seg)	04:44	04:45	06:15	+01:32

BALCÃO DIGITAL

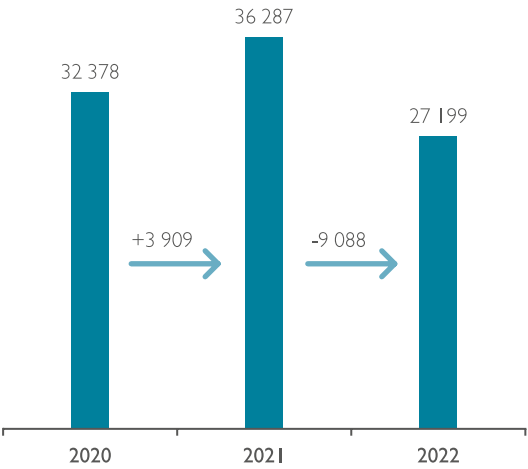
O Cliente continua a procurar o balcão digital (*e-mail*, *site* e AdRANET) em alternativa ao atendimento presencial e telefónico.

Em 2022 foram registados 27 199 processos de correspondência divididos entre:

- Solicitações (15 666; 58%)
- Pedidos de informação (5 779; 21%)
- Informações dos clientes (4 587; 17%)
- Reclamações (1 158 - 4%)
- Sugestões (9; 0%)

Em média foram rececionados 2,3 mil processos de correspondências por mês.

GRÁFICO 23 – EVOLUÇÃO DA CORRESPONDÊNCIA (2020-2022)



Face ao período homólogo foram rececionados menos 9 mil processos, aproximadamente.

Em 2022 a AdRA conseguiu melhorar o seu nível de serviço, sendo que 87% dos processos de correspondência foram respondidos no máximo de 5 dias úteis, enquanto em 2021 tinham sido 80%. Desses 87%, mais de metade (52%) foram respondidos em apenas 1 dia útil. A melhoria do nível de serviço deve-se essencialmente a um elevado esforço na criação de minutas, e à própria adaptação dos Colaboradores do atendimento presencial aos processos escritos.

GRÁFICO 24 – TEMPO DE RESPOSTA DA CORRESPONDÊNCIA (2021-2022)

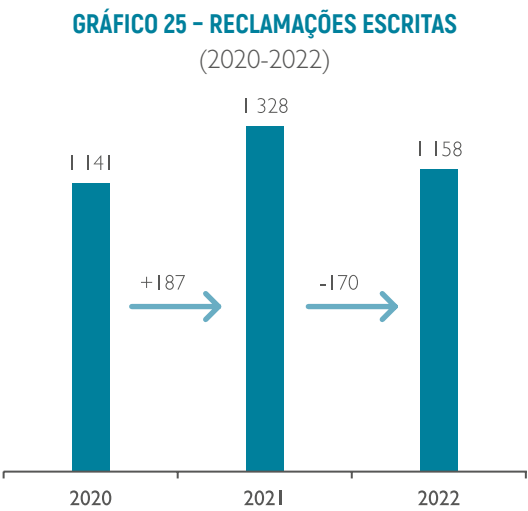


3.1.4.4 RECLAMAÇÕES

A AdRA é uma empresa orientada para o Cliente, e deste modo assume a prioridade de um “serviço de excelência”, com vista à satisfação dos seus clientes. Assim, a gestão das reclamações constitui uma área sensível e transversal a toda a organização.

No tratamento das reclamações, a AdRA tem sempre presente: a) a redução do número de reclamações, b) a redução do tempo de resposta, a, c) a simplificação e objetividade do conteúdo da resposta ao Cliente e d) uma análise das causas.

No decurso de 2022, a AdRA tratou 1 727 reclamações, das quais 569 (33%) foram resolvidas no *front-office*, sendo as restantes 1 158 (67%) analisadas e respondidas em *back-office*. Verifica-se uma diminuição das reclamações escritas de 2021 para 2022 (-170).



Relativamente ao indicador da ERSAR, em 2021, 100% das reclamações escritas foram respondidas dentro dos prazos legais. As reclamações escritas rececionadas pelo Livro de Reclamações em formato eletrónico e físico foram respondidas no prazo máximo de 15 dias úteis. As restantes, cumprindo o art.º 68º do Decreto-Lei nº 194/2009, de 20 de agosto, foram respondidas dentro do prazo máximo de 22 dias úteis.

Os principais motivos de reclamações dos clientes em 2022 foram: (i) qualidade do serviço; (ii) faturação e (iii) leituras.

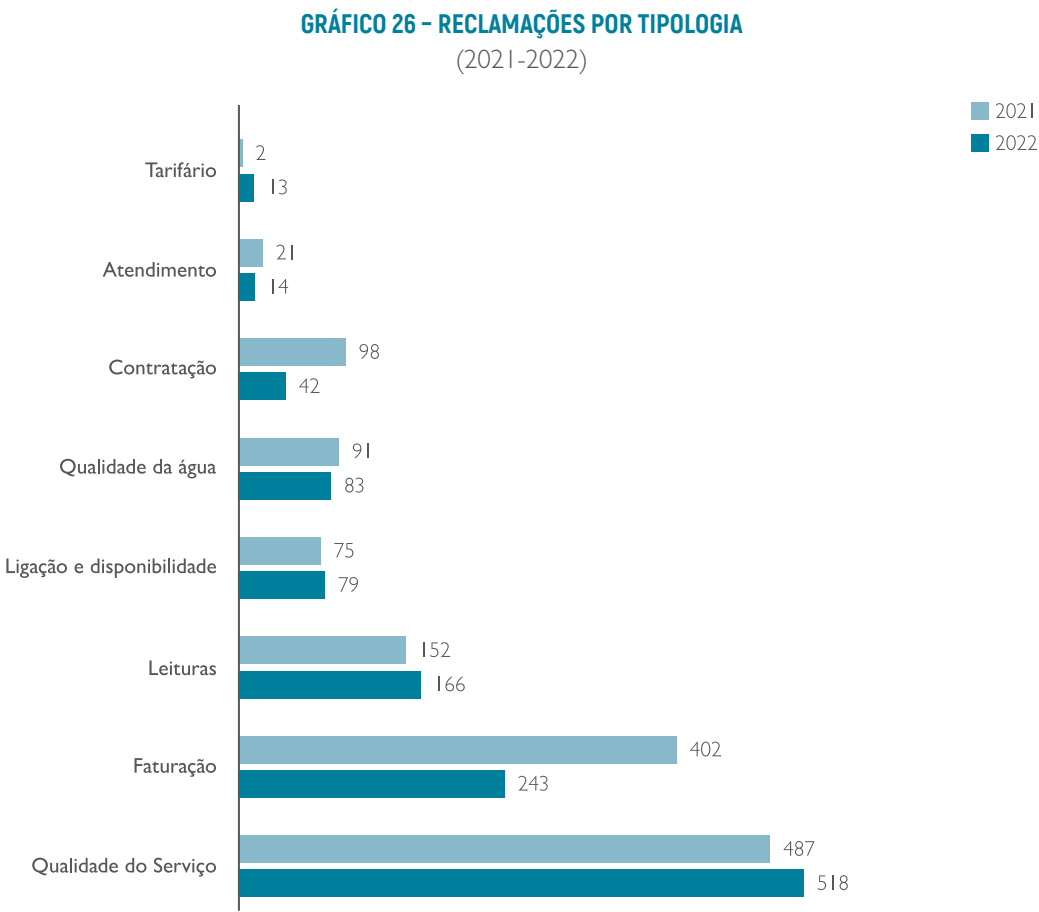
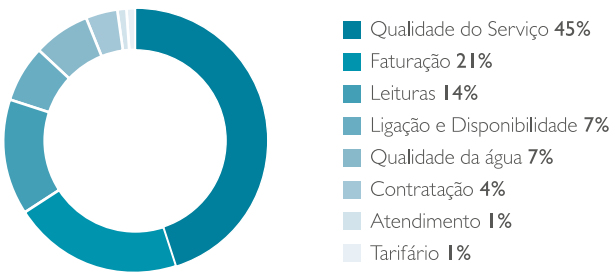


GRÁFICO 27 – TIPIFICAÇÃO DAS RECLAMAÇÕES EM 2022



Para além de cumprir os prazos legais de resposta a reclamações escritas, a AdRA desenvolveu esforços no sentido de ser mais célere na resposta ao Cliente.

3.1.4.5 PRODUTOS / SERVIÇOS DISPONÍVEIS AOS CLIENTES

CLIENTES POR TIPO DE SERVIÇO

Com vista à desmaterialização do relacionamento com os clientes, e por forma a potenciar a sua satisfação, a AdRA tem vindo, ao longo dos anos, a desenvolver diversas campanhas com o objetivo de melhorar, quer os dados dos clientes constantes no sistema de gestão comercial, quer o número de clientes aderentes ao débito direto e à fatura digital. Estas ações visam a melhoria da qualidade de serviços, a redução de custos e a diminuição do número de clientes que se dirigem diariamente aos balcões de atendimento.

Na tabela abaixo apresenta-se a evolução da adesão a estes serviços nos últimos três anos. Em 2022 em relação a 2021, verifica-se um aumento de 2 645 adesões ao débito direto (+3,5%) e um aumento de 5 354 adesões de clientes à fatura digital (+12,2%). Relativamente à adesão às faturas bimestrais, a AdRA não tem desenvolvido nenhuma ação comercial específica com vista ao seu aumento, tendo-se registado um decréscimo de 104 face ao ano anterior (-1%).

No universo de aproximadamente 166 mil clientes de água, 47% são clientes com débito direto. Para a AdRA, esta percentagem de adesão representa uma confiança explícita dos seus clientes, quer no seu serviço de faturação, quer no seu serviço de cobrança.

Tabela 34 - Número de clientes que aderiram a serviços específicos da AdRA (2020-2022)

	2020	2021	2022	2022/2021	(Unidade: nº) Var. %
Pagamento por débito direto	74 207	76 022	78 667	2 645	3,5%
Clientes com fatura digital	38 126	43 888	49 242	5 354	12,2%
Clientes com fatura eletrónica Dec. Lei n.º28/2019	0	858	823	-35	-4,1
Clientes com adesão ao AdRANET	30 594	38 885	41 352	2 467	6,3%
Clientes com faturação bimestral	11 493	10 836	10 732	-104	-1,0%

CAMPANHA DE ADESÃO À FATURA DIGITAL E AdRANET

Com o objetivo de continuar a potenciar uma comunicação mais direta e personalizada com os seus Clientes e continuar a aumentar a desmaterialização desta relação, em 2022 o foco da campanha comercial voltou a incidir sobre a adesão à fatura digital e balcão digital (AdRANET).

A fatura digital permite ao cliente aderente, através do seu correio eletrónico, receber instantaneamente e consultar a qualquer hora e em qualquer lugar a fatura da água. A fatura digital, para além de ser de extrema conveniência para o cliente, também é ecológica.

No quarto trimestre de 2021 foi lançada uma campanha de solidariedade que decorreu entre 01 de outubro de 2021 e 31 de maio de 2022. Por cada adesão à fatura digital e/ou ao AdRANET (balcão digital online), a AdRA doou 50 cêntimos ao Banco Alimentar Contra a Fome de Aveiro. No decorrer da campanha aderiram a esta iniciativa aproximadamente 8 600 clientes, tendo sido atribuído um donativo ao Banco Alimentar no montante de 4 300 euros.

À semelhança dos anos anteriores, a AdRA em finais de 2022 lançou uma nova campanha para decorrer entre 01 de novembro de 2022 e 30 de junho de 2023 em parceria com a Associação BioLiving, com vista à reflorestação do n/ país. Assim, por cada 2 adesões à fatura digital e ao AdRAnet, a AdRA irá doar 1 árvore autóctone à Associação BioLiving, que futuramente será plantada em locais da região, contribuindo assim para a recuperação da nossa floresta.

Com o intuito de chegar aos nossos Clientes, a AdRA dispõe de um balcão de atendimento comercial digital, designado AdRANET. O interesse da Empresa em divulgar este meio de atendimento prende-se com a multiplicidade de funcionalidades que o AdRANET dispõe (adesão à fatura digital, consulta de faturas emitidas desde o início do contrato ou do momento de adesão à fatura digital, comunicação de leituras, solicitação de referências multibanco, adesão ao débito direto, comunicação de assuntos diversos, solicitação de serviços, entre outras). Conforme se pode verificar na tabela 26, o AdRANET tem tido um rápido crescimento, motivado, em parte, pelas campanhas comerciais. No final de 2022, 23,7% dos Clientes tinham aderido ao AdRANET.

FATURACÃO ELETRÓNICA DECRETO-LEI N.º 28/2019 DE 15 FEVEREIRO

Relativamente à implementação e adesão à fatura eletrónica e conforme já referido anteriormente, a AdRA em 2021, deu início à implementação da fatura eletrónica. Em 2022, 823 Clientes eram faturados por esta via.

No decurso das sucessivas prorrogações dos prazos para implementação deste sistema a AdRA tem desde 2021 desenvolvido este trabalho com algumas empresas do Grupo AdP, com os Municípios e demais entidades que o solicitaram.

3.1.4.7 REVENUE ASSURANCE – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS COM VISTA À DIMINUIÇÃO DAS PERDAS COMERCIAIS

Em 2022, a área das Perdas Comerciais, em parceria com as áreas de Planeamento e Controlo de Gestão, Gestão de Perdas e Afluências Indevidas e Direção de Operação, prosseguiu com a sua estratégia integrada de redução do valor das perdas comerciais, desenvolvendo as seguintes ações:

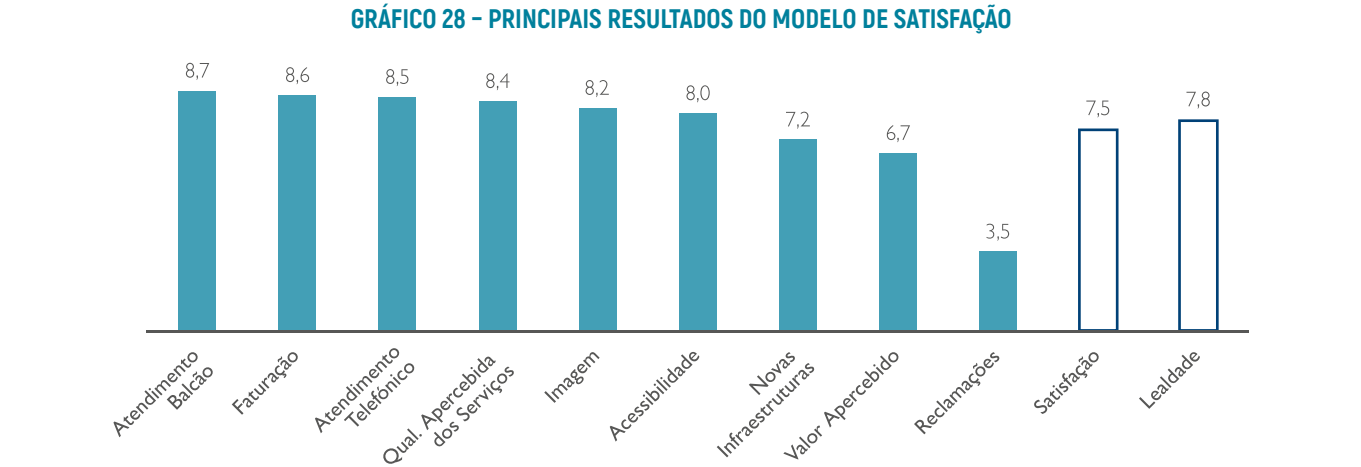
- a. Identificação de 254 locais de consumo passíveis de terem ligações diretas, comprovando-se existirem efetivamente 162, que prontamente foram desmanteladas. Estes locais, à *posteriori*, são visitados trimestralmente com o objetivo de se verificar a existência de reincidências.
- b. No decorrer das 476 inspeções realizadas às redes prediais, foram identificados 209 locais de consumo com efetiva interligação de redes. Os Clientes com comprovada interligação de redes (rede predial abastecida por água de uma segunda origem e por água da rede pública), foram notificados para procederem à sua separação física. Mantém-se o acompanhamento do processo até à separação efetiva e comprovada das redes. Em 2022, 186 Clientes procederam à separação das redes de abastecimento.
- c. No âmbito do controlo metrológico, a AdRA estabeleceu um plano em 2015 tendo como objetivo substituir o seu parque de contadores com mais de 10 anos, através de campanhas anuais de substituição massiva de contadores. Em 2022 foram substituídos cerca de 13,4 mil contadores, contando-se, em 8 anos, cerca de 128 mil contadores substituídos. Com esta medida, a AdRA pretende dar cumprimento à legislação em vigor e diminuir as perdas, garantindo um parque de contadores mais eficiente e a correta faturação dos volumes fornecidos;
- d. No decorrer do ano de 2022 foi realizada uma campanha de verificação das condições de fornecimento de água a 612 relvados nos municípios de Murtosa, Oliveira do Bairro e Ovar. O resultado da campanha determinou que 545 daqueles abastecimentos não apresentavam qualquer anomalia (quando o fornecimento não era realizado pela rede pública, existia uma origem própria); em 39 locais verificaram-se contadores parados; e foram detetados 28 locais com ligações diretas que, entretanto, se encontram a regularizar a situação;
- e. Foram ainda visitadas 38 indústrias que solicitaram autorização à AdRA para rejeição de águas residuais industriais na rede pública de saneamento.

3.1.4.8 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE PERCECIONADA E DA SATISFAÇÃO DO UTILIZADOR

No último trimestre de 2022, AdRA realizou, pela sétima vez consecutiva, o inquérito bienal sobre a “Avaliação da Qualidade Percecionada e da Satisfação do Utilizador das Águas da Região de Aveiro”.

Segundo aquela avaliação, o índice de Satisfação dos utilizadores da AdRA é de 7,5 pontos e a Lealdade é de 7,8 pontos; ambos registam 0,4 pontos acima dos valores apurados em 2020.

As perceções dos utilizadores do serviço de abastecimento de água da AdRA são muito positivas, destacando-se as dimensões como o “Atendimento ao Balcão”, “Faturação”, “Atendimento Telefónico”, “Qualidade Apercebida dos Serviços”, “Imagem” e “Acessibilidade” com valores iguais ou superiores a 8,0 pontos, e as dimensões “Novas Infraestruturas” e “Valor Apercebido” com valorizações médias entre os 6,7 pontos e os 7,2 pontos. A dimensão “Reclamações” foi avaliada negativamente (3,5 pontos).



Dentro das dimensões mais valorizadas pelo Cliente, os 4 indicadores de satisfação que mais se destacam são comerciais, nomeadamente os meios de pagamento disponíveis (9,2), a qualidade do atendimento presencial (9,0), a qualidade do atendimento telefónico (8,9) a periodicidade da fatura (8,7). Os indicadores comerciais que revelam uma menor satisfação são a forma como a reclamação mais recente foi resolvida (3,5).

Top 5 Indicadores	Facilidade no pagamento nos locais de pagamentos e através dos meios de pagamento disponíveis (Faturação)	9,2
	Qualidade do atendimento presencial (Qualidade do serviço – Balcão)	9,0
	Qualidade do atendimento telefónico (Qualidade do serviço – Atendimento Telefónico)	8,9
	Periodicidade da faturação (Faturação)	8,7
	Fiabilidade do abastecimento (Qualidade Apercebida dos Serviços)	8,7
Bottom 5 Indicadores	Qualidade das obras realizadas (Novas Infraestruturas)	7,2
	Qualidade dos serviços oferecidos, dados os preços que paga (Valor Apercebido)	7,1
	Realização das expectativas (Satisfação)	6,9
	Preço dos serviços, dada a qualidade dos mesmos (Valor Apercebido)	6,2
	Forma como a mais última reclamação foi resolvida (Reclamações)	3,5

Em 2022, registou-se, um aumento generalizado na valorização das dimensões observadas, confirmando a evolução positiva já registada em 2020. As dimensões com que registarão maiores evoluções foram o Atendimento Telefónico (+1,3), Atendimento Balcão (+0,5) e Valor Apercebido (+0,5). Na tabela abaixo, pode-se ver a evolução das dimensões e indicadores do inquérito desde o início da atividade da AdRA em 2010.

Análise Evolutiva

Por dimensão e indicador	2010	2012	2014	2016	2018	2020	2022
IMAGEM	7,6	6,6	7,1	7,7	7,7	7,8	8,2
Entidade de confiança	8,0	7,0	7,5	8,0	8,0	8,2	8,6
Entidade que contribui positivamente para a sociedade	8,0	6,8	7,5	7,9	7,9	8,1	8,5
Entidade que se preocupa com os seus clientes	7,1	6,0	6,6	7,3	7,1	7,2	7,6
Entidade que gere eficientemente os serviços de águas	-	6,6	7,0	7,6	7,5	7,6	7,9
ACESSIBILIDADE	7,5	7,6	7,3	7,7	7,6	7,6	8,0
Acessibilidade e localização das instalações	8,0	7,9	7,7	8,0	8,0	8,0	8,5
Horário de atendimento	7,4	7,7	7,2	7,8	7,6	7,3	7,7
Tempo de espera para ser atendido/a	7,0	7,2	7,0	7,3	7,1	7,4	7,8
ATENDIMENTO BALCÃO	7,6	8,0	8,0	8,3	8,2	8,2	8,7
Simplicidade do processo	7,7	7,8	7,9	8,1	8,1	7,9	8,5
Qualidade do atendimento	7,7	8,4	8,3	8,6	8,4	8,5	9,0
Duração do atendimento	7,5	8,0	7,9	8,2	8,0	8,2	8,6

Análise Evolutiva

Por dimensão e indicador	2010	2012	2014	2016	2018	2020	2022
QUALIDADE APERCEBIDA DOS SERVIÇOS	7,5	7,1	7,6	7,9	7,9	8,0	8,4
Facilidade na comunicação de leituras	7,6	6,6	7,5	7,7	7,8	7,9	8,4
Fiabilidade do abastecimento	8,0	7,6	8,1	8,3	8,2	8,4	8,7
Funcionamento da assistência técnica/piquetes de urgência	7,6	7,1	7,3	7,9	7,9	8,0	8,3
Qualidade da água	7,0	7,0	7,4	7,9	7,5	7,8	8,1
ATENDIMENTO TELEFÓNICO	7,2	6,3	6,8	7,2	7,2	7,2	8,5
Tempo de espera até conseguir a ligação	6,7	5,4	6,1	6,6	6,3	6,6	7,7
Atendimento dos funcionários	7,8	7,3	7,7	7,8	7,9	8,1	8,9
FATURAÇÃO	7,8	7,3	7,6	8,1	8,1	8,2	8,6
Periodicidade da faturação	8,0	7,8	7,9	8,4	8,2	8,6	8,7
Clareza e nível de detalhe da fatura	7,6	7,1	7,4	8,1	7,9	8,0	8,4
Rigor do valor faturado	7,4	6,7	7,0	7,6	7,5	7,7	8,3
Facilidade no pagamento nos locais de pagamento e através dos meios de pagamento disponíveis	8,6	8,5	8,6	8,8	9,0	8,9	9,2
Clareza relativamente às quantidades consumidas	-	-	-	-	-	7,9	8,3
NOVAS INFRAESTRUTURAS	-	6,5	6,7	7,8	7,3	6,9	7,2
Remodelação, substituição e novas infraestruturas de suporte aos serviços de abastecimento de água e de saneamento	-	6,5	6,7	7,8	7,3	6,9	7,2
VALOR APERCEBIDO	6,3	5,1	5,5	6,1	5,8	6,2	6,7
Qualidade dos serviços oferecidos, dado os preços que paga	6,7	5,6	5,8	6,6	6,3	6,7	7,1
Preço que paga pelos serviços, dada a qualidade dos mesmos	5,8	4,5	5,1	5,6	5,3	5,7	6,2
RECLAMAÇÕES	4,2	3,9	4,2	4,2	5,0	3,4	3,5
SATISFAÇÃO	7,1	5,9	6,5	7,0	6,8	7,1	7,5
Satisfação Global	7,4	6,3	7,1	7,6	7,5	7,7	8,0
Realização das expectativas	6,8	5,3	6,1	6,6	6,1	6,5	6,9
Distância ao fornecedor de abastecimento de água ideal	7,1	6,0	6,5	7,0	6,6	7,0	7,5
LEALDADE	7,2	5,7	6,7	7,2	7,1	7,4	7,8
Probabilidade de voltar a escolher o atual fornecedor de abastecimento de água	6,8	5,6	6,4	7,0	6,8	7,1	7,6
Probabilidade de recomendar o atual fornecedor de abastecimento de água	7,4	5,8	6,9	7,3	7,3	7,6	8,0

Foi apresentado um grande número de sugestões por parte do Cliente, sobretudo relacionadas com a redução do preço de serviço de fornecimento de água, a melhoria da qualidade da água e a redução ou eliminação das diversas taxas aplicadas. Depois de analisadas e discutidas pela equipa *Hoshin*, as que se revelarem exequíveis serão incorporadas no ciclo de melhoria.

3.1.4.9 O UNIVERSO ADRA NA REGIÃO DE AVEIRO

DISTRIBUIÇÃO DOS CLIENTES

A tendência crescente na evolução do número de clientes verificou-se novamente em 2022, registando-se um acréscimo face ao ano anterior de 2 333 contratos de água (+1,4%) e 3 441 contratos de saneamento (+2,4%).

O maior aumento de contratos de água registou-se nos municípios de Aveiro (+804), Águeda (+288) e Ovar (+263). O crescimento registado nos contratos de água em 2022 resulta essencialmente de três fatores: a) uma procura natural do mercado, motivada pela mobilidade interna entre regiões, novos negócios, entre outros; b) novas redes de água e c) pequenas ampliações a pedido dos Clientes.

Tabela 35 - Clientes de água por Município (2020 – 2022)

(Unidade: nº)

Clientes Água (contratos)

2022	AGD	ALB	AVR	ETR	ILH	MRS	OBR	OVR	SVV	VGS	TOTAL
Domésticos	16 955	10 100	37 620	8 171	20 122	5 795	7 835	23 950	2 931	9 818	143 297
Não Domésticos	2 701	1 381	5 776	1 111	2 190	539	1 331	3 437	415	1 283	20 164
ISFL	168	93	239	53	100	27	72	95	29	61	937
Autarquias Locais	175	155	339	121	317	122	113	203	60	243	1 848
TOTAL	19 999	11 729	43 974	9 456	22 729	6 483	9 351	27 685	3 435	11 405	166 246
2021	AGD	ALB	AVR	ETR	ILH	MRS	OBR	OVR	SVV	VGS	TOTAL
Domésticos	16 705	10 057	37 015	7 991	19 973	5 740	7 669	23 755	2 882	9 733	141 520
Não Domésticos	2 666	1 348	5 583	1 089	2 132	530	1 302	3 392	403	1 226	19 671
ISFL	174	91	244	53	100	27	71	91	29	63	943
Autarquias Locais	166	153	328	109	313	123	109	184	60	234	1 779
TOTAL	19 711	11 649	43 170	9 242	22 518	6 420	9 151	27 422	3 374	11 256	163 913
2020	AGD	ALB	AVR	ETR	ILH	MRS	OBR	OVR	SVV	VGS	TOTAL
Domésticos	16 417	9 935	36 406	7 834	19 766	5 626	7 498	23 512	2 825	9 626	139 445
Não Domésticos	2 586	1 310	5 385	1 062	2 081	516	1 260	3 298	382	1 156	19 036
ISFL	172	94	240	52	98	27	70	87	28	62	930
Autarquias Locais	164	149	309	109	306	114	103	184	58	235	1 731
TOTAL	19 339	11 488	42 340	9 057	22 251	6 283	8 931	27 081	3 293	11 079	161 142

AGD - Águeda / ALB - Albergaria-a-Velha / AVR - Aveiro / ETR - Estarreja / ILH - Ílhavo / MRS - Murtosa / OBR - Oliveira do Bairro / OVR - Ovar / SVV - Sever do Vouga / VGS - Vagos

O maior aumento de contratos de saneamento registou-se nos municípios de Ovar (+788), Aveiro (+711), Águeda (+574), Ílhavo (+511), Estarreja (+275), Albergaria (+194), Oliveira do Bairro (+174) e Vagos (+135).

Em 2022 foram realizadas 10 campanhas de angariação de novos clientes de saneamento, decorrentes das obras de expansão da rede pública. As empreitadas que geraram um maior número de clientes foram as seguintes: “Águas Residuais da Gafanha da Encarnação/Carmo (PAR 200)”, “Águas Residuais de Jafafe (PAR 030)”, “Águas Residuais de Fontão (PAR 013)”, “Águas Residuais de Avanca Sul (PAR 004)”.

Tabela 36 - Clientes de saneamento por Município (2020 – 2022)

(Unidade: nº)

Clientes Saneamento (contratos)

	AGD	ALB	AVR	ETR	ILH	MRS	OBR	OVR	SVV	VGS	TOTAL
2022	17 208	10 193	42 027	7 497	19 352	5 800	9 085	24 356	1 817	7 439	144 774
2021	16 634	9 999	41 316	7 222	18 841	5 745	8 911	23 568	1 793	7 304	141 333
2020	16 090	9 734	40 602	7 003	18 022	5 611	8 738	22 445	1 777	7 056	137 078

AGD - Águeda / ALB - Albergaria-a-Velha / AVR - Aveiro / ETR - Estarreja / ILH - Ílhavo / MRS - Murtosa / OBR - Oliveira do Bairro / OVR - Ovar / SVV - Sever do Vouga / VGS - Vagos

3.1.4.10 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ADRA

VOLUMES FORNECIDOS E TRATADOS

A AdRA forneceu aos seus clientes 17,504 milhões de m³ de água em 2022, constatando-se um ligeiro aumento do volume de água faturada face a 2021, na ordem dos 3%. Em termos de consumos médios por tipo de cliente, verifica-se uma diminuição nos clientes autarquias locais, passando a média de 43,8 m³ para 40 m³.

Nas restantes tipologias de clientes verificou-se em 2022 uma manutenção/aumento dos consumos médios. A variação mais significativa regista-se nos clientes não-domésticos.

Tabela 37 - Totais de água faturada por município em m³

(Unidade: m³)

Água Faturada (inclui consumos próprios)											
	AGD	ALB	AVR	ETR	ILH	MRS	OBR	OVR	SVV	VGS	TOTAL
2022	2 022 426	1 136 918	4 695 041	2 131 610	2 180 777	549 473	885 051	2 529 827	275 058	1 097 334	17 503 515
2021	1 849 113	1 070 408	4 570 211	2 148 368	2 201 567	542 705	836 638	2 481 774	242 315	1 082 326	17 025 424
2020	1 874 649	1 075 691	4 687 934	2 020 019	2 211 885	533 686	859 718	2 457 436	242 858	1 002 422	16 966 298
AGD - Águeda / ALB - Albergaria-a-Velha / AVR - Aveiro / ETR - Estarreja / ILH - Ílhavo / MRS - Murtosa / OBR - Oliveira do Bairro / OVR - Ovar / SVV - Sever do Vouga / VGS - Vagos											

Tabela 38 – Faturação média por tipo de Cliente em m³

(Unidade: m³)

	2020	2021	2022
Domésticos	6,9	6,7	6,7
Não-domésticos	16,3	16,3	17,4
Instituições	38,7	39,1	40,7
Autarquias Locais	35,4	43,8	40,0
Média	8,5	8,4	8,5

Relativamente ao saneamento a empresa em 2022 faturou 14,5 milhões de m3 de efluente. O aumento registado cerca de 453 mil m3 (+3,2%) face ao ano anterior explica-se essencialmente, pelo aumento do número de clientes em 2022 (+3 441).

Tabela 39 - Totais de águas residuais recolhidas por município em m³

(Unidade: m²)

Saneamento Faturado											
	AGD	ALB	AVR	ETR	ILH	MRS	OBR	OVR	SVV	VGS	TOTAL
2022	1 464 934	845 958	4 044 386	2 447 480	1 732 827	347 844	785 408	2 019 997	129 093	664 583	14 482 511
2021	1 366 410	784 425	3 976 678	2 475 285	1 706 756	348 380	738 008	1 902 606	117 423	613 677	14 029 648
2020	1 309 461	766 910	3 929 778	2 417 425	1 714 088	323 849	716 834	1 856 997	115 519	544 313	13 695 176
AGD - Águeda / ALB - Albergaria-a-Velha / AVR - Aveiro / ETR - Estarreja / ILH - Ílhavo / MRS - Murtosa / OBR - Oliveira do Bairro / OVR - Ovar / SVV - Sever do Vouga / VGS - Vagos											

3.1.5 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

O processo dos Sistemas de Informação (SI) da AdRA tem como atividades próprias a cibersegurança, gestão técnica e operacional dos equipamentos, aplicações e serviços associados aos sistemas e aplicações informáticas, às telecomunicações, microinformática e das infraestruturas informáticas e de telecomunicações da empresa.

A gestão de Sistemas de Informação consiste na administração de recursos em que se incluem os utilizadores finais, recursos de *software* compostos pelos programas e procedimentos, recursos de *hardware*, recursos de rede, recursos de dados constituídos por bases de dados e conhecimento independentemente do seu formato, que conjugados entre si e que com base em sistemas de monitorização e controlo do desempenho dos sistemas, viabilizam o processamento e a conversão de dados em informação, que por sua vez produz conhecimento.

Tratando-se de um órgão na dependência da Administração e que presta serviços transversais a toda a organização, centra-se na promoção, estudo e desenvolvimento de novos projetos de suporte tecnológico às restantes áreas da empresa, assim como na prestação de serviços de assistência técnica e novos desenvolvimentos, gestão de contratos e serviços associados às diversas plataformas tecnológicas utilizadas pela AdRA, num quadro de eficiência e elevadas taxas de operacionalidade e disponibilidade, desenvolvendo competências para dar respostas às necessidades constantes.

A AdRA promove a adoção do teletrabalho e consecutivamente a área de sistemas de informação assegura os serviços com o respetivo suporte para viabilizar as operações, garantindo a resolução dos problemas dos utilizadores e assegurando a manutenção das funcionalidades e segurança da infraestrutura.

As principais ações desenvolvidas pelos SI durante o ano de 2022 visaram contribuir para a concretização de objetivos estratégicos definidos pela empresa, designadamente a implementação de serviços inovadores orientados para os clientes, a garantia de uma plataforma tecnológica integrada, fiável e eficaz e a melhoria do índice de conhecimento infraestrutural da AdRA.

Em termos de Cibersegurança a AdRA tem primado por otimizar as ferramentas/máquinas existentes em termos de segurança e *compliance* desde a aplicação dos mais recentes *updates* e *patches* nos diferentes equipamentos (*Hardware*) bem como em Sistemas Operativos e aplicações (*Software*). Foram aplicadas medidas de restrições de acessos mais apertadas e aumentada a segmentação de acessos entre utilizadores e máquinas.

Em paralelo com estes trabalhos estão a ser elencados esforços para garantir uma análise de risco e controlo da informação bem como estudos e *POC's* sobre *softwares* de controlo e monitorização ativa.

Como ações de Promoção da Cibersegurança, durante o decorrer do ano foram divulgadas e aplicadas medidas de prevenção a ataques/intenções maliciosas por terceiros.

- Utilizar a *intranet* para divulgação mensagens de operação cibersegurança, RGPD, etc.
- Alteração da duração de *Password* dos utilizadores de 3 meses para 2 meses.
- Bloqueio de Contas após 5 tentativas de acesso com credenciais erradas aos sistemas.

O setor dos Sistemas, Telecomunicações e Microinformática é responsável pela gestão técnica e operacional dos sistemas informáticos e das telecomunicações da AdRA. Ao longo de 2022 foram desenvolvidos diversos projetos e ações, com recurso a ferramentas *Lean Management*, dos quais se destacam:

- Migração do Sistema de *Helpdesk* do *Sharepoint* 2010 (*legacy*) para a plataforma de gestão documental Edoc.
- Migração de repositórios de partilha de informação com *stakeholders*, parceiros e fornecedores de bens e serviços em *Sharepoint on-pream* (DMZ) para o *Sharepoint online* de forma a diminuir os acessos às redes e serviços *on-prem*.
- Aumento de cobertura de rede *WiFi* no edifício SEDE.
- Substituição de cartões MEO para NOS com consequente alteração da tecnologia de comunicações para 4G/LTE.
- Instalação e configuração de novos postos de trabalho integrados no novo domínio.
- Preparação de postos de trabalho para entrega em Leilão.
- Reformulação da rede no Centro de Despacho e Telegestão para o Edifício do COC e implementação de políticas de acesso conforme as necessidades desempenhadas pelos colaboradores.
- Aumento de largura de banda e fornecimento de comunicações com maior desempenho e estabilidade através do uso de novas antenas (Rede *Wifi* proprietária).
- Reformulação da rede em Reservatórios para a nova rede de telegestão de forma a ser possível efetuar uma gestão de equipamentos mais eficiente e possibilitar um maior controlo de acessos.
- Disponibilização de indicadores automáticos do *Microsoft Endpoint Configuration Manager* que permite detetar ameaças e *Compliance* dos *Endpoints* da AdRA.
- Fornecimento de infraestruturas com telecomunicações (Telegestão, ZMC's, telecontagem) para telemetria.
- Adicionadas novas funcionalidades do sistema de leituras de telecontagem integradas diretamente para Aquamatrix via *webservice*.
- Modificação e implementação de novas funcionalidades na digitalização de processos *Aquaman*.
- Implementação de um sistema que permite a criação de distribuições (Fluxos na Gestão documental) automáticas a serem disponibilizadas aos Sistemas de Informação Geográfica sempre que existam alterações aos RAMAIS que carecem de atualização de cadastro, com recurso a um componente de interoperabilidade entre sistemas.
- Configuração de *software Mobile Device Management* de forma a administrar os *Tablets* IOS remotamente e controladamente para a utilização do *software* de Realidade aumentada (Argis).
- Alteração da arquitetura e operador de telecomunicações para interligação com protocolo MPLS entre a AdRA e AdP garantindo também uma redundância sobre LTE.
- Digitalização do procedimento de verificação de estado de viaturas para formulário *online*.
- Migração de Documentos Organizacionais de lista de *Sharepoint* 2010 para Sistema de Gestão Documental Edoc.
- Digitalização do procedimento de abertura e tratamento de Ocorrências no SGD.
- Criação de fluxos de partilha de conteúdos entre a AdRA e os Fornecedores/Parceiros/*Stakeholders* via *Power-Automate*.
- Disponibilização de recursos e máquinas para a criação de uma nova sala de Telegestão.

3.1.6 SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

A área de Sistemas de Informação Geográfica (SIG) é a responsável por manter e atualizar toda a informação associada às infraestruturas existentes de toda a área de intervenção da AdRA, quer no sistema de abastecimento de água, quer no sistema de drenagem de águas residuais.

A principal atividade foca-se sobretudo em disponibilizar a informação de cadastro das infraestruturas o mais precisa e rigorosa possível, aos clientes internos, externos e *Stakeholders*. Para o cumprimento deste objetivo são efetuadas diversas operações diárias, das quais se destacam a atualização contínua do cadastro das infraestruturas e da toponímia, o desenvolvimento da integração das ferramentas de gestão de clientes e intervenções (*Aquamatrix* e *Aquaman*), disponibilização da informação a todas as áreas da empresa e municípios, colaboração de forma articulada na elaboração dos projetos de engenharia e implementação de medidas de melhoria contínua no sentido de contribuir para a eficiência dos vários processos da empresa, onde o SIG intervém de forma direta ou indireta.

- Em 2022, a área do SIG promoveu algumas ações, deu continuidade a projetos em curso, assim como, encetou novos projetos, dos quais se destacam os que se consideram ter tido maior projeção no seio da área e na empresa, descrevendo-os nos pontos seguintes:
- O Sistema de Informação Geográfica é uma ferramenta decisiva na gestão das redes da AdRA e por isso a sua atualização diária é fundamental. Em 2022 foi definido dar continuidade ao objetivo de melhorar o índice de conhecimento infraestrutural da rede de abastecimento de água, ou seja, passar de 74,14 km de rede com material e diâmetro desconhecido, para 39,2 km, tendo este objetivo sido superado, tendo-se terminado o ano com 34,96 km, que se pretende trabalhar durante o ano 2023.
 - Sendo o SIG uma área de suporte de informação à área de estudos e projetos, surge uma necessidade diária de apoio topográfico para avaliação de projetos, assim como, para a necessidade de avaliar pedidos internos e externos de ampliações de redes para drenagem de águas residuais. Neste sentido ao longo do ano 2022 foram efetuados levantamentos topográficos num total de 35,52 quilómetros, em diferentes pontos da área de intervenção da AdRA, e ainda o levantamento altimétrico e georreferenciado, incluindo o esquema hidráulico de 10 Estações Elevatórias de Águas Residuais, no âmbito de um procedimento de Concurso Público para a Aquisição de Serviços de Levantamentos Topográficos e Assessoria Técnica.
 - No âmbito de uma análise complementar à avaliação das condições técnicas de alguns troços de coletor, que por diversos motivos apresentam anomalias, as quais requerem correção, no decorrer de 2022 foram efetuados pedidos para a realização de serviços de limpeza e inspeção na rede de drenagem e águas residuais, em qualquer ponto da área de intervenção da AdRA, tendo em conta espaço urbano, rural ou rústico, para qualquer tipo de diâmetro de rede, sendo os resultados obtidos destinados para apoio técnico e análise de processos em curso. Neste sentido, no âmbito do Concurso Público para Limpeza e Inspeção na rede de drenagem de águas residuais (*closed-circuit television – CCTV*) foram efetuados 5,76 quilómetros de limpeza e inspeção no coletor.
 - No âmbito da cedência da gestão dos serviços de água e saneamento das freguesias de Cedrim e Paradela para a AdRA, procedeu-se ao reconhecimento e levantamento do cadastro de ramais de abastecimento de água. Foram inventariados 426 ramais em Cedrim e 417 ramais em Paradela, o que perfaz um total de 843 ramais de água.
 - Por forma a consultar dados de bases de dados diferentes, concentrando a informação no Sistema de informação Geográfica, foi possível disponibilizar dados de *Aquamatrix* associados a cada código local, e associar ao respetivo ramal de água no SIG, nomeadamente, o tipo de sensibilidade do cliente. Através da consulta da sensibilidade do cliente é mais célere identificar os clientes muito sensíveis ou hipersensíveis quando é necessário executar uma *fence*, numa área específica, no âmbito das intervenções na rede de abastecimento de água da AdRA.

Ao longo de 2022 foram executados diversos cadastros provenientes de ampliações de rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, executados pela AdRA, mas também pelos respetivos municípios da área de intervenção. Concluiu-se 2022, com 4.074,5 km de rede de abastecimento de água e 2.907,1 km de rede de águas residuais domésticas, correspondendo, respetivamente, a aumentos de 0,4% e 1,9%, face a 2021. Quanto ao número de ramais domiciliários, concluímos 2022 com 156.926 ramais na rede de abastecimento de água e 122.382 ramais na rede de águas residuais, representando aumentos, de 0,8% e 1,6%, respetivamente, face aos valores de 2021. Os gráficos seguintes permitem visualizar a evolução dos dados obtidos no cadastro, por município entre 2020 e 2022. Importa ainda salientar que no ano transato obteve-se um valor de 12,6 km no âmbito das renovações de rede de água, o que representa 0,31% de rede renovada.

GRÁFICO 29 - NÚMERO DE RAMAIS AA CADASTRADOS ENTRE 2020 E 2022

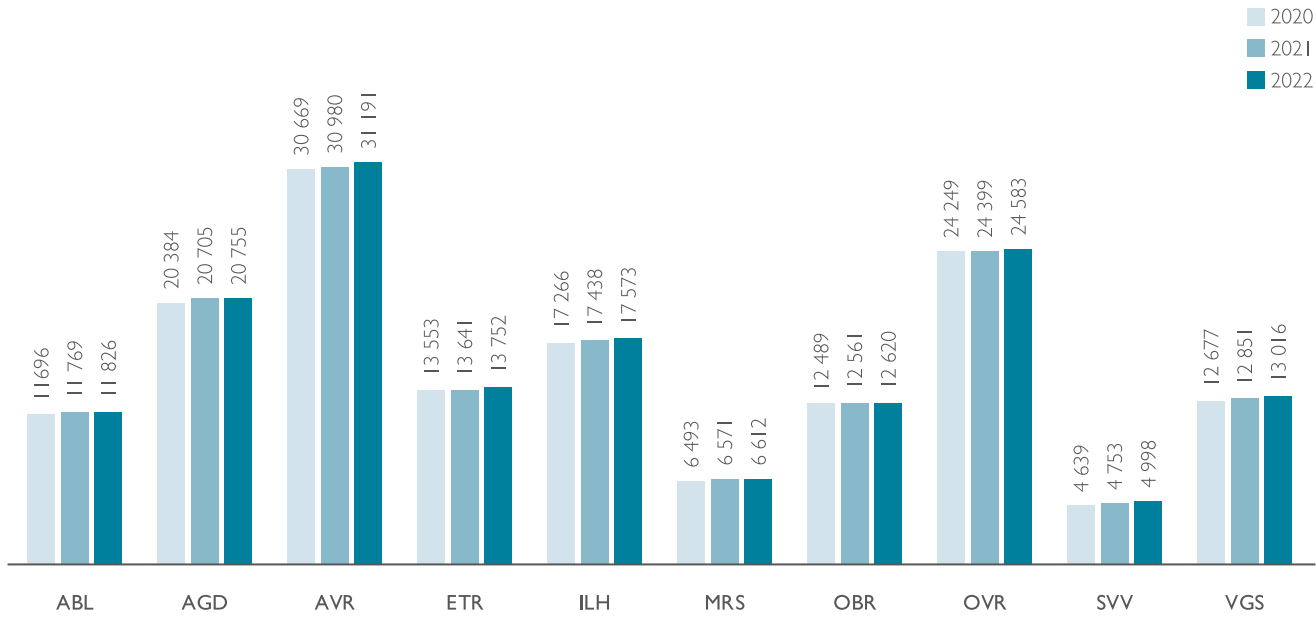


GRÁFICO 30 - NÚMERO DE RAMAIS AR CADASTRADOS ENTRE 2020 E 2022

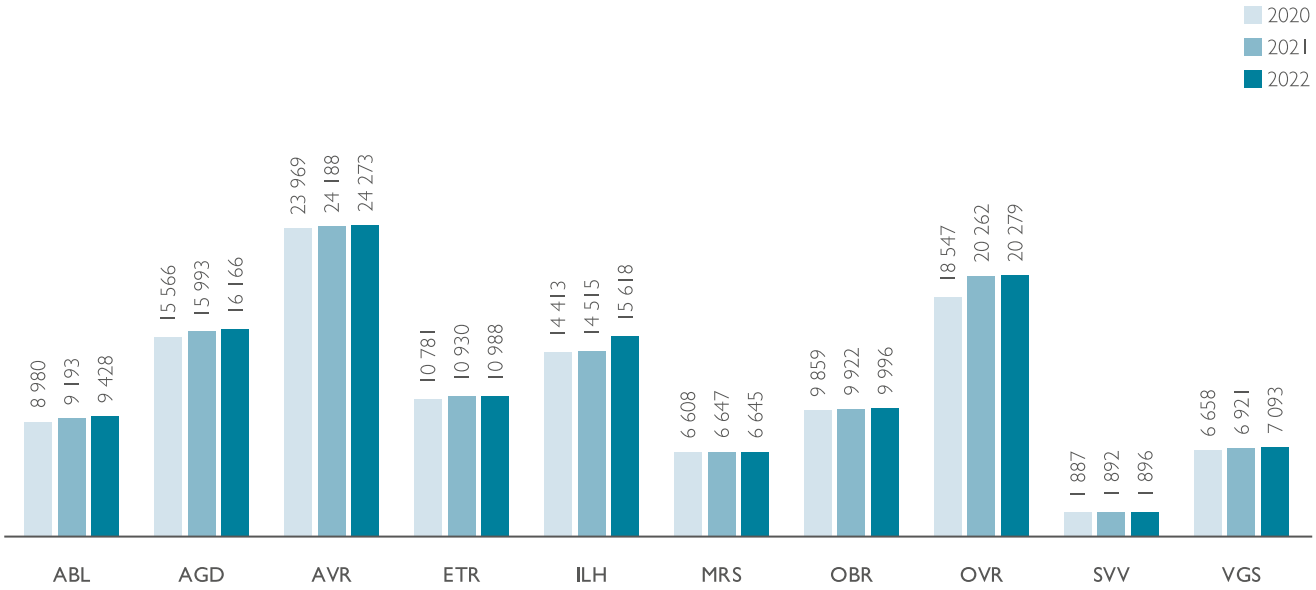


GRÁFICO 31 - QUILOMETROS DE REDE AA CADASTRADOS ENTRE 2020 E 2022

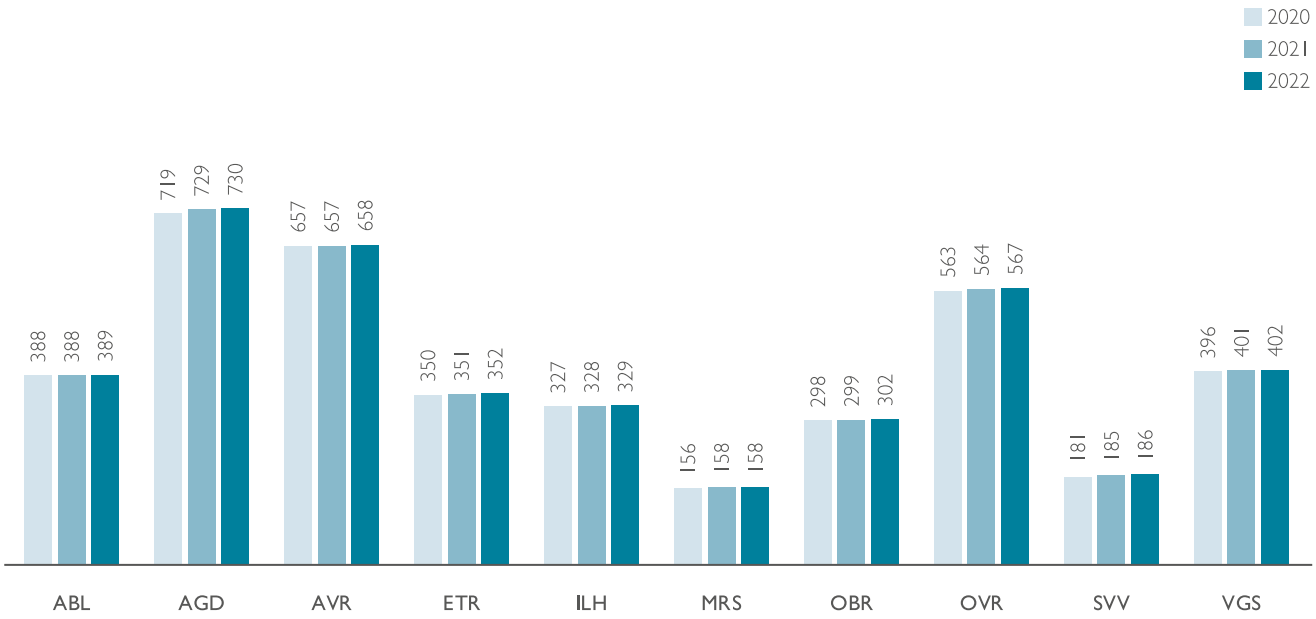


GRÁFICO 32 - QUILOMETROS DE REDE AR CADASTRADOS ENTRE 2020 E 2022



3.1.7 INVESTIMENTOS

Os “Planos Diretores para a Criação dos Sistemas Multimunicipais de Baixa de Abastecimento de Água e Saneamento da Região Centro” aprovados no âmbito do Contrato de Parceria, continuaram a ser a referência para dar continuidade aos projetos de investimento: novas redes, renovação e reabilitação de infraestruturas.

Em 2022, procedemos ao lançamento de 31 procedimentos para a execução de empreitadas, dos quais 12 relativos a infraestruturas de abastecimento de água, 13 de águas residuais domésticas e 6 mistos, totalizando um valor global de 14,6 milhões de euros. Foram contratualizadas 29 empreitadas, das quais 10 relativas a infraestruturas de abastecimento de água, 13 de águas residuais e 6 mistos, totalizando 13,4 milhões de euros.

O investimento executado em 2022 e relativo exclusivamente a empreitadas, atingiu o valor de 17,9 milhões euros, sendo que 5,7 milhões euros foram nas redes de abastecimento de água e 12,2 milhões euros no sistema de águas residuais domésticas. Este foi o maior investimento anual realizado pela AdRA.

De relevar, não só a continuidade do investimento na renovação e reabilitação das redes de distribuição, mas também, com a implementação de novas zonas de monitorização e controlo. Estas medidas enquadram-se no âmbito da eficiência hídrica e previstas no plano de redução das perdas.

Em 2022, demos continuidade ao plano de investimentos previstos para a empresa, com uma taxa de realização alta. O volume de obras adjudicado neste período garante a continuidade de um forte investimento tanto em novas redes, como em reabilitação e renovação de infraestruturas. O conjunto de investimentos está resumido através dos seguintes quadros:

Tabela 40 - Procedimentos em curso no final de 2020, 2021 e 2022

(Unidade: Euros)

Procedimentos Lançados	2020		2021		2022	
	Renovação	Ampliação	Renovação	Ampliação	Renovação	Ampliação
Concursos Públicos	1 772 000	11 275 400	2 933 300	14 655 100	3 261 900	11 197 200
Consultas Prévias	121 000	0	0	0	0	0
Ajustes Diretos	0	0	0	35 600	0	0
Total	1 893 000	11 275 400	2 933 300	14 690 700	3 261 900	11 197 200

Tabela 41 - Construção e ampliação de sistemas em 2020, 2021 e 2022

(Unidade: Euros)

Construção e Ampliação de Sistemas	2020		2021		2022	
	Adjudicado	Realizado	Adjudicado	Realizado	Adjudicado	Realizado
Empreitadas	14 561 916	11 499 246	15 460 412	11 258 545	15 904 750	17 861 042
Projeto	174 229	662 727	236 528	1 110 052	251 326	212 318
Fiscalização	776 755	503 764	477 858	598 415	424 386	474 565
Terrenos	47 250	21 499	28 940	31 566	7 677	3 047
Total	15 560 150	12 687 236	16 203 738	12 998 577	16 588 139	18 550 972

3.1.8 GESTÃO DE PERDAS E AFLUÊNCIAS INDEVIDAS (GPAI)

As redes de distribuição e abastecimento de água apresentam, pela sua complexidade e caraterísticas, perdas de maior ou menor dimensão, por mais eficientes que sejam. A gestão eficiente dos recursos hídricos é uma preocupação constante da AdRA, não só pelos custos associados à gestão dos sistemas de abastecimento, mas também pela necessidade de incrementar medidas destinadas à redução das perdas de forma sustentada.

Nos últimos anos o GPAI (Gestão de Perdas e Afluência Indevidas) em articulação com todas as áreas da AdRA, tem implementado estratégias, resultantes de um planeamento orientado, para diminuição da água não faturada e incremento da eficiência hídrica.

GESTÃO DE PERDAS

A AdRA em 2022 atingiu a extensão total de 4074 km de rede de abastecimento de água e 156 926 ramais de abastecimento para o valor mais elevado de sempre, resultando num crescimento de mais 14km (+0.35%) e 1375 ramais (+0.8%) em relação ao ano anterior. A importância destes números resulta, no aumento do número de clientes, mas também a exigência da exploração e manutenção da rede.

Saliente-se também que ao nível da renovação da rede cumprimos cerca de 12,6 km de rede e 1375 ramais, reforçando a clara intenção renovar as infraestruturas de abastecimento de água para reduzir água não faturada e melhor servir os clientes.

No que diz respeito à redução efetiva da água não faturada, bem como das perdas de água, visando a eficiência hídrica, este ano representou o primeiro ano de implementação das linhas de ação definidas no documento estratégico “Plano de Perdas 2022/2026”.

Este plano, observa um conjunto de medidas, critérios e métricas específicas, preconizadas para obter e consolidar a estratégia de redução de água não faturada na AdRA, visando atingir um valor de água não faturada não superior a 15% em 2026. Por outro lado, também encerra a visão a curto-médio prazo da valorização do nexos água-energia na perspetiva pertinente da otimização energética no uso racional do recurso água.

Em 2022, iniciou-se o ano quatro da execução do contrato “Sistema de Abastecimento de Água da AdRA – Eficiência Hídrica”, importante contributo para a redução da água não faturada na AdRA, no período 2019/2024, tem por objeto o estudo e a implementação de medidas de redução do volume de água não faturada da rede de abastecimento de água potável do Sistemas de águas da Região de Aveiro (SARA), excluindo o município de Aveiro.

As medidas de eficiência constantes para o ano 4, resultaram nas seguintes áreas de intervenção: remodelação de redes, análise dos grupos hidropressores, controlo de perdas em reservatórios e adutoras, realização de testes zero aos caudalímetros de entrada nos sistemas e combate às perdas aparentes.

Registe-se ainda que em 2022 o GPAI atingiu o melhor ano de sempre em termos de resultados, sucedendo numa nova redução da ANF quer em Aveiro, onde a gestão é interna, quer nos restantes 9 Municípios onde a gestão é partilhada, dentro do contrato da eficiência hídrica.

Este resultado é sustentado num conjunto de ações sistematizadas e monitorizadas, dentro do estabelecido no documento guia e nos procedimentos existentes, valorizando a diminuição de tempo de deteção e intervenção bem como a comparação diária de caudais mínimos homólogos.

Para isso a sistematização da informação num reporte automático é crítica para a obtenção de resultados. Também nesse campo o continuo desenvolvimento da ferramenta do mecanismo automático de auxílio à decisão – WATERPI é relevante.

Nessa ferramenta foram monitorizados em contínuo 590 locais (equipamentos com vários sensores para diferentes locais) correspondentes a 250 zonas de medição e controlo e adutoras, bem como, 340 grandes clientes de água e saneamento. Foram estabelecidos indicadores, alvos operacionais, alvos teóricos, definição de alarmes, assim como, o desenho e implementação de 479 verificações e 49 projetos de análise de zona, totalizando 528 ações de intervenção de deteção ativa de fugas apenas no Município de Aveiro.

A análise diária das zonas de monitorização permitiu detetar, apenas no Município de Aveiro, pelo GPAI, 501 roturas na rede de distribuição de água – 165 localização e 336 deteção – o que corresponde um total de mais de 12,3% das roturas totais registadas na AdRA, registando uma redução em relação ao ano de 2021 de 0,6%.

Estas ações permitiram manter a redução de ANF no Município de Aveiro de 13,1% para 12,5% consolidando os números de 2021 e ainda descendo revelando a eficácia das mesmas e o seu contributo para a eficiência hídrica.

Como principais resultados alcançados em 2022 foram a redução da água não faturada (ANF) para 18,52%, acima dos 18,2% que era o objetivo, mas atingindo e consolidando valor abaixo dos 20%, que é um importante marco de referência para a AdRA enquanto entidade gestora que procura a eficiência hídrica e de processos.

Em termos homólogos a AdRA apresenta valores de redução global de cerca de 442 848 m3 de ANF, valor absoluto, consolidando os dados de decréscimo sustentado dos últimos 10 anos e materializando quase 2,1 pontos percentuais de descida absoluta em relação ao ano anterior.

Este valor é tanto mais representativo já que a média nacional é ligeiramente inferior a 30%, o coloca a AdRA pela sexta vez em dez anos, de forma consecutiva, abaixo desse limiar, pela primeira vez, abaixo do limiar de 20% é motivo de grande satisfação porque traduz uma meta intermédia que foi consolidada com muito trabalho, investimento, alinhamento interno e com o envolvimento transversal de várias áreas da empresa na temática da eficiência hídrica.

Para esse bom resultado, analisando a componente de distribuição, registou-se no presente ano, um aumento de 240 mil metros cúbicos em 6 dos 10 Municípios e uma redução de 200 mil metros cúbicos nos restantes 4, resultando no valor de 35 mil metros cúbicos em balanço (+0,2%).

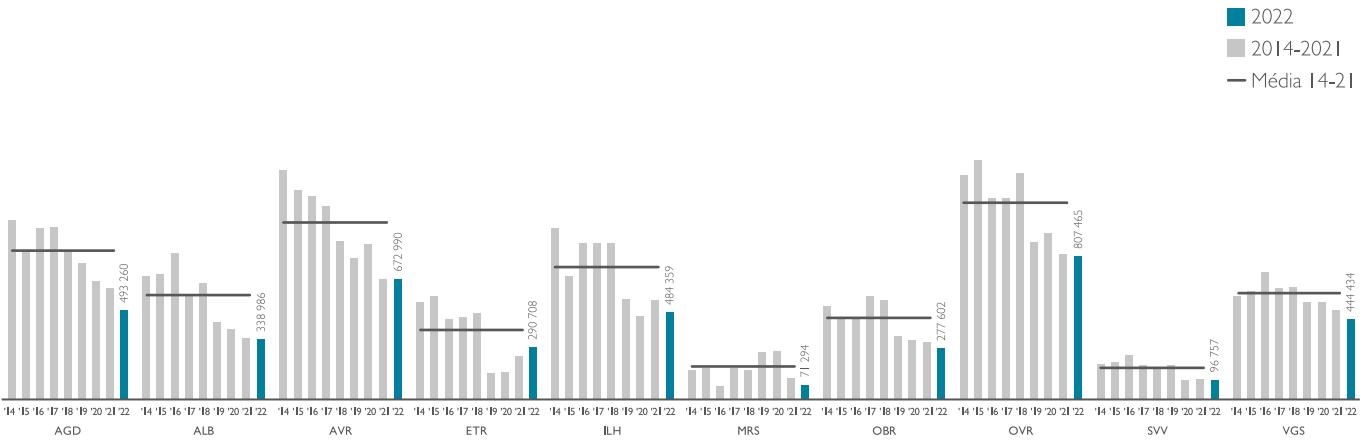
Já no que diz respeito à componente de faturação, registou-se também um aumento significativo de mais de 515 mil metros cúbicos 8 dos 10 Municípios e uma redução de 40 mil metros cúbicos nos restantes 2, resultando no valor de 475 mil metros cúbicos em balanço (+2,8%).

Em termos globais de ANF resulta que 9 Municípios contribuíram com a redução de 480 mil metros cúbicos e apenas 1 com o aumento de 38 mil metros cúbicos resultando no saldo de redução efetiva de 442 848 m3 de ANF. Desse valor Águeda teve a componente mais significativa com 145 428 m3 (cerca de 32%), seguido de Ílhavo com 85 543 m3 (19%) e Vagos com 63 115 m3 (14%).

Refira-se ainda que o ano foi menos bom para um Município, em termos de água não faturada – Estarreja, que aumentou ligeiramente, quer em termos de volume quer em termos de percentagem de ANF, passando da percentagem 10,5% para 12,0%. Valores finais de 2022 a atentar:

- 21,48 milhões de metros cúbicos de água distribuída;
- 17,50 milhões de metros cúbicos de água faturada;
- 3,98 milhões de metros cúbicos de água não faturada;
- 18,52 % de água não faturada.

GRÁFICO 33 - ÁGUA NÃO FATURADA POR MUNICÍPIO /M³
(2014-2022)



AFLUÊNCIAS INDEVIDAS

A AdRA em 2022 atingiu a extensão total de 2907 km de rede de drenagem de águas residuais e 122 382 caixas ramal de saneamento para o valor mais elevado de sempre, resultando num crescimento de mais 54km (+1,9%) e 1919 ramais (+1,6%) em ralação ao ano anterior. As importâncias destes números resultam, no incremento do número de clientes, mas também a exigência da exploração e manutenção da rede. Saliente-se também que ao nível das instalações elevatórias atingimos o valor de 613 e 6 ETAR em exploração.

No que diz respeito à redução de afluentes indevidas, o ano terminou com cerca de 14,5 milhões de metros cúbicos faturados e cerca de 23 milhões de metros cúbicos entregues e tratados nas ETAR correspondendo a uma percentagem final de 37,2% de afluentes indevidas que compara com 2021 onde atingimos 42,8%.

Atendendo a que o ano hidrológico passado foi um ano seco parte desta redução explica-se pela ausência de pluviosidade até ao mês de outubro de 2022. Ainda assim há que salientar a redução de mais de 5 pontos percentuais, em relação ao ano anterior; o que é muito significativo.

Em 2022 demos início ao desenho de um plano que se pretende iniciar em 2023, dedicado às Afluentes Indevidas, com a duração de 5 anos. Este plano estabelecerá objetivos, critérios e métricas para uma ação transversal a todas as áreas da AdRA, à semelhança do efetuado, com bons resultados, no abastecimento de água, para as Perdas de Água.

3.1.9 MONITORIZAÇÃO E INSPEÇÃO DE ATIVOS

A área da Monitorização e Inventariação de Ativos (MIA) tem como principais objetivos: Assegurar a gestão integrada dos ativos da empresa, proceder à atualização e gestão do cadastro e portefólio, promover e coordenar a inventariação e condição dos ativos, promover a articulação dos diferentes cadastros, elaborar e desenvolver ferramentas para apoio à decisão na priorização da renovação dos ativos da empresa e promover o alinhamento das políticas de Gestão de Ativos com a estratégia da empresa e do Grupo AdP.

Em 2022, e em continuidade com o trabalho realizado nos anos anteriores, a priorização dos investimentos de renovação e reabilitação nas infraestruturas de abastecimento e de saneamento da AdRA foi efetuada com base no risco, tendo sido aplicadas as ferramentas para apoio à decisão, na ótica de uma Gestão de Ativos sustentada e otimizada.

Relativamente aos procedimentos de contratação pública de empreitadas, foram lançados todos os concursos necessários à atividade da gestão de ativos, mas também a outros de caráter mais geral como a execução de ramais domiciliários e ampliações de redes de distribuição de água e de drenagem de águas residuais.

Ao nível dos trabalhos de intervenção nas redes de distribuição de água e de drenagem de águas residuais continuou a ser prestado o apoio e acompanhamento próximo à área de Obras, no sentido de articular as intervenções entre os empreiteiros e os municípios. Ao nível das redes de distribuição de água, foi dada continuidade à aposta na sua renovação, tendo-se fechado o ano com uma extensão total renovada de 12,6km, compatibilizando também com as empreitadas municipais que vão sendo comunicadas por parte dos municípios. Foram ainda feitas inspeções vídeo (CCTV) a condutas de drenagem de águas residuais, num total de 5,76km, possibilitando a avaliação do estado/condição das infraestruturas enterradas e a identificação de necessidades de renovação.

Tendo em vista a certificação na norma ISO 55000 (Sistema de Gestão de Ativos) foram também desenvolvidos esforços na identificação dos requisitos necessários e a conceção de ferramentas de apoio. A área da Monitorização e Inspeção de Ativos é também responsável pela reconciliação financeira das empreitadas. Durante o ano 2022 foram reconciliadas empreitadas com um valor acumulado de cerca de 7,6 milhões de euros, as quais deram origem a cerca de 400 novos ativos operacionais.

4. ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE

O NOSSO PROPÓSITO

A gestão sustentável da água confronta relevantes desafios associados às alterações climáticas, ao esgotamento de recursos, à degradação dos ecossistemas e à poluição ambiental.

A atividade desenvolvida pela AdRA tem, neste enquadramento, o maior impacto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico.

“Fazer a diferença na vida das pessoas” é o nosso propósito, que nos compromete enquanto empresa do universo do Grupo Águas de Portugal e vincula igualmente os/as nossos/as trabalhadores/as, assentando num duplo vínculo de identidade e de finalidade.

Assumimos **COMPROMISSOS**
para cumprir o **PROPÓSITO** de
FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

O modelo de integridade do Grupo Águas de Portugal está plasmado numa Política de Integridade, que apresenta a sua visão sobre a ética e a integridade, consolidando o compromisso de todas as empresas do Grupo com um modelo de governação assente nos mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública.

O Compromisso de Integridade foi subscrito pela AdRA em dezembro de 2021, representando um comprometimento com a implementação do modelo de integridade e de todos os instrumentos que lhe estão associados para assegurar continuamente a capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

O referencial ético é coadjuvado por normas de conduta e por um conjunto de outras políticas e procedimentos internos que garantem a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral
- Manual de Compras

- A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com atribuições distintas e complementares:
- O Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos.
 - A Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

O Grupo Águas de Portugal dispõe de um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética, que se designa por Linha de Integridade, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal fixa as ambições em linha com os princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido no rumo estratégico que prosseguimos com o propósito de fazer a diferença na vida das pessoas.

As ambições de sustentabilidade estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e focam-se no propósito do nosso trabalho, na ação pelo clima, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação com impacto, na cooperação para uma gestão sustentável da água a nível internacional e na educação para a sustentabilidade.



TRABALHAR COM PROPÓSITO

- Participação de colaboradores em ações formativas da Academia das Águas Livres, sempre que estas estejam disponíveis e os temas identificados como necessidades.
- Desenvolvimento de um Plano de formação para todos os colaboradores da empresa, com as necessidades de formação identificadas aquando da avaliação de desempenho e no levantamento das necessidades de formação (pela área respetiva ou transversais).
- Desenvolvimento e cumprimento do Plano anual de igualdade de género.
- Trabalhar para o desenvolvimento da cultura de segurança do Grupo.
- Identificação das necessidades transversais e as necessidades por função, de formação na área da segurança.
- Desenvolvimento de ações de acompanhamento, análise e tomada de medidas de correção e corretivas.

AGIR PELO CLIMA

- Manutenção do Sistema de Gestão de Energia nas fronteiras e alargamento das boas práticas de eficiência e redução do consumo nas restantes instalações e infraestruturas.
- Início do estudo para implementação de painéis fotovoltaicos para produção de energia renovável no complexo de Cacia.
- Acompanhamento do desenvolvimento de metodologia para determinação do inventário de emissões do Grupo AdP e da AdRA.
- Manutenção do Plano de Segurança da Água.
- Início de colaboração com a Comissão Especializada de Adaptação às Alterações Climáticas da APDA.
- Continuidade do serviço de abastecimento e de recolha e rejeição de saneamento, garantindo o cumprimento dos planos de renovação, em termos de extensão, de redes de abastecimento e saneamento e ApR.

ACELERAR A ECONOMIA CIRCULAR DA ÁGUA

- Início de reutilização de água tratada na ETAR de Talhadas, para limpeza dos órgãos da infraestrutura.
- Ações no âmbito das aflúências indevidas na rede de drenagem de águas residuais
- Ações no âmbito da eficiência hídrica com atuação focada na redução das perdas físicas.
- Manutenção do Plano de Monitorização das Origens de Água e na monitorização dos meios recetores do efluente tratado pelas ETAR's sob gestão da AdRA.
- Promoção da valorização dos resíduos produzidos.

VALORIZAR OS TERRITÓRIOS

- Desenvolvimento de ações de Educação Ambiental e outras ações com entidades parceiras: Municípios, Entidades Gestoras, Entidades Competentes, associações, Universidades e Institutos.
- Disponibilização de critérios Compras Verdes a aplicar nos procedimentos e gestão de contratos.
- Ações de voluntariado e de colaboração no âmbito de campanhas municipais de solidariedade com vítimas do Conflito na Ucrânia.
- Constante monitorização da água para consumo humano distribuída, com uma taxa de segura superior a 99,5%.
- Monitorização da água residual tratada, garantindo o cumprimento das licenças de descarga, em limites de descarga e periodicidades de monitorização.

INOVAR PARA IMPACTAR

- Desenvolvimento de projeto de inovação alinhado com a estratégia de inovação do Grupo e as necessidades da AdRA.
- Promoção da transformação digital, com o desenvolvimento de inúmeros fluxos internos.

GARANTIR ÁGUA E SANEAMENTO ALÉM-FRONTEIRAS

- Colaboração em diversas ações do Grupo em/para países estrangeiros.

EDUCAR PARA A SUSTENTABILIDADE

- Ações de Educação ambiental Iº ciclo “Água é vida” (módulo ligado aos comportamentos ambientalmente corretos de utilização da RDAA e RDAR.
- Campanha “Lixo é no lixo e não na rede de saneamento) - 1ª fase, implementação de redes sociais e internamente.
- Campanha conjunta com AdCL e Águas do Vouga nos jornais:(1) Valorização da água na torneira; (2) valorização da rede de saneamento; (3) comportamentos corretos do utilizador.
- Ações de Educação ambiental I Iº ano - visitas às ETAR's.

O detalhe e acompanhamento deve ser realizado através da consulta do Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP.

5. SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E CONTROLO DO RISCO

A AdRA e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção as temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção e combate à fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao Grupo AdP, no qual a AdRA se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, **em 2022** foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de **implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP**, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das três categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.



AMBIENTE DE CONTROLO

Deve refletir a importância do Controlo Interno (CI) e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

É a base de todas as restantes componentes do SCI.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

ATIVIDADES DE CONTROLO

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expetativas.

MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas. As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

Em 2022 foi dado o início à Fase 2 do Projeto de Implementação do SCI, com o mapeamento, pelas empresas piloto, dos restantes processos identificados como críticos e que compreendeu, entre outras atividades, a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC) onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação.

No final de 2022 foi programada uma reunião de arranque da Fase 2 na AdRA, com o objetivo de definir o cronograma para a realização do mapeamento dos processos, com base na informação elaborada pelas empresas piloto e cuja conclusão se prevê que ocorra até final de 2023.

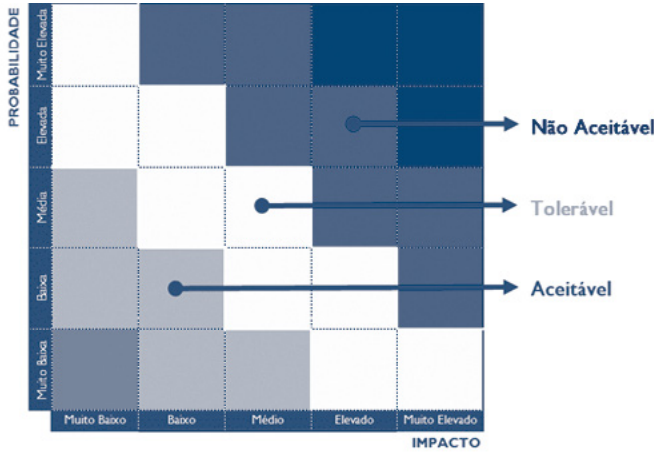
A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão, acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e na realização de testes de conformidade, para avaliar o nível de risco a que a empresa está sujeita.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos relacionados com as classes Governação, Estratégia e Planeamento, Conformidade e Reporte são tratados e monitorizados pela AdRA, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de

acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe Operacional e Infraestrutura, além de ser assegurada pela AdRA e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidade para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à imagem dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas referidas ações.

Considerando a maturidade operacional atingida pelas empresas, a antiguidade do Modelo de Gestão do Risco implementado no Grupo AdP e a melhoria contínua necessária, por forma a responder às crescentes exigências nas matérias relacionadas com o risco, foi iniciado no decurso de 2022, o projeto de revisão do referido modelo, o qual compreende as seguintes atividades:

- A revisão e/ou atualização da matriz de riscos existente no Grupo AdP
- A revisão e/ou atualização da metodologia de avaliação do risco existente no Grupo AdP
- A revisão do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Este projeto, por forma a assegurar a sua credibilidade e aderência à realidade do Grupo AdP, encontra-se a ser efetuada com os contributos de 8 empresas pilotos do universo AdP, e com a colaboração de uma equipa de consultora externa, tendo prevista a sua conclusão no decurso de 2023.

Atendendo à referida revisão do modelo de gestão do risco, no decurso de 2022 não foi realizada a avaliação do risco na empresa.

No final de 2022 foi realizado, conforme previsto no modelo de gestão de risco, o acompanhamento dos PTR e dos PIO formalmente definidos pela empresa, no âmbito do exercício de avaliação de risco relativo a 2021. Esta análise permitiu verificar que a empresa, apresentou 3 medidas de mitigação a implementar, que se encontram em implementação, tendo redefinido prazos de implementação.

Como complemento, apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AdRA se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2021:

- R.2.1.2 – Falha na ação climática:** Falha da organização em fazer cumprir ou investir em medidas eficientes de adequação às alterações climáticas, de mitigação de danos e de preservação dos ecossistemas, assegurando a transição para uma economia neutra em carbono. Danos nos ecossistemas, destruição de propriedade e/ou perda financeira em resultado de atividade da organização.
- R.2.3.2 – Rutura de infraestruturas de informação crítica:** Deterioração, sobrecarga ou fecho/encerramento de infraestruturas físicas e digitais críticas ou serviços como resultado de uma dependência sistémica de redes cibernéticas e/ou tecnologia: sistemas IA intensivos, *internet*, dispositivos portáteis, serviços públicos, satélites, etc.
- R.2.3.4 – Concentração do poder digital:** Concentração de ativos, capacidades e/ou conhecimentos digitais críticos por um reduzido número de indivíduos na organização.
- R.2.3.5 – Falha das medidas de ciber segurança:** Infraestruturas e/ou medidas de segurança cibernética na organização ultrapassadas ou obsoletas, devido a cibercrimes cada vez mais sofisticados e frequentes, resultando em perturbações económicas e perdas financeiras para a organização.
- R.2.3.7 – Falha da governação tecnológica:** Falta de estrutura e/ou regulamentação definida, para o uso de redes digitais e tecnologia, potenciando a existência de infraestruturas, protocolos, e interfaces incompatíveis.
- R.3.1.3 – Segurança física das instalações:** Risco de perdas materiais e financeiras, resultante de danos provocados nos ativos da organização, decorrentes da inexistência ou inadequação das medidas de mitigação de eventos de caráter humano, natural ou processual.
- R.3.3.3 – Gestão de talentos:** Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da organização, decorrente de: um processo de recrutamento não direcionado para as necessidades da organização; uma ineficiente e inatempada avaliação de desempenho; uma política de formação desalinhada com o incremento de competências; e uma ineficiente política de gestão de carreiras.
- R.3.4.4 – Perdas de abastecimento em baixa:** Risco de perdas de recursos hídricos ao longo da cadeia de abastecimento “em baixa”, com consequente diminuição da capacidade de abastecimento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente ou envelhecimento da infraestrutura.

6. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

6.1 INTRODUÇÃO

A análise a seguir efetuada pretende abordar a evolução da empresa no período compreendido entre os anos de 2020 e 2022.

6.2 SITUAÇÃO ECONÓMICA

Os resultados apresentados pela AdRA nas suas demonstrações financeiras são influenciados pelo desvio de recuperação de gastos (desvios tarifários). Entenda-se o desvio de recuperação de gastos (neste ano *superavit*) como o volume de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, o excedente (*superavit*) ou défice apurado traduz o valor do desvio de recuperação de gastos.

O Resultado Líquido do exercício foi positivo de 944 mil euros e o desvio de recuperação de gastos registou um *superavit*, de 3,3 milhões de euros, o que permitiu aumentar o excedente acumulado, perfazendo no final de 2022 um total de 25,4 milhões de euros.

O *Cash-Flow* Operacional atingiu, em 2022, os 14,5 milhões de euros o que representa um aumento de 4,7% face ao ano anterior. Apesar do peso relevante do valor das Amortizações na estrutura de gastos operacionais (17%), o Resultado Operacional (sem desvio tarifário) cifra-se em 4,6 milhões de euros positivos, mais 20% do que o ano anterior.

Tabela 42 – Demonstração de Resultados (2020-2022)

	2020	2021	2022
Vendas	29 536 718	29 531 571	30 836 344
Serviços de Construção (IFRIC 12)	13 894 644	14 255 027	19 878 550
Prestações de serviços	25 492 571	25 846 719	27 196 843
Custo das vendas/variação inventários + Serv. Construção (IFRIC 12)	(23 081 014)	(23 433 272)	(29 672 492)
Fornecimentos e serviços externos	(23 644 778)	(25 730 264)	(26 835 229)
Gastos com pessoal	(6 466 024)	(6 919 690)	(7 134 277)
Outros gastos e perdas operacionais	(124 722)	(81 638)	(89 672)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	132 937	408 752	346 095
Cash Flow Operacional	15 740 332	13 877 205	14 526 162
Amortizações + Perdas de Imparidade + Provisões - Subsídios ⁽¹⁾	(11 511 853)	(11 791 147)	(11 729 105)
Outros rendimentos e ganhos operacionais ⁽¹⁾	1 685 335	1 712 756	1 769 427
Resultados Operacional (sem desvio tarifário)	5 913 814	3 798 814	4 566 484
Defice/superativo tarifário recup. custo	(5 098 116)	(2 797 471)	(3 336 375)
Resultados Operacional (com desvio tarifário)	815 698	1 001 343	1 230 109
Gastos financeiros	(1 123 411)	(1 055 194)	(1 174 692)
Rendimentos financeiros	1 279 509	1 171 345	1 200 893
Resultados financeiros	156 098	116 151	26 201
Resultados antes de imposto	971 796	1 117 494	1 256 310
Imposto do exercício	(3 595 995)	(3 066 611)	(3 095 664)
Imposto diferido	3 243 682	2 549 488	2 783 234
Imposto sobre o rendimento	(352 313)	(517 122)	(312 431)
Resultado líquido do exercício	619 483	600 372	943 879

⁽¹⁾ - reconhecimento (non-cash)

⁽¹⁾ - montante que compensa parte da amortização do Direito de Utilização de Infra-Estruturas (non-cash)

Em 2022 as vendas e prestação de serviços atingiram os 74,6 milhões de euros (inclui Serviços de Construção e DRC). Este montante inclui o rendimento referente aos serviços de construção contabilizados de acordo com a IFRIC 12, no valor de 19,9 milhões de euros (em 2021 o valor foi de 14,3 milhões de euros). Este rendimento constitui um serviço prestado, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta ser remunerado. Os réditos e gastos apurados correspondem ao montante de investimento realizado, pelo facto de os serviços de construção serem subcontratados externamente e daí não resultar qualquer margem de construção (os riscos e retornos são transferidos para terceiros).

Os rendimentos provenientes da atividade da água são mais significativos do que da atividade de saneamento (a cobertura do serviço e o número de clientes é superior), apesar do aumento dos investimentos em saneamento verificado nos últimos anos. As componentes variáveis de cada área de negócio são mais significativas do que as fixas. O abastecimento de água representa cerca de 41% do volume de negócios, o saneamento representa 35%, os serviços de construção, 27%, e os restantes 1%, referem-se a serviços de abertura e fecho de água, limpeza de fossas e outros serviços relacionados com a atividade da empresa.

A decomposição das vendas e prestação de serviços é a seguinte:

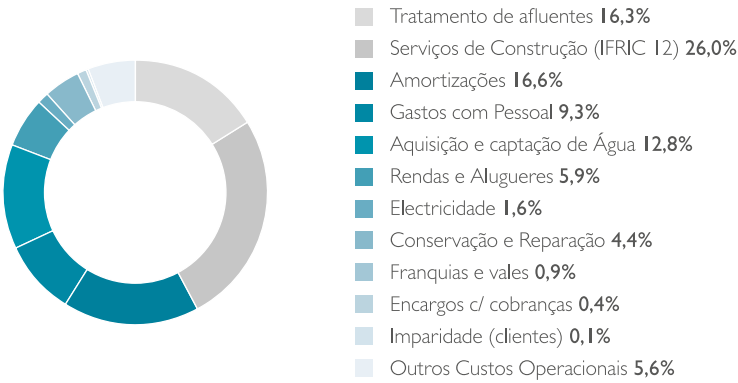
Tabela 43 – Vendas e Prestação de Serviços (2020-2022)

	2020		2021		2022	
Abastecimento de água (tarifa fixa)	12 948 629	20%	12 915 234	19%	13 244 279	18%
Abastecimento de água (tarifa variável)	16 588 090	26%	16 616 336	25%	17 592 065	24%
Serviços de Construção (IFRIC 12)	13 894 644	22%	14 255 027	21%	19 878 550	27%
Saneamento (tarifa fixa)	10 924 544	17%	11 012 808	16%	11 460 037	15%
Saneamento (tarifa variável)	14 041 440	22%	14 368 429	21%	14 992 469	20%
Outras Prestações de serviços	526 588	1%	465 482	1%	744 338	1%
Desvio de Recuperação de Gastos (<i>Superavit</i>)	(5 098 116)	-8%	(2 797 471)	-4%	(3 336 375)	-4%
Total	63 825 817	100%	66 835 845	100%	74 575 362	100%

Tabela 44 - Estrutura dos Gastos Operacionais (2020-2022)

	2020		2021		2022	
Tratamento de efluentes	12 270 567	19%	12 368 732	18%	12 480 051	16%
Serviços de Construção (IFRIC 12)	13 894 644	21%	14 255 027	21%	19 878 550	26%
Amortizações	11 957 331	18%	12 056 029	18%	12 692 176	17%
Gastos com Pessoal	6 466 024	10%	6 919 690	10%	7 134 277	9%
Aquisição e captação de Água e Reagentes	9 186 370	14%	9 178 245	13%	9 793 941	13%
Rendas e Alugueres	2 854 882	4%	4 212 171	6%	4 546 515	6%
Electricidade	1 367 701	2%	1 366 803	2%	1 206 771	2%
Conservação e Reparação	2 441 042	4%	2 721 945	4%	3 349 069	4%
Franquias e vales	674 867	1%	618 447	1%	684 545	1%
Encargos c/ cobranças	298 830	0%	329 854	0%	336 745	0%
Imparidade (clientes)	238 934	0%	427 858	1%	73 318	0%
Outros Custos Operacionais	3 861 611	6%	4 193 950	6%	4 321 206	6%
Total de gastos operacionais	65 512 803	-	68 648 751	-	76 497 165	-

GRÁFICO 34 – DISTRIBUIÇÃO GASTOS OPERACIONAIS 2022



- O tratamento de efluentes é a rubrica com maior peso na estrutura de gastos operacionais (atrás dos serviços de construção e amortizações) com 16%. No total dos Fornecimentos e Serviços Externos representa cerca de 53% (2021: 48%).
- Os serviços em “alta” (tratamento de efluentes, aquisição de água e reagentes) representam cerca de 29% (2021: 31%) do total dos gastos operacionais; e,

- Tem ainda um peso significativo no total dos gastos operacionais, as amortizações de investimento, com 17% (2021: 18%), os gastos com serviços de construção - IFRIC 12 com 26% (2021: 21%) e os Gastos com Pessoal com 9% (2021: 10%), têm igualmente um peso bastante significativo.

No ano de 2022, as cinco principais rubricas representam, em conjunto, cerca de 81% (2021: 80%) do total dos gastos operacionais.

De referir ainda, que dentro da rubrica de FSE's existem alguns gastos que foram fortemente afetados pela guerra decorrente da invasão da Ucrânia pela Federação Russa, nomeadamente as rubricas de Conservação e Reparação (aumento dos custos dos materiais) e Combustíveis, que apresentaram aumentos face ao ano anterior de 23% em ambas as rubricas.

6.3 SITUAÇÃO FINANCEIRA

A AdRA apresenta um total de Balanço de 325 milhões de euros (2021: 310 milhões de euros).

O Capital Próprio cifra-se em 19,1 milhões de euros (2021: 18,7 milhões de euros) que contempla: a) 17,5 milhões de euros de capital social; b) reservas legais e resultado líquido que juntos perfazem os 1,6 milhões de euros em 2022.

Tabela 45 – Balanço

(Unidade: Euros)

Balanço	2020	2021	2022
Ativos não correntes	291 165 934	298 567 683	312 503 209
Ativos correntes	11 972 532	10 966 838	12 691 059
Total do activo	303 138 466	309 534 521	325 194 268
Capital social	17 500 000	17 500 000	17 500 000
Reservas e outros ajustamentos	613 735	644 709	674 728
Resultado líquido do exercício	619 483	600 372	943 879
Total do capital próprio	18 733 218	18 745 081	19 118 607
Passivos não correntes	269 441 516	276 115 944	289 921 939
Passivos correntes	14 963 732	14 673 497	16 153 722
Total do passivo	284 405 248	290 789 441	306 075 661
Total do passivo e do capital próprio	303 138 466	309 534 521	325 194 268

Tabela 46 – Decomposição do Ativo

(Unidade: Euros)

Balanço Ativo	Não Corrente	Corrente	Total 2022
Ativo intangíveis	214 085 657	0	214 085 657
Ativo fixos tangíveis	183 167	0	183 167
Ativos sob direito de uso	5 237 382	0	5 237 382
Investimentos Financeiros	32 512	0	32 512
Ativos por impostos diferidos	30 038 057	0	30 038 057
Inventários	0	2 058 866	2 058 866
Clientes	0	6 706 568	6 706 568
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	0	0
Caixa e depósitos bancários	0	347 248	347 248
Outros ativos	62 926 436	3 578 378	66 504 813
Total do Ativo	312 503 209	12 691 059	325 194 268

O total de ativo líquido é de 325 milhões de euros. As rubricas mais significativas são a dos Ativos Intangíveis (214 milhões de euros) e a dos Outros Ativos (67 milhões de euros).

- (I) **Ativos Intangíveis** – Nos termos do contrato de gestão os Municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária sob a forma de retribuição, pela afetação das infraestruturas. Essa contrapartida é uma percentagem do volume de negócios. Com base no EVEF considerou-se que o valor das infraestruturas era o valor atualizado da referida retribuição cujo montante se cifra em 98 milhões de euros – o valor dos intangíveis é constituído, essencialmente, por aquele montante deduzido das respetivas amortizações (a rubrica de Outros Passivos tem igual valor) e os investimentos realizados.

- (II) **Outros Ativos não correntes** – Constituído por 63 milhões de euros, inclui o adiantamento sobre os municípios (inclui juros). Desde o início da sua constituição e nos termos do contrato de gestão, a AdRA realizou adiantamentos, aos municípios, por conta da retribuição. Estes adiantamentos serão consumidos pelas rendas a pagar aos municípios que se vencem aquando da formação do rédito operacional (volume de negócios).

Tabela 47 – Decomposição do Passivo

(Unidade: Euros)

Balanço Passivo	Não Corrente	Corrente	Total 2022
Provisões para riscos e encargos	410 004	0	410 004
Financiamentos obtidos	61 090 909	5 347 063	66 437 972
Passivos de locação	5 025 907	368 809	5 394 716
Impostos diferidos passivos	50 021	0	50 021
Acréscimo de gastos para investimento contratual	79 352 883	0	79 352 883
Subsídios ao Investimento	37 738 630	0	37 738 630
Desvio de Recuperação de Gastos	25 361 742	0	25 361 742
Fornecedores e outros passivos	80 891 844	10 048 128	90 939 972
Imposto sobre o rendimento do exercício	0	389 723	389 723
Total do Passivo	289 921 939	16 153 722	306 075 661

O total do Passivo é de 306 milhões de euros. As rubricas mais significativas são a dos Fornecedores e outros passivos (91 milhões de euros), dos Financiamentos Obtidos (66 milhões de euros) e Acréscimo de gastos para investimento contratual (79 milhões de euros).

- (I) **Financiamentos Obtidos Correntes e não Correntes** – no final de 2022 a AdRA tinha um endividamento corrente, no montante de 5,3 milhões de euros, e um endividamento não corrente, no montante de 61,1 milhões de euros, sendo o corrente referente apenas a suprimentos contraídos junto da AdP e não corrente a suprimentos (16,1 milhões de euros) e Banco Europeu de Investimento (45 milhões de euros).
- (II) Na rubrica de Acréscimo de Gastos para Investimento Contratual, estão contabilizadas as amortizações do investimento ainda por realizar, considerado no Estudo de Viabilidade Económico e Financeira (EVEF) até ao final do contrato. À medida que este investimento vai sendo executado, o valor das amortizações já consideradas nesta rubrica, vai sendo transferido para a rubrica de amortizações acumuladas.
- (III) **Outros Passivos não Correntes** – O valor desta rubrica inclui o montante registado em ativos intangíveis que deriva da atualização da retribuição a pagar aos Municípios (98 milhões de euros). O seu valor é consumido na mesma cadência e em igual montante ao da amortização do referido intangível, totalizando a esta data o montante de 79 milhões de euros.

6.4 INVESTIMENTOS

Em 2022 a AdRA investiu um total de 20,6 milhões de euros (2021: 14,4 milhões de euros). O investimento continua a ser sobretudo na área das redes de drenagem de águas residuais, tendo sido na ordem dos 13 milhões de euros (63%), tendo-se verificado um investimento nas redes de abastecimento de água, incluindo contadores, de 6,1 milhões de euros, conforme se pode verificar na tabela seguinte:

Tabela 48 – Investimento Realizado (2020-2022)

(Unidade: Euros)

Investimentos	2020	2021	2022
ESTRUTURA			
Equipamento de Transporte	14 369	24 061	799 421
Equipamento Básico	0	9 980	0
Equipamento Administrativo	70 880	167 481	3 366
Capitalização de Custos	447 047	509 612	628 431
Outros	4 800	3 500	2 750
Total	537 096	714 635	1 433 968

ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Projectos	446 052	918 503	-246 118
Empreitada	4 189 062	4 008 710	5 648 103
Contadores	633 813	667 702	560 495
Outros	274 055	182 135	164 500
Total	5 542 981	5 777 050	6 126 980

ÁGUAS RESIDUAIS

Projectos	216 675	191 549	458 436
Empreitada	7 310 184	7 249 835	12 212 939
Fiscalização	260 558	432 607	326 935
Outros	41 517	42 208	1 072
Total	7 828 935	7 916 200	12 999 383
Total Global	13 909 013	14 407 885	20 560 330

7. EVENTOS POSTERIORES AO FECHO

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração da AdRA declara que após o termo do exercício de 2022 até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, registaram-se os seguintes eventos:

No âmbito dos programas de fundos comunitários, o recebimento do POSEUR, no valor de 215.150,42 euros e o recebimento do COMPETE, no valor de 608.746,57 euros, ambos referentes a diversas empreitadas de construção em curso.

Relativamente à revisão do EVEF da AdRA, o envio, a 16 de fevereiro de 2023, aos acionistas municipais da atualização da nova versão do EVEF, elaborada em 2022, após submissão da mesma à Comissão de Parceria na reunião de 20 de dezembro de 2022.

Mais declara o Conselho de Administração que o desvio de recuperação de gastos de 2022 será proposto para aprovação em reunião de Comissão de Parceria a realizar em 2023, para além do referido na nota 9.3 quanto à aprovação do desvio de recuperação de gastos de 2021 pela Comissão de Parceria a 20 de dezembro de 2022.

8. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

A AdRA - Águas da Região de Aveiro, S.A. deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Tabela 49 - Cumprimento das orientações legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação
	S	N	N.A.		
OBJECTIVOS DE GESTÃO					
PRC		x		+2,7pp	Este aumento deve-se à redução verificada na faturação aos clientes, essencialmente, nos últimos 2 meses do ano, devido ao aumento significativo da pluviosidade . Contribuiu ainda, a crise geopolítica, e o reflexo no aumento dos gastos das matérias-primas e combustíveis, com impacto nas rubricas de matérias subsidiárias e FSE.
Evolução de Perdas	x			90,0%	
Endividamento		x		2,9%	O crescimento do endividamento é superior aos 2% devido ao investimento realizado (aumento do valor das revisões de preços decorrente da crise geopolítica) pela empresa. Contribuiu ainda, o aumento verificado nas taxas de juro de referência EURIBOR.

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação
	S	N	N.A.		
PMP	x			+1 dia	
Variação RL face ao PAO		x		-21,9%	O RL expurgado do DRC é inferior ao previsto no PAO devido à diminuição do VN e aumento dos gastos com FSE (ver PRC).
Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	x			94,4%	
Qualidade da Água Fornecida	x			99,98%	
Qualidade das Águas Residuais	x			100%	
METAS A ATINGIR CONSTANTES NO PAO2022					
Investimento		x		-788 mil euros	A diferença não é significativa e deve-se ao atraso no lançamento de algumas empreitadas previstas.
Endividamento	x			-3,6 milhões de euros	Esta redução está relacionada com o menor investimento realizado em 2021 face à estimativa de fecho desse ano que serviu de base para o PAO2022.
GRAU DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO CARREGADO NO SIGO/SOE			x		
Gestão do Risco Financeiro				x	Aumento da tx média de financiamento (2021 - 1,58% 2022 - 1,74%) O aumento decorre do acréscimo das taxas de juro indexantes EURIBOR, devido à crise geopolítica.
Limites de Crescimento do Endividamento				x	O crescimento do endividamento é superior aos 2% devido ao investimento realizado (aumento do valor das revisões de preços decorrente da crise geopolítica) pela empresa. Contribuiu ainda, o aumento verificado nas taxas de juro de referência EURIBOR. Estes aumentos decorrem da crise geopolítica.
Evolução do PMP a fornecedores				x	aumento de 34 dias para 35 dias Ponto 4 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")				x	228 322 € Ponto 4 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Recomendações do acionista na última aprovação de contas				x	Ponto 5 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Reserva emitida na última CLC				x	A empresa terminou em 2022 a revisão do EVEF, no entanto, não foi ainda conseguida a aprovação da revisão por parte dos parceiros municipais.
REMUNERAÇÕES/HONORÁRIOS					
CA - reduções remuneratórias vingentes em 2022				x	4 767 € Ponto 6 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vingentes em 2022				x	2 044 € Ponto 6 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Auditor Externo - redução remuneratória vingente em 2022				x	
ARTIGO 32º E 33º DO EGP					
Não utilização de cartões de crédito				x	Ponto 7 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Não reembolso de despesas de representação pessoal				x	Ponto 7 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Valor máximo de despesas associadas a comunicações				x	Ponto 7 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço				x	Ponto 7 do capítulo 8 do Relatório & Contas
DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS - Nº2 DO ARTIGO 16º DO RJSPE E ART.º 11º DO EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais				x	Ponto 8 do capítulo 8 do Relatório & Contas
PROMOÇÃO DE IGUALDADE SALARIAL ENTRE MULHERES E HOMENS - Nº 2 DA RCM Nº 18/2014					
Elaboração e divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens				x	Ponto 9 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção				x	Ponto 10 do capítulo 8 do Relatório & Contas
CONTRATAÇÃO PÚBLICA					
Aplicação das Normas de Contratação Pública pela Empresa				x	Ponto 11 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Aplicação das Normas de Contratação Pública pelas Participadas				x	
Contratos submetidos a visto prévio do TC				x	

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/ Identificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x				Ponto 12 do capítulo 8 do Relatório & Contas
				Apesar do PRC ser cumprido face a 2021, existe aumento do gastos	
Gastos Operacionais das Empresas Públicas		x		com Pessoal, deslocações, alojamento, ajudas de custo, frota e Consultoria	Ponto 13 do capítulo 8 do Relatório & Contas
PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA (ARTIGO 28º DO DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x				Ponto 14 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x				Ponto 14 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			x		Ponto 14 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Auditorias do Tribunal de Contas			x		
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7º da Lei 62/2017, de 1 de agosto	x				Ponto 16 do capítulo 8 do Relatório & Contas
Apresentação da demonstração não financeira	x				Ponto 17 do capítulo 8 do Relatório & Contas

1. OBJETIVOS DE GESTÃO

a) Foram fixadas em Assembleia Geral realizada a 23 de junho de 2021, pela AdP SGPS, na qualidade de titular da função acionista da AdRA as orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2020-2022, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional.

Objetivos de Gestão para o Ano de 2022					
Indicadores Financeiros		Valor Fixado ¹	Ponderação	Valor Atingido	Avaliação
EFICIÊNCIA DE GESTÃO					
PRC = [(GV+FSE+GP)/MN] Variação face ao PAO proposto	pp	1. var > +0,10 pp 2. -0,10 pp ≤ var ≤ +0,10 pp 3. var < -0,10 pp	10,0%	2,7%	1
EVOLUÇÃO DE PERDAS					
Volume Faturado/Volume Tratado face ao ano anterior	%	1. RP > 100% 2. 95% ≤ RP ≤ 100% 3. RP < 95%	10,0%	89,8%	3
LIMITE AO ENDIVIDAMENTO					
Endividamento = [Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)]-1*100	(%)	1. X > 2% 2. 1,5% ≤ X ≤ 2% 3. X < 1,5%	10,0%	2,9%	1
RESPEITO PRAZOS DE PAGAMENTO					
		Quando PMP≤60 dias e cumpre com o estipulado com RCM 34/2008			
Variação do PMP face ao ano anterior	dias	1. Incumpre: quando PMP aumenta mais que 1 dia face ao anterior 2. Cumpre: quando PMP aumenta 1 dia 3. Excede: quando PMP ≤ 60 dias	10,0%	1 dia	2
RENTABILIDADE					
Variação do RL face ao PAO	%	1. var < -5% 2. -5% ≤ var ≤ 5% 3. var > 5% *excluindo o efeito DRG	10,0%	-21,9%	1
INDICADORES AMBIENTAIS DE SERVIÇO					
PLANO DE MANUTENÇÃO					
Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	%	1. N.º Ações executadas face ao previsto < 80% 2. N.º Ações executadas face ao previsto 80% ≤ X ≤ 90% 3. N.º Ações executadas face ao previsto ≥ 90%	10,0%	94,4%	3

Objetivos de Gestão para o Ano de 2022					
Indicadores Financeiros		Valor Fixado ¹	Ponderação	Valor Atingido	Avaliação
QUALIDADE DA ÁGUA FORNECIDA					
AQA = QA (Ano N)	%	1. AQA < 97% 2. 97% ≤ AQA < 99% 3. AQA ≥ 99% *sem deterioração face ao ano anterior	20,0%	100,0%	3
QUALIDADE DAS ÁGUAS RESIDUAIS					
AQAR = QAR (Ano N)	%	1. AQAR < 90% 2. 90% ≤ AQAR ≤ 95% 3. AQAR > 95% *sem deterioração face ao ano anterior	20,0%	100,0%	3
Avaliação Global de Desempenho					2,3
¹ Valor fixado em Assembleia Geral de 23 de junho de 2021					
Modo de Avaliação		Avaliação dos Gestores			
1 - Não atingido		Desadequado < 1,8			
2 - Atingido		Adequado 1,8 ≤ Avaliação < 2,5			
3 - Superado		Superado ≥ 2,5			

b) Execução do PAO 2022

	2022	PAO 2022	Desvio (+/-)	Observações/ Medidas
Resultado Líquido	943 879	611 684	332 196	
EBITDA ajustado ¹	14 526 162	16 374 188	-1 848 026	A redução do EBITDA está relacionado, essencialmente, com o aumento dos FSE decorrentes da guerra. Combustíveis e Materias-Primas.
Resultado Operacional (EBIT) ²	1 044 745	1 486 015	-441 270	A redução do deste indicador está relacionado, essencialmente, com o aumento dos FSE decorrentes da guerra. Combustíveis e Materias-Primas.
Volume de Negócios ³	74 575 362	73 615 589	959 774	
Endividamento	66 437 972	70 049 543	-3 611 571	
Dívida Financeira Líquida ⁴ /EBITDA ajustado	455%	428%	27%	O aumento deste indicador face ao PAO deve-se à diminuição do EBITDA.

¹ EBITDA ajustado=Res. Operacional - DRG + Amortizações + Provisões + Imparidades - Rendimento Reconhecido (DUI) - Subsídio ao Investimento
² Resultado Operacional Líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor
³ Inclui Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12) e o DRC
⁴ Endividamento reduzido das disponibilidades

c) Execução do plano de atividades e orçamento para 2022:

Investimentos

Código	Descrição do investimento	PAO		Executado			Desvio	Observações
		2022	2022	Autofinanciamento	Endividamento	Fundos Comunitários		
1	Águas Residuais de Agueira/ Outeiro/Mourisca do Vouga (PAR-063) - Águeda	300 000	882 507	582 507	0	0	582 507	O valor executado foi superior ao previsto devido à antecipação da empreitada
2	Remodelação da loja de Albergaria - Albergaria-a-Velha	15 000	0	-	-	-	-15 000	
3	Águas Residuais da Gafanha da Encarnação/Carmo (PAR-012) - Ílhavo	40 000	482 570	442 570	0	0	442 570	O valor executado foi superior ao previsto devido à antecipação da empreitada
4	Remodelação da loja da Murtosa - Murtosa	15 000	0	-	-	-	-15 000	
5	Remodelação da loja de Vagos - Vagos	15 000	0	-	-	-	-15 000	
6	Águas Residuais de Pessegueiro do Vouga (PAR-005) - Sever do Vouga	2 620 314	2 588 638	-	-	-	-31 676	
7	Remodelação da Loja de Sever - Sever do Vouga	3 000	0	-	-	-	-3 000	

Código	Descrição do investimento	PAO	Executado			Desvio	Observações
		2022	2022	Autofinanciamento	Endividamento	Fundos Comunitários	
8	Águas Residuais de Beduído e Salreu (PAR 010 e 102) - Estarreja	1 400 000	2 530 841	1 130 841	0	0	O valor executado foi superior ao previsto devido à antecipação da empreitada
9	AA - Adução e Reservatório em Vagos (PAA-007) - Vagos	10 000	0	-	-	-	-
10	Águas Residuais de Santa Catarina (PAR 017) - Vagos	67 267	54 640	-	-	-	-
11	Águas Residuais do PAR 014 - 2ª fase (Z.Sul_Fonte_Angeão) - Vagos	40 000	0	-	-	-	Lançamento da Empreitada atrasado
12	Águas Residuais de Mouquim / Vila Nova Fusos (PAR014) - Albergaria	436 905	401 833	-	-	-	-
13	Águas Residuais de Carvalhal (PAR017) - Albergaria	108 767	130 102	21 335	0	0	-
14	Águas Residuais do Sistema em Maceda (PAR 009) - Ovar	297 469	418 970	121 501	0	0	O valor executado foi superior ao previsto devido à antecipação da empreitada
15	Empreitada de Remodelação de Espaços das instalações da ADRA, sita na Travessa da Rua da Paz - Cacia	42 000	0	-	-	-	Lançamento da Empreitada atrasado
16	Alteração do hall de entrada do edifício Sede	10 850	0	-	-	-	-
17	Reabilitação do sistema de Reserva da ZI de Oiã - Oliveira do Bairro	98 500	109 339	10 839	0	0	-
18	Sistema de Reserva de Folgoselhe	36 000	0	-	-	-	Lançamento da Empreitada atrasado
19	Reabilitação do Sistema de Reserva da Torreira - Murtosa	550 000	154 666	-	-	-	Atraso no arranque da obra
20	Remodelação da estação elevatória AVR - EE 10 - Andorinhas - Mataduchos - Aveiro	365 648	256 114	-	-	-	Atraso no arranque da obra
21	Renovação de Ramais da Rede de Distribuição de Água - COS/2017 - 2ª fase	140 000	0	-	-	-	Empreitada "concurso não lançado"
22	Renovação da RDAR	125 000	0	-	-	-	Investimento eliminado
23	Programa de sustentabilidade energética da ETAR Sul de Sever do Vouga Fase I - Sistema de regularização de caudal e desinfeção de efluente secundário	339 899	374 968	35 069	0	0	Adiantamento na execução dos trabalhos
24	Drenagem de Águas Residuais de Covão do Lobo (PAR 18) - 2ª fase - Vagos	460 000	0	-	-	-	Adiamento, por motivos de revogação do concurso e abertura de novo
25	Lote A: "Renovação das Redes de AA na área de intervenção do CON"	41 600	154 119	112 519	0	0	Antecipação, execução de renovações à medida das necessidades e articulação com o Municípios (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
26	Lote B "Renovação das Redes de AA na área de intervenção do COC"	25 000	272 014	247 014	0	0	Antecipação, execução de renovações à medida das necessidades e articulação com o Municípios (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
27	Lote C: "Renovação das Redes de AA na área de intervenção do COS"	60 000	211 863	151 863	0	0	Antecipação, execução de renovações à medida das necessidades e articulação com o Municípios (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
28	Renovação de Ramais domiciliários da RDA na área COC	297 000	114 228	-	-	-	Necessidade de execução de ramais à medida das necessidades e articulação com o Municípios

Código	Descrição do investimento	PAO	Executado			Desvio	Observações
		2022	2022	Autofinanciamento	Endividamento	Fundos Comunitários	
29	Pavimentação em Estradas Nacionais (IP) - Renovação das Redes da AdRA	116 430	108 903	-	-	-	-
30	Requalificação da Rua da Fonte - Vagos/Pista Cicável - ZI Vagos - Renovação das RDAR e RDA na Rua da Fonte e Rua Padre Vicente Maria da Rocha - Vagos	75 004	147 876	72 872	0	0	Antecipação; Solicitação do município Vagos (intervensões comuns no mesmo arruamento)
31	Reabilitação dos Sistemas de Reserva - Fase I (Chão do Monte) - Murtosa	88 000	0	-	-	-	não executado; adiado
32	Reabilitação do Sistema de Reserva do Carregal - Ovar	90 000	108 511	18 511	0	0	-
33	Ampliação da Estação Elevatória EE9 Nô Sul-Aradas - Aveiro	300 000	0	-	-	-	não executado; adiado
34	Renovação de redes AA e AR na cidade de Oliveira do Bairro - PO4 - Requalificação do espaço público da Rua dos Bombeiros e Rua António Oliveira e Rocha - Oliveira do Bairro - PARU	80 000	0	-	-	-	Adiado; Necessidade de articulação com o Município Oliveira do Bairro - (intervensões comuns no mesmo arruamento)
35	Renovação de redes AA e AR na cidade de Oliveira do Bairro - PO5 - Requalificação do espaço público da Rua Dr. Alberto Tavares de Castro e Ligação à Rua Manuel Simões Barata - Oliveira do Bairro - PARU	120 000	0	-	-	-	Adiado; Necessidade de articulação com o Município Oliveira do Bairro - (intervensões comuns no mesmo arruamento)
36	Abastecimento de Água a Agadão (PAA 023) - 3ª fase - Águeda	694 366	581 080	-	-	-	Empreitada em execução, com ligeiro atraso.
37	Renovação Geral das Redes de Drenagem de Águas Residuais - 2020	120 000	109 214	-	-	-	-10 786
38	Pavimentações - Renovação das Redes de Abastecimento de Água e Águas Residuais - 2020	75 000	0	-	-	-	-75 000
39	Reabilitação de coletores sem abertura de vala	55 000	43 623	-	-	-	-11 377
40	Reabilitação de Câmaras de Visita das redes de águas residuais - 4ª fase	72 000	94 315	22 315	0	0	22 315
41	AR - Saneamento na Senhorinha (S.Vouga)	120 000	0	-	-	-	-120 000
42	Águas Residuais de Ribas - Eixo - Aveiro	150 811	0	-	-	-	-150 811
43	Ampliação da RDA e RDAR na Avenida Central_IC2_Branca_Albergaria-a-Velha	279 906	329 859	49 954	0	0	49 954
44	Pressurização do Sistema de abastecimento do R10 - Estarreja	25 000	0	-	-	-	-25 000
45	Execução de Ramais Domiciliários AA e AR - 2021	540 000	652 730	112 730	0	0	112 730
46	Ecoparque Empresarial de Estarreja RDA e RDAR 3ª fase (3º aditamento) - Estarreja	150 000	0	-	-	-	-150 000
47	Programa de sustentabilidade energética da ETAR Sul de Sever do Vouga Fase II - Sistema de aproveitamento de energia hídrica	40 000	0	-	-	-	-40 000

Código	Descrição do investimento	PAO	Executado				Desvio	Observações
		2022	2022	Autofinanciamento	Endividamento	Fundos Comunitários		
48	Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais Domésticas	47 000	0	-	-	-	-47 000	não executado; adiado
49	Reabilitação da Captação de Asseguins - Águeda	4 975	0	-	-	-	-4 975	-
50	Renovação da Rede de Abastecimento Água - Fase 4 - Aveiro	120 000	75 473	-	-	-	-44 527	Obra antecipada
51	Águas Residuais do Bustelo (PAR 061) - Aguada de Cima - Águeda	120 000	0	-	-	-	-120 000	não executado; adiado
52	Águas Residuais da Rua e Travessa do Porto das Vacas - Águeda	275 896	218 895	-	-	-	-57 001	Atraso no arranque da obra
53	Sistema de Telegestão do Sistema de Águas da Região de Aveiro - Sistema de Telegestão - Bloco A - 1ª Fase	112 000	166 643	0	0	54 643	54 643	Aceleração da execução dos trabalhos (exigência POSEUR)
54	Rede AA e AR - Pequenas Ampliações 2021 - 2ª Fase	110 000	0	-	-	-	-110 000	Necessidade de execução de ampliações à medida das necessidades e articulação com o Municípios (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
55	AR da Zona Industrial do Barreiro - Albergaria-a-Velha	25 000	0	-	-	-	-25 000	não executado; adiado
56	Águas Residuais do Palhal (PAR 016) - Albergaria-a-Velha	83 300	0	-	-	-	-83 300	não executado; adiado
57	Construção da nova EE 06 - Aveiro	70 000	39 483	-	-	-	-30 517	Atraso no início dos trabalhos
58	Abastecimento de Água ao Ventoso (PAA-052)	0	117 176	117 176	0	0	117 176	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
59	Reabilitação Sistema Reserva da Relva	0	159 699	159 699	0	0	159 699	Obra antecipada; início em 2021 - fim 2022
60	AR de Lamas/Serém (PAR 028) - Águeda	0	-533	-	-	-	-533	-
61	AR Gafanha Encamação/ Carmo (PAR 200) - Ilhavo	0	219 679	219 679	0	0	219 679	Obra antecipada; início em 2021 - fim 2022
62	Sistema AA da AdRA - Eficiência Hídrica	0	75 730	0	0	75 730	75 730	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
63	Remodelação da área social instalações ed. Sede	0	343 513	343 513	0	0	343 513	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
64	AR de Sernada (PAR 031) - Águeda	0	24 852	24 852	0	0	24 852	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
65	Eficiência Hídrica - Renovação de Redes de AA - 2019-2020	0	239 238	239 238	0	0	239 238	Antecipação, execução de renovações à medida das necessidades e articulação com o Municípios (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
66	AA à zona alta de São Silvestre - Ovar	0	123 833	123 833	0	0	123 833	Obra antecipada; início em 2021 -fim 2022
67	Reabilitação AR Rua Dr. Manuel Alegre - Águeda	0	39 868	39 868	0	0	39 868	Antecipada; Necessidade de articulação com o Município Águeda - (intervensões comuns no mesmo arruamento)
68	AA à Cavadeira - 2ª Fase - Águeda	0	18 710	18 710	0	0	18 710	-
69	Renovação da RDA Av. Dr. Bernardino M. Pavimentos	0	78 346	78 346	0	0	78 346	Antecipação, execução de renovação neste arruamento articulação com o Município de Albergaria (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)

Código	Descrição do investimento	PAO	Executado				Desvio	Observações
		2022	2022	Autofinanciamento	Endividamento	Fundos Comunitários		
70	Reabilitação de EE's de AR Domésticas	0	139 577	139 577	0	0	139 577	Antecipação.Necessidade de execução de reabilitações à medida das necessidades e articulação com o Municípios (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
71	RDA e RDAR Rua e Travessa das Areias - Ovar	0	70 148	70 148	0	0	70 148	Antecipação, execução de ampliação de infraestruturas neste arruamento articulação com o Município de Ovar (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
72	Redes AA e AR -Peq. Ampliações 2021 - 3ª Fase	0	185 575	185 575	0	0	185 575	Antecipação, execução de ampliações à medida das necessidades e articulação com o Municípios (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
73	Reabilitação Sistema AA Valmaior (PAA 012)	0	89 603	89 603	0	0	89 603	Antecipação. Necessidade de rabiitação desta infraestrutura do município de Albergaria
74	Execução Sondagem AA Granja Cima (JK 5) - Aveiro	0	11 465	11 465	0	0	11 465	-
75	Trabalhos Reparação Roturas na RDAR - 2021	0	125 528	125 528	0	0	125 528	Obra antecipada; iniciou em 202; Previsto no PAO2023
76	Execução Sondagem AA S.Bernardo - Subst. AC6 - Aveiro	0	74 842	74 842	0	0	74 842	Obra antecipada; execução em 2022
77	Req. Urbana - Rua Infantilria 2	0	6 688	6 688	0	0	6 688	-
78	Req. Urbana a Poente - Rua Mar	0	13 204	13 204	0	0	13 204	-
79	Execução Sondagem AA - Subst. AC3 - Ilhavo	0	96 905	96 905	0	0	96 905	Obra antecipada; execução em 2022
80	Redes AA e AR -Peq. Ampliações 2022 - 1ª Fase	0	216 151	216 151	0	0	216 151	Necessidade de execução de ampliações à medida das necessidades e articulação com o Municípios (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
81	Execução Sondagem AA - Subst. AC1 - Ilhavo	0	91 076	91 076	0	0	91 076	Obra antecipada; execução em 2022
82	Exec. Ramais Domiciliários AA-AR - COC - 2022	0	143 018	143 018	0	0	143 018	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
83	AR Rua Parque de Campismo - Gafanha da Vagueira	0	125 269	125 269	0	0	125 269	Necessidade de execução de ampliações da rede AR. Solicitação do municípios (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
84	AR Rua do Soito - Albergaria-a-Velha	0	93 786	93 786	0	0	93 786	Necessidade de execução de ampliações da rede AA + AR. Solicitação do município (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
85	Exec. Ramais Domiciliários AA-AR - COS - 2022	0	192 910	192 910	0	0	192 910	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
86	Exec. Ramais Domiciliários AA-AR - CON - 2022	0	185 689	185 689	0	0	185 689	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
87	AR do lugar da Feira Nova, Albergaria-a-Velha	0	20 199	20 199	0	0	20 199	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
88	Execução Sondagem AA - Subst. AC9 - Aveiro	0	58 700	58 700	0	0	58 700	Obra antecipada; execução em 2022
89	AR arruamentos a nascente da Cidade de Ovar	0	79 574	79 574	0	0	79 574	Previsto no PAO2023 (Antecipado)

Código	Descrição do investimento	PAO		Executado			Desvio	Observações
		2022	2022	Autofinanciamento	Endividamento	Fundos Comunitários		
90	Renovação de Rede AA na Av. Dr: Lourenço Peixinho - Aveiro	0	55 458	55 458	0	0	55 458	Antecipação, execução de renovação neste arruamento articulação com o Município de Aveiro (intervensões comuns nos mesmos arruamentos)
91	Rede AA e AR - Pequenas Ampliações 2022 - 2ª Fase	0	172 877	172 877	0	0	172 877	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
92	Reabilitação CX contador da Univ. de Aveiro	0	2 296	2 296	0	0	2 296	-
93	Renovação Conduta Adutora de Oliveira do Bairro - Silveiro	0	97 585	97 585	0	0	97 585	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
94	Aproveitamento Furo AVR-SL6 -Aveiro	0	211 621	211 621	0	0	211 621	Previsto no PAO2023; Obra antecipada, execução em 2022
95	Ampliação de redes de AR - Vagos	0	34 683	34 683	0	0	34 683	Previsto no PAO2023 (Antecipado)
96	Reabilitação da EE16 de AR - Estarreja	0	4 860	4 860	0	0	4 860	-
97	AR Largo S.Mateus - Sever do Vouga	0	4 927	4 927	0	0	4 927	-
98	Revisões de Preços	0	2 002 702	2 002 702	0	0	2 002 702	Este valor decorre da aplicação da lei e dos coeficientes em vigor
Total		12 119 906	17 861 042	9 104 268	0	130 373	5 741 136	

2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

As atividades da AdRA estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros da AdRA procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela *holding* (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos *cash-flows* da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o “rating” dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção

a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da Empresa advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da Empresa.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro	31.12.2022	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados à taxa variável	1 197 769,24	1 884 872,62	510 665,86
	1 197 769,24	1 884 872,62	510 665,86

RISCO DE TAXA DE CÂMBIO

A exposição ao risco de câmbio na AdRA é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdRA. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal se justifique.

RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdRA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais e internacionais de elevada notação de crédito que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdRA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

	< 1 ano	1 a 5 anos	2022 > 5 anos
Financiamentos	5 347 062,88	15 636 363,60	45 454 545,51
Fornecedores e outros passivos	10 048 127,67	1 850 882,21	0,00

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 31 de dezembro de 2022 e a liquidar em 2023; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 31 de dezembro de 2022 acrescido do spread contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 o Grupo AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por contrapartida da cessão sem recurso de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 22 de novembro de 2022, foi celebrado um aditamento às duas tranches: (i) transferência de plafond no montante de 100.612 mil euros da tranche B para a tranche A; (ii) prorrogação da data final de disponibilidade do financiamento até 14 de setembro de 2023; (iii) *waiver ao covenant “Net debt/EBITDA”* relativo ao ano 2023. Em 31 de dezembro de 2022, o Grupo AdP tem utilizados 280 milhões de euros da tranche A e 49,3 milhões de euros da tranche B.

Na AdRA foi utilizada no final do ano, uma linha de médio e longo prazo junto do BEI, no valor de 45 milhões de euros.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdP não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos a liquidar no curto prazo, a AdP (via empresas do Grupo) dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas				2022
Risco de liquidez (Euros)	Tipo	Valor do Plafond disponível	Valor do Plafond usado	Valor do Plafond não usado
Acionista AdP - Ap. Tesouraria	Curto Prazo Renovável	5 000 000,00	4 200 000,00	800 000,00
Total		5 000 000,00	4 200 000,00	800 000,00

O objetivo da AdP em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos Não Correntes (nota 18.2)	61 090 909,11	58 500 000,02
Empréstimos Correntes (nota 18.2)	5 347 062,88	6 075 467,17
Disponibilidades	(347 247,58)	(515 927,43)
Dívida Líquida	66 090 742,41	64 059 539,76
Subsídios ao Investimento (nota 17.2)	37 738 629,76	35 332 111,33
Capital Próprio	19 118 606,87	18 745 080,73
Capitais Permanentes	56 857 236,63	54 077 192,06
Dívida/Capitais Permanentes	1,2	1,2

O modelo de financiamento da AdP assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento obrigacionista e no capital próprio.

RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdRA. A AdRA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados às subsidiárias e a suprimentos/apoios de tesouraria concedidos às subsidiárias.

O risco de crédito das subsidiárias é diminuto atendendo às respetivas situações financeiras e aos enquadramentos legais e regulatórios. Com efeito, nos sistemas de titularidade estatal, os rácios de autonomia financeira são elevados e nos sistemas multimunicipais ou em regime de parceria, os contratos de concessão ou parceria, dispõem de mecanismos de reposição do equilíbrio económico-financeiro de forma a assegurar o cumprimento de todas as responsabilidades com terceiros, nomeadamente as responsabilidades resultantes do serviço da dívida.

Acresce que, no caso dos sistemas multimunicipais e nas parcerias, foi consolidada a disposição regulatória e legislativa que assegura a recuperação das dívidas dos municípios a esses sistemas no âmbito do cômputo do Desvio de Recuperação de Gastos, que por sua vez tem um prazo de recuperação definido por Decreto-Lei.

Em 31 de dezembro de 2022 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

Segmento de negócio		Negócio "Baixa"			Grandes clientes industriais e outras entidades		Empresas do Grupo	Total
Tipologia de clientes	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total				
Risco	Baixo	Baixo	Médio		Médio	Baixo		
Exposição bruta	3 18 896,11	289 972,53	8 830 848,46	9 439 717,10	0,00	14 137,20		9 453 854,30
Imparidade	0,00		-2 747 286,54	-2 747 286,54	0,00	0,00		-2 747 286,54
Exposição líquida	3 18 896,11	289 972,53	6 083 561,92	6 692 430,56	0,00	14 137,20		6 706 567,76

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais
(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado
(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdRA ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022 e 2021, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na Demonstração da Posição Financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da Demonstração da Posição Financeira.

	Rating	31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à Ordem	A2 (Moody's)	-	33 077,43
	A- (Moody's)	6 709,78	-
	BBB (Moody's)	84 017,23	-
	Baa1 (Moody's)	-	78 821,24
	BBB+ (Moody's)	207 123,10	-
	Baa2 (Moody's)	27 111,21	240 620,40
	Ba2 (Moody's)	14 347,50	-
	Ba3 (Moody's)	-	2 485,84
	Não disponível	4 939,65	5 398,67
	Total	344 248,47	512 987,61

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2022 inclui depósitos bancários junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 207.123,10 euros (duzentos e sete mil cento e vinte e três euros e dez cêntimos em 31 de dezembro de 2022).

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdRA, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos.

Anos	2022	2021	2020	2019	2018
Encargos Financeiros (€)	1 174 692	1 055 194	1 123 411	1 015 011	1 054 649
Taxa Média de Financiamento (%)	1,74%	1,58%	1,72%	1,72%	1,78%

3. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO, NOS TERMOS DEFINIDOS NO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LEI N.º 12/2022, DE 27 DE JUNHO (LEI DO ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2022), APURADO NOS TERMOS DA FÓRMULA DISPOSTA NO N.º 4 DO ARTIGO 145.º DO DECRETO-LEI N.º 53/2022 DE 12 DE AGOSTO (DLEO2022)

No mapa a seguir, é apresentado a variação do financiamento obtido (excluindo acréscimo de gastos com juros) pela AdRA no ano de 2021 e 2022. Da análise ao mapa, verifica-se que em 2022 existe um aumento do financiamento obtido face ao ano de 2021, que se deve ao aumento dos gastos com combustíveis e matérias-primas, bem como a nível financeiro das taxas de juro, com impacto nos gastos financeiros. Estes efeitos, decorrem da situação geopolítica que se iniciou com a invasão da Ucrânia pela Rússia em fevereiro de 2022. Verifica-se que o crescimento do endividamento em 2022 se encontra ligeiramente acima do limite dos 2% face ao ano anterior e PAO2022, pela aplicação da fórmula da DGTF.

Variação do endividamento	2022	2021
	Valores (€)	
Financiamento Remunerado (Corrente e não Corrente)	66 200 000	64 359 091
Capital Social	17 500 000	17 500 000
Novos Investimentos no ano 2021	0	0
Variação do Endividamento	2,25%	
PAO2022	1,99%	

4. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO (PMP) A FORNECEDORES, EM CONFORMIDADE COM A RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO, COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO N.º 9870/2009, DE 13 DE ABRIL, E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”), CONFORME DEFINIDOS NO DECRETO-LEI N.º 65-A/2011, DE 17 DE MAIO, BEM COMO A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA A SUA DIMINUIÇÃO

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro aprova o Programa “Pagar a Tempo e Horas” que visa reduzir os prazos médios de pagamento praticados por entidades públicas a fornecedores de bens e serviços.

A referida RCM estabelece a fórmula a usar para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento (PMP) registado no final de cada trimestre pelas empresas públicas, incumbindo à Direção Geral do Tesouro e Finanças efetuar o apuramento do mesmo e publicitá-lo na sua página eletrónica na *Internet*.

O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, adaptou o indicador de PMP previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, alterando a respetiva fórmula de cálculo.

Tabela 50 - Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores nos termos da RCM 34/2008 com as alterações introduzidas pelo Despacho 9870/2009

PMP	2022	2021	Variação 22/21	
			Valor	%
PMP (dias)	35	34	1	3%

Tabela 51 - Mapa da posição a 31/12/2022 dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme Decreto-Lei n.º 65-A/2011 de 17 de maio

Dívidas Vencidas	Dívidas vencidas de acordo com o Art. 1.º DL 65-A/2011				
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	>360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	2 116 688	68 608	13 230	3 981	3 970
Aquisição de Capital	1 087 697	0	0	62 993	75 540
Total	3 204 385	68 608	13 230	66 974	79 510

«Atraso no pagamento», o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços referidos no artigo seguinte após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

5. DILIGÊNCIAS TOMADAS E OS RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA ÚLTIMA APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

Relativamente à reserva às contas emitida, a AdRA prevê proceder à alteração às contas de acordo com a IFRIC 12, aquando da aprovação da revisão do EVEF efetuada em 2022 e clausulados contratuais pelos acionistas.

6. REMUNERAÇÕES

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Tabela 52 - Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Remuneração	Nº de Mandatos	
			Forma¹	Data			
2020-2022	Presidente Executivo	Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	AG	15/06/2020	Águas da Região de Aveiro, S.A.	D	4
2020-2022	Vogal não Executivo	Célia Maria Pereira Cardoso André	AG	15/06/2020	Águas de Portugal SGPS, S.A.	O	4
2020-2022	Vogal não Executivo	Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda	AG	15/06/2020	Águas do Norte, S.A.	O	2
2020-2021	Vogal não Executivo	Município de Albergaria-a-Velha, representado pelo Presidente, António Augusto Amaral Loureiro e Santos	AG	15/06/2020	Município de Albergaria-a-Velha	O	4
2021-2022	Vogal não Executivo	Município da Murtosa, representado pelo Presidente, Joaquim Manuel dos Santos Baptista	AG	16/03/2022	Município da Murtosa	O	1
2020-2022	Vogal não Executivo	Município de Ovar, representado pelo Presidente, Salvador Malheiro Ferreira da Silva	AG	15/06/2020	Município de Ovar	O	3

¹ Assembleia Geral

² Opção pela remuneração do lugar de origem - prevista no n.º 8 do artigo 28º do EGP; indicar entidade pagadora (O - Origem/D - Destino)

Tabela 53 - Acumulação de funções do órgão da administração

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções				
	Entidade	Função	Regime	Identificação da data da autorização e forma	
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	Águas do Centro Litoral, S.A.	Vogal Não Executivo	Público	AG (22/07/2019)	
Célia Maria Pereira Cardoso André	Águas de Portugal SGPS, S.A.	Assessora	Público	AG (15/06/2020)	
Célia Maria Pereira Cardoso André	Águas do Alto Minho, S.A.	Vogal Não Executivo	Público	AG (15/06/2020)	
Fernanda da Conceição de Abreu Lacerda	Águas do Norte, S.A.	Administradora Executiva	Público	AG (15/06/2020)	
António Augusto Amaral Loureiro e Santos	Município de Albergaria-a-Velha	Presidente de Câmara	Público	AG (15/06/2020)	
Salvador Malheiro Ferreira da Silva	Município de Ovar	Presidente de Câmara	Público	AG (15/06/2020)	
Joaquim Manuel dos Santos Baptista	Município da Murtosa	Presidente de Câmara	Público	AG (16/03/2022)	

Tabela 54 - Remunerações da Administração

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	S	B	4 864	1 946

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2022(€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Bruta (3)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5) = (3)-(4)
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	91 450	0	91 450	4 767	86 683

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)							
	Valor Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social		Seguro de Saúde		Seguro de Vida	
	Diário	Encargo Anual da Empresa	(identificar)	Encargo Anual da Empresa	Encargo Anual	Encargo Anual	(identificar)	Valor
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	7,14	1 778	Segurança Social	21 324	1 396	1 225	-	-

Membro do Conselho de Administração	Encargos com viaturas								
	Viatura atribuída	Celebração de contrato	Valor de aquisição da viatura	Modalidade	Ano início	Ano termo	Valor da renda mensal	Gasto anual com rendas	Prestações contratuais remanescentes
	S/N	S/N	(€)				(€)	(€)	(n.º)
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	S	S	N/A	AOV	2018	2023	426	5 111	6

Membro do Conselho de Administração	Gastos anuais associados a deslocações em serviço (€)					
	Deslocações em serviço	Custo com alojamento	Ajudas de custo	Outras Identificar	Valor	Gasto total com viagens
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	0	0	0	-	0	0

CONSELHO FISCAL

Durante o ano de 2022 o Conselho Fiscal continuou em funções apesar do mandato ter terminado em 2021. Aguarda-se a nomeação dos membros do Conselho Fiscal para o mandato 2023-2025 na assembleia-geral a realizar em 2023.

Tabela 55 - Remunerações do Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal fixado (€)	N.º de mandatos
			Forma¹	Data		
2019-2021	Presidente	Município de Vagos, representado pelo Presidente, Silvério Rodrigues Regalado	AG	04/04/2019	1 362	3
2019-2021	Vogal	Saskia Márcia Ferreira Lopes	AG	04/04/2019	1 022	3
2019-2021	Vogal	Armando José de Sousa Resende	AG	04/04/2019	1 022	3
2019-2021	Suplente	Maria do Carmo dos Reis e Silva Mendes	AG	04/04/2019	-	-

Número estatutário mínimo e máximo de membros - 3

¹ Assembleia Geral

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor final (3) = (1)-(2)
Saskia Lopes	14 301	715	13 586
Armando de Sousa Resende	14 301	715	13 586
Município de Vagos, representado pelo Presidente, Silvério Rodrigues Regalado	0	0	0
	28 602	1 431	27 171

ROC

Durante o ano de 2022 o ROC continuou em funções apesar do mandato ter terminado em 2021. Aguarda-se a nomeação dos membros do Conselho Fiscal para o mandato 2023-2025 na assembleia-geral a realizar em 2023 e respetiva nomeação do ROC.

Tabela 56 - Identificação da SROC

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Identificação SROC/ROC			Designação			N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
		Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma	Data	Contratada		
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	183	20161485	AG	05/04/2019	Sim	4	4
2019-2021	ROC efetivo	SROC representada por José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	05/04/2019	Sim	4	4
2019-2021	ROC suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	05/04/2019	Sim	4	4

Tabela 57 - Remuneração da SROC

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2022 (€)			Valor anual de serviços adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	10 546	0	10 546	-	0	0	0

7. DA APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32º E 33º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO, NO QUE SE REFERE:

- À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;
Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.
- Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;
Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.
- Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Tabela 58 - Gastos Comunicações

Membro do Órgão de Administração	Gastos com comunicações (€)		Observações
	Plafond mensal definido	Valor anual	
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos	80	360	Inclui o valor do equipamento

- **Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço;**

Tabela 59 - Gastos Combustíveis e Portagens

Membro do Órgão de Administração	Plafond mensal combustível e portagens	Gastos anuais associados a viaturas (€)			Observações
		Combustível	Portagens	Total	
Fernando Aureliano dos Santos Coutinho Vasconcelos (Presidente do CA)	486	4 972	2 189	7 161	-

8. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO N.º 2 DO ARTIGO 16.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO E ARTIGO 11º DO EGP, QUE PROÍBE A REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO DOCUMENTADAS OU CONFIDENCIAIS

A AdRA dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como o disposto no artigo 11º do EGP. Não existem despesas não documentadas ou confidenciais.

9. ELABORAÇÃO (DE TRÊS EM TRÊS ANOS) E DIVULGAÇÃO DO RELATÓRIO SOBRE REMUNERAÇÕES PAGAS A MULHERES E HOMENS CONFORME DETERMINA O N.º 2 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 18/2014, DE 7 DE MARÇO

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, procedendo à elaboração e divulgação interna e externa, através de publicação no site da sociedade, a cada três anos, do relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens na sociedade

10. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO RISCO E INFRAÇÕES CONEXAS E DO RELATÓRIO ANUAL ONDE É INDICADO O GRAU DE IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ELENCADAS NO PLANO, TENDO EM CONSIDERAÇÃO AS RECOMENDAÇÕES DO CONSELHO DE PREVISÃO DA CORRUPÇÃO, DESIGNADAMENTE A RECOMENDAÇÃO DO REFERIDO CONSELHO, DATADA DE 1 DE JULHO DE 2009

A empresa adotou desde 27/02/2018 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, disponível na intranet e internet <https://www.adra.pt/template-simples/611/plano-de-gest%C3%A3o-de-riscos-de-corrup%C3%A7%C3%A3o-e-infra%C3%A7%C3%B5es-conexas>

No decurso de 2022 foi efetuada a revisão do documento, aprovada pelo Conselho de Administração em 01/04/2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Prevenção da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

O PPRCIC tem como principais objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação. Pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e de boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais *stakeholders*.

Abrangendo toda a empresa, este plano dá cumprimento à recomendação do CPC, de 1 de julho de 2009, bem como ao definido no Regime Geral da Prevenção da Corrupção (RGPC) do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro.

No sentido de observar o previsto no n.º 1 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, no n.º 4 do artigo 6.º do RGPC do Decreto-Lei (DL) n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdRA procede à avaliação anual do PPRCIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo 2.º da Lei n.º54/2008, de 4 de setembro, nomeadamente:

“a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial”.

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º do DL n.º 133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de *Internet* da AdRA e remetido às entidades competentes.

Em 17 de dezembro de 2021, o Grupo AdP apresentou a sua Política de Integridade assente num modelo de governação, alinhado com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a AdRA uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando o seu comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, bem como de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A AdRA e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e o empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada. No final de 2022, decorrido um ano após a aprovação Política de Integridade, a empresa efetuou a avaliação do nível de implementação alcançado, o que possibilitou identificar os constrangimentos e os elementos facilitadores, visando a definição dos próximos passos, com vista ao seu robustecimento e integral implementação.

Registe-se ainda que que em 2019, a empresa, subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual “as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno”.

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

O potencial de captação de valor decorrente de sinergias e economias de escala conseguidas através da centralização de compras de determinadas categorias como energia, comunicações, seguros, reagentes, viaturas, etc., leva à criação e a captação de valor, da qual resulta à obtenção de ganhos financeiros e à redução de custos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas tem levado a uma maior capacidade de planeamento transversal e à implementação de novos processos transversais associados ao planeamento e gestão da função compras, por categorias alicerçados pelo conhecimento mais profundo nas necessidades das empresas.

Na sequência da reorganização do centro corporativo, nos termos expressamente autorizados por despacho da Tutela Setorial, a partir de 1 de agosto de 2020 a Direção de Compras, Jurídica e Sistemas de Informação da AdP Serviços passaram a integrar a estrutura organizacional da AdP SGPS.

Assim, foi estabelecido um modelo relacional entre a AdP SGPS e as empresas participadas do Grupo AdP, em moldes similares ao existente até à data com a AdP Serviços, nos termos do qual a AdP SGPS assegura a disponibilidade de contratação de um conjunto diferenciado de bens e serviços às empresas, cuja contratação se mantém através da Direção de Compras.

A existência desta estrutura interna no Grupo, a 31 de dezembro de 2021, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, enquanto, as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e financeira associada, acrescentando valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

O Decreto-Lei n.º 78/2022, de 7 de novembro, introduziu alterações à Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova medidas especiais de contratação pública, bem como ao Código dos Contratos Públicos e ao Decreto-Lei n.º 60/2018, de 3 de agosto, que procede à simplificação de procedimentos administrativos necessários à prossecução de atividades de investigação e desenvolvimento.

Por conseguinte, no quadro da uniformização de práticas ao nível de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, mas igualmente para concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos, incorporando as inovações introduzidas pelo citado Decreto-Lei n.º 78/2022 de 7 de novembro, foram promovas formações explicativas aos diversos intervenientes nos processos de contratação pública, avançando os esclarecimentos ou aclaração de interpretações e entendimentos de índole jurídica.

12. ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de *software* e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

13. MEDIDAS DE OTIMIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE GASTOS OPERACIONAIS PREVISTAS NO ARTIGO 144.º DO DLEO 2022, JUSTIFICANDO DETALHADAMENTE O NÃO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E OBJETIVOS DEFINIDOS.

A AdRA em 2022 apresenta uma diminuição do rácio Peso dos Gastos/Volume de Negócios (PRC) face ao ano anterior, cumprindo com o estabelecido no artigo 144º do DLEO 2022.

Tabela 60 - Plano de Redução de Custos

PRC	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021		2022/2019	
						Var. Absol.	Var. %	Var. Absol.	Var. %
(0) EBITDA ajustado¹	14 526 162	16 374 188	13 877 205	15 740 332	15 474 168	648 957	4,7%	-948 006	-6,1%
(1) CNVMC	9 793 941	9 876 529	9 178 245	9 186 370	8 812 150	615 696	6,7%	981 791	11,1%
(2) FSE	26 835 229	25 867 007	25 730 264	23 644 778	23 545 450	1 104 965	4,3%	3 289 779	14,0%
(3) Gastos com o pessoal	7 134 277	7 198 780	6 919 690	6 466 024	6 343 351	214 587	3,1%	790 926	12,5%
i. Relativos aos órgãos sociais²	176 900	186 571	173 941	171 081	173 886	2 959	1,7%	3 014	1,7%
ii. Indemnizações pagas por rescisão	0	0	0	23 974	0	0	-	0	-
iii. Valorizações remuneratórias que sejam obrigatórias²	0	0	0	0	0	0	-	0	-
iv. Efeito do absentismo e do cumprimento de disposições legais²	112 487	139 988	20 000	46 600	17 270	92 487	462,4%	95 217	551,3%
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i, ii, iii e iv	6 844 891	6 872 221	6 725 749	6 224 369	6 152 195	119 142	1,8%	692 696	11,3%

PRC	2022 Exec.	2022 Orç.	2021 Exec.	2020 Exec.	2019 Exec.	2022/2021		2022/2019	
						Var. Absol.	Var. %	Var. Absol.	Var. %
(5) Impactos nos gastos decorrentes de fatores excecionais³	767 707	-208 979	-305 137	-383 002	0	1 072 844	-351,6%	767 707	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	42 995 740	43 151 295	42 133 336	39 680 174	38 700 951	862 404	2,0%	4 294 789	11,1%
(7) Volume de Negócios (VN)	58 033 187	59 085 023	55 378 290	55 029 289	54 061 020	2 654 897	4,8%	3 972 167	7,3%
Subsídios à exploração	0	0	0	0	0	0	-	0	-
Indemnizações Compensatórias	0	0	0	0	0	0	-	0	-
(8) Perda de receita decorrente de fatores excecionais³	0	1 357 301	1 042 835	1 236 308	0	-1 042 835	-100,0%	0	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	58 033 187	60 442 323	56 421 125	56 265 597	54 061 020	1 612 062	2,9%	3 972 167	7,3%
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	74,1%	71,4%	74,7%	70,5%	71,6%	-0,6%	-0,8%	2,5%	3,5%
i. Gastos com Deslocações e Alojamento (FSE)	15 373	14 395	13 239	12 148	11 444	2 133	16,1%	3 929	34,3%
ii. Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	4 340	1 272	163	621	1 752	4 177	2560,3%	2 588	147,7%
iii. Gastos associados à frota automóvel⁴	1 072 013	1 011 327	789 831	752 958	783 938	282 182	35,7%	288 075	36,7%
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	1 091 726	1 026 995	803 233	765 727	797 133	288 492	35,9%	294 593	37,0%
(12) Encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	41 341	44 255	28 528	55 018	70 112	12 813	44,9%	-28 771	-41,0%
N.º total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	295	296	286	286	286	9	3,1%	9	3,1%
N.º Órgãos Sociais (OS)	13	13	13	13	13	0	0,0%	0	0,0%
N.º Cargos de Direção (CD)	10	10	10	10	8	0	0,0%	2	25,0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	272	273	263	263	265	9	3,4%	7	2,6%
N.º Trabalhadores/N.º CD	282	283	273	273	273	9	3,3%	9	3,3%
N.º de viaturas	108	113	108	107	107	0	0,0%	1	0,9%

¹ EBITDA ajustado=Res. Operacional - DRG + Amortizações + Provisões + Imparidades - Rendimento Reconhecido (DUI) - Subsídio ao Investimento

² Conforme disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 144º do DLEO 2022

³ Se aplicáveis, os impactos excecionais (designadamente da crise geopolítica e do COVID-19) e os impactos por imposições legais deverão ser devidamente justificados, nos termos do artigo 144.º do DLEO 2022, bem como quantificados e discriminados relativamente às diferentes rubricas de gastos/custos, vendas e serviços prestados.

⁴ Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

IMPACTOS NOS GASTOS DECORRENTES DE FATORES EXCECIONAIS

Efeitos crise geopolítica	2021	2022	Var. 2022/2021	Crise Geopolítica
Matérias Subsidiárias	24 248	53 103	28 855	28 855
Conservação e Reparação	2 721 945	3 349 069	627 125	627 125
Combustíveis	296 765	365 780	69 015	69 015
Transporte de Mercadorias	16 596	27 807	11 211	11 211
Rendas ALD - viaturas	134 167	277 990	143 823	31 501
Total	3 193 720	4 073 749	880 029	767 707

O aumento dos gastos com o pessoal verificado, encontra-se abaixo do valor constante no PAO2022, aprovado pelo SET e SEAmb através do despacho 394/2022 de 15/11/2022. O aumento de colaboradores está de acordo com o PAO2022 aprovado. Face a 2021, existe um aumento no valor da rubrica de gastos com pessoal 1,8%, decorrente: do aumento do número de colaboradores autorizado ao abrigo do Despacho n.º 85/2022 – SET e do Despacho n.º 21/SEAMB/2022; do exercício de análise das Reclassificações ao abrigo da cláusula 2.1.ª do Acordo Coletivo de Trabalho; da identificação de um conjunto de valorizações remuneratórias e promoções por decisão de gestão, à luz do estabelecido no anexo III Acordo Coletivo de Trabalho. Note-se, que os montantes referentes a reclassificações e valorizações remuneratórias se encontram especializados nas contas do ano 2022, uma vez que que ainda nos encontramos a aguardar despacho favorável da Secretaria de Estado do Tesouro para a sua concretização.

O valor dos gastos referentes às Deslocações e Estadas, e Ajudas de custo, Gastos associados à frota e Estudos, pareceres e projetos de consultoria é superior ao montante constante do Plano de Atividades e Orçamento aprovado para o ano de 2022, devido ao

aumento de gastos com a rubrica de rendas de viaturas (+32 mil €), referente ao pagamento de rendas das viaturas em fim de contrato, por um período que foi além do contratado, pela falta de materiais para acondicionamento dessas viaturas e sua devolução; e combustíveis (+69 mil €) pelo aumento não previsível dos preços, decorrente em ambos os casos, de circunstâncias relacionadas com a crise geopolítica provocada pela invasão da Ucrânia pela Federação Russa.

14. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013 DE 3 DE OUTUBRO, ARTIGO 136.º DA LOE2022 E ARTIGO 102.º DO DLE02022)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

- Nesse sentido:
- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
 - Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
 - Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
 - Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 420 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2024, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.

Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros.

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

- Foram constituídos no Grupo AdP depósitos a prazo no IGCP (CEDICs) em dezembro de 2022, no valor de 403,5 milhões de Euros, com vencimento em 2 de janeiro de 2023.
- O Grupo AdP, para o biénio 2022-2023, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 131, de 17 de agosto de 2022, do IGCP, para os seguintes serviços: Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring e utilização e descobertos bancários);
 - Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
 - Valores recebidos pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;

- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública.

Em conformidade com as instruções da DGTF sobre o processo de prestações de contas referentes a 2022, é seguidamente apresentado quadro com as disponibilidades (incluindo descobertos autorizados e contas correntes) da AdRA a 31 de dezembro.

Tabela 61 - Disponibilidades e Financiamentos junto da Banca Comercial e IGCP

IGCP	Natureza da conta	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
Disponibilidades	DO	148 381,77	54 030,83	129 846,26	207 123,10
Aplicações Financeiras	N/A	0,00	0,00	0,00	0,00
Total		148 381,77	54 030,83	129 846,26	207 123,10

Banca comercial	Natureza da conta	1º Trimestre €	2º Trimestre €	3º Trimestre €	4º Trimestre €
CGD	descoberto autorizado MP	10 863,36	8 485,82	36 618,89	27 111,21
NB	DO	19 919,49	25 623,92	15 940,45	11 102,49
BPI	DO	145 619,84	139 855,72	123 109,55	84 017,23
Santander	DO	9 459,32	8 673,53	14 728,80	6 709,78
Montepio Geral	DO	4 933,88	4 279,02	8 710,26	3 245,01
BIC	DO	4 196,48	3 073,56	1 381,91	4 939,65
Total		194 992,37	189 991,57	200 489,86	137 125,37
Juros auferidos		0,00	0,00	0,00	0,00

15. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS E O RESPETIVO RESULTADO.

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

16. ELABORAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PLANO PARA A IGUALDADE (ANUAL), CONFORME DETERMINA O ARTIGO 7º DA LEI N.º 62/2017, DE 1 DE AGOSTO, E INDICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ÀS COMISSÕES COMPETENTES, NOS TERMOS CONJUGADOS DO ARTIGO 3º E DO N.º 3 DO ARTIGO 6º DO DESPACHO NORMATIVO N.º 18/2019, DE 21 DE JUNHO

O Grupo Águas de Portugal (Grupo AdP) é um grupo empresarial de capitais exclusivamente públicos, que funciona como o instrumento empresarial do Estado para a concretização das políticas públicas e dos objetivos nacionais nos domínios do setor do ambiente. Os seus objetivos são determinados pelas políticas governamentais para o sector, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos Acionistas.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 19/2012 determina a obrigatoriedade de adoção, em todas as atividades do setor empresarial do estado, de planos para a igualdade, tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

O nº 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro determina igualmente que as empresas públicas adotem planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Com a publicação da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, foi estabelecido o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

Nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, foi publicado o Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina:

- Os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial e as empresas cotadas em bolsa;
- Os termos da articulação de competências entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; e
- A produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos do disposto nos n. 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Neste contexto, a AdRA – Águas da Região de Aveiro, enviou em novembro de 2022 o seu Plano para Igualdade de Género (2023) à CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e para a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, dando cumprimento ao previsto no Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho e ao Despacho Normativo n.º 10-A/2020, de 10 de setembro, DR de 15 de setembro, que prorroga os prazos previstos no n.º 4 do artigo 3.º e no n.º 2 do artigo 5.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

17. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A Águas da Região de Aveiro, S.A., apesar de ter um número médio de trabalhadores inferior a 500, dá cumprimento ao disposto no artigo 66º do CSC no presente relatório, nos capítulos Análise de Sustentabilidade, Controlo do Risco e Gestão do Capital Humano.

18. QUADRO COM INFORMAÇÃO A CONSTAR NO SÍTIO DO SEE

Conforme orientações da DGTF a AdRA não divulga informação no sítio do SEE na *internet* em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Tabela 62 - Informação a constar no site do SEE

Informação a Constar no <i>Site</i> do SEE	S/N/N.A.	Divulgação Data Atualização	Comentários
Estatutos	N.A.	-	-
Caracterização da Empresa	N.A.	-	-
Função de tutela e acionista	N.A.	-	-
Modelo de Governo / Membro dos Órgãos Sociais		-	-
- Identificação dos órgãos Sociais	N.A.	-	-
- Estatuto Remuneratório Fixado	N.A.	-	-
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	N.A.	-	-
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	N.A.	-	-
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	N.A.	-	-
Esforço Financeiro Público	N.A.	-	-
Ficha Síntese	N.A.	-	-
Informação Financeira histórica e atual	N.A.	-	-

Informação a Constar no <i>Site</i> do SEE	S/N/N.A.	Divulgação Data Atualização	Comentários
Princípios de Bom governo		-	-
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	N.A.	-	-
- Transações relevantes com entidades relacionadas	N.A.	-	-
- Outras transações	N.A.	-	-
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:		-	-
Económico	N.A.	-	-
Social	N.A.	-	-
Ambiental	N.A.	-	-
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	N.A.	-	-
- Código de ética	N.A.	-	-

9. PERSPETIVAS FUTURAS

A. MAPA DA ESTRATÉGIA

O processo de revisão da estratégia para 2023, teve pequenas alterações face ao processo prosseguido em anos anteriores, assim:

- a. Fez-se a habitual revisão ao Mapa da Estratégia e efetuou-se algumas alterações com vista a adaptar às novas exigências definidas pela *Holding* (eficiência energética);
- b. Mantiveram-se os objetivos *breakthrough* para o horizonte temporal de 3 a 5 anos com o objetivo da empresa num patamar de excelência muito significativo. Assim, destacou-se a necessidade de melhorar a eficiência hídrica, aumentar os volumes faturados, através do aumento do número de clientes pelo alargamento da área de intervenção da AdRA a novas freguesias no que respeita ao abastecimento de água e saneamento de águas residuais, aumentar a perceção do valor do serviço junto do cliente, através da melhoria do nível de serviço e consequentemente ser a Entidade Gestora com o menor número de reclamações por cliente e como resultado de tudo isto, garantir a sustentabilidade económico-financeira da Empresa.

Para a realização da estratégia e visão estabelecida, é necessário definir planos de atividades, ao nível das várias dimensões, para que seja possível alcançar os objetivos estratégicos estabelecidos. Assim a AdRA entende que a concretização da estratégia é mais eficaz se for “desdobrada” a todos os níveis funcionais da organização, adotando para o efeito o método de desdobramento “*Hoshin Kanri*”. Este método permite promover a negociação de objetivos e, através do processo *catchball*, as iniciativas e os indicadores são discutidos e avaliados a todos os níveis.

De referir, que no processo de planeamento estratégico definido, foram construídas “*Mission Control Room*” para a realização das reuniões das equipas. Ao longo de 2023 preveem-se realizar reuniões com uma periodicidade quase mensal para análise dos indicadores, das metas e das atividades realizadas. Estas reuniões permitem determinar se as atividades planeadas estão a ser implementadas e se os resultados esperados estão a ser alcançados. Para além destas reuniões, também são realizadas, pelos elementos da equipa *Hoshin*, reuniões mensais de revisão do *Hoshin* designadas de “*Hoshin Review*”, que se realiza mensalmente na reunião designada de “CAC”.

OBJETIVOS, INDICADORES E METAS PARA 2023

Totalmente ancorado nos valores atrás referenciados, o *Balanced Score Card* da AdRA para 2023 apresenta as metas a atingir no ano. Os objetivos são monitorizados através de um conjunto de indicadores, para os quais foram definidas metas a atingir durante o ano de 2023, e que permitirão, no final desse ano, avaliar o estado de cumprimento dos objetivos e, por conseguinte, determinar o grau de sucesso da empresa na implementação e execução da sua estratégia.

A perspetiva financeira descreve os resultados mensuráveis da estratégia. Nesta perspetiva a AdRA reflete de forma coerente as prioridades, definidas pela Administração da Empresa para o ano 2023. Assim, os esforços centram-se indiscutivelmente no desvio de recuperação de custos. Pretende-se que este indicador em 2023 atinja um *superavit* de 3,3 milhões de euros. A empresa pretende atingi-lo através do aumento dos volumes faturados e do aumento do número de clientes e consequentemente, do aumento do volume de negócios a par do aumento da cobrança (com vista a uma total independência de financiamento para a atividade operacional), continuando a manter uma forte pressão num controlo rigoroso de custos.

Este comprometimento da Administração tem em vista assegurar a sustentabilidade económica e financeira da Parceria.

	Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Metas 2023
FINANCEIRA	F1 - Assegurar a sustentabilidade económico-financeira	F1.1 - desvio tarifário F1.2 - nível de endividamento (endividamento/EBITDA) F1.3 - taxa de cobrança Global	≤ -3.321.065 ≤4,37 ≥99,1%
	F2 - Aumentar a eficiência	F2.1 - plano de redução de custos	<100%

Na **perspetiva dos Clientes** fica patente o objetivo de melhorar significativamente o valor da empresa para os seus clientes, através: **a)** da excelência operacional (por via da qualidade da água); **b)** da proximidade ao cliente (por via da manutenção da certificação LAC, pela contínua redução do número de reclamações e dos tempos de resposta); e **c)** da oferta de soluções exclusivas (através da implementação de serviços inovadores).

	Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Metas 2023
CLIENTES	C1 - Garantir qualidade da água fornecida	C1.1 - taxa de conformidade da qualidade da água	99,85%
	C2 - Melhorar a relação com o cliente	C2.1 - n.º total de reclamações	200
	C3 - Aumentar a perceção do valor do serviço junto do Cliente	C3.1 - Índice de satisfação dos clientes (qualidade apercebida dos serviços)	NM

Ao nível dos **processos internos**, assumem-se essencialmente objetivos e metas de melhoria da eficácia, com impacto ao nível dos resultados alcançados, e eficiência dos vários processos que conduzam à satisfação das necessidades dos clientes, colaboradores e parceiros da empresa.

Destacam-se os objetivos de: a) aumentar os volumes de água e saneamento faturado, e ainda, o número de clientes, reduzindo o volume de reclamações desses clientes; b) atingir um índice de água não faturada de 17,29%, através da execução de investimentos críticos para a diminuição de perdas (contínua renovação do parque de contadores e aumento de ações de fiscalização), bem como pela redução de perdas físicas, através de um conjunto de medidas incluídas no contrato de melhoria da eficiência hídrica e das perdas aparentes com uma série de ações com vista à diminuição dos consumos não autorizados.

De referir ainda, a importância de melhorar a comunicação com as partes interessadas em cooperação com as Autarquias e assegurar a segurança de pessoas, informação e instalações da informação da empresa.

Para 2023, é ainda objetivo da empresa o aumento da eficiência energética e a redução de emissões de gases com efeito estufa, com vista ao aumento de descarbonização da atividade da empresa.

	Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Metas 2023
PROCESSOS INTERNOS	P1 - Aumentar o número de clientes e volumes faturados	P1.1 - volumes de AA (m³) P1.2 - volumes de AR (m³) P1.3 - n.º de clientes de AA P1.4 - n.º de clientes de AR	18.090.145 15.223.912 168.626 147.814
	P2 - Promover a eficiência hídrica e a descarbonização	P2.1 - % de água não faturada P2.2 - perdas reais de água (ERSAR - AA(13)) P2.3 - consumo específico eletricidade	17,29% ≤ 53 a definir
	P3 - Otimizar a capacidade de resposta dos serviços	P3.1 - n.º de reclamações referentes a serviços (DC) P3.2 - n.º de reclamações referentes a serviços (DOM)	780 445
	P4 - Garantir a segurança de pessoas, informação e instalações	P4.1 - Cumprimento do plano de "AdRAafety" P4.2 - Cumprimento do plano de "AdRAsecurity" P4.3 - Cumprimento do plano de Cibersegurança	100% 100% a definir
	P5 - Executar o plano de investimentos	P5.1 - nível de execução dos investimentos	100%
	P6 - Promover a comunicação com as partes interessadas em cooperação com as autarquias	P6.1 - nível de cumprimento do plano de comunicação AdRA / Autarquias	100%

Na **perspetiva da Aprendizagem** a empresa pretendeu criar objetivos e indicadores que orientem a empresa no sentido da aprendizagem, inovação e digitalização preparando-a para uma cultura de melhoria contínua. Assim mantém-se a aposta na criação de condições para o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores da empresa e abertura de novas oportunidades para que todos possam participar de forma ativa, na melhoria do desempenho global da empresa. Dá-se ainda destaque, ao objetivo A3 com contínua realização de projetos no âmbito da filosofia *Lean*, com vista à melhoria continua, manutenção do sistema de gestão e ênfase em iniciativas de inovação.

	Objetivos Estratégicos	Indicadores Estratégicos	Metas 2023
APRENDIZAGEM	A1 - Garantir plataforma tecnológica integrada, fiável, eficaz e a transformação digital	A1.1 - grau de integração dos sistemas - Telegestão A1.2 - grau de integração dos sistemas - SI A1.3 - índice do conhecimento infraestrutural	100% a definir >177
	A2 - Valorizar o Capital Humano	A2.1 - taxa de cumprimento do plano de valorização do Capital Humano	90%
	A3 - Desenvolver uma cultura proativa de inovação, exigente e de melhoria contínua	A3.1 - taxa de implementação do AdRALean A3.2 - cumprimento do plano do sistema de gestão A3.3 - n.º de iniciativas de inovação operacional	100% 100% 20

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2021, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quanto, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- A Comissão de Parceria;
- Os Acionistas;
- Os Parceiros institucionais;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da Empresa;
- Os Clientes, pela sua exigência crítica e boa colaboração;
- O ROC, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento da atividade da Empresa;
- O Conselho Fiscal pelo apoio prestado ao longo do ano;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral;
- Os Colaboradores da AdRA, pelo seu notável sentido de serviço e de missão, sem o qual o desempenho da Sociedade não poderia ter sido o que foi.

11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do disposto no art.º 295º do Código das Sociedades Comerciais propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido de 943.879,22 euros, apurado no exercício de 2022, seja aplicado da seguinte forma:

Distribuição de Resultados	Montante
Resultado Líquido do Exercício de 2022	943 879,22
Reserva Legal (5%)	47 193,96
Distribuição de Dividendos	896 685,26

12. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS
SOBRE O DESEMPENHO DOS ADMINISTRADORES EXECUTIVOS

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do nº 8 do artigo 407º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2022.

2. ATIVIDADE

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. PARECER

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Aveiro, 03 de março de 2023

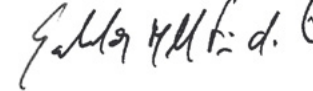
Administradores não executivos



(Célia Maria Pereira Cardoso André)



(Fernanda Conceição Abreu Lacerda)



(Salvador Malheiro Ferreira da Silva)



(Joaquim Manuel dos Santos Baptista)

O Conselho de Administração



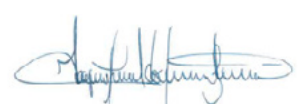
(Fernando Coutinho Vasconcelos - Presidente)



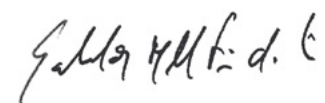
(Fernanda Conceição Lacerda – Vogal)



(Célia Cardoso André - Vogal)



(Joaquim Manuel dos Santos Baptista - Vogal)



(Salvador Malheiro Ferreira da Silva - Vogal)

13. ANEXO AO RELATÓRIO – ESTRUTURA ACIONISTA

Ao abrigo do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Capital Social da Águas da Região de Aveiro, S.A. é detido na íntegra pelos seguintes acionistas:

	Nº de Ações	Capital Social (€)	%
AdP SGPS	1 785 000	8 925 000,00	51,00%
Aveiro	607 110	3 035 550,00	17,35%
Ílhavo	289 835	1 449 175,00	8,28%
Ovar	289 835	1 449 175,00	8,28%
Albergaria-a-Velha	222 950	1 114 750,00	6,37%
Estarreja	180 075	900 375,00	5,15%
Oliveira do Bairro	102 900	514 500,00	2,94%
Águeda	17 150	85 750,00	0,49%
Murtosa	1 715	8 575,00	0,05%
Sever do Vouga	1 715	8 575,00	0,05%
Vagos	1 715	8 575,00	0,05%
Total	3 500 000	17 500 000	100%

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO ANO DE 2022



Nos termos da Lei e dos Estatutos vem o Conselho de Administração da Águas da Região de Aveiro S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do ano de 2022.

Em termos de apresentação, o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da posição financeira (“Balanço”);
- Demonstração dos resultados e do rendimento integral;
- Demonstração das variações do capital próprio;
- Demonstração dos fluxos de caixa; e,
- Demonstração de caixa e depósitos bancários.

Constitui, também, elemento do Relatório o:

- Anexo às Contas do ano.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal;
- Certificação Legal das Contas.

1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
ATIVOS NÃO CORRENTES			
Ativos intangíveis	5.3	214 085 656,67	200 138 426,47
Ativos fixos tangíveis	6.3	183 166,51	181 534,81
Ativos sob direito de uso	7.2	5 237 381,54	4 914 937,12
Outros Ativos Financeiros	8.2	32 511,96	24 007,21
Impostos diferidos ativos	32.2	30 038 056,97	27 295 953,87
Outros ativos não correntes	11.2	62 926 435,50	66 012 823,80
Total dos ativos não correntes		312 503 209,15	298 567 683,28
ATIVOS CORRENTES			
Inventários	12.2	2 058 865,52	1 447 351,87
Clientes	10.3	6 706 567,76	6 681 079,97
Imposto sobre o rendimento do exercício	32.2	0,00	105 777,90
Outros ativos correntes	11.2	3 578 377,99	2 216 700,81
Caixa e depósitos bancários	13.2	347 247,58	515 927,43
Total dos ativos correntes		12 691 058,85	10 966 837,98
Total do ativo		325 194 268,00	309 534 521,26
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito	14.2	17 500 000,00	17 500 000,00
Reservas e outros ajustamentos	14.4	674 727,65	644 709,07
Resultado líquido do exercício	14.4	943 879,22	600 371,66
Total do capital próprio		19 118 606,87	18 745 080,73
PASSIVOS NÃO CORRENTES			
Provisões	15.3	410 003,72	668 685,44
Acréscimo de gastos para investimento contratual	16.2	79 352 882,63	73 106 839,87
Subsídio ao Investimento	17.2	37 738 629,76	35 332 111,33
Empréstimos	18.2	61 090 909,11	58 500 000,02
Passivos da Locação	7.3	5 025 906,97	4 697 992,75
Fornecedores e outros passivos não correntes	19.2	80 891 844,04	81 693 795,58
Impostos diferidos passivos	32.2	50 020,61	91 151,25
Desvio de recuperação de gastos (<i>Superavit</i> tarifário)	9.3	25 361 742,26	22 025 367,30
Total dos passivos não correntes		289 921 939,10	276 115 943,54
PASSIVOS CORRENTES			
Empréstimos	18.2	5 347 062,88	6 075 467,17
Passivos da Locação	7.3	368 808,66	307 339,23
Fornecedores e outros passivos correntes	19.2	10 048 127,67	8 290 690,59
Imposto sobre o rendimento do exercício	32.2	389 722,82	0,00
Total dos passivos correntes		16 153 722,03	14 673 496,99
Total do passivo		306 075 661,13	290 789 440,53
Total do passivo e do capital próprio		325 194 268,00	309 534 521,26



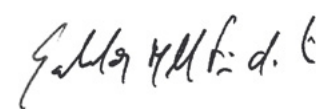
(Fernando Coutinho Vasconcelos - Presidente)



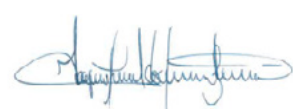
(Célia Cardoso André - Vogal)



(Fernanda Conceição Lacerda – Vogal)



(Salvador Malheiro Ferreira da Silva - Vogal)



(Joaquim Manuel dos Santos Baptista - Vogal)

2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL

Demonstração dos Resultados	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Vendas	21.2	30 836 343,58	29 531 570,51
Prestações de serviços	21.2	27 196 843,13	25 846 719,01
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21.2	19 878 550,49	14 255 027,07
Defice/superavit tarifário recup. custo	9.3	(3 336 374,96)	(2 797 471,44)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	(9 793 941,18)	(9 178 244,52)
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21.2	(19 878 550,49)	(14 255 027,07)
Fornecimentos e serviços externos	23.2	(26 835 229,07)	(25 730 264,45)
Gastos com pessoal	24	(7 134 277,39)	(6 919 689,50)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	(12 692 176,41)	(12 056 029,27)
Provisões e reversões do exercício	26	258 681,72	5 000,00
Perdas por imparidade e reversões	27	(73 317,83)	(427 857,90)
Subsídios ao investimento	17.2	777 707,14	687 740,29
Outros gastos e perdas operacionais	28	(89 672,42)	(81 638,02)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	29	2 115 522,57	2 121 507,79
Resultados operacionais		1 230 108,88	1 001 342,50
Gastos financeiros	30	(1 174 691,73)	(1 055 193,98)
Rendimentos financeiros	31	1 200 892,71	1 171 345,40
Resultados financeiros		26 200,98	116 151,42
Resultados antes de imposto		1 256 309,86	1 117 493,92
Imposto do exercício	32.2	(3 095 664,38)	(3 066 610,67)
Imposto diferido	32.2	2 783 233,74	2 549 488,41
Resultado líquido do exercício	37	943 879,22	600 371,66
Rendimento integral	37	943 879,22	600 371,66
Resultado por acção (básico e diluído)	14.3	0,27	0,17
Rendimento integral por acção (básico e diluído)	14.3	0,27	0,17



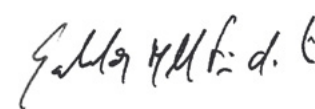
(Fernando Coutinho Vasconcelos - Presidente)



(Célia Cardoso André - Vogal)



(Fernanda Conceição Lacerda – Vogal)



(Salvador Malheiro Ferreira da Silva - Vogal)



(Joaquim Manuel dos Santos Baptista - Vogal)

3. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Descrição	Notas	Capital social	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	TOTAL
Saldo a 31 de dezembro de 2020		17 500 000,00	613 734,89	(0,00)	619 483,42	18 733 218,32
Aplicação do res. líquido do exercício		0,00	30 974,17	588 509,25	(619 483,42)	0,00
Resultado líquido do exercício	14.3	0,00	0,00	0,00	600 371,66	600 371,66
Distribuição de Dividendos	37	0,00	0,00	(588 509,25)	0,00	(588 509,25)
Saldo a 31 de dezembro de 2021		17 500 000,00	644 709,07	(0,00)	600 371,67	18 745 080,73
Aplicação do res. líquido do exercício		0,00	30 018,58	570 353,08	(600 371,66)	0,00
Resultado líquido do exercício	14.3	0,00	0,00	0,00	943 879,22	943 879,22
Distribuição de Dividendos	37	0,00	0,00	(570 353,08)	0,00	(570 353,08)
Saldo a 31 de dezembro de 2022		17 500 000,00	674 727,65	(0,00)	943 879,22	19 118 606,87

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



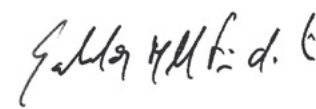
(Fernando Coutinho Vasconcelos - Presidente)



(Célia Cardoso André - Vogal)



(Fernanda Conceição Lacerda – Vogal)



(Salvador Malheiro Ferreira da Silva - Vogal)



(Joaquim Manuel dos Santos Baptista - Vogal)

4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	10.3 e 21.2	63 266 122,19	60 753 377,89
Pagamentos a fornecedores	19.2; 22 e 23.2	(34 555 685,24)	(35 889 755,51)
Pagamentos ao pessoal	24	(7 293 090,98)	(6 782 585,08)
Pagamento de IRC	32.2	(2 657 535,56)	(3 450 286,55)
Outros Pagam. / Recebimentos atividade operacional		(1 623 641,69)	(1 580 590,81)
		17 136 168,72	13 050 159,94
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos de ativos intangíveis	5.3	(19 655 090,37)	(13 378 478,20)
		(19 655 090,37)	(13 378 478,20)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos de empréstimos obtidos	18.2	8 499 810,46	9 115 719,07
Recebimentos de subsídios	17.2	2 181 317,01	1 294 153,91
Pagamentos de empréstimos obtidos	18.2	(5 859 090,91)	(7 559 090,91)
Pagamentos de locações financeiras	7.4	(545 705,65)	(680 607,65)
Pagamentos de dividendos	37	(511 663,40)	(517 127,75)
Pagamentos de juros e gastos similares	30	(1 414 425,71)	(1 263 348,98)
		2 350 241,80	389 697,69
Variação de caixa e seus equivalentes		(168 679,85)	61 379,43
Caixa e seus equivalentes no início do período		515 927,43	454 548,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		347 247,58	515 927,43

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



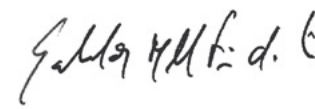
(Fernando Coutinho Vasconcelos - Presidente)



(Célia Cardoso André - Vogal)



(Fernanda Conceição Lacerda – Vogal)



(Salvador Malheiro Ferreira da Silva - Vogal)



(Joaquim Manuel dos Santos Baptista - Vogal)

5. DEMONSTRAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	2 999,11	2 939,82
Depósitos à ordem	344 248,47	512 987,61
	347 247,58	515 927,43

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



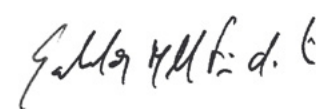
(Fernando Coutinho Vasconcelos - Presidente)



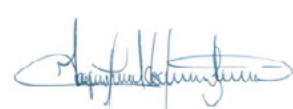
(Célia Cardoso André - Vogal)



(Fernanda Conceição Lacerda – Vogal)



(Salvador Malheiro Ferreira da Silva - Vogal)



(Joaquim Manuel dos Santos Baptista - Vogal)

6. ANEXO

1. INFORMAÇÃO GERAL

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA

A Águas da Região de Aveiro, S.A. (doravante designada por AdRA ou Empresa) foi constituída no dia 23 de setembro de 2009, através de um Contrato de Gestão celebrado entre a Empresa, o Estado Português e os Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Estarreja, Ílhavo, Murtosa, Oliveira do Bairro, Sever do Vouga e Vagos.

A criação da AdRA resulta da assinatura de um Contrato de Parceria Pública entre o Estado Português e o conjunto daqueles Municípios, no dia 29 de julho de 2009.

No dia 30 de junho de 2010, foram feitas adendas àqueles dois contratos em consequência da adesão do Município de Ovar. A AdRA tem sede na Travessa da Rua da Paz, nº4, 3800-587 Cacia-Aveiro. São acionistas da AdRA, SA:

Accionistas a 31 de dezembro de 2022	Nº acções	Valor Subscrito e realizado	% Capital
AdP SGPS	1 785 000	8 925 000,00	51,00%
Aveiro	607 110	3 035 550,00	17,35%
Ílhavo	289 835	1 449 175,00	8,28%
Ovar	289 835	1 449 175,00	8,28%
Albergaria-a-Velha	222 950	1 114 750,00	6,37%
Estarreja	180 075	900 375,00	5,15%
Oliveira do Bairro	102 900	514 500,00	2,94%
Águeda	17 150	85 750,00	0,49%
Murtosa	1 715	8 575,00	0,05%
Sever do Vouga	1 715	8 575,00	0,05%
Vagos	1 715	8 575,00	0,05%
Total	3 500 000	17 500 000	100,00%

A AdRA, SA tem como missão prestar o serviço de abastecimento de água e saneamento de forma sustentável, visando a satisfação dos clientes e das partes interessadas, com qualidade, segurança e continuidade, contribuindo para a requalificação ambiental da Região.

1.2 ATIVIDADE ECONÓMICA

A AdRA tem por objeto social (artigo 3º dos seus estatutos) a exploração e a gestão dos serviços de água relativos ao Sistema de Águas da Região de Aveiro (SARA), em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria referido no ponto anterior.

A exploração e a gestão do SARA incluem a conceção, o projeto, a construção, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e a aquisição dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da sua atividade. A atividade da AdRA vigorará por um período de 50 anos a partir de 23 de setembro de 2009.

1.2.1 ATIVIDADE REGULADA

As Empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) desenvolvem a sua atividade num sector regulado, estando sujeita à intervenção da ERSAR (Lei 10/2014, de 6 de março, que aprova os novos estatutos da ERSAR, no quadro das novas atribuições das entidades reguladoras fixadas pela Lei 67/2013, de 28 de agosto).

As tarifas quinquenais a praticar pela AdRA são sujeitas à apreciação da ERSAR que, através de parecer, se pronunciará sobre a sua adequabilidade, sendo que a aprovação das tarifas compete à Comissão de Parceria da AdRA. Refira-se que, em conformidade com o disposto no Contrato de Parceria celebrado entre os municípios acionistas e a tutela, os poderes dos municípios outorgantes são exercidos pela Comissão de Parceria, nomeadamente, “são titulares de poderes de fiscalização, direção, autorização e suspensão de atos da Entidade Gestora Pública, podendo, para o efeito, emitir diretrizes e instruções vinculantes e definir as modalidades de verificação do respetivo cumprimento”.

Na AdRA vigora um modelo tarifário do tipo gasto de serviço em que as tarifas a praticar correspondem a tarifas necessárias, ou seja, as tarifas que permitem a recuperação anual de todos os gastos devidos para suportar a atividade. Para além da recuperação de todos os gastos, o modelo tarifário visa ainda assegurar uma remuneração dos capitais investidos.

As Empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) estão ainda sujeitas à intervenção da entidade reguladora em matéria de qualidade de serviço, aferida por um conjunto de indicadores avaliados anualmente, e em matéria de qualidade da água para consumo humano, no âmbito dos poderes da ERSAR enquanto autoridade nacional da água para consumo humano.

1.3 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras agora reportadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração do dia 3 de março de 2023. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “International Accounting Standards Board” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “International Financial Reporting Interpretations Committee” (“IFRIC”) ou pelo anterior “Standing Interpretations Committee” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2022.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR). As demonstrações financeiras da AdRA foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor (valor de mercado).

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2 DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (“DUI”)

2.2.1 CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de parceria, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da parceria. Nos termos desta norma as Empresas concessionárias prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor; e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de parceria não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de parceria, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante específico, ou (b) à diferença, se existir, entre os

montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia do contrato de parceria da AdRA, nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), foi entendimento de que o modelo que se adequa à realidade da Empresa é o do intangível. Deste modo, a AdRA (sistema multimunicipal) como concessionária classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

Parceria, prazos e indexante

Água e Saneamento / Resíduos	Concessão / Parceria	Prazo	Período	Remuneração Acionista	
				Taxa	Incidência
Água e saneamento	Parceria	50 anos	2009 - 2059	OT 10 + 3%	Cap. Social + Res. Legal

Nota: Contrato de Parceria e Contrato de Gestão celebrados em 2009. Início de atividade ocorrido em 2010.

Ver nota 37 sobre a determinação do rendimento garantido (remuneração do acionista).

2.2.2 RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos ao investimento intangível em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento intangível em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da parceria (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangível e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.3 AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas.

As amortizações nas parcerias são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais de efluente tratado nesse exercício e os efluentes a faturar até ao final da parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de parceria. São registadas pelo regime de duodécimos.

Áreas de Negócio	Investimento do contrato (€)		Número de anos do contrato	Caudais do contrato (m³)		Taxa de amortização anual	
	2022	2021		2022	2021	2022	2021
Abastecimento de Água	189 297 436	191 910 336	50	755 720 200	774 470 887	2,34%	2,22%
Águas Residuais	129 868 253	135 148 163	50	705 093 331	721 809 160	2,07%	1,96%
Estrutura (I)	53 156 840	53 094 065	50	1 460 813 531	1 496 280 047	2,21%	2,10%
Total	372 322 529	380 152 565		2 921 627 062	2 992 560 094		

(I) Soma do total de caudais do contrato para abastecimento de água e águas residuais

2.2.4 ACRÉSCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

Em cumprimento do estipulado no contrato de gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados (com base no EVEF - Estudo de Viabilidade Económica e Financeira) para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de parceria.

No caso da AdRA, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), em acréscimo de gastos para investimento contratual, sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.5 DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (DÉFICE / SUPERAVIT TARIFÁRIO)

Nos termos definidos nos contratos de parceria e de gestão, os critérios para a fixação das tarifas devem permitir que aquelas assegurem a completa recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, imposto sobre o rendimento e também a adequada remuneração do capital investido.

Considera-se desvio tarifário à diferença verificada, anualmente, de recuperação de encargos afetos à tarifa, onde se inclui a remuneração acionista e o imposto sobre o rendimento. O desvio tarifário pode assumir duas naturezas: a) déficit, quando se verifica uma insuficiência de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária; b) *superavit*, quando se verifica um excesso de recuperação dos encargos suportados na prestação do serviço por via tarifária. O desvio tarifário é aprovado anualmente pela Comissão de Parceria (nota 9).

2.2.6 RÉDITO DA CONSTRUÇÃO

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. Os rendimentos da atividade de construção devem ser reconhecidos de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que os rendimentos e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são evidenciados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.2.7 RECONHECIMENTO INICIAL DAS INFRAESTRUTURAS AFETAS AO SISTEMA

Nos termos do Contrato de Gestão os Municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária sob a forma de retribuição, pelo direito concedido à AdRA para explorar o sistema (afetação de infraestruturas e equipamentos). Essa contrapartida é uma percentagem do volume de negócios, entendendo-se por Volume de Negócios o somatório das Vendas de Água e das Prestações de Serviços.

Ao longo dos 50 anos da Parceria a percentagem de retribuição terá 3 patamares: 2% (2010-2012); 5% (2013-2020); 7,263% (2021-2059) (nota 11.2).

A AdRA adiantou, nos primeiros 4 anos, 66,55% do valor atualizado da retribuição total prevista no EVEF. A retribuição total prevista é de 401 milhões de euros que atualizados ao gasto anual de endividamento perfazem 98 milhões euros – 66,55% deste último valor foram adiantados no período 2009-2012. Até final de 2020 foram adiantados 65,3 milhões euros.

O número 5 da cláusula 10ª do Contrato de Gestão refere que “a retribuição que a cada momento for devida será paga anualmente (...)”, “em função dos valores efetivos apurados em cada ano”. Neste contexto, a retribuição (responsabilidade) de pagar aos Municípios só se vence aquando da efetivação do Volume de Negócios. Ou seja, a AdRA passa a ter uma dívida para com os Municípios no exato momento em que o direito de explorar (que lhe foi concedido) se consubstancia em benefícios.

A existência de adiantamentos já efetuados faz com que a AdRA tenha um ativo perante os Municípios. Enquanto não for gerado o Volume de Negócios e por esta via, a retribuição que permita consumir a totalidade do adiantamento, os Municípios permanecerão como devedores à AdRA.

De forma a espelhar esta particularidade do Contrato de Gestão a AdRA não aplicou a IFRIC 12 na sua plenitude. Procedeu ao registo do intangível pelo montante de 98.118.261 euros que foi calculado com base no EVEF pela atualização da retribuição ao longo dos 50 anos da parceria. Este registo foi efetuado por contrapartida de um rendimento a reconhecer dado que a AdRA não considera ter um passivo financeiro para com os Municípios, mas sim um ativo pelo adiantamento efetuado.

O rendimento é reconhecido na mesma cadência e em igual montante ao da amortização do intangível.

Nos termos do EVEF (Estudo de Viabilidade Económica e Financeira) anexo ao Contrato de Gestão, caso a AdRA aplicasse a IFRIC 12 na sua plenitude, e desta forma não respeitasse o clausulado contratual, o desvio tarifário passivo, no montante de 25 milhões de euros (2021: 22 milhões de euros), passaria a desvio tarifário ativo no valor de 18 milhões de euros (2021: 20 milhões de euros).

Importa referir que nos termos da cláusula 21ª do Contrato de Parceria e da cláusula 32ª do Contrato de Gestão findo o primeiro período tarifário (2010-2014) haveria lugar à revisão dos pressupostos do Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF).

A AdRA, em conjunto com os seus acionistas, encetou um processo de revisão do EVEF procedendo à elaboração de diversos cenários sempre com o objetivo de garantia do equilíbrio económico/financeiro da EGP (Entidade Gestora da Parceria) praticando tarifas socialmente aceitáveis.

Durante o ano de 2016 a AdRA concluiu a referida revisão com a concordância do acionista Águas de Portugal, tendo sido dado início à alteração dos clausulados dos Contratos de Parceria e Gestão. As minutas destes contratos e respetivos anexos foram enviados por esta entidade, no mês de setembro de 2016, aos parceiros municipais para pronúncia e aprovação.

Após análise dos documentos por parte dos Municípios, não foi concretizada a aprovação necessária.

Não obstante a criação de um grupo de trabalho dirigido pelo Ministério do Ambiente, constituído também pelos Municípios e Águas de Portugal, com o objetivo de obter consensos e finalizar o processo de revisão contratual, não foi possível ao longo de 2017 e de 2018, concluir o processo.

Em 2019, face ao período de tempo entretanto decorrido, a AdRA procedeu à atualização do EVEF, tendo finalizado uma nova revisão do clausulado contratual. O EVEF e os contratos revistos foram remetidos para os acionistas municipais da AdRA para aprovação. Em 2020, foi recebido o parecer da ERSAR sobre a revisão da trajetória tarifária quinquenal (2020-2024) e EVEF da AdRA, no qual informa que, atendidas determinadas recomendações, a proposta da AdRA reúne as condições necessárias para ser aprovada pela Comissão de Parceria.

O Parecer da ERSAR foi submetido à Comissão de Parceria na reunião de janeiro de 2021, no seguimento da qual foi obtido o seu entendimento favorável e unânime. Remetido aos acionistas municipais a nova proposta de EVEF, bem como os novos documentos contratuais atualizados e proposta de regulamento do serviço, não chegou a ter lugar a necessária aprovação formal pelos municípios.

Em maio de 2021, no seguimento de uma reunião realizada entre a AdRA, o ROC e o Conselho Fiscal, sobre a correção da reserva às contas da AdRA, à luz do novo EVEF e tendo presente a metodologia de cálculo de retribuição aos municípios, de acordo com a IAS 8, que diferia da metodologia considerada na revisão do EVEF efetuada em 2019, nomeadamente no que respeita ao apuramento do desvio de recuperação de gastos, foram considerados os devidos impactos na atualização da nova versão do EVEF realizada em 2022 e submetida à consideração da Comissão de Parceria na reunião de 20 de dezembro de 2022, que concordou por unanimidade e reforçou a urgência da aprovação da mesma.

2.3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdRA são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 6.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 7.2 – vida útil de locações
- Nota 9.2 – estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 10.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 15.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 32.1 – estimativas de impostos e impostos diferidos

2.4 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração da AdRA declara que após o termo do exercício de 2022 até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, registaram-se os seguintes eventos:
No âmbito dos programas de fundos comunitários, o recebimento do POSEUR, no valor de 215.150,42 euros e o recebimento do REACT, no valor de 608.746,57 euros, ambos referentes a diversas empreitadas de construção em curso.

Relativamente à revisão do EVEF da AdRA, o envio, a 16 de fevereiro de 2023, aos acionistas municipais da atualização da nova versão do EVEF, elaborada em 2022, após submissão da mesma à Comissão de Parceria na reunião de 20 de dezembro de 2022.

Mais declara o Conselho de Administração que o desvio de recuperação de gastos de 2022 será proposto para aprovação em reunião de Comissão de Parceria a realizar em 2023, para além do referido na nota 9.3 quanto à aprovação do desvio de recuperação de gastos de 2021 pela Comissão de Parceria a 20 de dezembro de 2022.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS

3.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 apresentada nos comparativos.

3.2 NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2022

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2022 e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.3 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2023 ou posteriores e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- Já endossadas pela EU

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023

- Ainda não endossadas pela UE

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 - Passivos não correntes com “covenants”	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses, após a data de relato, quando sujeito a “covenants”.	1 de janeiro de 2024
IFRS 16 – Passivos de locação em transações de venda e relocação	Requisitos de contabilização de transações de venda e relocação após a data da transação, quando alguns ou todos os pagamentos da locação são variáveis.	1 de janeiro de 2024

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa após 1 de janeiro de 2023.

3.4 NORMAS EM REVISÃO

IFRS 14 CONTAS DE DIFERIMENTO RELACIONADAS COM ATIVIDADES REGULADAS

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios, mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021 o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão da IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os *cash-flows* futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os *cash-flows* futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. Em dezembro de 2021 o IASB, após análise dos comentários recebidos ao *Exposure Draft*, identificou as áreas que necessitam de trabalho adicional. Ocorreram reuniões do IASB em 2022 e em 2023 ocorrerão outras reuniões, para análise e revisão de algumas propostas ao *Exposure Draft*. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1 FATORES DE RISCO

As atividades do Grupo AdP (onde se inclui a AdRA) estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP.

O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2 RISCO DE MERCADO

4.2.1 RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da AdRA advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo, quer de curto prazo. Neste âmbito, os empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdRA ao risco de fluxos de caixa e os empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdRA ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdRA.

	31.12.2022	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros suportados à taxa variável	1 197 769,24	1 884 872,62	510 665,86
	1 197 769,24	1 884 872,62	510 665,86

Nota: não inclui os juros de locações no montante de €157.502,58 e juros de mora no montante de €14,74

4.2.2 RISCO DO PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTÍVEIS)

Os gastos anuais da AdRA em energia e combustíveis, representam aproximadamente 6% do total de fornecimentos e serviços externos. A AdRA, através da AdP Valor, negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato. É de referir que, no exercício de 2023, se estima que os gastos com a eletricidade venham a sofrer um aumento significativo, atendendo ao término do contrato em vigor em 2022 e à atual conjuntura económica.

4.3 RISCO DE LIQUIDEZ E DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdRA pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdRA efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdRA por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

2022

	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Financiamentos	5 347 062,88	15 636 363,60	45 454 545,51
Fornecedores e outros passivos	10 048 127,67	1 850 882,21	0,00

A AdRA não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades a curto prazo. Particularmente sobre os empréstimos bancários correntes, a AdRA entende estar em condições de assegurar a renovação das suas principais linhas de crédito, não sendo por tal expectável a sua exigibilidade imediata.

LINHAS DE CRÉDITO DE CURTO PRAZO CONTRATUALIZADAS

2022

Risco de liquidez	Tipo	Valor do Plafond disponível	Valor do Plafond usado	Valor do Plafond não usado
Acionista AdP - Ap. Tesouraria	Curto Prazo Renovável	5 000 000,00	4 200 000,00	800 000,00
Total		5 000 000,00	4 200 000,00	800 000,00

O objetivo da AdRA em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração da posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o gasto de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da AdRA, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdRA é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da Empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A., que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do gasto médio de capital.

	31.12.2022	31.12.2021
Empréstimos Não Correntes (nota 18.2)	61 090 909,11	58 500 000,02
Empréstimos Correntes (nota 18.2)	5 347 062,88	6 075 467,17
Disponibilidades (nota 13)	(347 247,58)	(515 927,43)
Dívida Líquida	66 090 724,41	64 059 539,76
Subsídios ao Investimento (nota 17.2)	37 738 629,76	35 332 111,33
Capital Próprio (14.2 e 14.4)	19 118 606,87	18 745 080,73
Capitais Permanentes	56 857 236,63	54 077 192,06
Dívida/Capitais Permanentes	1,16	1,18

O modelo de financiamento da AdRA assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento junto da *holding*, sob a forma de suprimentos, o financiamento contraído junto do BEI e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a Empresa. A AdRA está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria. Importa referir que a AdRA tem como política não registar imparidade sobre saldos de municípios.

CONTRAPARTE DE EXPLORAÇÃO

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (fornecimento de água e saneamento). Este risco é reduzido dadas as características do serviço prestado, não existindo um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes.

A composição da carteira de clientes é essencialmente constituída por particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada.

CONTRAPARTE DE DEPÓSITOS

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdRA a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2022, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração da posição financeira (depósitos à ordem), a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração da posição financeira.

		31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à ordem (nota 13.2)		344 248,47	512 987,61
		344 248,47	512 987,61
Rating		31.12.2022	31.12.2021
Depósitos à Ordem	A2 (Moody's)		33 077,43
	A - (Moody's)	6 709,78	
	BBB (Moody's)	84 017,23	
	Baa1 (Moody's)		78 821,24
	BBB+ (Moody's)	207 123,10	
	Baa2 (Moody's)	27 111,21	240 620,40
	Ba2 (Moody's)	14 347,50	
	Ba3 (Moody's)		2 485,84
	Não disponível	4 939,65	5 398,67
Total		344 248,47	512 987,61

Nota: Notação de rating – consulta realizada a 30/01/2023

4.5 RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.5.1 RISCO DE CATÁSTROFE

A Empresa está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a Empresa tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

5. ATIVOS INTANGÍVEIS

5.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (“DUI”)

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2.

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de *software*, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos. As amortizações são registadas pelo regime de duodécimos.

IMPARIDADE

Os ativos da AdRA são analisados à data de cada demonstração da posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado. Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato. Tendo em conta as premissas dos contratos de parceria, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de parceria que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade, é determinado o valor recuperável dos ativos da AdRA. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, o mesmo é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos, que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos bem como o método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados. Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se maioritariamente de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil dos ativos está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da parceria). De salientar que as estimativas de caudais a tratar/abastecer está sujeita a revisões periódicas, com base em nova informação disponível, a qual está a ser analisada no âmbito do processo de reestruturação do setor.

Na determinação do investimento contratual a AdRA utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de parceria e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira).

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdRA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdRA.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos intangíveis a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Transferências	31.12.2022
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Firme	213 822 301,71	123 842,82	11 009 169,52	224 955 314,05
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Em curso	23 338 915,04	19 754 707,67	(11 009 169,52)	32 084 453,19
Total	237 161 216,75	19 878 550,49	0,00	257 039 767,24

Amortizações Acumuladas	31.12.2021	Aumentos (nota 25)	Transferências (nota 16.2)	31.12.2022
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	37 022 790,28	3 839 383,10	2 091 937,19	42 954 110,57
Total	37 022 790,28	3 839 383,10	2 091 937,19	42 954 110,57
Valor Líquido	200 138 426,47	16 039 167,39	(2 091 937,19)	214 085 656,67

Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Transferências	31.12.2021
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Firme	197 890 886,19	170 981,49	15 760 434,03	213 822 301,71
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI) - Em curso	25 015 305,49	14 202 861,71	(15 879 252,16)	23 338 915,04
Total	222 906 191,68	14 373 843,20	(118 818,13)	237 161 216,75

Amortizações Acumuladas	31.12.2020	Aumentos (nota 25)	Transferências (nota 16.2)	31.12.2021
Direitos de utilização de infra-estruturas (DUI)	30 899 306,56	3 449 054,48	2 674 429,24	37 022 790,28
Total	30 899 306,56	3 449 054,48	2 674 429,24	37 022 790,28
Valor Líquido	192 006 885,12	10 924 788,72	(2 793 247,37)	200 138 426,47

Nos termos do Contrato de Gestão os Municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária sob a forma de retribuição, pela afetação das infraestruturas. Essa contrapartida é uma percentagem do volume de negócios, entendendo-se por volume de negócios o somatório das vendas de água e das prestações de serviços.

Com base no EVEF considerou-se que o valor das infraestruturas era o valor atualizado (ao gasto anual de endividamento) da referida retribuição cujo montante se cifra em 98.118.261 euros – o saldo do ativo intangível é constituído, maioritariamente, por aquele montante, cujo registo inicial ocorreu em 2010 (ano de início da atividade da AdRA).

Em 2022 a AdRA investiu 19,9 milhões de euros nesta rubrica com um maior peso na área das águas residuais. Seguidamente é apresentado o detalhe dos principais investimentos realizados em 2022:

2022	Investimento	Observações
Águas Residuais de Pessegueiro Vouga (PAR 005) - Sever do Vouga	2 980 955,02	Curso
Águas Residuais de Beduído e Salreu (PAR 010 e 102)- Estarreja	2 898 739,83	Curso
Águas Residuais de Aguieira/Outeiro/Mourisca do Vouga (PAR-063) - Águeda	928 150,54	Curso
Lote A - "Renovação das Redes de AA na área de intervenção do CON - 2021"	666 773,55	Curso
Execução de Ramais Domiciliários AA e AR - 2021	652 730,00	Curso
Abastecimento de Água a Agadão (PAA-023) - 3ª Fase	621 611,91	Curso
Águas Residuais da Gafanha da Encarnação/Carmo(PAR 012) - Ílhavo	483 257,85	Curso
Águas Residuais do Sistema em Maceda (PAR 009_ Ovar	468 635,87	Curso
Águas Residuais de Carvalhal (PAR-017)- Albergaria-a-Velha	452 040,02	Curso
Remodelação da Área Social das Instalações do Edifício Sede da AdRA	361 813,10	Curso
Remodelação da estação elevatória AVR - EE 10 - Andorinhas Mataduços - Aveiro	285 074,20	Curso
Redes AA e AR - Pequenas ampliações 2021 -3ª Fase	185 955,86	Curso
Águas Residuais de Mouquim (PAR-014)- Albergaria-a-Velha	174 905,61	Curso
Sistema de Telegestão do Sistema de Águas da Região de Aveiro - Sistema de Telegestão - Bloco A - 1ªFase	166 642,92	Curso
Abastecimento de água à zona alta de São Silvestre - Ovar	163 120,06	Curso
Sistema de Abastecimento da AdRA - Eficiência Hídrica	158 363,83	Curso
Reabilitação de Estações Elevatórias de Águas Residuais Domésticas	154 182,28	Curso

2022	Investimento	Observações
Requalificação da Rua da Fonte - Vagos / Pista ciclável - Zona Industrial de Vagos" - Vagos (PROTOCOLO)	147 875,56	Curso
Emp.Execução de trabalhos de reparação de roturas na RDAR - 2021	125 867,80	Curso
Cont.Empreitada Ren_ Geral RDAR - 2020	115 803,66	Curso
Renovação de ramais domiciliários da RDA na área do COC	114 227,55	Curso
Renovação da Rede de Abastecimento de Água - Fase 4 - Aveiro	110 218,99	Curso
Total	12 416 946,01	

O valor do DUI inclui os valores referentes à capitalização de gastos com o pessoal e gastos financeiros conforme notas 24 e 30, respetivamente, não existindo quaisquer ónus ou encargos que coloquem restrições sobre a sua utilização. O quadro seguinte evidencia o detalhe os principais investimentos em curso a 31 de dezembro de 2022.

Investimento em curso a 31/12/2022	
Águas Residuais de Pessegueiro Vouga (PAR 005) - Sever do Vouga	3 964 585,02
Águas Residuais de Beduído e Salreu (PAR 010 e 102)- Estarreja	2 898 975,01
Sistema de Abastecimento da AdRA - Eficiência Hídrica	2 208 123,55
Execução de Ramais Domiciliários AA e AR - 2021	1 748 790,93
Águas Residuais de Aguieira/Outeiro/Mourisca do Vouga (PAR-063) - Águeda	933 198,43
Águas Residuais do Sistema em Maceda (PAR 009) Ovar	788 047,60
Abastecimento de Água a Agadão (PAA-023) - 3ª Fase	751 370,74
Execução de Ramais Domiciliários AA e AR - 2020	693 756,47
EE e Reservatórios das Gafanhas (PAA 004)	688 873,05
Lote A - "Renovação das Redes de AA na área de intervenção do CON - 2021"	667 028,81
Programa de Sustentabilidade Energética da Etar Sul de Sever do Vouga Fase I - Sistema Regularização caudal e desinfecção efluente secundário	563 702,08
Remodelação e beneficiação das instalações do centro operacional central (COC) - 3ª Fase	521 107,97
Águas Residuais da Gafanha da Encarnação/Carmo(PAR 012) - Ílhavo	518 622,82
Sistema de Telegestão do Sistema de Águas da Região de Aveiro - Sistema de Telegestão - Bloco A - 1ªFase	458 022,42
Águas da Bunheira - Oliveira do Bairro	431 844,41
Cont.Emp_Reab. Sistema Reserva da Relva	429 465,01
Renovação de ramais domiciliários da RDA na área do COC	397 240,86
Remodelação da estação elevatória AVR - EE 10 - Andorinhas Mataduços - Aveiro	306 979,81
Abastecimento de água à zona alta de São Silvestre - Ovar	280 242,30
Renovação da Rede de Abastecimento de Água - Fase 3 - Aveiro	272 808,04
Redes AA e AR - Pequenas ampliações 2021 -2ª Fase	256 744,23
Reabilitação de Câmaras de Visita das Redes de Águas Residuais - 4 Fase	245 135,95
Renovação de Infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento - Pavimentações em EN	241 852,20
Redes AA e AR - Pequenas ampliações 2021	235 311,02
Redes AA e AR - Pequenas ampliações 2020	234 849,69
Renovação da Rede de Abastecimento de Água - Fase 4 - Aveiro	229 298,65
Redes AA e AR - Pequenas ampliações 2022 -1ª Fase	224 893,56
Emp. Execução de trabalhos de reparação de roturas na RDAR - 2019/2020	221 925,40
Redes AA e AR - Pequenas ampliações 2021 -3ª Fase	219 656,90
Renovação das Redes de Abastecimento de Água - Fase 2 - Ílhavo	214 925,16
Emp. Execução de trabalhos de reparação de roturas na RDAR - 2021	212 120,90
Total	18 969 734,99

O valor do aumento das amortizações acumuladas reflete o valor das amortizações do exercício de 3.839.383,10 euros (nota 25) acrescido das amortizações transferidas da rubrica “Acréscimo de gastos para investimento contratual” no montante de 2.091.937,19 euros (nota 16.2), aquando da passagem de investimento contratual para ativo intangível firme.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

6.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao gasto, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados na mensuração inicial do bem.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos venham a fluir para a Empresa e o gasto possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem, ou até à próxima reparação, das duas, a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

DEPRECIAÇÕES

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada, a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdRA. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Edifícios e outras construções	10 - 75
Equipamento básico	3 - 55
Equipamento de transporte	4 - 16
Ferramentas e utensílios	4 - 10
Equipamento administrativo	4 - 10

Os terrenos não são objeto de depreciação. A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

IMPARIDADE

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário, registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

DETERMINAÇÃO DA QUANTIA RECUPERÁVEL DOS ATIVOS

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

REVERSÃO DE PERDAS POR IMPARIDADE

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

DESRECONHECIMENTO

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

VIDA ÚTIL

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

IMPARIDADE

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdRA, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdRA.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis a 31 de dezembro de 2022 e a 31 de dezembro de 2021 é como segue:

Valor Bruto	31.12.2021	Aumentos	Alienações	Transferências	31.12.2022
Edifícios e Outras Construções	388 536,10	0,00	0,00	0,00	388 536,10
Equipamento Básico	11 864,27	4 035,18	0,00	0,00	15 899,45
Equipamento de Transporte	584 921,73	35 433,80	59 187,84	0,00	561 167,69
Equipamento Administrativo	10 550,05	0,00	0,00	0,00	10 550,05
Outros Ativos Tangíveis	1 562,81	0,00	0,00	0,00	1 562,81
Total	997 434,96	39 468,98	59 187,84	0,00	977 716,10
Depreciações Acumuladas	31.12.2021	Aumentos	Alienações	Transferências	31.12.2022
Edifícios e Outras Construções	266 415,82	15 866,50	0,00	0,00	282 282,32
Equipamento Básico	2 091,96	2 747,26	0,00	0,00	4 839,22
Equipamento de Transporte	535 279,51	19 223,52	59 187,84	0,00	495 315,19
Equipamento Administrativo	10 550,05	0,00	0,00	0,00	10 550,05
Outros Ativos Tangíveis	1 562,81	0,00	0,00	0,00	1 562,81
Total	815 900,15	37 837,28	59 187,84	0,00	794 549,59
Valor Líquido	181 534,81	1 631,70	0,00	0,00	183 166,51

Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Alienações	Transferências	31.12.2021
Edifícios e Outras Construções	269 717,97	0,00	0,00	118 818,13	388 536,10
Equipamento Básico	1 884,04	9 980,23	0,00	0,00	11 864,27
Equipamento de Transporte	560 860,25	24 061,48	0,00	0,00	584 921,73
Equipamento Administrativo	10 550,05	0,00	0,00	0,00	10 550,05
Outros Ativos Tangíveis	1 562,81	0,00	0,00	0,00	1 562,81
Total	844 575,12	34 041,71	0,00	118 818,13	997 434,96
Depreciações Acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Alienações	Transferências	31.12.2021
Edifícios e Outras Construções	254 534,77	11 881,05	0,00	0,00	266 415,82
Equipamento Básico	1 884,04	207,92	0,00	0,00	2 091,96
Equipamento de Transporte	520 917,80	14 361,71	0,00	0,00	535 279,51
Equipamento Administrativo	10 550,05	0,00	0,00	0,00	10 550,05
Outros Ativos Tangíveis	1 562,81	0,00	0,00	0,00	1 562,81
Total	789 449,47	26 450,68	0,00	0,00	815 900,15
Valor Líquido	55 125,65	7 591,03	0,00	118 818,13	181 534,81

7. LOCAÇÕES

7.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As locações, nas quais a AdRA é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdRA reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A empresa reconhece separadamente o gasto financeiro relacionado com o passivo da locação e o gasto com a depreciação do ativo sob o direito de uso. A AdRA apenas tem locações enquanto locatário.

A) IDENTIFICAÇÃO DE UMA LOCAÇÃO

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado, ou, o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

SEPARAR COMPONENTES DE UM CONTRATO

Se um contrato é, ou contém, uma locação a AdRA contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a empresa (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação. A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada. A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

PRAZO DA LOCAÇÃO

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

B) CONTABILIZAÇÃO NOS LOCATÁRIOS

RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO INICIAL DA LOCAÇÃO

Na data de início da locação, a AdRA reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“*Right-of-use asset*”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE DA LOCAÇÃO

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados. As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de <i>software</i>	3
Edifícios e outras construções	1 - 40
Equipamento de transporte	1 - 4

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdRA mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

EXPEDIENTES PRÁTICOS UTILIZADOS PELA ADRA ENQUANTO LOCATÁRIO

A AdRA utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdRA é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

7.2 ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2022 e no exercício de 2021 e o respetivo movimento ocorrido naquelas datas é como segue:

Ativos sob Direito de Uso	31.12.2021		Exercício de 2022			31.12.2022		
	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido	Aumentos do exercício no valor bruto	Depreciações do exercício (nota 25)	Valor Bruto	Depreciações Acumuladas	Valor líquido
Edifícios e outras construções	5 153 605,60	577 689,61	4 575 915,99	0,00	178 422,58	5 153 605,60	756 112,19	4 397 493,41
Equipamento de transporte	801 671,20	640 159,69	161 511,51	799 420,50	203 175,20	1 601 091,70	843 334,89	757 756,81
Licenças	286 399,85	108 890,23	177 509,62	0,00	95 378,30	286 399,85	204 268,53	82 131,32
Total dos Ativos sob direito de uso	6 241 676,65	1 326 739,53	4 914 937,12	799 420,50	476 976,08	7 041 097,15	1 803 715,61	5 237 381,54

7.3 PASSIVOS DA LOCAÇÃO

Passivo de Locação	31.12.2022	31.12.2021
Não corrente	5 025 906,97	4 697 992,75
Corrente	368 808,66	307 339,23
	5 394 715,63	5 005 331,98
CAPITAL EM DÍVIDA POR NATUREZA DE ATIVO SOB DIREITO DE USO		
Edifícios e outras construções	4 615 060,95	4 744 135,44
Equipamento de transporte	779 389,42	165 437,27
Licenças	265,26	95 759,27
	5 394 715,63	5 005 331,98
FUTUROS PAGAMENTOS MÍNIMOS		
Até 1 ano	517 641,35	451 912,16
De 1 a 5 anos	1 394 322,34	1 185 702,67
Mais de 5 anos	6 517 519,77	6 684 970,58
	8 429 483,46	8 322 585,41
JUROS		
Até 1 ano	148 832,69	144 572,93
De 1 a 5 anos	552 718,36	660 806,52
Mais de 5 anos	2 333 216,78	2 511 873,98
	3 034 767,83	3 317 253,43
VALOR PRESENTE DOS PAGAMENTOS MÍNIMOS		
Até 1 ano	368 808,66	307 339,23
De 1 a 5 anos	841 603,98	524 896,15
Mais de 5 anos	4 184 302,99	4 173 096,60
	5 394 715,63	5 005 331,98

7.4 PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

Pagamentos da Locação	31.12.2022	31.12.2021
Contabilizados de acordo com o modelo único previsto na IFRS 16	545 705,65	680 607,65
Contabilizados como despesa em resultados	291 852,09	147 361,67
	837 557,74	827 969,32

8. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

8.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 10.1.

8.2 DETALHE

O valor registado em Investimentos financeiros (32.511,96 euros), diz respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho, efetuado para os colaboradores que entraram na AdRA a partir de 2014 e que se destina a constituir a compensação (até 50%) devida ao trabalhador pelo período trabalhado na AdRA, em caso de cessação do contrato de trabalho.

9. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS (DÉFICE / SUPERAVIT TARIFÁRIO)

9.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5.

9.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da Empresa adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos gastos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos.

O desvio tarifário é aprovado anualmente pela Comissão de Parceria, no âmbito dos poderes que lhe estão atribuídos conforme disposto no contrato de parceria. O desvio tarifário de 2021 foi aprovado na reunião da Comissão de Parceria a 20 de dezembro de 2022.

9.3 DETALHE E MOVIMENTO

DESVIO TARIFÁRIO PASSIVO

A AdRA evidencia nos seus documentos de prestação de contas os desvios tarifários. Entenda-se o desvio tarifário (neste caso *superavit*) como a diferença entre o volume de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos, incluindo impostos sobre os resultados e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente arrecadado em cada um dos exercícios económicos.

No ano de 2022 a Empresa gerou um *superavit* tarifário de 3.336.374,96 euros (2021: 2.797.471,44 euros) o que permitiu registar, a 31 de dezembro de 2022, um *superavit* acumulado (desvio tarifário passivo) no valor de 25.361.742,26 euros (2021: 22.025.367,30 euros). Os movimentos ocorridos na rubrica foram:

Descrição	2022	Descrição	2021
Saldo em 1 de janeiro de 2022 (<i>superavit</i>)	(22 025 367,30)	Saldo em 1 de janeiro de 2021 (<i>superavit</i>)	(19 227 895,86)
<i>Superavit</i> do período 2022	(3 336 374,96)	<i>Superavit</i> do período 2021	(2 797 471,44)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (<i>superavit</i>)	(25 361 742,26)	Saldo em 31 de dezembro de 2021 (<i>superavit</i>)	(22 025 367,30)

O desvio de recuperação de gastos de 2021 foi aprovado pela Comissão de Parceria a 20 de dezembro de 2022. O *superavit* do período de 2022 foi determinado da seguinte forma:

Descrição	2022	Descrição	2021
Resultado líquido antes do registo do <i>superavit</i> de 2022	4 280 254,18	Resultado líquido antes do registo do <i>superavit</i> de 2021	3 397 843,10
Resultado líquido 2022 = Rendimento garantido (nota 37)	943 879,22	Resultado líquido 2021 = Rendimento garantido (nota 37)	600 371,66
<i>Superavit</i> do período 2022	3 336 374,96	<i>Superavit</i> do período 2021	2 797 471,44

Refira-se que, nos termos do EVEF (Estudo de Viabilidade Económica e Financeira) anexo ao Contrato de Gestão, caso a AdRA aplicasse a IFRIC 12 na sua plenitude, e desta forma não respeitasse o clausulado contratual, o desvio tarifário passivo, no montante de 25 milhões de euros (2021: 22 milhões de euros), passaria a desvio tarifário ativo no valor de 18 milhões de euros (2021: 20 milhões de euros).

10. CLIENTES

10.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio. Face à sua atividade, a AdRA apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i) É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii) As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

AVALIAÇÃO DO MODELO DE NEGÓCIO PARA A GESTÃO DE ATIVOS FINANCEIROS

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

AVALIAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DOS FLUXOS CONTRATUAIS DOS ATIVOS FINANCEIROS (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdRA determina se os fluxos de caixa gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

RECONHECIMENTO INICIAL

Os saldos de clientes e outras contas a receber são valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdRA no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor.

Subsequentemente são mensurados ao gasto amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade.

MENSURAÇÃO SUBSEQUENTE

Os saldos de clientes e outras contas a receber são subsequentemente mensurados ao gasto amortizado de acordo com o método da taxa de juro efetivo, deduzidos de perdas por imparidade.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdRA recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdRA no curso normal da sua atividade. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

CRÉDITO ABATIDO AO ATIVO (WRITE-OFF)

A AdRA reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdRA se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes” e “Outros ativos”, a AdRA aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As perdas por imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data da demonstração da posição financeira, para que reflitam o seu valor recuperável. São registadas perdas por imparidade quando existam indicadores objetivos de que a AdRA não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: análise de incumprimento; incumprimento há mais de 6 meses; dificuldades financeiras do devedor; probabilidade de falência do devedor.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrábilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração da posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor da demonstração da posição financeira dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos. Genericamente a AdRA não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdRA decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

POLÍTICA DE DESRECONHECIMENTO

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido da demonstração da posição financeira, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor; os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido da demonstração da posição financeira qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

IMPARIDADE DE ATIVOS FINANCEIROS

No caso específico da AdRA os indicadores de imparidade alteram com os crescimentos da rede de infraestruturas assumidos, as alterações de tarifa expectáveis ou as atuais estratégias dos participantes no capital da AdRA, que conjuntamente com outros fatores poderão levar a alterações no padrão ou montante dos fluxos de caixa futuros.

As perdas por imparidade das contas a receber são calculadas essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas à avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdRA não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano.

Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdRA.

10.3 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2022	31.12.2021
PARTES RELACIONADAS (NOTA 33.2)		
Municípios	285 371,23	387 739,96
Outros parceiros	14 137,20	2 934,05
sub-total	299 508,43	390 674,01
Outros Clientes	6 835 037,88	6 675 762,73
	7 134 546,31	7 066 436,74
Imparidade (nota 27)	(2 747 286,54)	(2 673 968,71)
Sub-total	4 387 259,77	4 392 468,03
Acréscimo de rendimentos - Venda de água	1 209 108,76	1 213 685,22
Acréscimo de rendimentos - Saneamento	1 110 199,23	1 074 926,72
Total	6 706 567,76	6 681 079,97

A AdRA exerce a sua atividade em “baixa” e no final do período de 2022 tinha 167.764 clientes (2021: 165.449 clientes). A rubrica “Clientes” inclui valores a receber de partes relacionadas de 314.808,90 euros (2021: 390.674,01 euros) (ver nota 33.2). Esta rubrica inclui ainda a especialização de rendimentos de água e saneamento do período compreendido entre a última fatura de 2022 (de cada um dos clientes) e 31 de dezembro de 2022, no valor de 2.319.307,99 euros (2021: 2.288.611,94 euros).

As imparidades acumuladas no valor de 2.747.286,54 euros resultam de um valor acumulado até 2020 de 2.246.110,81 euros, acrescidos de 427.857,90 euros em 2021 e 73.317,83 euros em 2022.

O quadro em baixo apresenta a dívida vencida e não vencida detalhada por partes relacionadas e outros clientes:

	2022					
	até 2020	Vencida 2021	2022	Total	Não vencida	Total
Partes Relacionadas	81 715,29	23 276,95	63 842,28	168 834,52	130 673,91	299 508,43
Outros Clientes	2 082 680,22	357 121,38	440 716,79	2 880 518,39	3 954 519,49	6 835 037,88
Total	2 164 395,51	380 398,33	504 559,07	3 049 352,91	4 085 193,40	7 134 546,31

	2021				Não vencida	Total
	até 2019	Vencida 2020	2021	Total		
Partes Relacionadas	114 957,17	391,30	154 449,99	269 798,46	120 875,55	390 674,01
Outros Clientes	1 748 344,04	408 638,04	696 800,49	2 853 782,57	3 821 980,16	6 675 762,73
Total	1 863 301,21	409 029,34	851 250,48	3 123 581,03	3 942 855,71	7 066 436,74

O quadro em baixo apresenta o risco de crédito dos clientes:

Segmento de negócio	Negócio "Baixa"				Empresas do Grupo	Total
Tipologia de clientes	Municípios (1)	Estado e Setor Público (2)	Outros (3)	Total		
Risco	Baixo	Baixo	Médio		Baixo	
Exposição bruta	285 371,23	289 972,53	8 864 373,34	9 439 717,10	14 137,20	9 453 854,30
Imparidade	0,00		-2 747 286,54	-2 747 286,54	0,00	-2 747 286,54
Exposição líquida	285 371,23	289 972,53	6 117 086,80	6 692 430,56	14 137,20	6 706 567,76

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais
(2) Inclui organismos públicos e Administração Central do Estado
(3) Inclui clientes domésticos, comércio e indústria

11. OUTROS ATIVOS

11.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 10. I – Clientes
- 17.1 – Subsídios ao investimento

11.2 DETALHE E MOVIMENTO

OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Esta rubrica em 2022 registou um valor de 62.926.435,50€ (2021: 66.012.823,80€) correspondente aos adiantamentos realizados aos Municípios, desde o início da constituição da AdRA, por conta da retribuição associada ao direito de exploração do sistema (nota 2.2.7).

Os movimentos registados nesta rubrica foram os seguintes:

Descrição	2022	Descrição	2021
Saldo em 1 de janeiro de 2022	66 012 823,80	Saldo em 1 de janeiro de 2021	68 944 933,96
Rendas dos Municípios 2022	(4 214 947,48)	Rendas dos Municípios 2021	(4 022 125,16)
Juros obtidos dos adiantamentos aos municípios 2022 (nota 31)	1 128 559,18	Juros obtidos dos adiantamentos aos municípios 2021 (nota 31)	1 090 015,00
Saldo em 31 de dezembro de 2022	62 926 435,50	Saldo em 31 de dezembro de 2021	66 012 823,80

Estes adiantamentos serão consumidos pelas rendas a pagar aos Municípios que se vencem aquando da formação do rédito operacional (volume de negócios) e são acrescidos pelos juros obtidos. Em 2022 as rendas ascenderam a 4.214.947,48 euros determinados da seguinte forma:

Descrição	2022	Descrição	2021
Vendas e prestações de serviços de 2022 (nota 2.1.2)	77 911 737,20	Vendas e prestações de serviços de 2021 (nota 2.1.2)	69 633 316,59
Exclusão do rédito referente à IFRIC12 / IAS11 e dos arredondamentos de faturação	(19 878 589,76)	Exclusão do rédito decorrente da aplicação da IFRIC12 /IAS11	(14 255 027,07)
Vendas e prestações de serviços de 2022 (nota 2.1.2)	58 033 147,44	Vendas e prestações de serviços de 2021 (nota 2.1.2)	55 378 289,52
Percentagem acordada com os Municípios (nota 2.2.7)	7,26%	Percentagem acordada com os Municípios (nota 2.2.7)	7,26%
Rendas suportadas pela AdRA em 2022	4 214 947,48	Rendas suportadas pela AdRA em 2021	4 022 125,16

De acordo com a cláusula 10ª do contrato, a retribuição vence-se aquando da efetivação do Volume de Negócios. Enquanto não for gerado o Volume de Negócios, e por esta via a retribuição que permita consumir a totalidade do adiantamento, os Municípios permanecerão como devedores à AdRA.

OUTROS ATIVOS CORRENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Subsídio ao Investimento (nota 17.2)	1 607 926,16	605 017,60
Outros devedores	1 336 521,70	1 222 573,07
Gastos a reconhecer	266 658,57	169 611,13
Pessoal	2 715,00	6 928,94
Adiantamentos a fornecedores	7 158,20	3 027,75
Fundos de Compensação e Garantia do Trabalho	0,00	621,99
IVA a receber	357 398,36	208 883,61
Outras Tributações - ADSE	0,00	36,72
Total	3 578 377,99	2 216 700,81

SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO

O montante registado nesta rubrica representa o montante que a AdRA prevê receber em 2023: 1.607.926,16 euros. Até à data de aprovação de contas pelo Conselho de Administração, foi recebido, por parte do POSEUR e do REACT o montante de 823.896,99 euros.

OUTROS DEVEDORES

Esta rubrica inclui 1.185.647,68 euros (2021: 1.070.211,85 euros) a receber dos clientes da AdRA incluídos na sua faturação e provenientes de Resíduos Sólidos Urbanos que serão pagos aos municípios (nota 19.2), assim que sejam recebidos dos clientes, mas cuja receita é dos Municípios, e 145.151,18 euros (2021: 147.062,22 euros) de devedores diversos referente a dívidas de empreiteiros (referentes a ramais e condutas) e município de Ílhavo (referente a refaturação de projeto de Redes de Águas Residuais).

GASTOS A RECONHECER

Esta rubrica inclui 244.597,22 euros referentes a seguros (2021:155.621,47 euros), 21.905,09 euros referentes a gastos a reconhecer de contratos diversos (2021: 13.989,66 euros).

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Da análise das rubricas referentes ao Estado e outros entes públicos destaca-se o aumento verificado a nível do IVA a receber de cerca de 148 mil euros, relacionado com a atividade normal da empresa.

12. INVENTÁRIOS

12.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo entre o gasto de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da Empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o gasto médio.

12.2 DETALHE E MOVIMENTO

Esta rubrica inclui matérias-primas e subsidiárias no montante de 2.058.865,52 euros (2021: 1.447.351,87 euros).

	31.12.2022	31.12.2021
Matérias Subsidiárias	16 250,53	15 225,66
Mercadorias	2 042 614,99	1 432 126,21
Total	2 058 865,52	1 447 351,87

O aumento das mercadorias refere-se essencialmente a contadores adquiridos no âmbito do término de um procedimento com o objetivo de ganho face ao aumento do preço unitário dos mesmos em procedimentos futuros.

13. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

13.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos correntes de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses (contados a partir da data da demonstração da posição financeira) e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na demonstração da posição financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

13.2 DETALHE

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa	2 99,11	2 939,82
Depósitos à ordem	344 248,47	512 987,61
	347 247,58	515 927,43
Descobertos bancários	0,00	0,00
	347 247,58	515 927,43

14. CAPITAL PRÓPRIO

14.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

CLASSIFICAÇÃO

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

CAPITAL

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os gastos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

DIVIDENDOS

Os dividendos são reconhecidos como passivo, quando declarados, deduzidos de retenção na fonte, quando aplicável.

14.2 CAPITAL SOCIAL

	% Capital	Capital subscrito 31.12.2022	Capital subscrito 31.12.2021
AdP SGPS	51,00%	8 925 000,00	8 925 000,00
Aveiro	17,35%	3 035 550,00	3 035 550,00
Ílhavo	8,28%	1 449 175,00	1 449 175,00
Ovar	8,28%	1 449 175,00	1 449 175,00
Albergaria-a-Velha	6,37%	1 114 750,00	1 114 750,00
Estarreja	5,15%	900 375,00	900 375,00
Oliveira do Bairro	2,94%	514 500,00	514 500,00
Águeda	0,49%	85 750,00	85 750,00
Murtosa	0,05%	8 575,00	8 575,00
Sever do Vouga	0,05%	8 575,00	8 575,00
Vagos	0,05%	8 575,00	8 575,00
Total	100,00%	17 500 000,00	17 500 000,00

O capital social da AdRA é de 17.500.000,00 euros, representado por três milhões e meio de ações da classe A, cada qual com o valor nominal de 5,00 euros.

14.3 RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado líquido	943 879,22	600 371,66
Número de acções (5,00Eur/cada)	3 500 000	3 500 000
Número médio de acções	3 500 000	3 500 000
Resultado por acção	0,27	0,17

14.4 RESERVAS E OUTROS AJUSTAMENTOS, RESULTADOS TRANSITADOS E RESULTADO LÍQUIDO

MOVIMENTOS DO PERÍODO

	31.12.2021	Afec. Res. Líquido	Dividendos (nota 37)	Res. Líquido (nota 37)	31.12.2022
Reservas e outros ajustamentos	644 709,07	30 018,58	0,00	0,00	674 727,65
Resultados transitados	0,00	570 353,08	570 353,08	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício	600 371,66	(600 371,66)	0,00	943 879,22	943 879,22
Total	1 245 080,73	0,00	570 353,08	943 879,22	1 618 606,87

Na Assembleia Geral de 16 de março de 2022 os acionistas aprovaram as contas do exercício de 2021 e a aplicação de resultados. A diferença entre o valor dos dividendos constantes no quadro supra (570.353,08 euros) e o valor pago (511.663,40 euros) constante na demonstração dos fluxos de caixa refere-se ao imposto, conforme melhor explicado na nota 37.

15. PROVISÕES

15.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdRA divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota.

Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos.

As provisões são mensuradas ao valor presente, à data da demonstração da posição financeira, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

ATIVOS CONTINGENTES

Ativos contingentes são potenciais ativos da AdRA que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdRA procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

PASSIVOS CONTINGENTES

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da AdRA. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras.

A AdRA procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

15.2 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A AdRA analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdRA é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

15.3 DETALHE E MOVIMENTO

Em 2016 foi criada a provisão no valor de 576.326 euros no âmbito de um processo executivo relativo a um contrato de empreitada. No seguimento da decisão judicial de novembro de 2022, o valor foi fixado em 313.961,00 euros, tendo-se revertido 262.365 euros. Desta decisão foi enteposto recurso pela AdRA, pelo que este processo não se encontra concluído.

Relativamente aos processos provisionados desde 2019, mantêm-se as provisões (16.000 euros e 56.043 euros) respeitantes aos processos do foro laboral por ainda se encontrarem em curso, tendo a AdRA obtido um desfecho favorável no processo que diz respeito a um pedido de indemnização associado a um rebentamento de um cano de saneamento em casa de um cliente, razão pela qual foi revertida a provisão no valor de 20.316 euros.

No que concerne a duas contraordenações ambientais da APA, a AdRA impugnou judicialmente as decisões da APA/ARHC, que resultaram na aplicação à empresa de duas coimas, de 12.000 euros cada. Ainda assim, a AdRA constituiu duas provisões no mesmo montante, face à probabilidade de desfecho desfavorável.

	31.12.2021	Aumento	Utilização	Reversão	31.12.2022
Processos judiciais	668 685,44	24 000,00	0	282 681,72	410 003,72

PROCESSOS JUDICIAIS E DE CONTENCIOSO ADMINISTRATIVO, PENDENTES A 31.12.2022

Os processos judiciais e de contencioso existentes com a AdRA, encontram-se identificados no quadro infra, sendo que, para aqueles em que se considerou provável um desfecho desfavorável para a AdRA, foram reconhecidas as devidas provisões, indicadas no mesmo quadro.

Tipo de Ação	Breve descrição da Ação	Valor da provisão na contabilidade (euros)	Probabilidade de desfecho desfavorável à empresa (a)
Outros	TAFa_p85/13.0BEAVR/-A/ e /-B-A (execução de sentença) - em causa ao valor de indemnização (Dr. Zacarias de Carvalho). Valor: €313.960,72	313 961 €	provável
Outros	AAC - TAFa - pedido de indemnização - P448/14.3BEAVR - acidente com bicicletas em obra - (Dr. Pedro Martins). Valor: €22.722,99		possível
Outros	Processo n.º 3/16.3BEAVR - AAC-TAFa-pedido de indmenização cível - acidente em obra - zona sul de Vagos - €15.433,00 (dr. Pedro Martins)		possível
Contraordenações	Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - ARHC.DAAF.00087.2016_ violação do arte. 81º, n.º 3, al. u), RURH - descarga AR para estrada e meio, através de tampa de saneamento		possível
Laboral	AAC - TAFa - p35/17.4BEAVR - reconhecimento do dto a remuneração superior, com pagamentod e diferenças salariais devidas (Dra. Isabel Amado) valor: €16.000,00	16 000 €	provável
Outros	AAC - TAFa - pedido de indemnização - P62/17.1BEAVR - acidente na via por causa de sinal em infraestrutura (Ovar). Valor:€18.099,68		possível
Outros	AAC - TAFa - p548/17.8BEAVR - pedido indemnização - corte de cabo elétrico na via que abastecia imóvel - Ovar. Valor: €3.712,00		possível
Outros	AAC - TAFa - p984/17.0BEAVR - pedido indemnização - dano automóvel em tampa de infarestrutura - Ílhavo. Valor: €28.032,64		possível
Contraordenações	IGAMAOT - NUP Sim/11496/CAJ/17_atividade de resíduos não licenciada-		possível
Outros	AAC - TAFa- p666/18.5BEAVR - pedido indemnização -buraco na via obra - Ovar- Valor: €9.608,00		possível
Outros	AAC - TAFa- p733/18.5BEAVR - pedido indemnização -acidente buraco na via obra - Aveiro. Valor: €1.872,54		possível
Outros	AAC - TAFa- p779/18.3BEAVR - pedido indemnização -acidente buraco na via obra - Ovar. Valor: €1.815,53		possível
Contraordenações	APA - ARHC.DAAF.00063.2018_violação do arte. 81º, n.º 3, al. a) e f), RURH - Falta de licença de utilização/TURH – descarga AR para meio hídrico		possível
Contraordenações	APA - ARHC.DAAF.00064.2018_violação do arte. 81º, n.º 3, al. a) e f), RURH - Falta de licença de utilização/TURH – descarga AR para meio hídrico -		possível
Contraordenações	APA - ARHC.DAAF.00066.2018_violação do arte. 81º, n.º 3, al. f), RURH - – descarga AR para meio hídrico -		possível
Outros	AAC - TAFa- 509/19.2BEAVR - pedido indemnização -buraco na via obra - Ovar. Valor: €579,64		possível
Contraordenações	APA - ARHC.DAAF.00148.2018_violação do arte. 81º, n.º 3, al. u), RURH - descarga AR para meio hídrico - Dr. Pedro Martins		possível
Contraordenações	APA - ARHC.DAAF.000170.2018_violação do arte. 81º, n.º 3, al. f), RURH - falta de TURH e descarga- Dr. Pedro Martins		possível
Contraordenações	IGAMAOT-nui/co/001367/17.7amb_exercício de atividade sem licença ambiental		possível
Outros	AAC - TACLisboa- 243/19.3BELSB - nulidade de atos + pedido indemnização (AdP). Valor: €35.337,69 - Dra. Cláudia Afonso Carvalho - ADP		possível
Contraordenações	Auto 931411742 - obras sem autorização - Sever do Vouga €700 a 3.500,00		possível
Contraordenações	Auto 931411890 - obras sem autorização - Sever do Vouga €700 a 3.500,00		possível
Contraordenações	Auto 931412064 - obras sem autorização - Sever do Vouga €700 a 3.500,0		possível
Outros	AAC- TAFa - p763/18.7BEAVR _acidente em tampa na via - Águeda. Valor:€6.793,73		possível

Tipo de Ação	Breve descrição da Ação	Valor da provisão na contabilidade (euros)	Probabilidade de desfecho desfavorável à empresa (a)
Contraordenações	Auto 933812302 - Intervenção na rua do Barril - Mourisca do Vouga sem licença entidade competente. Valor:€700,00		possível
Laboral	APC - P3944/19.2T8AVR - Tribunal Judicial da Comarca de Aveiro - Juízo de trabalho de Aveiro - Reconhecimento de categoria de técnico B e pagamento das diferenças salariais desde 2010 . Indemnização por danos não patrimoniais (Sociedade de Advogados BAS). Valor:€56.043,00	56 043 €	provável
Contraordenações	APA - ARHC.DAAF.00123.2019_violação do arte. 81º, n.º 3, al. u), RURH - descarga AR para meio hídrico (Dr. Pedro Martins)		possível
Outros	AAC - TAFa - p779/20.3BEAVR - pedido indemnização -O veículo da autora despistou-se e tombou na berma da estrada, por motivo de abatimento do piso da via de circulação rodoviária. Valor: €6.445,00		possível
Contraordenações	APA - ARHC.DAAF.00101.2020_violação do arte. 81º, n.º 3, al. a), RURH - descarga AR para meio hídrico (Dr. Pedro Martins)	€00,00 (admoestação)	provável
Outros	AAC - TAFa- p 808/18.0BEAVR - pedido indemnização -O veículo da autora embateu numa tampa da caixa de saneamento que se encontrava solta na via de circulação. Valor:€2.665,78		possível
Outros	AAC - Tribunal judicial de Aveiro - p 2184/20.2T8AVR- pedido indemnização -Inundção nas partes comuns do prédio e danos nas frações privadas - Decorrente da substituição dos contadores. Valor:€7.435,60		possível
Outros	AAC - TAFa - p386/20.0BEAVR - Pedido indemnização -Prejuízos causados pela contrução da ETAR SUL na propriedade do autor - Contrução de infraestruturas que diminuem os impactos na propriedade do autor. Valor:€148.000,00 - Dr. Pedro Martins		possível
Outros	AAC - Tribunal judicial de Estarreja - p 666/20.5T8ETR - pedido indemnização -a título de danos patrimoniais e danos não patrimoniais por ocupação indevida do terreno por parte do empreiteiro. Valor:€18.750,00		possível
Contraordenações	Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - ARHC.DAAF.00153.2020_violação do arte. 81º, n.º 3, al. a) RURH - Falta de licença de utilização/ TURH – descarga AR para meio hídrico (Dr. Pedro Martins) - €12.000,00	12 000 €	provável
Contraordenações	Agência Portuguesa do Ambiente (APA) - ARHC.DAAF.00158.2020_violação do arte. 81º, n.º 3, al. a) RURH - Falta de licença de utilização/ TURH – descarga AR para meio hídrico (Dr. Pedro Martins) - €12.000,00	12 000 €	provável
Outros	AAC - TAFa - OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. - p865/20.0BELSB - A autora, "OCIDENTAL - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.", requereu anulação do ato de adjudicação quanto ao Lote I - Seguros de Saúde". Valor: €3.329.296,26 (Dra. Vera Alves)		possível
Contraordenações	APA - ARHC.DAAF.00067.2020_violação do arte. 81º, n.º 3, al. a), RURH - descarga AR para meio hídrico		possível
Outros	AAC - TAFa- 350/21.2BEAVR - pedido indemnização -Danos causados pela rutura junto a um contador decorrente de um serviço prestado pela Enviman – Manutenção de Sistemas Ambientais, Lda. Aveiro. Valor:€580,00		possível
Contraordenações	APA - ARHC.DAAF.00039.2021_violação do art. 81º e seguintes RURH - descarga AR pelas tampas de saneamento, rua da Fonte, Eixo, junto às habitações, e na estrada de terra batida que faz ligação da ERSUC (Rua do Cabeço)		possível
Outros	AAC - TAFa - p540/21.8BEAVR - reconhecimento do dto a remuneração superior, com pagamento de diferenças salariais devidas (Dra. Isabel Amado). Valor:€23.000,00		possível
Outros	AAC - TAFa - p. 451/21.7BEAVR - pedido de indemnização - danos no imóvel decorrentes de obra (brechas/fendas). Valor €16.000,00		possível
Outros	JP - Julgados de Paz - p.159/2022-JP - Responsabilidade extracontratual - Danos em veículo automóvel. Valor €2.880,00		possível
Outros	AAC - TAFa - p.27/22.1BEAVR - pedido de indemnização - danos em veículo automóvel por embate num buraco. Valor €9.530,04		possível
Outros	AAC - TAFP - P501/22.0BEAVR - Impugnação de ato administrativo/ anulação do ato de decisão de aplicação de sanções. Valor €41.894,72		possível
Contraordenações	Auto n.º 2 96817465 - Falta de autorização das entidades competentes. Valor €700,00		possível
Contraordenações	Auto n.º 2 9683842 - Falta de autorização das entidades competentes. Valor €700,00		possível
Outros	AAC - TAFa - p.691/22.1BEAVR - Indemnização por danos causados por inundação. Valor €22.061,88		possível
Total		410 004 €	

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

Garantias			
Data	Prestada por	Montante (€)	Beneficiário
7/nov/12	BES / NovoBanco	30 600	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
13/set/13	BES / NovoBanco	1 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
22/out/13	BES / NovoBanco	2 281	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
26/fev/14	BES / NovoBanco	17 031	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
7/mai/14	BES / NovoBanco	64 773	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
16/jun/14	BES / NovoBanco	1 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
15/dez/14	BES / NovoBanco	1 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
16/jan/15	BES / NovoBanco	1 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
7/abr/15	BES / NovoBanco	2 840	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
5/jul/16	BancoBIC	1 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
7/jul/16	BancoBIC	27 033	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
30/nov/16	BancoBIC	16 200	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
21/fev/17	BancoBIC	15 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
22/mai/17	BancoBIC	9 747	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
13/jul/17	BancoBIC	23 742	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
9/nov/17	BancoBIC	16 200	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
3/jan/18	BancoBIC	5 940	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
23/jan/18	BancoBIC	10 474	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
29/jan/18	BancoBIC	34 200	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
29/jan/18	BancoBIC	60 786	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
14/fev/18	BancoBIC	10 980	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
17/set/18	BancoBIC	3 960	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
25/set/18	BancoBIC	1 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
26/out/18	BancoBIC	3 600	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
7/nov/18	BancoBIC	16 290	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
11/jun/19	BancoBIC	4 410	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
17/set/20	BancoBIC	15 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
21/out/20	BancoBIC	23 760	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
21/out/20	BancoBIC	24 660	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
28/jan/21	BancoBIC	46 260	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
8/mar/21	BancoBIC	12 330	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
8/mar/21	BancoBIC	1 530	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
30/abr/21	BancoBIC	49 140	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
23/ago/21	BancoBIC	15 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
21/jan/22	BancoBIC	3 420	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
28/mar/22	BancoBIC	5 060	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
2/set/22	BancoBIC	15 000	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
2/set/22	BancoBIC	53 946	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
8/ago/22	BancoBIC	4 050	IP - Infraestruturas de Portugal, SA
		651 243	

16. ACRÉSCIMO DE GASTOS DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

16.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

16.2 DETALHE E MOVIMENTO

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	73 106 839,87	67 636 710,75
Realização do investimento (nota 5.3)	(2 091 937,19)	(2 674 429,24)
Acréscimo do período (nota 25)	8 337 979,95	8 144 558,36
Total	79 352 882,63	73 106 839,87

17. SUBSÍDIO AO INVESTIMENTO

17.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdRA cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos no passivo não corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes.

17.2 DETALHE E MOVIMENTO

Ao abrigo do Aviso POSEUR-12-2016-38 do programa Portugal 2020, em 2022 foi recebida, em acertos de saldos finais, uma comparticipação de cerca de 46 mil euros, totalizando um valor acumulado de 5,361 milhões de euros.

No âmbito das candidaturas ao Aviso n.ºPOSEUR-12-2017-05 - Ciclo Urbano da Água (CUA), a AdRA recebeu, em 2022, uma comparticipação de 69 mil euros, totalizando o valor acumulado recebido de 9,170 milhões de euros. No final de 2022, as onze operações desta candidatura encontravam-se em processo de encerramento.

No que concerne o aviso POSEUR-12-2018-18 - Perdas de Água nos Sistemas em Baixa do programa Portugal 2020, a AdRA recebeu em 2022 uma comparticipação de 31 mil euros, totalizando um valor acumulado de 1,290 milhões de euros.

No decorrer do ano de 2022, a AdRA obteve aprovação da candidatura do REACT, aviso n.º POCI-H1-2021-18, na qual fazem parte duas empreitadas. Em 2022, a AdRA registou um montante recebido de 2,037 milhões de euros, dos 3 milhões de euros aprovados.

Os quatro avisos acima referidos totalizam uma comparticipação recebida acumulada até 31 de dezembro de 2022 no valor de 17,858 milhões de euros.

O reconhecimento como rendimento do subsídio de investimento é feito com base no mesmo método da amortização dos ativos subjacentes (nota 25).

Em 2022, o reconhecimento do subsídio foi de 777.707,14 euros (2021: 687.740,29 euros) referente às candidaturas ao POVT, POSEUR e REACT.

Em seguida é apresentado o detalhe dos movimentos ocorridos no período de 2022:

	2022	2021
Saldo em 1 de janeiro de 2022	35 332 111,33	Saldo em 1 de janeiro de 2021 36 019 851,62
Reconhecimento em resultados de 2022	(777 707,14)	Reconhecimento em resultados de 2021 (687 740,29)
Novas Candidaturas POSEUR/REACT aprovadas/reprogramações	3 184 225,57	Novas Candidaturas POSEUR aprovadas/reprogramações (0,00)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	37 738 629,76	Saldo em 31 de dezembro de 2021 35 332 111,33

No seguimento da notificação recebida a 26 de janeiro de 2022, a informar quanto à constituição da AdRA como devedora de Fundo de Coesão, no valor de 568.222,36€, no âmbito da operação POSEUR-03-2012-FC-000325 referente à empreitada CNT-013085 “Ligação da Produção e Adução das Águas do Carvoeiro (sistema alta) a partir de À-dos-Ferreiros (concelho de Águeda) à Rede de Distribuição de Talhadas, Paradela e Cedrim”, pelo facto da operação na freguesia de Talhadas se encontrar não operacional, o que determinou não elegível o valor de 673.165,25€, a que corresponde um montante de Fundo de Coesão de 568.222,36€, a AdRA pronunciou-se nos termos do Código de Procedimento Administrativo contra a constituição da referida dívida, pelo facto do atraso no início da exploração na freguesia de Talhadas se dever a razões supervenientes à decisão de aprovação da candidatura e não imputáveis à AdRA, aguardando-se uma solução favorável do Poseur.

18. EMPRÉSTIMOS

18.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos”, “Fornecedores e Outros passivos não correntes” e “Fornecedores”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdRA apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AdRA liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

RECLASSIFICAÇÃO ENTRE CATEGORIAS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

18.2 DETALHE E MOVIMENTO

MOVIMENTO NOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	31.12.2022	31.12.2021
Suprimentos AdP SGPS (nota 33.2)	16 090 909,11	58 500 000,02
BEI V	45 000 000,00	0,00
Empréstimos - Não Correntes	61 090 909,11	58 500 000,02
Suprimentos AdP SGPS (nota 33.2)	5 109 090,90	5 859 090,90
Acréscimo de gastos com juros de empréstimos	237 971,98	216 376,27
Empréstimos - Correntes	5 347 062,88	6 075 467,17
Total de Empréstimos	66 437 971,99	64 575 467,19

EMPRÉSTIMOS POR MATURIDADE

	31.12.2022	31.12.2021
Até 1 ano	5 347 062,88	6 075 467,17
De 1 a 2 anos	12 909 090,90	54 409 090,90
De 2 a 3 anos	909 090,90	909 090,90
De 3 a 4 anos	909 090,90	909 090,90
De 4 a 5 anos	3 812 316,70	909 090,90
Superior a 5 anos	42 551 319,71	1 363 636,42
	66 437 971,99	64 575 467,19

Refira-se que os empréstimos da AdRA correspondentes aos suprimentos e ao apoio à tesouraria da AdP apresentam taxa de juro variável. O empréstimo do BEI apresenta uma taxa fixa a 20 anos. A AdRA não detém garantias associadas aos empréstimos, uma vez que os empréstimos com utilizações ativas correspondem a linhas de suprimentos ou de apoio à tesouraria da AdP, o empréstimo BEI V foi negociado sem qualquer garantia e o descoberto autorizado da banca comercial (que não está a ser utilizado) resulta de um contrato grupado negociado pela *holding*.

Em consequência do montante e maturidade envolvida no empréstimo do BEI (taxa fixa a 20 anos) e ao facto da escassez de comparativos sustentados de mercado que permitam avaliar a que taxas de financiamento alternativas ao BEI o Grupo AdP se poderia financiar, os empréstimos obtidos junto do BEI encontram-se valorizados ao custo amortizado, no pressuposto de que o mesmo não difere significativamente do seu valor nominal.

O quadro seguinte apresenta os fluxos de caixa realizados em 2022 associados aos empréstimos da AdRA:

Empréstimo	Saldo inicial (31 dez 21)	Utilizações	Amortizações	Saldo final (31 dez 22)
Linha Suprimentos AdP MLP I	53 500 000,00	3 500 000,00	45 000 000,00	12 000 000,00
Linha Suprimentos AdP MLP II	5 909 090,92	0,00	909 090,91	5 000 000,01
Linha Apoio Tesouraria AdP	4 950 000,00	4 200 000,00	4 950 000,00	4 200 000,00
Descoberto autorizado CGD	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimo BEI V	0,00	45 000 000,00	0,00	45 000 000,00
Total	64 359 090,92	52 700 000,00	50 859 090,91	66 200 000,01

Em 2022, à semelhança dos últimos anos, foi privilegiada a utilização dos suprimentos da *holding* ou Banco Europeu de Investimento (BEI) em detrimento do recurso às linhas de financiamento junto da banca comercial. Assim, manteve-se o recurso ao contrato de suprimentos de médio prazo cujo limite foi aditado, em novembro de 2022, de 55 para 60 milhões de euros (Linha de suprimentos AdP I no quadro em cima) e cuja utilização foi amortizada a 15 de dezembro de 2022 em 45 milhões de euros por via do desembolso do empréstimo do BEI V, resultando numa utilização, a 31 de dezembro de 2022, de 12 milhões de euros.

Manteve-se igualmente o recurso ao contrato de suprimentos de médio e longo prazo da AdP associado a uma emissão obrigacionista a 12 anos (Linha de suprimentos AdP II no quadro em cima), celebrado em 2016 e que a 31 de dezembro de 2022 apresenta o valor de 5 milhões de euros.

A nível de apoio à tesouraria manteve-se a linha da AdP com um limite de 5 milhões de euros, que a 31 de dezembro de 2022 apresenta uma utilização de 4,2 milhões de euros.

Relativamente à banca comercial, permaneceu disponível a linha do contrato grupado a médio prazo com a CGD no valor de 7,0 Milhões de euros, pesa embora a mesma não ter sido utilizada.

O quadro seguinte apresenta os plafonds não utilizados das linhas de CP e MLP:

	31.12.2022	31.12.2021
Bancos e Suprimentos - Expira num ano (taxa variável)	800 000,00	50 000,00
Bancos e Suprimentos - Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	55 000 000,00	8 500 000,00
Total	55 800 000,00	8 550 000,00

19. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

19.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdRA adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

19.2 DETALHE

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos a reconhecer (DUI)	79 040 961,83	80 810 388,98
Cauções Fornecedores	1 850 882,21	883 406,60
Total	80 891 844,04	81 693 795,58

RENDIMENTOS A RECONHECER (DUI)

A quantia da rubrica rendimentos a reconhecer (DUI) é igual ao montante que foi registado em 2010 como ativo intangível (98.118.261 euros: nota 5.3), deduzido do seu consumo. O seu valor é consumido na mesma cadência e em igual montante ao da amortização do referido intangível.

Detalhe dos movimentos ocorridos:

Descrição	2022	Descrição	2021
Saldo em 1 de janeiro de 2022	80 810 388,98	Saldo em 1 de janeiro de 2021	82 523 144,69
Depreciação do DUI de 2022 (nota 29)	(1 769 427,15)	Depreciação do DUI de 2021 (nota 29)	(1 712 755,71)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	79 040 961,83	Saldo em 31 de dezembro de 2021	80 810 388,98

CAUÇÕES DE FORNECEDORES

Esta rubrica no valor de 1.850.882,21 euros (2021: 883.406,60 euros) diz respeito aos valores retidos aos fornecedores a título de garantias de obra.

FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS CORRENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores partes relacionadas	1 307 893,50	1 194 702,10
Fornecedores gerais	1 128 102,91	951 463,11
Fornecedores de investimentos	988 458,85	496 376,65
Fornecedores faturas em receção e conferência	777 174,65	296 175,36
Sub -total fornecedores	4 201 629,91	2 938 717,22
Outros credores	3 012 279,91	3 521 688,46
Acréscimos com férias e subsídio de férias	895 587,02	850 651,65
Outros acréscimos e diferimentos	1 009 916,52	470 508,91
Sub-total outros passivos correntes	4 917 783,45	4 842 849,02
IVA a pagar	0,00	3 092,38
Retenções - Imp. Sobre Rendimentos	65 274,69	58 046,20
Contribuições- Segurança social	68 908,81	57 450,98
Outras tributações - C.G. Aposentações	74 451,26	81 731,37
Outras Tributações - TRH	720 079,55	308 803,42
Sub-total EOEP	928 714,31	509 124,35
Total Fornecedores e outros Passivos correntes	10 048 127,67	8 290 690,59

O acréscimo registado no saldo dos fornecedores, face a 2021, está relacionado essencialmente com o aumento registado em 2022 da rubrica de fornecimentos e Serviços Externos (FSE) e de investimento, o que se reflete diretamente no saldo de fornecedores gerais e de fornecedores de investimento.

OUTROS CREDITORES

Esta rubrica inclui, entre outros, 2.021.356,57 euros (2021: 1.988.455,62 euros) de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) que são incluídos nas faturas emitidas pela AdRA, mas cuja receita é dos Municípios (nota 11.2); 73.175,61 euros (2021: 70.345,31 euros) referente a cauções de clientes e 866.030,65 euros (2021: 1.427.292,19 euros) relativo a cauções de fornecedores. Refira-se que o valor corrente

das cauções dos fornecedores em 2022 é inferior ao de 2021 uma vez que em 2022 há menos garantias em que o prazo de 5 anos se encontra a terminar, quando comparado com 2021.

ACRÉSCIMOS COM FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS

Esta rubrica representa a estimativa de encargos com férias e subsídios de férias relativas a 2022 a liquidar no decorrer no período de 2023.

OUTROS ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Esta rubrica conta com 885.564,57 euros de gastos diversos (2021: 470.383,72euros) de onde se destaca o valor de 388.526,00 euros de gastos com o pessoal e o valor de 354.558,00 euros de energia fornecida pela Axpo, 84.317,81 euros relativo ao acerto do fee de gestão (2021: -30.227,02 euros); 27.666,14 euros (2021: 17.984,21 euros) relativo a trabalhos especializados, 12.368,00 euros de acréscimos de gastos de conservação e manutenção (2021: 12.368,00 euros).

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Da análise das rubricas referentes ao Estado e outros entes públicos destaca-se a variação verificada a nível da TRH, que em 2022 registou o valor de 720.079,55 euros face ao valor de 308.803,42 euros registado em 2021. Este acréscimo decorre da AdCL ter faturado menos do que estava previsto, uma vez que o volume de caudal entregue em alta foi inferior ao estimado; de uma nota de crédito da AdCL em 2022 a corrigir o valor faturado de TRH de 2021; bem como do facto de, em 2022, termos mais clientes face ao ano anterior o que levou a um aumento da TRH faturada.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS9

Tal como evidenciado no quadro em baixo, nenhum dos ativos e passivos financeiros está mensurado ao justo valor.

	Ativos financeiros pelo custo amortizado (*)	Passivos financeiros ao custo amortizado (*)	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2022
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	214 085 656,67	214 085 656,67
Ativos tangíveis	0,00	0,00	0,00	183 166,51	183 166,51
Ativos sob direito de uso	0,00	0,00	0,00	5 237 381,54	5 237 381,54
Investimentos financeiros	32 511,96	0,00	32 511,96	0,00	32 511,96
Impostos diferidos ativos	0,00	0,00	0,00	30 038 056,97	30 038 056,97
Outros ativos não correntes	62 926 435,50	0,00	62 926 435,50	0,00	62 926 435,50
Inventários	0,00	0,00	0,00	2 058 865,52	2 058 865,52
Clientes	6 706 567,76	0,00	6 706 567,76	0,00	6 706 567,76
Outros ativos correntes	3 220 979,63	0,00	3 220 979,63	357 398,36	3 578 377,99
Caixa e depósitos bancários	347 247,58	0,00	347 247,58	0,00	347 247,58
Total do ativo	73 233 742,43	0,00	73 233 742,43	251 960 525,57	325 194 268,00
Fornecedores e outros passivos não correntes	0,00	80 891 844,04	80 891 844,04	0,00	80 891 844,04
Subsídio ao Investimento	0,00	0,00	0,00	37 738 629,76	37 738 629,76
Acréscimo de gastos para investimento contratual	0,00	0,00	0,00	79 352 882,63	79 352 882,63
Desvio de recuperação de gastos (Superavit tarifário)	0,00	0,00	0,00	25 361 742,26	25 361 742,26
Impostos diferidos passivos	0,00	0,00	0,00	50 020,61	50 020,61
Financiamentos obtidos não correntes	0,00	61 090 909,11	61 090 909,11	0,00	61 090 909,11
Passivos da Locação não correntes	0,00	0,00	0,00	5 025 906,97	5 025 906,97
Financiamentos obtidos correntes	0,00	5 347 062,88	5 347 062,88	0,00	5 347 062,88

	Ativos financeiros pelo custo amortizado (*)	Passivos financeiros ao custo amortizado (*)	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2022
Passivos da Locação correntes	0,00	0,00	0,00	368 808,66	368 808,66
Provisões para riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	410 003,72	410 003,72
Fornecedores e outros passivos correntes	0,00	9 119 413,36	9 119 413,36	928 714,31	10 048 127,67
Imposto sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00	0,00	389 722,82	389 722,82
Total do passivo	0,00	156 449 229,39	156 449 229,39	149 626 431,74	306 075 661,13

(*) No caso da AdRA o custo amortizado é semelhante ao valor nominal

21. RÉDITO DE CONTRATOS COM CLIENTES

21.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdRA. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdRA avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais o grupo efetua a sua melhor estimativa. Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdRA, existe apenas uma obrigação de desempenho (“*performance obligation*”), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

ATIVIDADE REGULADA - SERVIÇOS EM “BAIXA” - PARCERIAS

O rédito é composto por duas componentes, uma variável e outra fixa. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

ATIVIDADE NÃO REGULADA

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6.

21.2 DETALHE

VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta rubrica inclui o montante de transações com partes relacionadas de 2.404.760,34 euros (2021: 1.692.231,66 euros) (nota 33.2).

VENDAS

	31.12.2022	31.12.2021
Vendas de água (tarifa fixa)	13 244 278,88	12 915 234,43
Vendas de água (tarifa variável) (*)	17 592 064,70	16 616 336,08
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	19 878 550,49	14 255 027,07
Total	50 714 894,07	43 786 597,58

(*) inclui arredondamentos de faturação no valor de 39,27 euros

A Empresa em 2022 detinha 166.246 clientes de água (2021: 163.913 clientes).

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	31.12.2022	31.12.2021
Prestação de serviços (tarifa fixa)	11 460 036,60	11 012 807,57
Prestação de serviços (tarifa variável)	14 992 468,54	14 368 429,10
Outras Prestações de serviços	744 337,99	465 482,34
Total	27 196 843,13	25 846 719,01

A Empresa em 2022 detinha 144.774 clientes de água residuais (2021: 141.333 clientes).

SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO (IFRIC12)

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	19 878 550,49	14 255 027,07
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	(19 878 550,49)	(14 255 027,07)
Total	0,00	0,00

Atendendo à aplicação das situações referidas nas notas 2.2.6 e 2.2.7, a Empresa registou no exercício de 2022, o rendimento resultante de serviços de construção no montante de 19.878.550,49 euros montante que respeita ao aumento dos investimentos brutos em ativos intangíveis de 2022 (conforme nota 5.3), o qual foi reconhecido sem margem, pois está assumido que no final da parceria não existirá valor residual a receber pelo ativo intangível e por consequência não existirá qualquer margem.

22. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta rubrica inclui o montante de transações com partes relacionadas de 1.842.691,19 euros (2021: 1.541.847,37 euros) (nota 33.2).

	31.12.2022	31.12.2021
Existência inicial - Matérias primas	9 659,27	7 194,75
+ Compras - Matérias primas	9 739 986,77	9 157 419,53
- Regularizações - Matérias primas	0,00	958,02
- Existência final - Matérias primas	8 807,74	9 659,27
CMVMC - Matérias primas	9 740 838,30	9 153 996,99
Existência inicial - Matérias subsidiárias	5 566,39	3 757,40
+ Compras - Matérias subsidiárias	54 982,68	26 661,76
- Regularizações - Matérias subsidiárias	3,40	605,24
- Existência final - Matérias subsidiárias	7 442,79	5 566,39
CMVMC - Matérias subsidiárias	53 102,88	24 247,53
Total	9 793 941,18	9 178 244,52

O consumo de água é apurado na rubrica “CMVMC – Matérias primas”.

23. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

23.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (periodização económica).

23.2 DETALHE

Esta rubrica inclui o montante de transações com partes relacionadas de 14.240.459,36 euros (2021: 14.086.657,62euros).

	31.12.2022	31.12.2021
Tratamento de efluentes	12 480 051,00	12 368 732,03
Rendas e Alugueres	4 546 514,75	4 212 171,18
Conservação e Reparação	3 349 069,49	2 721 944,76
Electricidade	1 206 771,04	1 366 802,78
Fee de Gestão	1 160 662,95	1 107 565,79
Assistência Técnica	731 943,63	745 149,38
Franquias e vales	684 544,75	618 446,92
Combustíveis	365 780,06	296 765,19
Encargos c/ cobranças	336 744,93	329 854,37
subcontratos	319 180,66	268 205,63
Seguros	238 128,65	214 817,13
Compra de água	209 334,11	214 269,38
Contencioso e Notariado	138 262,78	275 085,41
Outros FSE's	1 068 240,27	990 454,50
Total	26 835 229,07	25 730 264,45

TRATAMENTO DE EFLUENTES

Trata-se do encargo com maior peso na estrutura de gastos com FSE da AdRA, cerca de 47% (2021: 48%). Este encargo tem vindo a ser faturado pela entidade relacionada AdCL.

RENDAS E ALUGUERES

Esta rubrica diz respeito na sua quase maioria às rendas do DUL a liquidar junto dos Municípios no montante de 4.214.947,50 euros (2021: 4.022.125,16 euros) (nota 11.2) que decorre da fórmula de cálculo da retribuição constante do Contrato de Gestão correspondente à aplicação da percentagem de 7,263% sobre o volume de negócios.

CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO

A rubrica “Conservação e reparação” regista um acréscimo face aos gastos no ano transato, atendendo, ao aumento de novas infraestruturas e dos gastos dos materiais por via da conjuntura económica associada ao conflito armado na Ucrânia.

ELETRICIDADE

Em 2022 os gastos de eletricidade foram inferiores aos registados no ano de 2021 resultantes das poupanças obtidas no contrato centralizado negociado para o grupo AdP.

FEE DE GESTÃO

Este “fee” é suportado, nomeadamente, junto da AdP SGPS e corresponde a 2% do volume de negócios registado pela AdRA, entendendo-se por volume de negócios o somatório das vendas de água e das prestações de serviços.

	2022		2021
Vendas e prestação de serviços (nota 21.2)	58 033 186,71	Vendas e prestação de serviços (nota 21.2)	55 378 289,52
Arredondamentos de faturação (nota 21.2)	(39,27)	Arredondamentos de faturação (nota 21.2)	0,00
Vendas e prestação de serviços sem arredondamentos	58 033 147,44	Vendas e prestação de serviços sem arredondamentos	55 378 289,52
% de Fee de gestão	2%	% de Fee de gestão	2%
Fee de gestão da AdP, SGPS	1 160 662,95	Fee de gestão da AdP, SGPS	1 107 565,79
Total de fee de gestão	1 160 662,95	Total de fee de gestão	1 107 565,79

24. GASTOS COM PESSOAL

Esta rubrica inclui o montante de transações com partes relacionadas de 41.227,34 euros (2021: 34.159,92euros).

	31.12.2022	31.12.2021
Remunerações	5 798 100,37	5 528 584,32
Encargos sociais sobre remunerações	1 258 415,95	1 195 099,96
Outros gastos com pessoal	435 804,46	528 781,55
	7 492 320,78	7 252 465,83
Gastos com pessoal adicionados ao intangível (nota 5.3)	(358 043,39)	(332 776,33)
Total	7 134 277,39	6 919 689,50

O acréscimo registado na rubrica de gastos com pessoal em 2022 face a 2021, resulta essencialmente: a) do aumento do número de colaboradores autorizado ao abrigo do Despacho n.º 85/2022 – SET e do Despacho n.º 21/SEAMB/2022, b) da alteração do enquadramento remuneratório de um conjunto de trabalhadores abrangidos pela atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida para o ano 2022, c) da atualização do valor das remunerações base mensais em 1,2% e atualização da base remuneratória do nível de entrada da carreira profissional de Técnico Superior, conforme Despacho n.º 397/2022 – SET, d) do exercício de análise das Reclassificações ao abrigo da cláusula 21.ª do Acordo Coletivo de Trabalho e e) da identificação de um conjunto de valorizações remuneratórias e promoções por decisão de gestão, à luz do estabelecido no anexo III Acordo Coletivo de Trabalho. Note-se que os montantes referentes a reclassificações e valorizações remuneratórias se encontram especializados nas contas do ano 2022, uma vez que que ainda nos encontramos a aguardar despacho favorável da Secretaria de Estado do Tesouro para a sua concretização.

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Trabalhos para a própria entidade (Gastos com o pessoal adicionados /capitalizados no ativo intangível – nota 5.3), são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. Os gastos com pessoal são mensurados ao gasto, sendo, portanto, reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos). Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados nas notas às contas.

QUADRO DE PESSOAL

Número médio de colaboradores	2022	2021
Orgãos sociais	5	5
Trabalhadores efectivos e outros	269	268
Total	274	273

Número de colaboradores	31.12.2022	31.12.2021
Orgãos sociais	5	5
Trabalhadores efectivos e outros	282	273
Total	287	278

25. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCÍCIO

	31.12.2022	31.12.2021
Amortizações de ativos Intangíveis (nota 5.3)	3 839 383,10	3 449 054,48
Amortizações de ativos Tangíveis (nota 6.3)	37 837,28	26 450,68
Amortizações de ativos de uso (nota 7.2)	476 976,08	435 965,75
Amortizações de investimentos contratuais (nota 16.2)	8 337 979,95	8 144 558,36
Total	12 692 176,41	12 056 029,27

AMORTIZAÇÕES DE INVESTIMENTOS CONTRATUAIS

Estas amortizações, pela fase em que a Empresa se encontra, são as que têm maior peso no total das amortizações do exercício. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais (amortizações de investimento por realizar) visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos, dos réditos (tarifas) e dos

gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática, estes acréscimos correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como, o balanceamento durante o prazo de vigência dos contratos, dos réditos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

26. PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCÍCIO

Ver nota 15.3

27. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES

O quadro em baixo apresenta a rubrica de imparidade de clientes:

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo inicial	(2 673 968,71)	(2 246 110,81)
Reforço	(73 317,83)	(427 857,90)
Total	(2 747 286,54)	(2 673 968,71)

Da análise realizada aos saldos de clientes (nota 10.3) foi considerado que deviam ser reforçadas em 2022 as perdas por imparidade, no montante de 73.317,83 euros (2021: 427.857,90 euros).

Tendo em conta o histórico de recuperação da dívida sem registo de imparidade, pode-se concluir que as percentagens definidas no cálculo anual das imparidades de clientes estão adequadas, evidenciando uma postura prudente por parte da AdRA, uma vez que o valor de clientes de cobrança duvidosa para o qual não foi constituída imparidade anualmente, foi recuperado até ao final de 2022, na sua quase totalidade, sem prejuízo do remanescente vir ainda a ser recuperado nos anos seguintes.

28. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Os outros gastos operacionais apresentam o detalhe que se segue:

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos	39 352,35	38 217,85
Perdas em Investimentos não financeiros	7,76	0,00
Outros gastos operacionais	50 312,31	43 420,17
Total	89 672,42	81 638,02

O valor da rubrica de impostos apresenta um ligeiro acréscimo relativamente ao ano anterior. Em relação aos outros gastos operacionais destaca-se o valor das indemnizações da atividade operacional no valor de 29.328,66 euros (2021: 30.471,47 euros).

29. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimento reconhecido (DUI)	1 769 427,15	1 712 755,71
Outros rendimentos e ganhos operacionais	266 880,56	317 650,61
Rendimentos suplementares	79 214,86	91 101,47
Total	2 115 522,57	2 121 507,79

Conforme referido na nota 19.2 foi registado um rendimento a reconhecer cujo valor é consumido na mesma cadência e em igual montante ao da amortização do intangível. O montante de 1.769.427,15 euros representa o reconhecimento anual daquele rendimento.

30. GASTOS FINANCEIROS

Esta rubrica inclui o montante de transações com partes relacionadas de 1.205.659,65 euros (2021: 1.057.659,03 euros) (nota 33.2).

	31.12.2022	31.12.2021
Juros suportados	1 416 242,81	1 209 614,02
Comissões bancárias	33 368,33	26 814,65
Gastos financeiros capitalizados no ativo intangível (nota 5.3)	(274 919,41)	(181 234,69)
Total	1 174 691,73	1 055 193,98

TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE

Trabalhos para a própria entidade (Gastos financeiros adicionados/capitalizados ao ativo intangível – nota 5.3), são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. Os gastos financeiros são mensurados ao gasto, sendo, portanto, reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (gastos internos). Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados nas notas às contas.

31. RENDIMENTOS FINANCEIROS

	31.12.2022	31.12.2021
Juros do adiantamento de retribuição aos Municípios (nota 11.2)	1 128 559,18	1 090 015,00
Outros juros	72 333,53	81 330,40
Total	1 200 892,71	1 171 345,40

Os adiantamentos de retribuição aos Municípios vencem juros de acordo com o definido no Contrato de Gestão. O aumento dos juros em 2022 face a 2021 está relacionado com o acréscimo da taxa média de financiamento da Empresa utilizada no cálculo dos juros de 1,58% para 1,743%. Note-se que enquanto não for gerado o Volume de Negócios, e por esta via a retribuição que permita consumir a totalidade do adiantamento, os Municípios permanecerão como devedores à AdRA (ver adicionalmente a nota 11.2).

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

32.1 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As Empresas do Grupo AdP (onde se inclui a AdRA) que sejam residentes em Portugal encontram-se sujeitas à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de imposto aplicáveis.

A AdRA é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

IMPOSTOS DIFERIDOS

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração Empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração da posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados. Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

ESTIMATIVA DE IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdRA cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras.

A AdRA entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas. Tendo em conta o contexto atual e o impacto que pode ter nos resultados futuros, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos tendo em conta: a data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e as estratégias de planeamento fiscal futuro.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

Conforme disposto na IAS 8, as alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

32.2 DETALHE E MOVIMENTO

IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IRC A PAGAR / (RECEBER)

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto estimado	3 095 664,38	3 066 610,67
Pagamentos por conta e adicionais por conta	(2 698 623,00)	(3 164 379,00)
Retenções na fonte	(7 318,56)	(8 009,57)
Total	389 722,82	(105 777,90)

IMPOSTO DO EXERCÍCIO

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto corrente	3 095 664,38	3 066 610,67
Imposto diferido	(2 783 233,74)	(2 549 488,41)
Total	312 430,64	517 122,26

RECONCILIAÇÃO ENTRE A TAXA NORMAL DE IRC E A TAXA EFETIVA DE IRC

	31.12.2022	31.12.2021
Resultado antes de impostos a)	1 256 309,86	1 117 493,92
AJUSTAMENTOS ACRESCER:		
Amort. Investimento Contratual (nota 25)	8 337 979,95	8 144 558,36
Desvio tarifário (nota 9.3)	3 336 374,96	2 797 471,44
Outros ajustamentos	483 332,25	661 417,93
Subtotal b)	12 157 687,16	11 603 447,73
AJUSTAMENTOS DEDUZIR:		
Dif. Área Contab. Vs área fiscal (investimento)	720 197,20	609 750,62
Reverção de Imparidades de clientes e Provisões	680 602,52	238 801,28
Outros ajustamentos	78 514,35	37 097,99
Subtotal c)	1 479 314,07	885 649,89
Lucro Fiscal [a) + b) - c)]	11 934 682,95	11 835 291,76
Taxa de IRC 21% e)	2 506 283,42	2 485 411,27
Derramas f)	580 754,39	574 293,96
Tributação autónoma g)	8 626,57	6 905,44
Imposto Corrente [e) + f) + g)]	3 095 664,38	3 066 610,67
Diferenças temporárias	(2 783 233,74)	(2 549 488,41)
Total do imposto	312 430,64	517 122,26
Taxa efetiva de imposto	24,87%	46,28%

A taxa efetiva de imposto de 2022 (24,87%) é inferior face à taxa de 2021 (46,28 %) uma vez que os valores inerentes ao cálculo tiveram algumas oscilações, nomeadamente, a diminuição do imposto total resultante essencialmente do aumento das diferenças temporárias, uma vez que o imposto corrente aumentou pouco. Associado a este aumento houve um acréscimo do resultado antes de impostos, o que determinou a descida da taxa efetiva de imposto.

PREJUÍZOS FISCAIS

Não existem diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados relativamente aos quais nenhum ativo por impostos diferidos tenha sido reconhecido na Demonstração da Posição Financeira.

IMPOSTOS DIFERIDOS (ATIVOS E PASSIVOS)

	Saldo Inicial	Correcções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21,00%		21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de Derrama	4,85%		4,87%	4,85%	4,87%
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS:					
Provisões e Perdas por imparidade					
Perdas de imparidade	392 920,81	0,00	218 868,79	(397 920,80)	213 868,80
Provisões	668 685,44	0,00	24 000,00	(282 681,72)	410 003,72
Outros					
Amortizações não aceites / investimento contratual não realizado	85 080 386,16	0,00	8 337 979,96	0,00	93 418 366,11
Diferença amortização fiscal / contabilística / subsídios	(2 557 437,21)	0,00	(720 197,20)	0,00	(3 277 634,42)
Desvio tarifário (superavit)	22 025 367,30	0,00	3 336 374,96	0,00	25 361 742,26
Base de incidência	105 609 922,49	0,00	11 197 026,50	(680 602,52)	116 126 346,47
IRC	22 178 083,73	0,00	2 351 375,57	(142 926,53)	24 386 532,76
Derrama	5 117 870,15	21 368,09	545 295,19	(33 009,22)	5 651 524,20
Ativos por Impostos diferidos reconhecidos	27 295 953,87	21 368,09	2 896 670,76	(175 935,75)	30 038 056,97

	Saldo Inicial	Correcções	Dotação	Utilização	Saldo Final
Taxa de IRC	21,00%	0,0%	21,00%	21,00%	21,00%
Taxa de Derrama	4,85%	0,0%	4,87%	4,85%	4,87%
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS					
Subsídio relativo a investimento contratual não realizado	(2 197 509,45)	0,00	(76 665,75)	0,00	(2 274 175,20)
Outros					
Diferença amortização fiscal / contabilística / subsídios	1 844 893,41	0,00	235 928,06	0,00	2 080 821,47
Base de incidência	(352 616,04)	0,00	159 262,32	0,00	(193 353,72)
IRC	(74 049,37)	0,00	33 445,09	0,00	(40 604,28)
Derrama	(17 101,88)	(70,52)	7 756,07	0,00	(9 416,33)
Passivos por impostos diferidos reconhecidos	(91 151,25)	(70,52)	41 201,16	0,00	(50 020,61)

Conforme indicado na nota 32.1 a AdRA regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

O Grupo AdP em resultado de parecer obtido junto dos seus consultores fiscais, partilhou com o Conselho de Administração da sociedade, um “assessment” relativo à aplicação de impostos diferidos, decorrentes da aplicação da IFRS 16 (Locações), tendo concluído que esta matéria não seria sujeita, a diferenças temporárias, dedutíveis e tributáveis, respetivamente. Deste novo “assesement”, o Conselho de Administração da AdRA, entende que não resultarão impactos materiais para as demonstrações financeiras.

Para mensuração dos impostos diferidos no final de 2022 foi aplicada a taxa de imposto prevista no Orçamento de Estado para 2022, que corresponde a uma taxa de IRC de 21%, acrescida da derrama de 1,5% sobre o lucro tributável e da Derrama Estadual de 3% se o lucro tributável estiver entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros, e 5% se o lucro tributável estiver entre 7,5 milhões de euros e 35 milhões de euros. Considerou-se uma taxa intermédia em 2022 de 25,87% (2021: 25,85%).

O valor do imposto diferido total, em 2022, ascende a 2.783.233,74 euros (2021: 2.549.488,41 euros).

33. SALDOS E TRANSAÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

33.1 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2022 as partes relacionadas da AdRA são as seguintes:

- Acionistas (AdP SGPS, S.A. e os dez Municípios pertencentes ao SARA)
- Membros do Conselho de Administração da AdRA;
- Membros do Conselho de Administração dos acionistas;
- Empresas subsidiárias do grupo AdP.

33.2 SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Seguidamente é apresentado mapa das transações da AdRA com as Entidades Relacionadas, que inclui as especializações:

Os rendimentos dos Municípios referem-se, na sua maioria, à venda de água e serviços de saneamento, existindo ainda, no município de Ílhavo, refaturação de projetos.

Os gastos com os Municípios dizem respeito sobretudo à compra de água. Adicionalmente Aveiro e Estarreja incluem também rendas de edifícios.

Os gastos com a AdCL referem-se à prestação de serviços de saneamento. No caso das Águas do Douro e Paiva os gastos referem-se à compra de água.

Os gastos registados com as restantes Empresas do grupo dizem respeito a serviços prestados pelas mesmas, sendo que, no caso da AdP SGPS acresce a cobrança de comissões de aval e juros de suprimentos.

	31.12.2022 Ativos			31.12.2022 Passivos			31.12.2021 Ativos			31.12.2021 Passivos		
	Cientes	Outros Devedores	Adiantamento aos Municípios	Financiamentos não correntes	Financiamentos correntes	Fornecedores e outros credores	Cientes	Outros Devedores	Adiantamento aos Municípios	Financiamentos não correntes	Financiamentos correntes	Fornecedores e outros credores
AdP SGPS	0,00	0,00		16 090 909,11	5 109 090,90	184 132,71	0,00	0,00		58 500 000,02	5 859 090,90	112 287,76
AdP Valor	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	30 770,07
Águas Douro e Paiva	0,00	0,00		0,00	0,00	85 461,03	0,00	0,00		0,00	0,00	78 948,97
Águas do Norte	0,00	0,00		0,00	0,00	1 727,63	0,00	0,00		0,00	0,00	19 003,97
Epal	0,00	0,00		0,00	0,00	15 815,13	0,00	0,00		0,00	0,00	15 562,71
AdCL	14 137,20	0,00		0,00	0,00	1 146 959,82	2 934,05	0,00		0,00	0,00	1 115 335,04
Simdouro	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00						
Município de Aveiro	23 959,21	0,00	23 695 355,80	0,00	0,00	55 458,46	61 380,36	0,00	24 767 782,58	0,00	0,00	0,00
Município de Ílhavo	46 575,07	33 524,88	11 346 372,94	0,00	0,00	35 153,33	68 978,39	33 524,88	11 859 941,39	0,00	0,00	78 348,33
Município de Ovar	15 429,12	0,00	7 534 422,56	0,00	0,00	0,00	11 733,75	0,00	8 113 302,99	0,00	0,00	0,00
Município de Estarreja	83 743,20	0,00	7 002 616,39	0,00	0,00	41 517,62	79 030,36	0,00	7 319 913,60	0,00	0,00	81 276,49
Município de Albergaria	10 267,43	0,00	8 679 553,52	0,00	0,00	979,93	26 732,00	0,00	9 072 232,39	0,00	0,00	1 626,73
Município de Oliveira Bairro	12 751,47	0,00	4 004 696,24	0,00	0,00	52 509,57	13 502,74	0,00	4 185 954,09	0,00	0,00	194 313,50
Município de Sever do Vouga	8 820,08	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 868,61	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Município de Vagos	62 998,80	0,00	0,00	0,00	0,00	10 240,47	53 428,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Município da Murtosa	6 149,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16 046,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Município de Águeda	14 677,80	0,00	663 418,05	0,00	0,00	0,00	48 039,00	0,00	693 696,76	0,00	0,00	0,00
Total	299 508,43	33 524,88	62 926 435,50	16 090 909,11	5 109 090,90	1 629 955,70	390 674,01	33 524,88	66 012 823,80	58 500 000,02	5 859 090,90	1 727 473,57

	31.12.2022 Rendimento	31.12.2022 Gastos	31.12.2021 Rendimento	31.12.2021 Gastos
AdP SGPS	0,00	2 608 153,27	0,00	2 427 771,82
AdP valor	0,00	0,00	0,00	365,00
Águas do Douro e Paiva	0,00	1 293 425,51	0,00	1 052 824,58
Águas do Norte	0,00	16 854,93	0,00	16 854,96
Epal	0,00	189 268,93	0,00	179 151,03
AdCL	39 575,84	12 480 051,00	64 068,13	12 368 732,03
Simdouro	0,00	148,50		
Município de Aveiro	316 323,38	324 976,45	333 525,68	307 115,68
Município de Ílhavo	357 900,29	78 958,17	364 635,09	83 003,70
Município de Ovar	172 600,44	0,00	145 138,99	0,00
Município de Estarreja	73 263,54	-1 094,48	93 710,35	10 180,91
Município de Albergaria	150 409,60	14 073,95	130 807,09	13 096,29
Município de Oliveira Bairro	95 019,44	113 033,55	94 878,84	50 512,42
Município de Sever do Vouga	16 582,61	13 095,98	19 116,80	11 561,63
Município de Vagos	198 685,87	161 787,76	170 740,49	144 206,20
Município da Murtosa	143 738,92	0,00	154 955,60	0,00
Município de Águeda	124 859,82	37 452,53	120 654,60	37 642,73
Total	2 404 760,34	17 330 037,54	1 692 231,66	16 703 018,98

34. INVESTIMENTO CONTRATUAL E OUTROS COMPROMISSOS

A Empresa possui os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração da posição financeira:

a) Contrato de Gestão - O investimento contratual da Parceria que se encontra por realizar é de 372 milhões de euros (nota 2.2.3).

b) Compromissos referentes a locações de viaturas celebrados com a KINTO, LEASEPLAN e SGALD. A Empresa tem os seguintes compromissos para os próximos quatro anos:

2023	2024	2025	2026
475 355,40€	475 355,40€	475 355,40€	475 355,40€

c) Contratos de Empreitada

No que respeita às empreitadas de construção do sistema explorado pela Empresa foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte, organizado por valor do compromisso financeiro em aberto, para os próximos períodos, valor este que reflete a diferença entre o valor do contrato e o valor já faturado.

	Valor Contratado	Valor Faturado	Compromisso	Empreiteiro
Construção da nova EE 6 - Aveiro	477 000,00	39 483,33	437 516,67	Linhares & Vidal, Lda
Sistema de Telegestão do Sistema de Águas da Região de Aveiro - Sistema de Telegestão - Bloco A - 1ªFase	694 831,56	458 022,42	236 809,14	Linhares & Vidal, Lda.
Cont.Emp_Reabilit_Sist_Reserva Torreira	574 448,00	154 666,18	419 781,82	Linhares & Vidal, Lda.
Execução de Ramais Domiciliários AA e AR - COS-2022	297 382,24	192 909,99	104 472,25	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda
Execução de Ramais Domiciliários AA e AR - CON-2022	297 508,01	185 689,11	111 818,90	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda
Sistema de Abastecimento da AdRA - Eficiência Hídrica	3 430 000,10	1 996 327,83	1 433 672,27	Indaqua - Indústria e Gestão de Águas S.A.
Renovação das Redes de Abastecimento de Água - Fase 2 - Ílhavo	199 002,78	0,00	199 002,78	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda
Remodelação da estação elevatória AVR - EE 10 - Andorinhas Mataduchos - Aveiro	480 648,00	256 114,26	224 533,74	Linhares & Vidal, Lda
Renovação de ramais domiciliários da RDA na área do COC	679 850,00	396 971,05	282 878,95	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda
Pavimentações em estradas nacionais (IP) - Renovação das redes da AdRA	172 430,00	97 394,96	75 035,04	PRIORIDADE - Construção Vias Comunicação, S.A.
Cont.Empreitada Ren_Geral RDAR - 2020	233 582,58	161 037,20	72 545,38	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda.
Águas Residuais do Sistema em Maceda (PAR 009) Ovar	771 484,47	692 015,04	79 469,43	Construções Carlos Pinho, Lda.
Águas Residuais de Ribas – Eixo - Aveiro	215 810,69	0,00	215 810,69	Henriques, Fernandes & Neto, S.A.
Pavimentações - Renovação das Redes de Abastecimento de Água e Águas Residuais - 2020	149 000,00	0,00	149 000,00	Vitor Almeida e Filhos, S.A.
Execução de Ramais Domiciliários AA e AR - 2021	1 949 780,00	1 748 640,00	201 140,00	Armando & Fátima, Lda
Programa de Sustentabilidade Energética da Etar Sul de Sever do Vouga Fase I - Sistema Regularização caudal e desinfecção efluente secundário	519 899,28	469 607,88	50 291,40	Nunes Brás&Santos Sousa,Lda./MARSILOP, SA
Abastecimento de Água a Agadão (PAA-023) - 3ª Fase	759 365,70	693 436,90	65 928,80	HFN - Henriques Fernandes & Neto
Ampliação da Estação Elevatória EE9 Nô Sul-Aradas - Aveiro	310 000,00	0,00	310 000,00	Linhares & Vidal, Lda.

	Valor Contratado	Valor Faturado	Compromisso	Empreiteiro
Águas Residuais de Sernada (PAR 031) - Águeda	667 100,00	24 851,80	642 248,20	PAVIAZEMÉIS - Pavimentações de Azeméis, Lda.
Águas Residuais de Agueira/Outeiro/Mourisca do Vouga (PAR-063) - Águeda	2 087 851,56	882 506,65	1 205 344,91	Construções Carlos Pinho, Lda.
Lote A - "Renovação das Redes de AA na área de intervenção do CON - 2021"	352 613,00	272 013,70	80 599,30	Henriques, Fernandes & Neto, S.A.
Lote B - "Renovação das Redes de AA na área de intervenção do COC - 2021"	352 613,00	272 013,70	80 599,30	Armando & Fátima – Empreiteiros, Lda.
Lote C - "Renovação das Redes de AA na área de intervenção do COS - 2021	352 613,00	272 013,70	80 599,30	Omnibet, Soc. Construções, S.A.
Reabilitação da EE 17_Vilar - Aveiro	155 000,00	0,00	155 000,00	Linhares & Vida, Lda.
Remodelação e beneficiação das instalações do centro operacional central (COC) - 3ª Fase	577 594,66	478 832,80	98 761,86	Henriques, Fernandes & Neto, S.A.
Águas Residuais da Gafanha da Encarnação/Carmo(PAR 012) - Ílhavo	2 957 973,37	482 569,71	2 475 403,66	Construções Carlos Pinho, Lda
Execução de Ramais Domiciliários AA e AR - COC-2022	255 650,00	143 018,00	112 632,00	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda
Águas Residuais do PAR 014 - 2ª FASE (Z.Sul_Fonte_Angeão) - Vagos	1 345 902,42	0,00	1 345 902,42	Construções Carlos Pinho, Lda.
AR arruamentos a nascente da Cidade de Ovar	113 473,59	79 573,73	33 899,86	HFN - Henriques Fernandes & Neto, SA
Águas Residuais no lugar da Feira Nova, Albergaria-a-Velha	82 243,48	20 199,15	62 044,33	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda.
Redes AA e AR - Pequenas ampliações 2022 -2ª Fase	196 896,75	172 877,48	24 019,27	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda
Águas Residuais no Lugar da Senhorinha - Sever do Vouga	1 497 588,55	0,00	1 497 588,55	Construções Carlos Pinho, Lda
Ampliação de redes de drenagem de Águas Residuais - Vagos	178 950,00	34 682,89	144 267,11	Tânia Ribeiro, Ferreira & Gonçalo, Lda.
Abastecimento de Água à Senhorinha (PAA-004) - Sever do Vouga	364 954,08	0,00	364 954,08	4ENERGY - Comércio e Instalações Técnicas, Lda
Reabilitação Câmaras Visita Redes AR no IC2 - Albergaria-a-Velha	66 350,00	0,00	66 350,00	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda.
Redes AA e AR - Pequenas ampliações 2022 - 3ª Fase	198 035,95	0,00	198 035,95	Armando & Fátima - Empreiteiros, Lda.
	24 015 426,82	10 677 469,46	13 337 957,36	

35. HONORÁRIOS DE AUDITORIA E REVISÃO LEGAL

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da AdRA a 31 de dezembro de 2022 foram os seguintes:

Nome ROC	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços-2022 (€)			Valor anual de serviços adicionais - 2022 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	10 546	0	10 546	-	0	0	0

36. INFORMAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

ARTº.397. DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

A AdRA não concedeu quaisquer empréstimos ou créditos aos seus administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

ARTº.324 E ARTº. 66, Nº5 D) DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS

A AdRA não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

ARTº 21º DO DECRETO-LEI Nº.411/91 DE 17 DE SETEMBRO

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2022 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

ARTº 66 Nº5 G) DO DECRETO-LEI Nº 262/1986 DE 2 DE SETEMBRO

A AdRA não possuiu quaisquer sucursais da sociedade.

37. RENDIMENTO GARANTIDO

Nos termos do Contrato de Gestão os acionistas têm uma remuneração anual efetiva adequada dos capitais investidos. Essa remuneração, durante o prazo de investimento inicial, corresponde à aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à soma da rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos, ou outra equivalente que a venha a substituir, com 3 pontos percentuais.

A remuneração é devida desde a data de realização do Capital Social e quando a Empresa não proceder à distribuição de dividendos a que os acionistas tenham direito, a remuneração em dívida será capitalizada até à data do seu pagamento.

O valor da remuneração é o seguinte:

	31.12.2022	período a remunerar (dias)	31.12.2021	período a remunerar (dias)
Capital subscrito/realizado	17 500 000,00	365	17 500 000,00	365
Reserva Legal	674 727,65	365	644 709,07	365
Dividendos por distribuir (até à Assembleia Geral)	570 353,08	30	588 509,25	30
Base de Incidência	18 745 080,73		18 733 218,33	
Indexante - OT´s 10 anos	2,18%		0,30%	
Margem - 3 p.p.	3,00%		3,00%	
Taxa Total	5,18%		3,30%	
Remuneração Acionista	943 879,22		600 371,66	

Os dividendos pagos em 2022 referentes a 2021 e a remuneração acionista de 2022, por acionista, são os seguintes:

	Dividendos deliberados em 2022	Remuneração 2022
AdP SGPS	290 878,40	481 375,65
Aveiro	98 989,00	163 817,22
Ílhavo	47 258,39	78 208,06
Albergaria-a-Velha	36 351,94	60 158,94
Estarreja	29 361,14	48 589,84
Oliveira do Bairro	16 777,83	27 765,67
Águeda	2 795,93	4 627,00
Murtosa	279,45	462,46
Sever do Vouga	279,49	462,53
Vagos	279,47	462,50
Ovar	47 102,04	77 949,35
	570 353,08	943 879,22

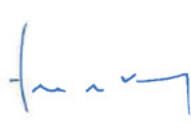
A diferença entre o valor dos dividendos pagos constantes no quadro supra (570.353,08 euros) e o valor constante na demonstração dos fluxos de caixa (511.663,40 euros) refere-se à retenção do imposto de 2022 (58.689,68 euros).

Aveiro, 03 de março de 2023

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração



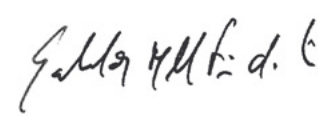
(Fernando Coutinho Vasconcelos - Presidente)



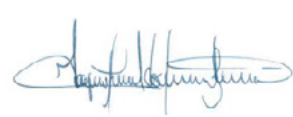
(Célia Cardoso André - Vogal)



(Fernanda Conceição Lacerda – Vogal)



(Salvador Malheiro Ferreira da Silva - Vogal)



(Joaquim Manuel dos Santos Baptista - Vogal)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE OS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2022
DAS ÁGUAS DA REGIÃO DE AVEIRO, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas da Região de Aveiro, S.A. (AdRA), aprovados pelo Conselho de Administração em 3 de março de 2023, relativamente ao exercício de 2022.
2. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da AdRA e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença de membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
3. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados, por parte do Conselho de Administração e dos Serviços, e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
4. Com referência ao ano de 2022 e em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas emitiram pareceres sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO), o qual, foi aprovado pela Tutela em 15 de novembro de 2022, pelo Despacho conjunto n.º394/2022-SET.

No que se refere ao cumprimento de metas e objetivos estabelecidos no PAO, os resultados obtidos alcançaram na generalidade as metas definidas, conforme consta dos documentos de prestação de contas. Salienta-se apenas que a AdRA, em 2022, apresenta um aumento do rácio Peso dos Gastos/Volume de Negócios face ao PAO2022 aprovado e um EBITDA ajustado com valor inferior ao estimado, estando as razões para estes factos devidamente explicitadas no relatório e contas.

5. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44.º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.

6. O relatório dos Administradores não executivos sobre o desempenho dos Administradores executivos evidência uma apreciação globalmente positiva do desempenho dos membros do órgão de administração em 2022.
7. O Conselho Fiscal tem acompanhado o processo de implementação do Modelo de Controlo Interno, sendo que no presente exercício, foi dada continuidade ao desenvolvimento do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo AdP, iniciado em 2019 e assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*). O Conselho Fiscal recomenda que seja mantido o esforço na mais breve conclusão deste processo de modo que se obtenha uma avaliação integrada do risco na empresa com o consequente amadurecimento da sua cultura de risco e tendo como objetivo máximo a fiabilidade do SCI da AdRA.
8. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativas às remunerações vigentes em 2022, as quais se encontram convenientemente divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório de Governo Societário.
9. Em 23 de junho de 2021 foram aprovados em Assembleia Geral os objetivos de gestão, que vigoram para o triénio 2020/2022, e igualmente assinado um contrato de gestão entre cada um dos membros da administração da empresa e a tutela.

O grau de avaliação de cumprimento dos objetivos ascendeu a 2,3 (2021: 2,4), sendo que os indicadores referentes a esta avaliação, encontram-se divulgados no Relatório de Gestão. Assim, no que respeita aos objetivos fixados, estes foram globalmente atingidos no ano de 2022, com exceção dos seguintes indicadores:

- Eficiência de gestão monitorizado pelo indicador de PRC, que ficou 2,7 p.p. acima do previsto;
- Limite ao endividamento, que atingiu um crescimento de 2,9%, quando o limite imposto em 2%; e,
- Rentabilidade, monitorizado pelo Resultado líquido expurgado do Desvio de recuperação de Gastos (DRG), que ficou abaixo do previsto no PAO.

A justificação para estes desvios está incluída nos documentos de prestação de contas.

10. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas (CLC), emitida pelo Revisor Oficial de Contas, nos termos da legislação em vigor. A CLC integra uma “reserva”, por desacordo, relativa à não adoção da IFRIC 12 na sua plenitude, situação que deverá ser ultrapassada com a aprovação do novo Estudo de Viabilidade Económica e Financeira (EVEF), mas em relação ao qual, não foi ainda possível obter consenso. A CLC contém também uma “ênfase” relacionada com o facto de à data deste relatório, a Comissão de Parceria, ainda não se ter pronunciado quanto ao Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) de 2022.
11. O Conselho Fiscal tomou ainda conhecimento de um “Memorandum” emitido pelo ROC, denominado “Aspetos para Partilha com o Conselho Fiscal”, o qual apresenta algumas matérias transversais ao Grupo AdP, tais como, riscos relevantes, estimativas significativas, metodologia de auditoria, materialidade e independência. Refira-se que o “Relatório Adicional” emitido em 2021 pelo ROC, deixou de ser de aplicação obrigatória, pois em 2022 a AdRA não reúne as condições legais necessárias, para ser considerada uma Entidade de Interesse Público.
12. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da posição financeira, Demonstração do rendimento integral, Demonstração das variações no capital próprio, Demonstração dos fluxos de caixa e Notas às demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da AdRA no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenvolveu a atividade.
13. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços Administrativos e Financeiros da AdRA.

PARECER

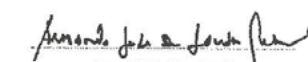
Face ao exposto, somos de opinião, exceto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a situação referida no parágrafo nº 10 acima, incluída na Certificação Legal das Contas do ROC, que as demonstrações financeiras da AdRA para o exercício de 2022, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, podendo os acionistas deliberar sobre as mesmas.

Aveiro, 6 de março de 2023

O Conselho Fiscal


Sílvia Rodrigues Regalado
(Presidente)


Sílvia Maria Fencio Lopes
(Vogal)


Amândio José de Sousa Resende
(Vogal)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS





Ao Conselho de Administração da
Águas da Região Aveiro, S.A.

**Parecer do Revisor Oficial de Contas sobre o Relatório de Governo Societário
do exercício de 2022 da Águas da Região de Aveiro, S.A.**

Introdução

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, emitimos o Parecer sobre o Relatório de Governo Societário da Águas da Região de Aveiro, S.A. (a Entidade), apresentado pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e aprovação do Relatório do Governo Societário do exercício de 2022, dando cumprimento ao n.º1 do artigo 54.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, bem como a informação atual e completa sobre as matérias reguladas na Secção II (Práticas do Bom Governo) do Capítulo II do referido Decreto-Lei e no Manual para elaboração do Relatório de Governo Societário 2022 da Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Sector Público Empresarial ("UTAM").

No decurso do exercício acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Entidade e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contactos e reuniões com o seu Conselho de Administração e serviços, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira disponibilizada.

O nosso trabalho relativamente ao Relatório do Governo Societário, consistiu em analisar e verificar que o mesmo cumpre o disposto no referido Decreto-Lei, que foi elaborado em consonância com o Manual para a elaboração do Relatório de Governo Societário 2022 da UTAM e que é adequado à compreensão das Boas Práticas de Governo Societário adotadas no exercício de 2022 pela Entidade e da forma como se desenrolou a atividade.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 598 000, Fax: +351 213 598 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., pertence à rede de entidades que são membros de PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Parecer

Com base no trabalho desenvolvido, concluímos que o Relatório de Governo Societário, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é adequado à forma como se desenrolou a atividade e à compreensão das Boas Práticas do Governo Societário adotadas no exercício de 2022 pela Águas da Região de Aveiro, S.A., e que o mesmo cumpre com os requisitos legais estabelecidos, incluindo as orientações administrativas aplicáveis.

6 de março de 2023

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:

José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003

Parecer sobre Relatório de Governo Societário
31 de dezembro de 2022

Águas da Região de Aveiro, S.A.
PwC 2 de 2

[Este documento é uma versão gráfica do Relatório e Contas 2022]